UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

EDSON LOPES CARDOSO

Memória de Movimento Negro
– um testemunho sobre a formação do homem e do ativista contra o racismo

São Paulo
2014

EDSON LOPES CARDOSO

Memória de Movimento Negro

– um testemunho sobre a formação do homem e do ativista contra o racismo

Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de
Educação da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de Concentração: Cultura, Organização e Educação.
Orientadora: Profa. Dra. Roseli Fischmann

São Paulo
2014

À minha família, os vivos e os
mortos.

À memória de Luiz Orlando e Jônatas Conceição,
amigos e companheiros.

Agradecimentos

Agradeço este trabalho primeiramente a Roseli Fischmann, que conheci fora da escola, companheira de lutas por justiça e igualdade de direitos. Sua insistência para que eu fizesse o doutorado, ao longo de muitos anos, me ajudou a vencer barreiras íntimas e preconceitos contra a academia. Ela fez também com que eu não perdesse de vista as possibilidades e a validade do testemunho. No princípio não era uma necessidade imperiosa, mas Roseli, de forma generosa, me permitiu enxergar o poder da narrativa autobiográfica e, por suas mãos seguras, as coisas foram assumindo dimensão e intensidade diante das quais era impossível não responder afirmativamente.

Tenho muito a agradecer também a Ana Luísa Pinheiro Flauzina, amiga e especial colaboradora do jornal *Ìrohìn*. Ao dirigir, como atividade de pós-doutorado na Universidade do Texas, o documentário “Beyondofthemirror”, convidou-me para prestar um depoimento e a vivência que compartilhamos durante horas intensas de gravação fez com eu tomasse a coragem necessária.

As amizades consolidadas no jornal *Ìrohìn* com colaboradores mais jovens acabaram criando a minha volta um círculo de expectativas que, se não pude atender com a qualidade superdimensionada por eles, confesso, agradeço, que foram decisivas e constituíram muitas vezes o alento necessário para que eu pusesse termo a este trabalho. A Cláudia Alexandra Santos, Ana Flávia Magalhães Pinto, Fernanda Felisberto, LundeBraghini, Isabel Clavelin, Juliana Nunes e Gilka Ribeiro dos Santos, meus agradecimentos.

LundeBraghini já não é tão jovem e nosso relacionamento remonta a meados dos anos 80. Eu já o incomodo há muito tempo e para este trabalho ele venceu obstáculos de sua vida pessoal e pesquisou momentos fundamentais no jornal “Correio Braziliense”. Definitivamente, não posso dizer o quanto devo a Lunde, um amigo de rara cumplicidade.

Denize Ribeiro, da Universidade do Recôncavo, me disse as palavras certas no momento certo e me estimulou a prosseguir e lhe sou aqui profundamente reconhecido por seu interesse e por me ter repassado sua preciosa “receita infalível”.

Luíza Bairos, companheira de momentos essenciais da luta contra o racismo, é para mim, desde que nos encontramos em 1982, referência fundamental para a militância e a vida intelectual. Sem sua compreensão e solidariedade fraterna eu não teria me desincumbido também desta tarefa.

Durante o período de cumprimento de disciplinas, morando em Brasília, fiquei indo e vindo de São Paulo durante dois semestres. Agradeço a professores e funcionários, todos foram extremamente compreensivos com minhas dificuldades, pressas e atrasos, principalmente as professoras Lúcia Bruno, Elba Sá Barreto e Sônia Penin.

Agradecimento especial a meu irmão Nélio, que me permitiu, durante a fase mais difícil de elaboração deste trabalho, alguns dias no sossego de Cacha-Pregos, na Ilha de Itaparica. Foram dias compridos em que compartilhamos intensamente memórias familiares e pude fortalecer-me ainda com a convivência e a juventude de Elisa, Eliana e Nelma.

Minhas filhas, Inaê e Tana, foram, como sempre, decisivas. Mesmo morando longe, sou grato a Tana por sua preocupação e apoio constante. Inaê foi colaboradora do Ìrohìn ainda muito jovem e, pacientemente, tomou as melhores iniciativas para que conseguíssemos fechar este trabalho em circunstâncias muito especiais. Foi um privilégio contar com sua parceria.

Regina, minha companheira na vida e no ativismo, esteve presente todo o tempo e compartilhamos, com muito amor, parte importante do que foi narrado neste trabalho.

Porém, se a literatura de testemunho constitui o objeto de uma análise histórica, é porque as testemunhas reivindicam sua responsabilidade diante da história e da memória.

Jean-Philippe Pierron

Para mim, o genocídio não é apenas quando você é fisicamente assassinado. O genocídio também acontece quando você é roubado de sua memória. Porque você nunca pode encontrar uma resposta para as circunstâncias atuais, que são processadas pelas experiências do passado. (...) Nós temos uma arma poderosa que é a memória, uma possibilidade de salvação não somente para nós, mas para o mundo. Porque a nossa experiência assim o determina.

HaileGerima

Resumo

Cardoso, Edson Lopes. *Memória de Movimento Negro - um testemunho sobre a formação do homem e do ativista contra o racismo*. 2014. 307 p. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Esta é uma tese-testemunho, na qual um ativista de movimento social relata a longa experiência de construção de sua identidade política etnicorracial. Destaque para sua participação no debate público sobre ações afirmativas, veiculado principalmente no jornal *Ìrohìn*, de que foi editor. Sua trajetória e formação, suas experiências, realizações e tomadas de posição, assim como seus conflitos, são narrados da perspectiva de quem busca ressaltar a dimensão educacional do Movimento Negro. Nesse caminho, além de defender, como parte essencial da cultura brasileira, as estratégias de sobrevivência e de resistência à opressão e ao racismo desenvolvidas pela população negra, ressalta o impulso igualitário das ações do Movimento Negro e sua contribuição para avanços do conjunto da sociedade e da consolidação do processo democrático.

Palavras-chave: testemunho; ativista; imprensa negra, movimento negro; formação.

Abstract

Cardoso, Edson Lopes. *Memory of Black Movement - a testimony about the formation of man and activist against racism*. 2014. 307 p. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

This is a testimonial thesis, in which a social movement activist recounts the long experience of building his ethnic-racial identity. A highlight on his participation in the public debate over affirmative actions, published mostly in the newspaper *Ìrohìn*, in which he was the editor. His career and shaping, experiences, achievements and statements, as well as his conflicts are narrated from the perspective of someone seeking to emphasize the educational dimension of the Black Movement. In this way, in addition to advocating - as an essential part of Brazilian culture - the strategies of survival and resistance to oppression and racism developed by black people, highlights the egalitarian impulse of the actions of the Black Movement and its contribution to the progress of the whole society and the consolidation of the democratic process.

Keywords: testimony; activist; black press, black movement; shaping

Lista de Ilustrações

Figura 1: Cinquenta e oito anos separam a memória do esquecimento	102
Figura 2 – Praça da Alfândega (POA)	290
Figura 3 - Capa de Areial das Sevícias	290
Figura 4 - Panfletos de atividades do Qorpo Insano	291
Figura 5 – Idem.....	291
Figura 6 - Lançamento de antologia do Qorpo Insano	292
Figura 7 - A Comissão do Negro ocupava de fato a sede do PT	292
Figura 8 - Ato público em frente à embaixada da África do Sul.....	293
Figura 9 - Ativistas da Comissão do Negro do PT-DF	293
Figura 10 - Candidatos do PT-DF à Constituinte com Lula	294
Figura 11 - Documentos básicos do MNU	294
Figura 12 - Panfleto eleitoral, campanha da Constituinte	295
Figura 13 - Casado com Regina, professor do Marista, pai de duas filhas	295
Figura 14 - Florestan Fernandes no Plenário da Câmara	296
Figura 15 - Última separata de Florestan na Câmara	296
Figura 16 - Bruxas, Espíritos e outros Bichos	297
Figura 17 - Documento da Marcha de 1995	297
Figura 18 - Capa do Ìrohìn informativo, anos 90	298
Figura 19 - Capa do Ìrohìn tablóide, anos 2000	298

Siglas

MNU	Movimento Negro Unificado
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
MRE	Ministério das Relações Exteriores
ONG	Organização não governamental
AP	Ação Popular
UFBA	Universidade Federal da Bahia
EUA	Estados Unidos da América
JB	Jornal do Brasil
BN	Biblioteca Nacional
ICBA	Instituto Cultural Brasil Alemanha
AI-5	Ato Institucional Número Cinco
PC do B	Partido Comunista do Brasil
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
OCB	Organizações das Cooperativas Brasileiras
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PT	Partido dos Trabalhadores
CUT	Central Única do Trabalhador
CB	Correio Braziliense
PSB	Partido Socialista Brasileiro
UnB	Universidade de Brasília
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
ENEN	Encontro Nacional de Entidades Negras
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital
GDF	Governo do Distrito Federal
DEOPS/SP	Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo
SNI	Serviço Nacional de Informações
CONEN	Coordenação Nacional das Entidades Negras
GELEDÉS	Instituto da Mulher Negra
CEERT	Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades
IPCN	Instituto de Pesquisa das Culturas Negras
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Sumário

Introdução	14
------------------	----

PARTE I

A LENTA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE POLÍTICA

CAPÍTULO I

Fugas, subterfúgios e a viagem da poesia

1. Salvador, Rio e Porto Alegre.	23
2. Em Brasília, a maturação, o sentido pleno	33

CAPÍTULO II

A disputa partidária

1. Comissão do Negro do PT-DF	37
2. A campanha constituinte	38
3. O enfrentamento com setores negros	41
4. Desencontro e boicote	44
5. O jornal Raça & Classe	46

CAPÍTULO III

MNU, projeto político e assessoria parlamentar

1. “Estamos por nossa própria conta”	51
2. A lição dos irmãos maristas	56
3. O chefe que deixava ler no trabalho	58
4. Uma declaração de independência e o isolamento do MNU	63
5. Assessoria na mesa da Câmara	68

CAPÍTULO IV

Dimensão educacional do Movimento Negro

1. Agitação e propaganda	73
2. Instrutores públicos	74
3. Dois momentos na universidade.....	82
3.1. Pensamento negro contemporâneo.....	90
4. O passado sob limites rigorosos... ..	93
4.1. A reparação no parlamento.....	98
4.2. “Espécies separadas e inferiores”.....	102
5. Problemas de raça e do jornalismo... ..	104
5.1. Os “paradoxos” do antirracismo	106

PARTE II

O DEBATE NO ESPAÇO PÚBLICO

<i>Por que apresentar esse debate</i>	115
<i>Palestras</i>	
1.1 Algumas observações sobre visões conflitivas de movimento negro.	116
1.2 O general que cheirava.....	122
1.3 Reflexão sobre “Caçadas de Pedrinho”	135
<i>Entrevistas</i>	
2.1 Entrevista para o jornal “Causa Operária”	140
2.2 Entrevista para o site Zumbi+10.....	145
<i>O Ìrohìn</i>	154
1. <i>A opinião na mídia impressa</i>	
Zumbi + 10 emerge no hori.....	159
Pesquisa, extermínio e omissões.....	161
O vazio e o lobo.....	163
Maio: escritores e policiais celebram o mesmo ofício	165
O momento é de afirmação política.....	167
Contra o racismo, pelo direito à vida.....	169
Recebe, não recebe – acabou que recebeu.....	170
Bono, Maionese e Bomba.....	172
Relatório de DoudouDiène terá algum impacto no sistema ONU no Brasil?.....	174
Lembo inculpa, Sinhá Moça absolve e nós colaboramos.....	176
Racismo, agenda legislativa e sanguessugas.....	178
A gangorra da raça e o processo eleitoral.....	181
Cê vê tudo ao contrário.....	183
Profetas do terror e a distorção da história.....	185
História: prepare-se para o embate ou engula o sapo.....	187
Somos assim, fazer o quê?.....	189
Precisa mexer.....	191
No reino da igualdade mais perfeita.....	194
O negro no topo intimida.....	196
2. <i>A opinião no jornal online</i>	
Semeando o pânico.....	198
Governo nunca apoiou	
estatuto..... 199Pouco adianta	
falar..... 201	
Eleições: as preocupações do agronegócio.....	202
Nossa imagem idealizada pelos brancos.....	203
Modos de representação e luta pelo poder.....	204
Direito à reparação.....	206
Sai Rabelo, entra Chinaglia.....	207
Estávamos todos obrigados a ir à Piedade.....	209
Que dia?.....	210
Ser Intelectual.....	211
Frente a frente com nossas debilidades.....	213
O Brasil, enfim, de ponta-cabeça.....	214
As comadres estão assanhadíssimas.....	216
Visualizando o estrago, por uma fresta na ‘Veja’	217
TV pública: falta no debate uma crítica radical ao racismo.....	220

A catadora de miolos – o que ela nos diz?.....	222
--	-----

Premonições e invisibilidades oníricas.....	223
A realidade é bem outra.....	226
De canalhas e canalhices.....	231
Enquanto na boca floresce a palavra que será, fique de olho no IBGE.....	227
História e confrontos de poder.....	228
Hoje, no plenário da Câmara.....	229
“Mesmice esquerdofrênica”.....	231
De novo, os cartões.....	233
Um enorme silêncio e o carnaval de nossa desesperança.....	234
Uno cosechalo que sembra.....	235
Nenhuma esperança	236
Estado de Direito e racismo.....	238
A segunda também não valeu.....	239
O inimigo em situação de guerra.....	240
Eu digo quem sou e como as coisas devem ser.....	241
Mandões, racismo e democracia.....	242
Uma droga tudo.....	243
Ainda não.....	244
“Que é vento, e que passa .”.....	246
Quem se importa mesmo com o que pensa a Folha?.....	247
Bombas.....	248
O inimigo interno sob controle.....	249
Pare de existir	251
As projeções de Demétrio	253
Quem precisa de São Sarney?	254
Verga, não verga.....	256
Dissimulação e hipocrisia	257
É singular essa República.....	259
Contorcionismos e turbulências.....	260
Alucinações antropológicas e rituais da mídia.....	261
Esperança vã e medo, outro medo	262
É o racismo, estúpidos.....	264
Só dá Santana em “O Globo”, a glória ao revés.....	266
Somente a verdade	267
Maritacas.....	269
E o acordo?	270
A pimenta do frei David vai arder no seu.....	271
Humilhação.....	273
Para sempre?.....	274
O vazio, de novo.....	275
Ainda nos arredores.....;	276
Duas histórias, faça sua escolha.....	277
A cor sumiu do noticiário.....,	279
A indesejável das pesquisas.....	281
Está tudo sob controle?.....	282
A política do possível foi pro brejo	283
Negro, não	284
À guisa de conclusão.....	286
Registros Fotográficos.....	290
Referências.....	299

INTRODUÇÃO

Os negros, apesar de tudo, sobrevivem —é um enunciado que capta as dificuldades imensas de um percurso individual e coletivo, iniciado no Brasil por volta de 1530.

Sobreviver, no dicionário Aurélio, é “continuar a viver, ser, existir, depois de outras pessoas, ou de outras coisas”. O pronome indefinido *tudo* abarca a totalidade (“de coisas e/ou animais e/ou pessoas”) que se opõe à continuidade da existência objetiva e coletiva dos negros.

Na locução prepositiva *apesar de* está envolvida a ideia de concessão, de que embora tudo sempre se opusesse à continuidade da existência dos negros, não se conseguiu, no entanto, impedi-la.

Como, de que maneira, se tudo lhes era obstáculo? O conhecimento da trajetória da população negra, as experiências que tornaram essa sobrevivência possível, me parece aspecto central da cultura brasileira.

Publiquei artigo no “Jornal do MNU”, em 1989, em que chamava a atenção para uma declaração de um estudante chinês, Wu’erKaixi, de 21 anos, o qual salientava, nos dias agitados de abril, que sua perspectiva como membro de uma minoria étnica, lhe dava uma percepção especial dos problemas da China¹.

Havia, então, eu comentava na ocasião, um ponto de vista, um lugar que se constrói a partir da singularidade de uma trajetória individual e coletiva, de onde se veem, se analisam e julgam relações e vivências contemporâneas e tudo mais.

Mas, afinal, por que essa é uma percepção especial, privilegiada? Talvez porque os membros de uma minoria (ou minorizados) estejam em uma posição que lhes permite avaliar a eficiência e o alcance das pretensões universais. Talvez porque exija justiça e igualdade. Ou

¹ “O embranquecimento que nos desune”. MNU Jornal – Jornal do Movimento Negro Unificado, nº 17, set./out/nov. de 1989, p. 10.

porque alarga os horizontes da condição humana, rompendo com hierarquizações e reduções do humano.

Mais recentemente, em meados de 2013, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, fez um pronunciamento a propósito de reações da população negra diante do resultado do julgamento de George Zimmerman, inocentado após matar a tiros o jovem Trayvon Martin.

Obama disse que os afro-americanos encaravam o julgamento “com base em um conjunto de experiências e em uma História que não há como apagar”. E prosseguiu, após relacionar um conjunto de experiências de discriminação racial do cotidiano, todas envolvendo reações defensivas de pessoas brancas à mera aproximação de pessoas negras no espaço público:

(...) esses conjuntos de experiências dão forma à maneira pela qual a comunidade afro-americana interpreta o que aconteceu certa noite na Flórida e é inescapável que as pessoas se deixem influenciar por essas experiências. A comunidade afro-americana também tem o conhecimento de que existe um histórico de disparidades raciais na aplicação de nossas leis criminais - em todas as áreas, da pena de morte às nossas leis sobre as drogas. E isso termina tendo um impacto sobre a maneira pela qual as pessoas interpretam o caso.²

Os grupos etnicorraciais não podem, portanto, ver e julgar descolados de sua experiência individual e coletiva, nem na China, nem nos Estados Unidos. Mas essa experiência entre nós não tem sido levada em sua devida conta e, ao contrário, vem sendo profundamente subestimada e mesmo rejeitada.

No recente debate midiático sobre ações afirmativas e políticas de cotas, o que menos importava era o ponto de vista dos negros. A reflexão esteve contida na grande imprensa dentro de padrões que excluía esse ponto de vista, cerceando-se a emergência da fala e desqualificando-se uma trajetória multissecular. E, conseqüentemente, abstraindo-se de situações concretas. Toda a disputa parecia ocorrer num vazio social, preenchido apenas por significações ideológicas.

Um nome de peso, dentre os formadores de opinião, a levar em conta essa perspectiva foi o de Miriam Leitão. Seria valioso nos debruçarmos sobre o modo como se construiu, na

² Folha de S. Paulo *online*. Leia a íntegra do discurso de Obama sobre jovem negro morto. Caderno Mundo, 19/07/2013. Trad. de Paulo Migliacci. Acesso no dia 20/07/2013: <http://www.folha.uol.com.br/mundo/2013/07/1313940-leia...>

imprensa brasileira, uma percepção diferenciada de outras, amplamente majoritárias, as quais se caracterizavam pelo repúdio às reivindicações do Movimento Negro de políticas de inclusão nas universidades públicas.

Miriam Leitão - um caso especial de reconhecimento de trajetórias e narrativas

O debate recente nos meios de comunicação sobre ação afirmativa estendeu-se de 2001, quando da aprovação do sistema de cotas na UERJ, até a decisão unânime do Supremo Tribunal Federal, em abril de 2012. O enfoque predominante dos principais veículos mantinha inalteradas as previsões catastróficas, insistindo em que o uso das cotas representava uma distorção que estimularia conflitos e até mesmo faria recrudescer o racismo.

Miriam Leitão, colunista de “O Globo”, jornal manifestamente contrário à política de cotas para negros na universidade, foi uma rara opinião divergente:

Os órgãos de comunicação têm feito uma cobertura enviesada. Melhor faria o jornalismo se deixasse fluir a discussão, sem tanta ansiedade para, em cada reportagem, firmar a posição que já está explícita nos editoriais. A mensagem implícita em certas coberturas só engana os que não têm olhos treinados.³

Miriam abriu-se para o diálogo, observou, estudou e fez o que poucos se dispuseram a fazer: atreveu-se a ouvir também os negros.

Estou sempre acompanhando os dados das desigualdades raciais, converso com negros e brancos que estudam o assunto, aprendo mais um pouco, procuro, esperançosa, algum avanço. Não acho que essa é uma conversa perturbadora da nossa paz social. Não acredito na paz que nega o problema.⁴

O contato com lideranças do ativismo negro e pesquisadores⁵ fez toda a diferença. O texto de sua coluna intitulado “Teses e truques”⁶ é um exemplo, uma vez que incorpora a argumentação construída pelo Movimento Negro para refutar as distorções do debate e suas “conclusões truncadas”. Creio que podemos mesmo falar do “descobrimento de Miriam Leitão” quando, ao enumerar episódios históricos da longa luta de africanos e seus descendentes por liberdade, a colunista faz referência a “histórias emocionantes e espantosas encobertas pela

³ Leitão, Miriam. Convém Sonhar. Organizado por Débora Thomé. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 396.

⁴ Idem, ibidem, 06/11/2008, p. 399.

⁵ Hélio Santos, Ubiratan Castro, Hélio Silva, Cida Bento, foram alguns nomes desse diálogo.

⁶ Leitão, Miriam, ibidem, 11/07/2006, p. 391.

cortina do passado. Elas ensinam muito sobre o Brasil. É hora de lembrar.”⁷. O tom geral é muitas vezes de assombro, pasmo, admiração.

Se fizermos o confronto com textos de outro colunista, Elio Gaspari, também favorável às ações afirmativas, verificaremos como nos textos de Míriam Leitão se evidenciam as marcas de uma descoberta pessoal, a partir da qual a jornalista se pôs a descrever o inusitado.

“Números, fatos, documentos, pesquisa dos historiadores traçam o quadro de uma vasta e incansável resistência. Resistiu-se em todo o território durante mais de três séculos.”⁸ À medida que Miriam Leitão vai fazendo suas descobertas, tomando conhecimento de dados relacionados com a experiência negra, eles vão sendo transmitidas em sua coluna. A cortina que se abre para o passado é assim, simultaneamente, reveladora para a autora e para seus leitores que estão acompanhando uma descoberta apaixonada.

O fato é que uma formadora de opinião, de prestígio nacional pela força da rede em que trabalha, com participação em diferentes mídias (rádio, TV e jornal) dessa rede de alcance nacional, faz a descoberta da resistência negra no calor dos debates sobre ação afirmativa e a política de cotas.

Natural de Minas Gerais, seus dados biográficos divulgados na internet referem-se à prisão e à tortura, aos 19 anos, na resistência à ditadura militar. Cumpriu, portanto, um largo percurso de luta e de preocupação com os destinos do Brasil, sem conhecer a luta pela liberdade de africanos e seus descendentes – no país que ansiava mudar ao custo da própria vida⁹.

A certa altura do debate sobre ações afirmativas, as reportagens e os editoriais já lhe parecem coisa de outro planeta, pela distância que estão do real que a jornalista aprendeu a conhecer de outra perspectiva:

Lendo certos artigos, editoriais e escolhas de edição sobre a questão racial no Brasil, sinto-me marçiana. Sobre que país eles estão falando afinal? Com o que constroem argumentos e enfoques tão estranhos?¹⁰

⁷ Idem, *ibidem*, 20/11/2003, p.380.

⁸ Leitão, Miriam. *Ibidem*, 20/11/2003, p.378.

⁹ Penso ser legítimo especular aqui, pela aparência física da colunista, por sua origem mineira, sobre a relevância de dimensões identitárias no seu engajamento apaixonado no debate das ações afirmativas. Podemos imaginar, simplificando uma questão bastante complexa, dois planos bem articulados e a colunista reagisse não apenas ao conteúdo em discussão por sua importância para o país, mas também por sua relevância para questões pessoais e identitárias, até então adormecidas.

¹⁰ Leitão, Miriam. *Ibidem*, 06/11/2008, p.397

O estranhamento e o distanciamento são agora percepções de quem avalia dimensões da realidade de uma perspectiva que passou a incorporar experiências históricas vividas pela população negra, até há pouco subestimadas ou desconhecidas.

Na mídia brasileira, a tomada de posição de Miriam Leitão foi uma ruptura com a visão predominante de rejeição da política de cotas¹¹. Mas, o mais importante, do ponto de vista deste trabalho, é salientar a relação que a jornalista estabeleceu com intelectuais e ativistas de Movimento Negro, através dos quais pode alcançar e compreender características de uma trajetória histórica específica.

Uma tese de testemunho: a presença no debate público

Assumir a identidade negra foi minha experiência existencial mais profunda e consequente. Ela se realizou durante um longo processo, no qual a fuga, se não foi a figura principal, esteve sempre presente. Com este trabalho busco atender, prioritariamente, minha urgência de narrar essa experiência, que considero autêntica e relevante.

Proponho-me elaborar um texto de testemunho, diretamente vinculado à expansão da consciência negra nas últimas três décadas, consciência negra entendida como conhecimento de si e de suas circunstâncias, cujo centro de gravidade é o repúdio ao racismo e a valorização de percurso individual e coletivo, historicamente singular.

É parte intrínseca do testemunho minha presença no debate público sobre racismo, a assunção de uma identidade que se delineia e se fortalece no confronto de posições, que fala, escreve e mobiliza.

Em Jean-Philippe Pierron encontramos uma resposta à pergunta “Por que se deve contar e testemunhar?”, que tanto nos afligiu na elaboração deste trabalho. Pierron valoriza a ocorrência singular, a individuação, para se alcançar o universal na história:

A resposta está nesse pacto testemunhal graças ao qual a história reencontra a força expressiva da individualidade ali onde tudo concorre para produzir a amnésia. O testemunho opera uma saída da indiferença lembrando em sua aparente modéstia que o comum não é insignificante¹².

¹²Pierron, Jean-Phillippe. *Transmissão—uma filosofia do testemunho*. São Paulo: Edições Loyola, 2010.p. 141.

Uma tese-testemunho que se apoia numa trajetória individual, mas, como adverte-nos Seligmann-Silva, “A memória existe no plural: na sociedade dá-se constantemente um embate entre diferentes leituras do passado, entre diferentes formas de enquadrá-lo”¹³.

Em 1977, quando Abdias do Nascimento arrolou as razões pelas quais justificava sua decisão de fazer um depoimento, a propósito dos episódios vividos em Lagos, na Nigéria, destacou o seguinte:

O que quero reafirmar é que a experiência de um negro não se restringe a uma dimensão de pura subjetividade intransitiva. Muito pelo contrário, a experiência pessoal do negro registra-se como um fenômeno sócio-cultural que abrange a inteira coletividade oprimida, vítima de diversas destituições de elementos básicos a sua sobrevivência como povo¹⁴.

O testemunho para Abdias do Nascimento é, portanto, o testemunho de alguém que compartilha, com outros semelhantes, circunstâncias opressivas à manifestação de suas identidades¹⁵. Dessa forma, segundo ainda Pierron, a memória individual da testemunha sobrevivente é reinscrita na memória do tempo histórico e social¹⁶.

Na citação transcrita acima Seligmann-Silva refere-se a embates entre diferentes leituras do passado e Abdias alude a opressões e destituições. A experiência “pessoal” ou “individual” não se desvincula nem da inteira coletividade oprimida, nem dos embates que visa “destituições”, entre as quais a privação da memória.

O que está em jogo, portanto, no testemunho que organizamos neste trabalho não é apenas minha trajetória e existência. Trata-se de relato que busca realçar também acontecimentos, conquistas e impasses diretamente associados aos esforços do Movimento Negro por cidadania no Brasil, no decorrer das três últimas décadas. Meu próprio

¹³ Seligmann-Silva, Márcio. “Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento”. Em: Seligmann-Silva (Org.). *História, memória, literatura*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 67.

¹⁴ Nascimento, Abdias do. *Sitiado em Lagos: autodefesa de um negro açoitado pelo racismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. p.88.

¹⁵ Abdias do Nascimento foi pressionado e atacado pelo Ministério de Relações Exteriores do Brasil. O MRE buscou desqualificar e impedir sua participação no II Festival Mundial das Culturas e Artes Negras, realizado na Nigéria em 1977. O que estava em jogo, da perspectiva governamental, era a defesa de uma representação absolutamente idealizada de nossas relações raciais. Nesse sentido, o embaixador Heráclito Lima afirmou, em nota oficial, que “em 200 anos, ninguém jamais ouviu falar de problemas ou conflitos raciais no Brasil” (op. cit. p. 51).

¹⁶ Ver Pierron, Jean-Phillipe. Op. cit., p. 130, nota de rodapé nº 9.

desenvolvimento, na direção de uma identidade negra, esteve relacionado a um tempo histórico real.

Poderia até mesmo dizer, acompanhando Bakhtin ao analisar a heterogeneidade de romances de formação, que, no caso deste testemunho, “El principio organizador es la idea puramente pedagógica acerca de la formación de un hombre”.¹⁷

A classificação de Bakhtin de romances que abordam o desenvolvimento humano (“novelas de educación”, na tradução a que tive acesso, ou romances de formação) destaca, entretanto, como mais importantes aqueles em que o desenvolvimento do homem é concebido

“en una relación indisoluble con el devenir histórico”, e as transformações pelas quais passa “se realiza dentro del tiempo histórico real”.

Não pretendo, portanto, expor aqui uma questão exclusivamente de ordem pessoal. A afirmação da identidade negra se dá num contexto determinado e, longe de ser um assunto exclusivamente particular, envolve dimensões muito concretas da realidade social.

Vivi intensamente o ativismo da luta contra o racismo por mais de três décadas. Não tenho dúvidas de que cumpri um papel na militância e penso que o registro de minha experiência pode contribuir de alguma forma para um melhor entendimento de ações coletivas. Compartilhei em diferentes conjunturas o esforço contínuo de reunião, a tomada de decisões e o esforço ainda maior de buscar encaminhá-las.

Redigi panfletos, e o conteúdo de faixas e cartazes, pichei muros, participei da campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte, escrevi dezenas de pronunciamentos, editei três jornais, organizei marchas a Brasília; publiquei prosa e verso, artigos e livros, proferi uma infinidade de palestras e ministrei cursos de formação, acadêmicos ou não, atravessando boa parte do país. A luta me levou também a falar em Montevideu, Bogotá, Luanda, Cidade do Cabo e várias cidades nos Estados Unidos.

A causa a que dediquei parte importante de minha vida deu alguns passos significativos e, seja o que for que nos reserva o futuro, os avanços desse período deixarão sua marca na história.

¹⁷ Bajtín, Mijaíl. *Estética de la creación verbal*. 2ª ed., 2ª reimpr. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013 p.

“Alguns movimentos negros”, “alguns líderes negros”, “ativistas do movimento negro”, “ONGs do movimento negro”, “intelectuais negros”, “certas lideranças negras” são algumas expressões comumente utilizadas em textos jornalísticos e acadêmicos para tornar incerto e vago o (a) militante do Movimento Negro e suas organizações.

Com essas indefinições não apenas se diluem pessoas concretas, agentes de ações coletivas cuja continuidade atravessa vasto período de tempo, como se reduz a dimensão e o alcance dessas mesmas ações. A imprecisão dos agentes acaba produzindo uma impressão de irrealidade, que favorece a argumentação daqueles que negam pertinência entre nós à luta contra o racismo.

PARTE I

A lenta construção da identidade política

Capítulo I

FUGAS, SUBTERFÚGIOS E A VIAGEM DA POESIA

1. Salvador, Rio e Porto Alegre

A questão do engajamento surgiu primeiramente como horizonte em 1968, quando conheci Roberto Santos (o João Luís) e Luiz Orlando (o Batista), em Salvador. Em janeiro desse ano havia perdido meu irmão Nilton em um acidente de automóvel e sofria intensamente essa perda. Meu irmão, o primogênito, tinha apenas vinte anos, um ano e dez meses mais velho do que eu.

Nossa família tinha retornado muito mal a Salvador, em 1987, após dez anos passados em Santo Amaro e Feira de Santana. Em junho, porém, meu pai já havia equilibrado as coisas e projetava-se um ano novo de reerguimento da família. Meu irmão completou vinte anos no dia 12 de janeiro de 1968 e o acidente, próximo de Alagoinhas, aconteceu uma semana depois.

Outro dia assisti a um filme de campanha publicitária que mostrava o impacto de uma colisão fatal na família da pessoa que conduzia um dos veículos e morria em um cruzamento. Simultaneamente à colisão dos veículos, seus familiares, em casa, eram atirados contra a parede. Minha associação foi imediata. Via os estragos que a colisão em Alagoinhas causara em meus pais e irmãos, e em mim. Foi tal a intensidade do abalo que, mesmo passados tantos anos, seus efeitos ainda são sensíveis.

Retomei os estudos em março (durante o ano de 1967 não consegui matrícula) e tomei contato com a agitação estudantil vibrante e politizada do Colégio da Bahia. Acabei integrando um grupo de estudos da Ação Popular (AP), que utilizava livros de divulgação do “materialismo dialético”¹⁸. Lia muita literatura também, Drummond, Cabral, guardo até hoje trechos de “Morte e Vida Severina”, que decorei por causa de uma montagem do auto, em 1968, na Escola de Teatro da UFBA, da qual participava um colega meu de turma (Oto).

¹⁸ Um livro de que me recordo, utilizado no grupo era o “Tratado de Materialismo Histórico”, de Nicolai Bukharin. Marcelo, um colega de turma (2º Beta) e companheiro no grupo de estudos, me emprestou o livro “A Dialética da Natureza”, de Friedrich Engels. Quando o devolvi, após uma leitura difícil e salteada, ele me perguntou: “Você ainda acredita em Deus?”. E eu respondi: “Mais ou menos”. Em 1968, as coisas eram assim muito aceleradas.

Começo aí a escrever poemas, a buscar por isso com frequência os momentos de solidão e devaneio literário, catando palavras que pudessem exprimir minha perplexidade e a dor da perda, que era funda.

Conheci João Luís no grupo da AP. Ele já havia interrompido o segundo grau e passamos a nos encontrar também à noite, na Biblioteca Pública, que ficava então na Praça Municipal. João Luís me apresentou a Batista, que era uma espécie de contínuo em uma repartição pública.

Batista, em especial, tinha preocupações com a formação e diversas vezes me presenteava com livros que adquiria principalmente em sebos (devo a ele a leitura de “Alienação e Humanismo”, de Basbaum, entre outros títulos marcantes para mim). Um companheiro singularmente generoso, que respeitava até mesmo minhas preocupações literárias, regra geral objeto de gracejos. Presenteou-me numa ocasião com a tradução de Rimbaud feita por Ledo Ivo do livro “Une saison em enfer”. Compreendia em silêncio, afagava, estimulava.

Todo mundo usava codinomes. A geração de militantes de Movimento Negro que já estava na adolescência em 1964, que é o meu caso, buscou desenvolver formas de lidar com a vigilância permanente da ditadura militar. Livros sob a camisa, enfiados parcialmente dentro das calças, cochichos, muito cochichos. Minha porta de entrada no Movimento Negro trazia um aviso bem nítido: cuidado com a repressão¹⁹.

É preciso compreender o período de uma perspectiva que não aquela, muito particular, dos sobreviventes de grupos organizados (e armados) de esquerda. Sem isso, tem-se dificuldade para avaliar a extensão do poder da ditadura, que alcançava todos os aspectos de nosso cotidiano. Quero ilustrar isso com dois episódios, dentre muitos outros.

No início dos anos 70, trabalhava como propagandista de um laboratório farmacêutico e visitava o Hospital do Exército, em Salvador. Numa dessas visitas, salvo engano em 1971, o médico me pediu uma caneta para assinar a requisição de amostras sob controle que eu acabara

¹⁹ A propósito, meu primeiro texto sobre a temática racial é um poema de 1970, “Amputação racial”, e refere-se às atividades de repressão protagonizadas pelo delegado Gutenberg, notório repressor de Salvador, inclusive de cabeludos, e que manifestava publicamente sua ojeriza aos então chamados “cabelos Black Power”: “Delegado Gutenberg:- Cadeia para os negros/que não espicham os cabelos;/cadeia para os negros/que não usam pegador de roupa/no nariz, para afilá-lo/cadeia para os negros/que não se banham com água fervente/para clarear – são subversivos!”.

de lhe entregar. Eram ansiolíticos à base de medazepan, e eu teria que levar de volta para o laboratório a requisição assinada pelo médico.

Num gesto mecânico, enfiei a mão no bolso interno do paletó, onde guardava as canetas; puxei uma e a repassei ao médico. Ele levantou-se de um salto e aproximando de meu rosto a caneta vermelha, que eu distraidamente lhe repassara, disse, aos berros: “Fique sabendo que esta cor não entra no Exército brasileiro!”. Pensei, assustado, que iria ser preso, tal a indignação do médico militar.

Em 1973, no Instituto de Letras da UFBA, minha professora de Teoria da Literatura, Antônia Herrera, inseriu numa prova um poema de Pablo Neruda, prêmio Nobel de Literatura, recém-falecido. Foi chamada pela diretoria e advertida para não repetir a escolha em outros exercícios.²⁰

A opressão enraizava-se assim no cotidiano mais banal, atenta à cor de camisas e canetas, aos exercícios escolares, ao comprimento dos cabelos. Um poeta gaúcho, Carlos Nejar, de quem eu declamaria versos em 1977, no Clube de Cultura da Ramiro Barcelos, em Porto Alegre, diz isso de modo peculiar: “O exílio não é o longe/mas o dentro”.

Voltando a João Luís e Batista, eles foram responsáveis pelos primeiros toques, as primeiras alusões à luta contra o racismo. Eu tinha antes acompanhado, como todo mundo, o noticiário com as imagens da violência policial na luta pelos direitos civis nos EUA. A revista “Realidade” fizera também uma reportagem de capa sobre racismo no Brasil que produziu grande impacto não apenas em mim²¹. Mas com eles experimentava um sentimento que era diferente do convívio com a família e com companheiros de brincadeiras e futebol.

Com eles estabeleci os primeiros contatos cuja ligação se fazia pela consciência do pertencimento compartilhado, uma coisa completamente nova, que não existia no grupo de estudos da AP também. Estar entre negros, conviver, compartilhar é uma coisa, foi assim toda minha vida. Outra coisa é a consciência de um percurso singular, de uma realidade adversa e

²⁰ Escrevi poema (“Advertência”) para recuperar esse episódio. *A direção do Instituto de Letras/advertiu a professora/que incluiu poema de Pablo Neruda/numa prova de Teoria/nos idos de mil novecentos e setenta e três./Vivíamos a grande afluência/aos cursos de Língua Atada/disciplina obrigatória a todas as licenciaturas/e bacharelados./Havia ainda um modo original/que resultava uma hermenêutica/segundo a qual a disposição da autoridade/não se prestava nunca a mais de uma interpretação./A voz do poeta morto assombrava/o velho casarão da Joana Angélica/e seus rudimentos de leitura./Havia arreglo formal e teórico/havia arranjo nas práticas restritas/e nenhum outro caminho se fazia necessário.* Este poema está publicado em livro de circulação restrita(vinte exemplares): *Minha vez*. Brasília: Formato 9, 2001. 43p. Ilustração de Inaê Adami Cardoso.

²¹ Revista Realidade, nº 19, Ano II, outubro de 1967.

da necessidade de lutar contra isso. O processo iniciado nesse momento levaria mais de uma década para se completar.

Depois que a Biblioteca Pública fechava, ficávamos em seus degraus de mármore, conversando um pouco antes de nos dispersarmos (guardo até hoje a memória de noites chuvosas, a visão da chuva nos paralelepípedos da Praça Municipal que contemplávamos encolhidos na porta da biblioteca, seus reflexos profundos). Nesses momentos, um conteúdo obrigatório de nossas conversas era a troca de informações sobre quem, no salão de leitura, poderia ser identificado como policial.

Esse tipo de preocupação talvez distinga minha geração das que se seguiram. Ou seja, lidar o tempo todo com a possibilidade da infiltração, da observação sorrateira, da delação, verdadeira ou fantasiosa.

Depois do AI-5, em dezembro de 1968, dezenas de alunos são obrigados a deixar o Colégio da Bahia, que liderava o movimento secundarista em Salvador, e meu terceiro ano, em 1969, transcorreu num contexto de grande repressão. Ergueu-se um muro no portão principal do colégio, que dava para a Av. Joana Angélica, e abriu-se um portão lateral, com soldados de sentinela. Era grande o desencanto e pude concluir bem o ano porque contei com a boa vontade de alguns professores.

Deveria, se não fosse por eles, ser reprovado pelo desempenho pífio que passei a ter nas provas e testes. Depressão, a crescente presença da maconha em nosso meio, o medo. Tomava Reactivan, um estimulante de fácil acesso na época, para conseguir chegar à aula.

Por pressão familiar, depois de vagar sem perspectiva, fiz vestibular na Escola Técnica Federal e fui aprovado em um curso chamado “Pontes e Estradas”, que acabo não cursando porque surgiu ao mesmo tempo a oportunidade de um bom emprego, como propagandista de laboratório.

Acho que quem me salvou foi a literatura, meu interesse crescente pela leitura de romances e poemas. Com o meu primeiro salário, comprei a prazo uma coleção, doze volumes, que reunia a obra de Graciliano Ramos. Aos sábados à tarde, o único tempo de fato livre que tinha na semana, tomava aulas de língua espanhola, com uma professora na Mouraria. O primeiro livro que li em outra língua foi “La casa de Bernarda Alba”, uma peça de Federico García Lorca. Lia também o que encontrava de Machado de Assis e Lima Barreto.

Vivo nesse período do trabalho para casa e minhas lembranças mais fortes são de caminhadas noturnas. Eu saía do Engenho Velho e caminhava até a igreja de Santo Antônio da Barra. Uma distância considerável. À direita de quem sobe a ladeira que leva à igreja há um tamarineiro, vivo ainda hoje. Da murada, avista-se o mar. Um canto tranquilo em que eu me refazia da caminhada, fumava um cigarro e retornava para casa. Ou caminhava até o Terminal da França, na Cidade Baixa, pegava um ônibus e ia até o subúrbio ferroviário, até Paripe.

Consegui registrar num poema (“Nada, coisa nenhuma”) essas andanças e meu desamparo, muitos anos depois.²²

Uma ideia vai crescendo em mim: ir embora de Salvador. Vou até a Rodoviária, fico olhando os ônibus e pessoas que chegam e partem. Sempre um desejo de ir embora, de sair, ver outros lugares. Meu pai era leitor do “Jornal do Brasil” também, além do jornal “A Tarde”. O Caderno B tinha então Drummond três vezes na semana, Clarice Lispector, Carlinhos Oliveira. Com prédio novo em 1972, o JB decide ampliar seu quadro de revisores, que deveriam ter segundo grau completo. Leio o anúncio em Salvador e penso que poderia ser minha chance de ir embora.

Deixo então meu emprego e viajo em dois de julho de 1972, sozinho, sem conhecer ninguém no Rio de Janeiro. Aluguei uma vaga na Rua Bento Lisboa, no Catete, e fui à luta. Morando em vaga e procurando emprego numa cidade desconhecida, vivi uma experiência muito nova e dura, mas enriquecedora. Via as portas se fecharem de forma incompreensível, porque me sentia com condições, julgava preencher os requisitos e, no entanto, a oportunidade me escapava. Minha rotina era acordar, sair para o café (a pensão mal oferecia água), comprar o jornal e sentar no Largo do Machado para escolher anúncios e desenhar um roteiro, coisa difícilíssima, porque não conhecia a cidade. Quase sempre depois do almoço (preferencialmente na Rua das Marrecas), ou no meio da tarde, eu ia à Biblioteca Nacional e ficava lendo até fechar, às dez.

²²*Pode um dia sem a mínima importância/fixar-se para sempre na memória?/Menos que um dia, uma noite de sábado./Vira e mexe retorno a esse espaço de fato/entre dois tempos e não sei explicar o que houve./Tinha vinte anos e saía como de costume/para observar os outros e sonhar./Esperava um ônibus no Terminal da França./Debaixo da marquise estreita do terminal eu olhava o poste./Fixava a luz e a chuva miúda, uma coisa banal./Farfalhos da copa lustrosa, riscos d'água, céu escuro./Estrondo de ônibus espalhando poças, vozes./Camelôs ofereciam cigarros, café, laranjas e eu lá abestalhado./Não tive nenhuma visão. Vi o que vi: árvore, poste, chuva, céu armado./Mas sempre parece outra coisa, fração de segundo de outra coisa./Havia alguma fresta no corriqueiro e banal?/A porta fechou e um pedaço de roupa/ficou preso do lado de fora, porém logo recolhido?/Transbordamento do que não é para o banal?/Ou uma extensão do banal – uma esticada preguiçosa/e súbito os pés fora da cama?/Os pés abanando no vazio úmido:/era meu o desamparo ali/ou havia outro maior que eu pressentia?/Trinta anos depois e nada. O oco e sua intermitência.*

Na época, a BN ainda emitia carteira de leitor, e eu portava a minha como uma identidade nova, adquirida no Rio de Janeiro. Lembro-me de ter lido tudo de Dostoevsky que encontrei na biblioteca. Mas fui também ao cinema e ao teatro, foram marcantes para mim a montagem de “O Interrogatório”, de Peter Weiss, com Fernanda Montenegro, e o filme de Peter Bogdanovitch, “A última sessão de cinema”, a que assisti também numa última sessão, em Botafogo.

Não consegui ser revisor do JB como queria, após ser aprovado em duas etapas da seleção. Você recebia um número após cada etapa e ligava, no meu caso de um orelhão, e ficava sabendo assim se prosseguiria ou não na disputa da vaga. Desliguei o telefone e me vi cercado dos ruídos intensos da avenida; após dizer não, a voz simplesmente interrompia a gravação e você, ansioso, falava sozinho, buscando uma explicação. Busquei várias alternativas: apontador de mudança, para o que se exigia apenas primeiro grau; leitor, numa empresa de clipping, qualquer coisa, mas o emprego não vinha. Meu dinheiro acabou e voltei a Salvador. Um pouco mais de dois meses tinha se passado, mas a experiência me afetara de modo intenso e me fortalecera.

Meus pais ficam felizes com meu retorno, me querem por perto, e faço vestibular para o curso de Letras da Universidade Federal da Bahia. Nessa altura estava disposto a me dedicar exclusivamente à literatura. Meu ativismo se resume à criação de um grupo de estudos com colegas da faculdade, resultado de participação num bom curso de Teoria da Literatura, ministrado por Ligia Chiappini, cujo conteúdo abarcava da poética de Aristóteles a estruturalistas franceses, em meados de 1974. Briguei para que alunos pudessem também se inscrever, uma vez que o curso era destinado exclusivamente a docentes, Lígia fora de São Paulo exclusivamente para este curso em Salvador. Terminado o curso, os alunos permanecem se encontrando e surge aí um grupo de estudos literários, a que posteriormente se juntaram outros estudantes.

Entre eles, Jônatas Conceição da Silva, que anos mais tarde se destacará como dirigente do Movimento Negro Unificado (MNU) e como diretor do Ilê Aiyê, e terá grande influência em minha vida. Mas, em 1974, o que nos une é o interesse por literatura. Luiz Orlando, Roberto Santos, Manoel de Almeida e um rapaz alto e magro, estudante de Geografia, de que não me recordo o nome, estão se reunindo no Instituto Cultural Brasil-Alemanha (ICBA) e me convidam para ficar responsável pela parte de literatura. Dirigia o Instituto Goethe de Salvador Roland Shaffner, que fez uma gestão, nos anos 70, de acolhimento a iniciativas muitas delas

proibidas pela ditadura militar, recepcionando também artistas e ativistas negros. O Núcleo Cultural Afro-Brasileiro foi uma delas.

Participo assim, em 1974, de minha primeira reunião formal de movimento negro. Mas participo para dizer não, que não poderia, que estava ocupado. Usei o grupo de estudos e o fato de trabalhar à noite (era revisor do jornal “Tribuna da Bahia”) como pretextos para me esquivar ao convite.

Em 1975, com a grande paralisação (não se podia usar então a palavra “greve”) contra o jubilamento, as múltiplas formas que a universidade tinha para expulsar estudantes, serei levado pelas circunstâncias a retomar o ativismo.

Da participação na vitoriosa paralisação para a disputa do Diretório foi um pulo. Assumo a presidência do Diretório e, durante o ano de 1976, sou um estudante menos atento ao estudo do que pretendia inicialmente, mas gostava do curso, namorava bastante e, de toda minha juventude, vivi no Instituto de Letras meu período de mais alegria.

Havia outros alunos negros no curso e, como eu me atrasara no segundo grau e ficara três anos fora da universidade, já era mais velho que a turma que ingressara comigo em 1973. Mas não era essa a única diferença que eu via entre mim e outros alunos, negros ou não. Meu segundo grau fora intensamente politizado, porque vivi o período anterior ao AI-5, vinha de um primeiro grau anterior ao golpe e isso fazia muita diferença. A questão não era a faixa etária, mas a percepção do que estava a nossa volta. Os efeitos do esvaziamento político no segundo grau já eram significativos.

As leituras fora da grade curricular, o grupo de estudos políticos da AP, por mais caricatural que fossem suas escolhas e orientações, as sugestões de leitura de Batista e João Luís, contribuíram muito para fazer a diferença.

Outra razão era meu pai, Lourival Cardoso, e seu interesse desde sempre pela leitura. Meu pai era tipógrafo, daqueles que se iniciavam como aprendizes por volta de dez, doze anos.

Nasceu em São Félix, às margens do rio Paraguaçu, filho de pai português, João Marinho Cardoso, um guarda-livros com grandes possibilidades de origens numa família de cristãos-novos, e de mãe negra, Julieta Nonato, que trabalhava numa fábrica de charutos.

Meu pai viveu com a mãe até vir sozinho na adolescência para Salvador. Aos trinta anos, mestre de oficina na gráfica dos beneditinos, no Mosteiro de São Bento, adoece com gravidade e fica proibido de continuar a manusear o chumbo, nos primeiros anos da década de cinquenta, casado, com cinco filhos.

Meu pai vê-se assim forçado a trocar uma ocupação, a que dedicara toda sua vida, por outra, e vai ser vendedor, onde o interesse pela leitura e sua fala fácil permite o trânsito. Isso e sua pele clara, os cabelos crespos cortados muito rente, bem escovados. O apagamento de marcas da aparência materna, o paletó e a gravata, a fluência e a pose faziam de meu pai um possível “branco da Bahia”, igual a tantos outros que conheci.

Que ele pudesse ser vendedor, impedido por severa recomendação médica de continuar na tipografia, se devia também a circunstâncias históricas e estruturais, que ampliaram nossas possibilidades industriais no período e fortaleceram carreiras como a que meu pai iniciava aos trinta anos.

Meu pai nos assegurava a presença do jornal diário, sempre que possível mais de um, estantes com livros atualizados, revistas. Nada estudou formalmente além do curso primário, mas por seus esforços foi muito mais longe do que sua escolaridade presumia.

Sempre que reflito sobre essa passagem de minha vida, tenho dificuldades em definir com clareza a razão que me afastava das organizações de esquerda, então clandestinas, mas cada vez mais visíveis no movimento estudantil, especialmente depois das eleições de 1974.

Eu era uma liderança real na minha escola, respeitado também como bom aluno e naturalmente assediado pelas organizações. Cheguei a ter um namorico com uma ativista com vínculos com o PC do B e mesmo assim mantive-me distante. Interessava-me mais pela agitação cultural que crescia, pela poesia recitada em qualquer lugar, pela estrada.

Em 1977, edito um pequeno folheto de poemas com recursos doados por meu irmão Nélio. A tipografia, mais barata, foi articulada por Valdeveque de Assis Rola, um amigo que trabalhava na impressora da “Tribuna” e era colega no curso de Letras. O folheto se chama “Areal das Sevícias” e o principal motivo de vários poemas, inclusive o que dá nome ao folheto, é a tortura.

Com o dinheiro arrecadado na venda dos folhetos, fui embora para Porto Alegre. Maria dos Anjos Mendes Gomes, outra amiga do curso de Letras, coordenou a venda dos folhetos, uma ajuda fundamental. Por que Porto Alegre? Eu respondia, brincando e falando sério: porque era longe, próxima de Montevideu e Buenos Aires, e minha língua na faculdade era a língua espanhola.

Sem nenhum planejamento, sem conhecer ninguém, viajo quase sessenta horas de ônibus (Salvador-Rio-Porto Alegre), aonde cheguei, no início da noite do dia 27 de março de 1977, um domingo de muita chuva. Comprei um exemplar do “Correio do Povo” na Rodoviária, escolhi aleatoriamente uma pensão e fui parar, atravessando a rua Voluntários da Pátria completamente alagada, na Rua do Parque.

A experiência do Rio me valera para alguma coisa, não esperei muito para tirar paletó e gravata e pegar o emprego que aparecesse, sem muita escolha. A rejeição era ostensiva, nas entrevistas tinha a impressão de que estava sendo interrogado, no sentido mais policial: o que fazia ali, quais eram minhas intenções, se não conhecia ninguém no Sul, porque fora para lá? Cheguei no dia 27 de março e uma semana depois já tinha escrito o poema “Não há vagas”, que diz da minha procura inútil até ali²³.

Em Porto Alegre fui auxiliar de serviços gerais, carregador num depósito da Transdroga, na Rua Sertório, auxiliar de polimento na Projesul (polia cinzeiros de ágata). Trabalhei no Estaleiro Só, um gigante da indústria naval, com mais de três mil funcionários, às margens do Guaíba, onde conheci uma permanente operação tartaruga (“Não esquenta a cabeça não, Baiano.”).

Passei fome, passei frio, como cantava Teixeira. Usava um inadequado casaco vermelho de veludo bem leve (cotelê, como se dizia). Até receber de um desconhecido no Estaleiro um casaco de lã crua, passei um bocado de frio.

O trabalho no depósito da Transdroga, que começava às 4 da tarde e não tinha hora para acabar, me permitiu matricular-me no curso de Marcenaria do SENAI, que ficava na mesma Rua Sertório, na parte da manhã. Concluí o semestre e ainda hoje guardo o certificado, de que me orgulho muito.

²³ Não há vagas. Há, contudo, espaços três por quatro/onde cabem o paletó e a gravata/e uma frente recém-datada./Não há vagas, há gavetas/onde cabemos todos, milhares de fichas./Há gavetas, vergastas, não há vagas.

A biblioteca pública abria aos domingos, uma coisa extraordinária, e era lá que passava meu tempo livre. De certa feita, lendo o mural com avisos diversos, encontro uma convocação de jovens escritores da cidade para uma reunião no Clube de Cultura que existia (acho que ainda existe) na Rua Ramiro Barcelos.

Levei um exemplar do “Areal das Sevícias” e passei a integrar um grupo de autores inéditos que se chamaria mais adiante de Qorpo Insano. Quem não viveu esse período da ditadura militar, talvez receba com incredulidade a informação de que a literatura feita por jovens provocasse tão grande agito. Era possível se encher um auditório para recital de poesia, que tal? Havia grande movimentação por mudanças no país e a poesia e o conto agregavam, estimulavam o uso crítico da linguagem e o conhecimento de nossas circunstâncias.

FischelBáril, Paulo Bentancur, Adalberto de Queiróz, Paulo Strelczuk, JulioZanotta Vieira, Gilberto Capeletto, Jorge Rein, Nestor de Souza Felipe, Moacyr Muniz. Conto, poesia, teatro, romance, tudo junto numa antologia bonita, com planejamento gráfico de Maria Baladão e ilustrações de Liana MahfuzTimm. Além da antologia, lançada na Feira do Livro, em outubro de 1977²⁴, o Qorpo Insano em sua curta vida organizou leituras, recitais e debates.

Nos eventos, alguém sempre se aproximava e dizia ao seu ouvido que tinha “rato” no pedaço, aludindo à presença da polícia, mas ninguém se importava. Quando o grupo apareceu no jornal “Zero Hora”, uma entrevista com foto grande, alguém disse a Júlio Zanotta, que trabalhava na Redação do “Correio do Povo”, que identificara um agente federal na foto do Qorpo Insano.

Aí foi um deus-nos-acuda, reunião atrás de reunião, até a conversa cara a cara com Adalberto Queiróz, que confirmou ser de fato da Polícia Federal, mas que atuava na área de contrabando e que era genuíno seu interesse por literatura. Uma pessoa que não aparece na relação acima, que conhecíamos apenas pela alcunha de Mineiro, se afasta imediatamente. Outros se acautelam. Mas a decisão que prevaleceu foi a de manter Adalberto.

Porto Alegre tem uma importância ímpar na minha formação. Ao contrário do Rio, onde os primeiros domingos longe da família produziam tristeza e sentimento de abandono, em Porto

²⁴Qorpo Insano – uma antologia provisória. Porto Alegre: Editorial Emma, 1977. 108p. ilustr.

Alegre me fiz homem, adulto, com aspereza é verdade, mas com a segurança de que seguia meu próprio caminho.

Na foto do “Zero Hora”, apareço com a boca inchada. Tinha sido assaltado na madrugada do dia anterior, por um grupo de três ou quatro pessoas, no centro da cidade, a caminho da pensão (Pensão Viegas, na Duque de Caxias). Fui empurrado contra a parede e esmurrado seguidamente no rosto e no estômago. Mas não atribuí ao fato mais importância do que ele tinha. A essa altura, tinha o couro curtido e calos nas mãos finas.

Porto Alegre me fez também mais negro do que eu era em Salvador, porque uma coisa é se assumir negro, outra é ser visto como tal. Conviver com brancos que não eram pardos esbranquiçados acelerou as coisas para mim. Devagar, eu me aproximava.

2. Em Brasília, a maturação, o sentido pleno

Em Brasília, desde oito de abril de 1980, busquei retomar meu curso de Letras e fiz outro vestibular para a Universidade de Brasília. Se, em 1973, já sentia o descompasso entre mim e os outros estudantes, pode-se imaginar a distância em que me sentia dos calouros do segundo semestre de 1980. Distanciamento que incluía também agora os professores, com uma única exceção: Antônio Salles Filho, professor de sintaxe.

Não havia comparação possível entre meu curso de Letras, na UFBA, e a tragédia construída pelo reitor Azevedo na UnB. Foram três constrangidos semestres até a conclusão do curso, rapidinho, graças ao reconhecimento de meus créditos na UFBA. A agitação estudantil que encontrei na UnB nos inícios dos anos oitenta não me dizia absolutamente nada, no sentido de provocar meu engajamento²⁵.

Trabalhando duro no setor gráfico, apenas entrava e saía da universidade, o mais discretamente possível. Enquanto aguardava o reconhecimento dos créditos que cumprira em

²⁵ Mais adiante, em 1984, já aluno do mestrado, organizaria, juntamente com Nelson Inocêncio e outros, um núcleo de estudantes negros, responsável pela primeira comemoração de 20 de Novembro na UnB, com a participação de estudantes africanos. Além de faixas e panfletos, juntamos mesas no Bandejão e almoçamos juntos (cerca de 30 estudantes). A cena era inédita, o espanto foi geral.

Salvador, fiz “Introdução à Sociologia” (com Ana Maria Fernandes) e aproveitei para escrever meu primeiro texto em prosa sobre a questão racial, inspirado mesmo pela realidade da UnB, na qual os negros visíveis ou eram africanos, ou estavam cuidando de grama e jardins, no Bandeirão servindo comida, na limpeza dos banheiros e nos postos mais modestos da administração.

Trabalhava na gráfica Alvorada, limpava fitas, e fazia um bico de revisão na Revista das Organizações das Cooperativas Brasileiras (OCB), onde tive meu primeiro texto publicado em Brasília, um comentário sobre o Prêmio Cruz e Souza. Ao chegar, trabalhei também por alguns meses no balcão da Livraria Galilei, propriedade de um grupo diversificado de esquerdistas.

Ao chegar à revista do CNPq (Revista Brasileira de Tecnologia), em 1981, onde fui, simultaneamente, revisor, assistente de redação e editor de texto, conheci Elmodad, carioca chegada também há pouco tempo à cidade, vinculada ao MNU local e foi ela quem me apresentou aos demais militantes (Graça Santos, Néelson Inocêncio, Jacira Silva, professor Cid e outros).

Ainda tenho algumas hesitações, mas frequento as reuniões, sou designado para proferir palestra em evento e, aos poucos, o tema racial, de uma perspectiva negra, vai se impondo também como objeto de estudo e leitura e, mais importante, vai, em retrospectiva, reorganizando toda a minha vida até ali.

Os episódios de minha infância, as relações familiares e de vizinhança, os medos, as inseguranças, as barreiras no mercado de trabalho, tudo se reorganizava agora de outra perspectiva. Finalmente, aos trinta anos, foi como se montasse um quebra-cabeça e não somente com peças que refletiam a realidade externa, rostos, afetos e desafetos, as situações concretas vividas, mas meus sonhos de fuga, meus devaneios, meus anseios de expressão.

Eu poderia, e devo isso ao MNU, ter virado um estudioso do negro. Do negro, *lá ele*, como se diz na Bahia, quando quem fala quer se eximir de qualquer responsabilidade numa situação determinada. O outro que não eu. Mas aceitar entrar na roda em Brasília fez toda diferença para mim. Foi isso que me permitiu desvelar o que se ocultava a meus próprios olhos em minha vida até ali.

Ter a pele clara não seria daí em diante mais nenhum impedimento para mim (não me imobilizaria mais, é o que quero dizer). O que eu compreendia ao ocupar meu lugar na roda se

vinculava, como consciência de mim, à necessidade de agir para mudar as coisas à minha volta. E me descubro, a partir daí, criativo e atuante de um modo que rejeitava toda contemplação ou isolamento. Anseio por encontrar as pessoas e reuni-las, provocar o momento de reconhecimento que havia me transformado.

Desde 1968, ao encontrar Luiz Orlando e Roberto Santos, eu percorrera uma longa trajetória não apenas na direção de agentes coletivos, como o são as entidades de movimento negro. Mas principalmente para resolver a tensão de minha própria definição como ativista negro. Agora, finalmente, eu podia usufruir de um sentido de realidade que me preenchia de um modo até então desconhecido e estimulava minha iniciativa criadora.

Em 1982, vivi um episódio que não esqueço e que associo sempre a essa ruptura que se consolida em mim no início dos anos 80. Estava em Brasília há mais de dois anos e não havia ainda transferido meu título de eleitor - coisa que somente fiz em 1986, na campanha da Constituinte.

Na véspera de minha viagem a Salvador, para votar, fui a uma festa no Cruzeiro, onde morava Jacira Silva, então companheira do MNU. A festa ficou conhecida como o “bota fora da Jacira”, que deixava a casa dos pais para morar sozinha. Festa superanimada, com disco novo de Gilberto Gil (“um banda um”).

Apareceu alguém vendendo camisetas do PT da Bahia, de Salvador para ser mais preciso. Uma camiseta amarela, com a estrela vermelha, onde se lia “PreTos 82”, causando algum rebuliço. Adquiri uma e no dia seguinte botei a camisa amarela para viajar, na correria, porque o vôo da Vasp era oito e cinco da manhã.

Chego atrasado, sou dos últimos a embarcar e ao entrar no avião me dou conta de que sou portador de grandes novidades. Acho que as informações que levava no peito ainda causam algum espanto hoje. Não a estrela vermelha, assimilada há tempos a novos significados. Mas o apelo à politização dos negros.

O que sentia, enquanto buscava meu assento em meio a olhares perplexos, era novo para mim também. Eu punha para fora decisões que custaram um tempo enorme se revolvendo, avançando lentamente, recuando, retomando o caminho da rua, da expressão pública.

Eu sentei com a certeza de que voltava a Salvador para fazer o que devia ser feito. E voltava outro.

Capítulo II

A DISPUTA PARTIDÁRIA

1. Comissão do negro do PT-DF

No primeiro semestre de 1984, por força de um relacionamento afetivo, me aproximei do PT e uma de suas dirigentes, Arlete Sampaio, que fizera Colégio da Bahia e fora expulsa após o AI-5, no final de 1968, me provocara numa conversa informal sobre a possibilidade de fazer movimento negro no interior do partido.

O MNU do DF, ao contrário de outras seções do MNU no país, demonstrava de modo intenso suas reservas quanto à filiação partidária e se colocava mais distante do debate político que se intensificava no período.

Quais seriam os desdobramentos práticos de uma consciência negra que buscasse alterar relações de poder? Construir um partido negro? Juntar-se a uma proposta partidária de alteração da realidade injusta e fazer valer suas exigências específicas?

Não tinha respostas para essas questões e, vencendo velhas resistências à filiação partidária, aceitei o convite.

Após a filiação, comecei imediatamente a reunir pessoas negras no interior do partido, para a criação da Comissão do Negro do PT-DF²⁶. Em agosto, o núcleo primeiro da Comissão estava organizado e redigimos uma carta de apresentação a ser distribuída nacionalmente, nos diretórios regionais.

Serão três anos de intenso ativismo. Lançamos e consolidamos uma comissão partidária, cuja atuação tornou-se um marco não apenas no universo partidário regional: propôs e articulou a realização em Brasília do I Encontro Nacional do Negro do PT; editou tablóide de oito páginas, numa época em que o partido no DF tinha apenas um mimeógrafo a álcool; participou com candidatura própria do processo constituinte; esteve à frente das principais manifestações

²⁶ Carlos Roberto Nascimento (Carlão), Didi (Edvaldo Santos), João Carmelino, Vera Araújo, Regina Célia Adami Santos (mais tarde, após a campanha eleitoral, namoramos e estamos casados há 27 anos), Cecília Luli, Célio Luiz dos Santos, Juarez, Hércules Ribeiro, Ivonete Nunes, Eduardo Mariano e muitos outros.

públicas e campanhas contra o apartheid e pela libertação de Mandela realizadas no DF²⁷; sua articulação alcançava mais de uma centena de pessoas, envolvendo diversas cidades-satélites.

Ao contrário de muitas instâncias partidárias, de existência mais formal que real, a Comissão do Negro era viva e trazia para a sede do PT, para espanto das tendências, debates e exposições sobre a temática racial, sempre com grande afluência de público. Criamos os “Encontros de Formação”, para aprofundamos a reflexão e o debate político, fortalecendo a perspectiva que se opunha ao apagamento da questão racial nos processos da luta de classes.

2. A campanha constituinte

O processo eleitoral escancarou as resistências do PT ao trabalho da Comissão e revelou para mim os limites profundos do Movimento Negro no DF.

Na verdade, no interior do partido, o que incomodava mesmo era o dinamismo que imprimíamos a nossa gestão à frente da Comissão, que mobilizava, avançava pelas cidades-satélites e já era uma referência nacional.

A campanha constituinte foi a primeira disputa eleitoral do Distrito Federal. Nós da Comissão do Negro localizamos em Chico Vigilante, negro, maranhense, presidente da CUT no DF, integrante da corrente majoritária (o que significava acesso a recursos privilegiados), a melhor escolha para levar as bandeiras da questão racial, de uma perspectiva negra. Sua corrente o chamava de “Lula do Cerrado” e visivelmente isso o agradava muito. Antes de começar a campanha, era dada como certa sua eleição.

²⁷ Em todos os momentos, vinculávamos a solidariedade à luta contra o apartheid à denúncia e ao combate do apartheid à brasileira: 21/03/85 – Participação no ato público realizado na Praça do Povo pelo Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial; 15/08/85 – Participação no ato público contra o apartheid realizado em frente à embaixada da África do Sul, promovido juntamente com outras entidades do DF; 29/09/85 – Participação em debate sobre o apartheid, promovido juntamente com o Diretório Municipal de Taguatinga, no Teatro da Praça

–EIT; 10/85 Distribuição de postal pelo rompimento total de relações com a África do Sul, para ser enviado ao ministro de Relações Exteriores, Olavo Setúbal; 21/03/86 – Debate na OAB sobre os meios de comunicação e a política do apartheid. Além de representantes da Comissão na mesa, tivemos a presença do correspondente da agência espanhola EFE e do editor de política internacional do “Correio Braziliense”; 19/06/86 – Telegrama de repúdio ao estado de emergência, enviado ao embaixador da África do Sul no Brasil; 25/06/86 – Pichações nos muros do DF pelo total rompimento com o regime racista da África do Sul; 17/07/86 – Palestra na sede do PT-DF sobre a luta de libertação nacional do povo sul-africano. O palestrante foi o professor de História da África da UnB, J. F. Sombra Saraiva; 22/08/86 – Participação em ato público contra o apartheid realizado em frente à embaixada da África do Sul, promoção conjunta com demais entidades do DF.

Marcamos uma reunião e Chico foi curto e grosso ao descartar a possibilidade de empunhar as bandeiras do Movimento Negro. Antes de ser negro, ele era sindicalista. E a avaliação dos “entendidos” em eleição que o cercavam era a de que a denúncia do racismo dividiria os eleitores e acabaria por tirar votos de quem já se considerava eleito.

Era evidente que as oportunidades de agitação e propaganda de algumas ideias caras ao Movimento Negro que se abriam, no processo eleitoral, em que todos os candidatos teriam acesso a rádio e televisão, não podiam ser descartadas assim.

Após duas reuniões (24 e 25/04/1986) a Comissão do Negro avaliou como positiva uma candidatura que contribuísse tanto para a mobilização política dos negros do DF, como internamente estimulasse a criação de outras comissões nos diretórios das cidades-satélites, intensificando assim o envolvimento do conjunto do partido com a questão racial. Meu nome foi o escolhido pela Comissão, mas outros nomes da Comissão apareciam também nas listas dos núcleos de base, com menos chances ainda que as minhas.

Durante a Convenção que indicou os candidatos a realidade se apresentou sem disfarces. Arlete Sampaio, dirigente da corrente “O Trabalho” e também integrante da Executiva Regional, sentou-se a meu lado para sussurrar que havia sinais claros de que a maioria das tendências vetava meu nome e que seria melhor retirar a candidatura.

Não só não a retirei como, na hora das defesas das candidaturas, inscrevi-me para defender meu próprio nome (aliás, fui o único na Convenção a passar pelo constrangimento de defender a própria candidatura). O resultado, diante dos prognósticos, foi mesmo surpreendente e acabei bem votado.

O Partido dos Trabalhadores no DF atraiu, no seu início, um grande número de pessoas, regra geral servidores públicos, que relutavam em se filiar às correntes em disputa. Como eu não pertencia a nenhuma tendência partidária (sempre aleguei que meu vínculo era com o Movimento Negro), minha candidatura acabou atraindo muitos desses “independentes”, o que explica em parte a votação que obtive.

Sem nenhum planejamento prévio, sem captação de recursos, me vi candidato a deputado federal! Havia ao menos três outros candidatos negros no partido, mas apenas minha candidatura iria priorizar a luta contra o racismo.

As reuniões para discutir programas de rádio e televisão entravam pela madrugada e produziam disputas acirradas. No nosso caso, principalmente, tratava-se de manter, de defender um ponto de vista que rigorosamente implicava questionamento aberto ao modo como os demais apreendiam a mesma realidade.

O assédio e os constrangimentos visavam não apenas nossas intervenções de palanque e a elaboração dos programas de TV, mas viravam murmúrios aqui e ali, desqualificações de toda ordem. Curiosa era a posição de alguns membros da Comissão do Negro subordinados a tendências: devidamente centralizados, como se dizia então, estavam impedidos de apoiar nossa candidatura e tiraram férias da luta contra o racismo, bem na hora em que saíamos para a conquista do espaço público.

Assumimos a responsabilidade de fazer no DF, ao longo da campanha, o que outros ativistas também realizavam em diversos estados como candidatos: expressar os interesses e as reivindicações do Movimento Negro. Não era mais um debate acadêmico, mas a questão racial buscava uma prática política, rompendo barreiras impostas pelos meios de comunicação. Dentro de nossos limites, ousamos um bocado, ampliando o alcance que era muito reduzido para as mensagens do Movimento Negro.

Tive a sorte de também contar com apoiadores na Universidade de Brasília, brancos, colegas de mestrado e professores simpatizantes ou filiados ao PT. Recebi tanto doações em dinheiro (que me ajudaram a pagar o aluguel da sala do comitê e imprimir material), quanto o layout de meu principal material de campanha, uma máscara nigeriana, de grande impacto, que mais tarde seria copiada por comissões do negro em outros estados.

Guardei, no entanto, é preciso registrar, a observação de um estudante nigeriano, que conheci na universidade, Akinyemi O. Adegbola, mais tarde colaborador do “Raça & Classe”. Akin, como ele era conhecido, me disse que eu deveria alternar a máscara com meu próprio rosto, para mobilizar, segundo ele, aquelas pessoas que tinham a mesma aparência que eu, mas não se assumiam negras.

Ouvi um monte de comentários durante a campanha sobre minha aparência. E passei a trazer na carteira de cédulas uma foto de minha mãe, indagando sobre as razões pelas quais, sendo filho de mãe negra, não deveria me assumir como tal? Quem afinal decidia isso?

Entrávamos de casa em casa (nosso alvo prioritário eram as famílias negras) e era sempre emocionante para mim a roda que fazíamos de apoiadores e familiares, para conversarmos sobre a opressão cotidiana do racismo e as oportunidades que se abriam no processo constituinte.

Aprendi a falar e a ouvir e me fortalecia nessas visitas. Sentia que reforçava uma convicção íntima, a qual lentamente se afirmara, de que estava ali fazendo o que por si só justificava minha própria existência.

3. O enfrentamento com setores negros

No domingo, 19 de outubro de 1986 (neste ano a eleição aconteceu no dia 15 de novembro), choveu torrencialmente em Brasília na parte da tarde. Mas com toda a chuva, saímos de Ceilândia, onde fazíamos campanha, para irmos até a sede do jornal “Correio Braziliense”, no Setor de Indústrias Gráficas. Teríamos que convencer seu redator-chefe, Renato Riella, de que tínhamos direito de responder a uma reportagem estampada na capa da edição do CB daquele domingo chuvoso.

Carlos Moura, assessor para assuntos da cultura negra do Ministério da Cultura (nessa época ainda não existia a Fundação Cultural Palmares), afirmou ao CB que não havia candidatos negros na disputa eleitoral no Distrito Federal. Por isso, ele recomendava que a população negra votasse em Lindberg Aziz Cury e Maerle Lima, candidatos brancos.

Riella acolheu minhas razões e na terça-feira fomos entrevistados por Raquel Ulhôa, da editoria de política. A entrevista foi divulgada no dia seguinte pelo CB²⁸, com foto minha tendo ao fundo um cartaz da luta de libertação no sul da África (“Victory to people’s war”), que estava afixado numa parede do comitê. Não houve como evitar; a sala do comitê era de dimensões reduzidas e, desde a entrevista, enquanto o fotógrafo fazia seu trabalho, eu tinha certeza de que a foto escolhida (um combatente armado) seria aquela, que ajudava a compor um quadro de radicalismo.

A primeira pergunta da repórter era direta e aludia ao fato que havia motivado a oportunidade de expor as ideias de Movimento Negro (sobre segurança pública, comunicação,

²⁸ “Cardoso combate racismo”. Correio Braziliense, edição de 22 de outubro de 1986, p. 8.

educação, mercado de trabalho, segregação urbana) que eu propagava durante a campanha eleitoral: “O eixo de sua campanha é o combate ao racismo. Como é que você recebeu as declarações de Carlos Moura, de que não há candidatos, em Brasília, comprometidos com a questão?”.

Pude então falar sobre a legitimidade de minha candidatura, com uma naturalidade fingida que me surpreende hoje. Refutei enfaticamente as declarações de Moura (“uma prática política vil, torpe e mesquinha”) e marquei bem a diferença entre o movimento que ele fazia e o que eu representava na campanha:

Para mim, não existe movimento negro sem perspectiva de transformação da sociedade. Eu não posso ficar no discurso de denúncia do racismo, sem criticar o sistema político e econômico, que aprofunda as desigualdades raciais. Mas existem negros que combatem o racismo e fecham exatamente com os racistas que estão no poder. É o caso de Moura e Valdomiro (candidato do PSB), por exemplo. Como se pode combater o racismo e ser aliado dos racistas?

O que eu me presumia, então? Ser o *verdadeiro* negro? Representar com legitimidade a população negra? Direita e esquerda eram categorias de que eu me utilizava para desacreditar meus adversários. Mas, ainda inseguro, me escondia por trás da máscara nigeriana. Ao mesmo tempo em que me sentia mais legítimo do que outros negros envolvidos no processo eleitoral, eu temia a rejeição.

A entrevista escancara, a meus olhos de hoje, muitos equívocos e fragilidades minhas. Eu ainda acreditava, em outubro de 1986, que a proposta do PT era vir a se tornar um partido de massas; que o PT era um partido socialista; que “não havia distinção entre o PT e o Movimento Negro”!

No ano seguinte essas convicções desabariam todas e a própria atitude do PT, durante a campanha, contribuiria para que revisasse minhas posições e deixasse o partido. A revelação também de que setores do Movimento Negro do DF agiam para desqualificar e negar minha candidatura, indicando empresários brancos como alternativas confiáveis na primeira página dos jornais, teria grande efeito no meu crescimento.

O que de fato significava a cor da pele? Ser legitimamente um negro implicava apenas em um conjunto de marcas externas? Eu não pensava a realidade de um ângulo que deveria ser entendido como caracteristicamente negro? E minha família, minha trajetória pessoal? Eu seria

para sempre um negro com justificações e explicações? Quais os limites afinal da aparência? A institucionalização faria comigo o que fizera a Carlos Moura?

O PT não elegeu em 1986 nenhum candidato. Antes do último programa de TV, um enviado de Chico Vigilante propôs um formato em que os candidatos negros apareceriam juntos e ele falaria sobre a temática do racismo. Obviamente, recusei. O momento havia passado, tínhamos afirmado uma candidatura e encontrado um tom, um modo de dizer, não abriríamos mão da fala no último programa. Tivemos quinhentos e poucos votos, mas a pauta que era encabeçada pela criminalização do racismo, entre outros itens, chegou vitoriosa à nova Constituição.

Nossa candidatura, por falar abertamente de racismo na educação, no mercado de trabalho e na violência policial, sem rodeios no rádio e na TV, em entrevistas jornalísticas, tinha mexido com a cabeça de muita gente no DF.

Após as eleições de 1986, em janeiro de 1987, o partido fora convocado para avaliação eleitoral no mesmo dia em que já havíamos convocado um encontro regional da Comissão do Negro. Ficamos em anfiteatros diferentes, mas próximos, no Minhocão da UnB, e havia um número de participantes (97 pessoas) maior na atividade convocada pela Comissão, o que estimularia a ficção de que nosso objetivo era a criação de um partido paralelo.

Saí da campanha eleitoral bastante confuso com o comportamento de parte do PT e perplexo diante das atitudes do Movimento Negro do DF. O Documento da Comissão para o I Encontro Nacional do Negro do PT, elaborado integralmente por mim, e aprovado por unanimidade na reunião de 27 de fevereiro de 1987, refletirá em muitos trechos meu estado de ânimo pós-campanha eleitoral.

Dedicamos um item do documento para avaliar os obstáculos que tínhamos vencido na Executiva Nacional para a realização do I Encontro Nacional do Negro do PT, realizado em 20, 21 e 22 de março de 1987, na Universidade de Brasília²⁹.

²⁹ Documento elaborado pela Comissão do Negro do PT-DF, como contribuição aos debates do I Encontro Nacional para discutir “O PT e a Questão Racial”. Brasília, mimeo, 1987, 14p.

4. Desencontro e boicote

A proposta do encontro fora aprovada na reunião da Comissão do Negro do PT-DF, realizada em 28 de maio de 1986, e encaminhada por uma das representantes do DF (Arlete Sampaio) ao IV Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, que ocorreu em São Paulo nos dias 30 e 31 de maio e 01 de junho de 1986. O IV Encontro aprovou a proposta da Comissão, apenas modificando as datas. Nós havíamos proposto 20, 21 e 22 de setembro de 1986 e as datas aprovadas foram 20, 21 e 22 de março de 1987.

As pressões da Executiva Nacional para controlar o evento tentarão evitar, primeiro, que fosse um encontro de negros para discutir e articular sua ação no partido, com uma perspectiva nacional. A sugestão da direção era de que diferentes grupos étnicos se debruçassem sobre a questão racial. O I Encontro Nacional “O PT e a Questão Racial” e o I Encontro Nacional do Negro do PT vão assim travar uma dura queda de braço.

Uma articulação nacional de negros gera tensão e não somente no PT. No inconsciente coletivo nacional, é o que diz minha experiência de reunião em diferentes espaços e cidades, a imagem de negros reunidos é uma espécie de arquétipo do pânico.

No mesmo período de 1987, a cúpula da CNBB escolhera o tema da campanha da fraternidade para o ano do centenário da abolição. A tensão criada com a base de agentes da Pastoral do Negro sobre os limites na condução da campanha se expressava na disputa, equivalente àquela travada no PT, sobre se a campanha devia ser “Ouvi o clamor desse povo”, ou “Ouvi o clamor desse povo negro”.

Na CNBB acabou prevalecendo a primeira alternativa, mas os murmúrios da base eram perceptíveis fora do mundo católico.

No PT, não foi diferente; a resistência, entretanto, da comissão organizadora, centralizada em Brasília, rejeitou a transformação do evento e fez preponderar o sentido de uma articulação de negros petistas. Respondi com maus modos a carta da Secretaria Nacional de Movimentos Populares, assinada por Luiza Erundina, mas subestimei o ranger de dentes de

vassallos negros, que se posicionavam ideologicamente em diferentes grupos e tendências e tinham pouco interesse em fortalecer o ativismo negro no interior do partido³⁰.

Acrescente-se a isso o teor do documento apresentado pela Comissão do Negro do PT-DF. Nele expusemos com destemor nossas críticas ao “Plano de Ação Política e Organizativa”³¹, aprovado no mesmo IV Encontro Nacional do PT que acolhera, em São Paulo, a proposta de articulação negra levada de Brasília por Arlete Sampaio.

O Plano, com diretrizes para o período 1986/1987/1988, afirmava que os trabalhadores assalariados urbanos eram constituídos por ascendência de imigrantes estrangeiros. E nós comentávamos que a ausência no Plano das contradições raciais, da luta contra o racismo, da essencialidade mesmo da questão racial, decorria de uma leitura absolutamente equivocada da história do trabalho no país.

O mesmo equívoco encontrava-se nos documentos básicos do partido, que registravam o que chamávamos de “estranha dicotomia”: de um lado, os trabalhadores, de cuja luta surgira o PT; de outro, os negros, aos quais os trabalhadores manifestavam sua solidariedade.

As discussões do Encontro, entretanto, foram rasas e por “escolhas humanas”. As chamadas “possibilidades objetivas” favoreciam um debate que, a rigor, não aconteceu³². Tínhamos condições de criar uma articulação consistente num cenário de funcionamento da Assembleia Constituinte, com o protesto do Centenário da Abolição como pano de fundo. Não estava predeterminado que tudo evoluísse de modo subalterno e fragmentado, fortalecendo apenas o diálogo de alguns indivíduos com setores da cúpula partidária.

Não era um jogo nada fácil; havia limites ostensivos, mas estivemos, no Anfiteatro 12 da UnB, durante três dias, em condições de dialogar e assumir responsabilidades históricas. A

³⁰ Muitos anos depois, após as eleições de 2002, quando se articulava a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), fui convidado para evento no Rio de Janeiro. Ivanir dos Santos, do Ceap, coordenando a mesa ao lado de Benedita da Silva, afirmou que “já está na hora de reconhecermos que falhamos com Edson Cardoso, quando da organização do I Encontro do Negro do PT, em Brasília.” Era, finalmente, o reconhecimento público da “patrulha” de que fui vítima por ser capaz de mobilizar e ameaçar pôr fim ao conforto do gueto partidário.

³¹ Documento elaborado pela Comissão do Negro do PT-DF, como contribuição aos debates do I Encontro Nacional para discutir “O PT e a Questão Racial”, p. 12.

³² A crítica ao pensamento que considera “tudo o que aconteceu como a única coisa que poderia de fato ter acontecido”, foi muito bem desenvolvida por Guerreiro Ramos, no ensaio “A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo de possibilidade”, em Heidemann, Francisco G. e Salm, José Francisco (Orgs.). *Políticas públicas e desenvolvimento – bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª ed., 2010. pp.41-79.

insistência partidária na centralidade da classe não parecia decorrer de uma efetiva análise da realidade brasileira, de sua plena vivência. Os apagamentos, as distorções e a estreiteza de visão eram evidentes não somente para mim.

Mas o que se assumiu com a recusa ao debate mais vertical foi uma configuração do real que não podia ser perturbada e ponto. A temática racial era algo estranho às possibilidades já definidas de organização e crescimento do partido e as reivindicações dos negros deveriam ser, portanto, apenas acomodadas entre as metas mais secundárias.

O fato é que, durante o I Encontro muitos negros petistas, de caricatos bajuladores da corrente majoritária a pretensiosos radicais de correntes autodenominadas revolucionárias, não pareciam dispostos a forçar mudanças em seus nichos por mais contrastantes que eles fossem.

Minhas dúvidas se tornaram mais intensas ao final do Encontro. Qual seria a saída, então, um partido negro? Todos formavam tendências no interior do partido, deveríamos constituir uma? Havia também o fato de que a campanha eleitoral fizera com que eu reconsiderasse minha visão da participação de não-negros – mas quais eram os limites?

5. O jornal Raça & Classe

As acusações de setores do PT local, que se opunham ao fortalecimento da articulação negra, verbalizadas no último encontro regional de que participei em Brasília, eram de que trabalhávamos para a criação de um partido paralelo. A outra, mais rasteira, questionava as origens dos recursos para fazer o jornal “Raça & Classe”.

Havíamos lançado, no início de abril de 1987, logo após as frustrações do I Encontro Nacional do Negro do PT, uma bem-sucedida campanha de assinaturas, para um tablóide de oito páginas. Um cartão impresso, perguntava: “Quem paga estes jornais?” E, logo abaixo, a capa do jornal AfroBrasil, de Salvador, e a do Jornal do Conselho da Comunidade Negra, de São Paulo.

No verso do cartão, um texto curto informava quem pagava os dois jornais (o governo João Durval e os governos Montoro e Quéricia). E em seguida indagava: “quem vai pagar o jornal da Comissão do Negro do PT?”.

Eu acumulara uma experiência de gráficas e jornais, conhecia as etapas de produção de impressos e tinha consolidado contatos na área, desde que chegara à cidade, o que contribuía para reduzir bastante os custos do jornal. E, mais do que tudo, a vontade de fazer, que faltava a um partido que se ressentia não apenas de falhas na organização, mas acumulava problemas políticos com o entrelaço de tendências inconciliáveis, cada qual com seu veículo de comunicação. Os negros é que não podiam ter o seu.

Na segunda edição do “Raça & Classe”, dedicada ao tema da violência contra o negro (o título do editorial é “Furor genocida”), estampamos na capa, ao lado de notícias de assassinatos de pessoas negras em várias cidades do país, uma foto de pichação racista em muro da Faculdade de Artes da UnB (“Morte aos negros” e “Negros mortos”). O registro fotográfico é de Otávio Teodoro, filho de Lourdes Teodoro, professora da Faculdade de Artes e ativista muito próxima da Comissão do Negro do PT-DF.

O muro foi pichado durante a visita, em junho de 1987, de Desmond Tutu à UnB. O muro foi imediatamente repintado de branco pela Reitoria, mas a professora Lourdes Teodoro organizou um concorrido evento de repúdio ao racismo no auditório da faculdade, em que fizemos parte da mesa.

Em 14 de maio de 1987, Júlio César de Mello Pinto, operário negro, foi assassinado pela Brigada Militar, em Porto Alegre. Nós imprimimos cartazes com o rosto de Júlio César e afixamos em locais públicos no DF (“Até Quando? Exigimos Justiça!”). O cartaz estava reproduzido na segunda edição do “Raça & Classe”, que trazia ainda comentários sobre a intensificação da violência assinados por Lélia Gonzalez, Lourdes Teodoro e Hédio Silva.

Era a grande novidade da Comissão do Negro: buscar conduzir o Partido dos Trabalhadores a uma compreensão de que a questão racial não era acessória e tinha que ser incluída em qualquer consideração estrutural que se fizesse a sério da realidade brasileira. Qualquer pessoa ao folhear os jornais que fazíamos veria que, se a publicação era de uma instância do PT, o partido tinha de fato ampliado seus horizontes e, conseqüentemente, seu conhecimento da realidade que dizia querer transformar.

Só que não era bem assim. Havia uma inclinação para o acolhimento de demandas de movimento social, mas elas deveriam estar submetidas ao controle da direção partidária. E ninguém estava controlando a Comissão do Negro do PT-DF. Havia uma infiltração de ativistas negros de diversas tendências, perturbando, retardando e fraudando iniciativas, articulados

nacionalmente, como testemunháramos no I Encontro do Negro do PT, em março de 1987, em Brasília.

Mas a condução da Comissão do Negro era feita por pessoas vinculadas, de uma forma ou de outra, ao Movimento Negro.

O jornal “Raça & Classe” incomodava por isso, porque sua pauta fazia emergir preocupações naturalmente silenciadas pelas esquerdas brasileiras, era uma pauta de Movimento Negro. Orientadas por uma noção de luta de classes quase abstrata, as esquerdas viam-se contraditadas e não conseguiam reunir argumentos que pudessem dar conta da experiência e de condições de existência da população negra, que insistíamos em salientar na conjuntura. Os fatos noticiados, as experiências de luta, os comentários, se constituíam assim numa ameaça à “posição correta” e precisava ser rechaçada.

E forçávamos o debate sobre raça e classe, de uma perspectiva não reducionista. Nesta mesma segunda edição do “Raça & Classe”, traduzimos do espanhol um fragmento de texto de Pablo Richard (Coordinación Ecuémica Latinoamericana, Lima, 1980), que colocava o debate muito além das perspectivas das esquerdas petistas:

Não podemos contrapor luta racial e luta de classe, nem reduzi-las uma à outra. A força da luta popular de libertação está na combinação dialética de ambas, que se reforçam mutuamente no interior de um mesmo processo político.³³

Na primeira edição, conseguimos um artigo de Florestan Fernandes, escrito especialmente para o “Raça & Classe”, cujo título é “O negro e a democracia”³⁴. Florestan sustentava que “o negro era a pedra de toque da revolução democrática brasileira” e que, de sua perspectiva, havia pouco interesse num debate apenas formal sobre democracia:

A democracia só será uma realidade quando houver, de fato, igualdade racial no Brasil e o negro não sofrer nenhuma espécie de discriminação, de preconceito, de estigmatização e de segregação, seja em termos de classe, seja em termos de raça. (...) O PT precisa avançar muito para acompanhar o processo de luta que emerge por dentro e através desses estratos da população. Porque, nessa esfera, não basta apontar para o caráter emancipador do socialismo proletário. É preciso que o socialismo

³³ Raça & Classe. “Racismo: algumas reflexões”. Brasília, Ano 1, nº 2, ago./set. de 1987.p.7.

³⁴ Idem. Brasília, Ano 1, nº 1, jun./jul. 1987, p.3.

proletário venha embebido de um impulso radical profundo, que ultrapasse a libertação coletiva da classe trabalhadora e destrua até ao fim e até ao fundo, a opressão racial.

Provocávamos assim discussões que não encontravam eco numa rotina partidária por demais rebaixada. Quando, nas reuniões do Diretório³⁵, os participantes faziam “análise da conjuntura”, seguiam, com pouca variação entre os agrupamentos e tendências, praticamente os mesmos padrões e as mesmas referências. Eu me inscrevia para falar, a dissonância era evidente, de outra perspectiva (negra), e buscava resgatar aspectos da opressão cotidiana de uma população que, simplesmente, desaparecia aos olhos de quem supunha encarnar a “consciência teórica” e deter os únicos instrumentos capazes de alterar a realidade.

Lélia Gonzalez tinha sido muito explícita comigo, num debate que tivemos na Universidade de Brasília, em novembro ou dezembro de 1985: “Por causa disso, dentro do PT fui chamada de direita, porque estava levantando essas questões”. Lélia já havia deixado o PT, em 1985, e eu estava ainda cheio de esperanças de alcançar o que chamávamos de “uma resposta partidária para a questão racial”. E ela completou: “Em termos de PT do Rio de Janeiro, temos um senhor de engenho chamado Vladimir Palmeira. Não dá para trabalhar dentro de um tipo de partido como este. (...) No Rio de Janeiro – me perdoem a expressão - não dá pé para nada, nem para ninguém.”³⁶

O debate era sobre “a cidadania e a questão étnica”, com o objetivo de fortalecer o processo constituinte e foi organizado pelo departamento de Sociologia da UnB. Lélia estava na mesa com Carlos Hasenbalg e foi generosa e paciente para escutar minhas intervenções desabusadas e, de certo modo, muito ingênuas, assinalando com ironia que reconhecia na minha fala de coordenador da Comissão do Negro do PT-DF o Programa de Ação do Movimento Negro Unificado (MNU).

No final, vendo que, fugindo aos cumprimentos, eu me retirava discretamente, ela, num movimento bem seu, abriu os braços e me disse: “Você vai saindo assim, à francesa? Me dá um

³⁵ Durante os meus três anos de filiação ao PT-DF, por dois anos integrei o Diretório Regional e fazia parte da Executiva Regional.

³⁶ O debate está transcrito de modo truncado e com erros grosseiros (para se ter ideia, duas falas minhas são atribuídas ao Sr. José Carlos, p.182) em: Teixeira, João Gabriel Lima (Edit.). *A Construção da Cidadania*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. 286p. O trecho citado acima de Lélia está na p.163 e na p. 164.

abraço.” E deixou comigo um cartão com seus contatos, que utilizaríamos mais tarde para lhe solicitar colaboração para o jornal “Raça & Classe” e muitas outras³⁷.

Somente dois anos depois desse encontro com Lélia, eu deixaria o Partido dos Trabalhadores. Não houve tentativa que me convencesse a ficar. Aos olhos de muita gente, eu saía na hora errada, porque o partido crescia e se afirmava como alternativa de oposição. Mas tinha ficado evidente para mim que o que eu buscava construir com a militância contra o racismo não se desenvolveria entre o consentimento e a coerção.

A instância partidária que eu havia lutado para construir no DF se inseria entre esses dois polos. Consentiam, sim, mas dentro de limites bastante estreitos. Ficar seria transigir, ceder à dominação política de correntes que desconsideravam aquela dimensão do real tão intimamente ligada à pessoa em que eu me transformara com tanto esforço.

No início de setembro de 1987, após a os choques e disputas da Convenção Regional, na qual fui reconduzido à Executiva Regional, formalizo meu desligamento do Partido dos Trabalhadores e, no ano seguinte, retorno ao Movimento Negro Unificado (MNU).

³⁷ Lélia Gonzalez, principal intelectual e dirigente do Movimento Negro Unificado, desde a fundação em 1978 até o início dos anos80. Esteve também envolvida na criação do PT e fez parte de sua primeira direção nacional. Em 1982, ficou na suplência de deputada federal (PT-RJ) com cerca de 30.000 votos. Tive o privilégio de editar textos seus no Raça & Classe, na revista Humanidades, da UnB, e no Jornal do MNU. Sua morte em 1994 representou perda irreparável para o Movimento Negro brasileiro.

Capítulo III

**MNU, PROJETO POLÍTICO E
ASSESSORIA PARLAMENTAR****1. “Estamos por nossa própria conta”³⁸**

Após deixar a Comissão do Negro e o PT, eu me dedicava à docência na Faculdade de Artes Dulcina de Moraes e buscava concluir o mestrado em Comunicação. Regina e eu tínhamos decidido viver juntos logo após meu rompimento partidário, em setembro de 1987. Inaê e Tana, nossas filhas, nasceram em janeiro de 1989 e junho de 1991.

Meu retorno ao MNU somente se efetivaria em 1988, depois que goraram as tentativas que fizemos de discutir novas perspectivas de organização política para o Movimento Negro. A quem competia conduzir a luta contra o racismo? Como devíamos nos organizar para cumprir esta tarefa, que não deveríamos repassar para terceiros, sob nenhum pretexto?

Em torno de questões assim, provoquei duas reuniões, ainda no segundo semestre de 1987, com pessoas do MNU e do PT, reuniões discretas, semiclandestinas, em Salvador e Brasília. Participaram dessas reuniões: Julio Camisolão (RS), Hédio Silva Júnior (SP), Luiza Bairros (BA), Valdério Silva (BA), Luiz Alberto (BA), Vera Araújo (DF) Regina Adami (DF).

Havia, no fundo, uma grande curiosidade para saber por que eu tinha deixado o PT. Não é que os limites impostos à militância negra no interior do partido não fossem conhecidos. Todos circulavam limitados pelas demarcações rígidas que separavam o anexo do edifício principal, como eu costumava dizer.

Refiro-me aqui à militância comprometida com as pautas de Movimento Negro. Não era esse o caso nem de ativistas negros vinculados aos grupos de esquerda (principalmente

³⁸ Frase extraída do livro **Escrevo o que eu quero** (ed. Ática, 184 p.), de Steve Biko, lançado no Brasil em 1990, bem no momento em que o MNU, puxado por sua Executiva, rediscutia o Programa de Ação e o Estatuto da entidade. Levei o livro, entusiasmado, para reunião da Executiva em Belo Horizonte. A frase acima abre o primeiro item do novo programa da entidade (“Por um movimento negro independente”).

trotskistas³⁹, mas não somente), nem dos sindicalistas negros. Com raríssimas exceções, esses ativistas realçavam o vínculo corporativo, ou suas presunções revolucionárias, assumindo abertamente o discurso de que a questão racial dividia a classe trabalhadora, com distinções apenas de ênfase.

Todo mundo conhecia os limites, é certo, mas estavam querendo saber por que eu rompia, já que estorvos e óbices faziam parte da rotina na vida partidária. Afinal, o que, de novo, eu estava vendo? E eu via, ou presumia ver, que a conjuntura era favorável à criação de uma organização política negra, superando tensões geradas pela dupla militância (movimento social e partido).

Não há, infelizmente, registro escrito dessas reuniões. As análises de contexto eram lúcidas, mas era também imensa nossa impotência diante de questões práticas. Tínhamos consciência de que travávamos, com a esquerda, uma luta política muito desigual. Ainda mais se considerarmos o momento de ascensão vertiginosa do Partido dos Trabalhadores. Luiza Bairos questionava-me diretamente: "O que faremos com dez anos de MNU?". Havia um patrimônio organizativo e de lutas a preservar, isso era verdade. Mas era verdade também que muita coisa do passado precisava ser deixada para trás.

A vontade de contribuir com uma resposta organizativa, que estivesse à altura de necessidades coletivas mais amplas, me fez ignorar os sinais evidentes de que os embates travados no interior do PT de algum modo se repetiriam no MNU, entidade em boa parte formada por militantes petistas.

Àquela altura, dei-me conta de nossos limites e, mais que tudo, de nossa solidão. Não era bem uma estratégia, "passar por dentro do MNU". Simplesmente, não havia outra opção. Acabei cedendo e quem não era do MNU (excetuando Hédio Silva), optou por filiar-se à entidade. De todo modo, o MNU será revigorado a partir daí pela assimilação de novos pontos de vista e desafios que irão arejar o debate interno e estimular novas práticas.

O protesto massivo de maio de 1988, rejeitando nas ruas das principais cidades as comemorações oficiais do Centenário da Abolição, no qual o MNU teve destacado papel, anunciava também que os problemas enfrentados pelos negros penetravam de vez no espaço

³⁹ No meu curto período de PT-DF, nos anos 80, havia três grupos autodenominados trotskistas: Convergência Socialista, Causa Operária e O Trabalho, os dois primeiros com um número mais representativo de ativistas negros. Fazia-se alusão à Democracia Socialista (DS), mas não existia, até onde sei, representação local.

público. E numa conjuntura em que todas as forças políticas confrontavam seus projetos, o MNU terá a ousadia de defender, como uma ideia possível e necessária, a construção de um projeto apoiado na força política de negros organizados.

Entre 1988 e 1995, vou me dedicar intensamente ao Movimento Negro Unificado. Contribuí efetivamente (1) no debate interno, prolongado, que resultou na revisão dos documentos básicos da entidade, criada em 1978; (2) no fortalecimento e ampliação de sua mídia impressa e nas iniciativas de agitação e propaganda; (3) na discussão central que buscava indicar os caminhos para a construção de uma efetiva força política; (4) na construção da Marcha Zumbi dos Palmares, de 1995, minha última iniciativa no MNU.

Em fevereiro de 1992, publiquei o livro “Bruxas, Espíritos e Outros Bichos”⁴⁰ e, no mês seguinte, assumi a chefia de gabinete do Dep. Florestan Fernandes. Após o lançamento do livro em Brasília, na “Casa do Livro”, Laurez Cerqueira, que estava deixando a chefia de gabinete de Florestan, consultou Regina, minha companheira que também trabalhava na Câmara, sobre minha disponibilidade para assumir o cargo.

Meu primeiro contato pessoal com Florestan Fernandes aconteceu na Câmara dos Deputados, quando fui lhe solicitar uma colaboração, em 1987, para a primeira edição do “Raça & Classe”. Depois, na campanha eleitoral para sua reeleição, em 1990, ele me pediu autorização para utilizar meu nome como apoiador em um panfleto seu, representando a Executiva Nacional do Movimento Negro Unificado (MNU). Tinha feito também uma breve resenha de seu livro “Significado do protesto negro”⁴¹, no Jornal do MNU⁴².

⁴⁰ Belo Horizonte: Mazza Edições, 1992, 74 p. O Sindicato dos Servidores Públicos do DF (Sindsep) tornou possível a impressão do livro.

⁴¹ Jornal do MNU, Brasília, nº 17, set./out./nov. de 1989, p.12.

⁴² Fernandes, Florestan. *O significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989 (Coleção Polêmicas do nosso tempo; v. 33). Reproduzo aqui um fragmento da resenha porque ele expressa bem os termos da discussão em que estávamos envolvidos: “Interar, fundir, transformar simultaneamente, combinar raça e classe

– ‘via para transformar o mundo, para engendrar uma sociedade libertária e igualitária sem raça e sem classe. O nosso debate e o fim do nosso movimento é esse’ (p.12). Em que pesem o empenho do autor em pensar os conflitos raciais de uma perspectiva afro-brasileira e a centralidade em sua reflexão da questão raça e classe, os textos reunidos no **Significado do protesto negro** não se voltam para a grande frustração da década: o embate que se travou entre a militância negra mais consequente e a esquerda no interior dos partidos e suas tendências. Os anos

80 viram surgir e esfacelarem-se os novos guetos, agora partidários (núcleos, comissões, secretarias, subsecretarias, assessorias), sem que nem as cúpulas nem o corpo partidário conseguissem assimilar sequer os dados (mal e porcamamente colhidos) do IBGE... Resultado: há os que ficam para comemorar a aprovação de uma moção no apagar das luzes de um Encontro ou Convenção, há os que saem, ou melhor, retornam ao Movimento Negro, às tarefas de organização de uma força de transformação revolucionária”.

Aceitei o convite de imediato e permaneço no gabinete de Florestan de março de 1992 a janeiro de 1995, quando se encerrou seu segundo mandato. Durante esse período, além de ser sempre liberado para as atividades de Movimento Negro, pude lecionar como professor substituto na Universidade de Brasília (UnB). Durante três semestres, lecionei a disciplina “Leitura e Produção de Textos”, no Departamento de Linguística.

A saúde, nesse agito que vivi entre 1988 e 1995, dava sinais (uma isquemia) de que eu precisava reduzir o ritmo. Foi um susto grande, que me ajudou a parar com o cigarro. Tudo o mais seguiu igual, em cadência acelerada. A dedicatória de “Bruxas” é significativa para se compreender as associações entre meu ritmo intenso como ativista e minhas crenças e motivações mais profundas: “Dedico este trabalho aos militantes do Movimento Negro, com os quais compartilho o privilégio da entrega à luta mais digna”.

A entrega me fazia inconformado com a espera e as acomodações. Aprendi na militância que existe um modo eficiente de reprimir os que se dispõem a fazer, tachando-os de “voluntarista” - quase um palavrão. Não se trata, no caso, de se opor a nenhuma doutrina, mas simplesmente de acusar alguém de seguir as disposições de sua vontade e não as decisões coletivas.

Uma entidade nacional, sem outra fonte de sustentabilidade que a contribuição de seus militantes, e comunicando-se precariamente, é óbvio que exigia todo o tempo, o sacrifício pessoal de abnegados. Mas demandava principalmente capacidade de iniciativa política dos grupos de base e dos indivíduos.

Havia a esse respeito a advertência preciosa de Lélia Gonzalez, colhida numa entrevista realizada em Salvador por Jônatas Conceição e editada e divulgada por mim em Brasília:

Se você mergulhar no movimento, você se afoga – e depois? Depois vai acabar se suicidando, vai acabar um niilista danado: “Sai fora, não quero mais saber de Movimento Negro, acabaram comigo”. Vai embora cuidar do seu projeto individual e não pessoal, e não quer mais saber do Movimento Negro, é capaz até de trair o movimento. Então me parece que esse equilíbrio é fundamental. Você constrói sua vida pessoal, você tem a possibilidade de ser universal, humano, de entender o todo, de sentir esse todo dentro de você. Então você não se sectariza; radicaliza mas

não sectariza. E para isso tem que estar muito atento. Se não vai ser a grande dançada. A gente cansa, a gente morre na praia⁴³.

Eu temia que isso acontecesse comigo e me esforçava para construir uma vida pessoal e familiar. Amava intensamente minha companheira e minhas filhas, preservava nossa intimidade a qualquer custo.

Nessa “grande dançada” a que se referiu Lélia Gonzalez, nossas perdas são inumeráveis. A sociedade brasileira busca isolar o negro de todas as formas, e trabalhará para isso com requinte extremo se ele for um ativista da luta contra o racismo.

Mas havia outra dimensão a considerar. Por essa altura, eu rejeitava, prontamente, as questões relacionadas à pertinência de minha identidade, política e pessoal, mas elas existiam, inclusive no nosso meio. A ênfase na questão se eu era ou não negro era percebida por mim como parte de uma estratégia coercitiva, que visava tão-somente obter meu silêncio e controlar minha iniciativa política.

Uma liderança de São Paulo, que queria minha adesão para o racha que protagonizava em uma entidade de mulheres negras, ao ver que não conseguia alcançar seus objetivos, disse-me, sem rodeios: - Você não é suficientemente negro para compreender isso.

Se havia papéis específicos, e socialmente definidos, destinados a pessoas com a minha aparência, o fato é que eu não os cumpria. E se não era negro por minha aparência, havia construído uma identidade e não pretendia exibí-la nos salões, mas na disputa política.

Cabe aqui uma importante observação de Said: “No entanto, assim como os seres humanos fazem sua própria história, eles também fazem suas culturas e identidades étnicas”⁴⁴. Eu me via assim, construindo uma identidade, travando embates no espaço público.

Minha certidão de nascimento dizia que eu era pardo, uma classificação imposta pelo Estado, apoiado em larga tradição que remontava ao período colonial. Depois da criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), no início da década de sessenta, o Estado me impôs a identidade nordestina, extinguindo a região Leste. O Exército, em 1968, me classificou no certificado de alistamento militar como pardo claro (pd. cl.).

⁴³ Jornal do MNU, nº 19, mai./jun./jul. de 1991, p.9.

⁴⁴ Said, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 510.

Trata-se de definições impositivas e coercitivas, como tantas outras. Ao contrário, minha autoidentificação como negro me trouxe, antes de tudo, uma sensação nova de liberdade, de liberação de energias criativas que me impulsionavam para experiências coletivas, de que participei intensamente.

O problema da identidade negra, no Brasil contemporâneo, é justamente definir-se na confrontação, repelindo a dominação e a subserviência e ameaçando privilégios com suas reivindicações e exigências de cidadania, de direitos sociais e econômicos.

Mas não posso dizer que acusações como a que relatei acima, vindas de nosso próprio meio, não me afetassem e acabassem por influir na minha dedicação à luta contra o racismo. Ao menos até certo ponto, eu me esforçava para ser “negro” o suficiente, o bastante para ser reconhecido pelos demais.

2. A lição dos irmãos maristas

Cheguei ao Colégio Marista, em março de 1991. Um pouco mais de dois meses depois, percebi da cantina dos professores uma agitação de estudantes no pátio e cheguei até a pensar em movimento estudantil. Logo descobri, quando li o conteúdo de cartazes de cartolina, afixados em lugares diversos, de que se tratava de um “leilão de escravos”.

Os “formandos” arrecadavam dinheiro para suas atividades de formatura no decorrer do ano, realizando, entre outras atividades, a venda de colegas, que, devidamente negociados, teriam que dar conta de um conjunto extenso de tarefas para os seus senhores. O leilão era feito com grande afluência de público no pátio da escola, à vista de todos.

Ao repudiar a prática numa reunião de professores e diretores, percebi a minha volta um silêncio premonitório, e pude antever que as advertências nele contidas não eram boas para mim. Como era possível que alunos, em boa parte membros da instituição desde a educação infantil, pudessem recorrer ao instrumento da escravidão para arrecadar dinheiro para despesas de formatura no segundo grau?

Externei com firmeza minha opinião, fui cumprimentado e aplaudido e saí com a convicção de que tinha causado tal constrangimento que minha presença ali seria muito breve. As verbalizações enfáticas, em sentido contrário, nunca me convenceram; nem mesmo quando

diziam, com tapinhas no ombro, que minha fala tinha aprovação unânime (uma raridade no colégio, acrescentavam) e que a prática seria extinta.

A oportunidade não se fez esperar e, quando me recusei a fazer um acordo salarial, sem a presença do sindicato, repeli a proposta da diretoria do colégio com a Constituição na mão, indicando o capítulo dos direitos sociais. E indagando qual seria, caso aceitássemos a sugestão da diretoria, os outros artigos da Constituição que deveria, em seguida, ignorar?

O auditório dava para um pátio interno e pelas portas entreabertas a assembleia era acompanhada por muitos alunos. Dias depois, fui chamado à sala da direção e informado que, infelizmente, o colégio não poderia manter um professor que não respeitava sua diretoria.

Nunca havia sido demitido, e essa única vez me encheu de orgulho, em que pesem as circunstâncias duras de estarmos no mês de setembro, e eu e Regina com duas filhas bem pequenas. Curiosamente, fui procurado, dias antes da demissão, pelo professor de História Kleber Chagas, representante do corpo docente do Marista na diretoria do Sindicato dos Professores. Kleber estava licenciado para exercer seu mandato no sindicato e veio me aconselhar a “baixar a bola”, porque o sindicato não poderia evitar minha demissão. Mas não baixei a bola.

Professor da rede privada demitido em setembro tem que penar até o início do próximo ano. Vou então fazer bicos de revisão e lecionar em cursinhos, atendendo ainda as demandas de Movimento Negro, que se intensificam no período. Tomei coragem e resolvi editar parte da minha dissertação de mestrado, a que acrescentei pequenos textos já publicados em jornais.⁴⁵

Tive muita ajuda para imprimir o livro e mais ainda para fazê-lo circular em nosso meio⁴⁶.

⁴⁵ Os jornais me acompanharam sempre. Minha dissertação de mestrado é uma leitura do noticiário jornalístico sobre o centenário da abolição (edições de 12, 13 e 14 de maio de 1988 de veículos representativos de todas as regiões do Brasil). A divulgação do livro se fez quase que exclusivamente entre ativistas e simpatizantes. Para minha surpresa, em 2005, a Universidade de Brasília incluiu dois trechos do livro na prova de redação de um vestibular com forte presença temática da África: uma análise de anúncio da C& A, publicada originalmente no jornal Raça & Classe, e uma avaliação do centenário da Abolição, que os concorrentes deveriam dar continuidade, elaborando um texto argumentativo. UnB/CESPE – 2º vestibular de 2005/1º dia, Caderno Rubi, pp.17-18.

⁴⁶ Tive ajuda de companheiros do MNU para lançamento de “Bruxas, espíritos e outros bichos”: em Brasília (Casa do Livro, 25 de março de 1992), em Porto Alegre (Casa de Cultura Mário Quintana, 3 de abril de 1992), Salvador (Centro de Estudos Afro-Orientais, 07 de abril de 1992), Goiânia (Casa de Redação, 12 de julho de 1992); em São Paulo, na sede da OAB, em maio de 1992, graças ao empenho de Dulce Pereira, e em Paracatu-MG, na festa dos 250 anos da cidade, em 25 de junho de 1994, por iniciativa de Benedita Gouveia Damasceno.

3. O chefe que deixava ler no trabalho

Florestan Fernandes deixava as pessoas a sua volta completamente à vontade, no gabinete e fora dele. Suas delicadezas incluíam o pessoal da limpeza, geralmente invisíveis para os demais parlamentares, e os adversários ideológicos. Ele se curvava diante das mulheres, todas, sempre galante.

Não me deixava contribuir para o PT com parte do meu salário, como era de praxe nos gabinetes. Ele dizia aos cobradores do partido que eu não era mais filiado ao PT e que já contribuía para o movimento negro.

Nunca reprimiu a leitura, ao contrário, a estimulava com um ou outro comentário. E todos o chamavam de “Professor Florestan”.

“Você não precisa pedir autorização para isso, pegue as passagens e vá”. Era assim que ele respondia, quando havia alguma urgência, como quando aconteceu o assassinato de dois filiados ao MNU no Rio de Janeiro, e era preciso viajar imediatamente.

Não participava do troca-troca das emendas parlamentares, que repudiava com veemência, e defendia um congresso unicameral, sem revisões e controles. Era também firme defensor do parlamentarismo. Mesmo abatido pela doença, seguidas vezes o levamos às pressas para o Serviço Médico, era o primeiro a chegar às reuniões da Comissão de Educação.

Do gabinete seguia para a “Folha de S. Paulo” o texto de sua coluna semanal, via fax. Ele o escrevia à mão e repassava para que o inseríssemos na lauda da Folha, de que tínhamos cópias no gabinete. Era impressionante sua precisão e controle dos limites editoriais e na maioria das vezes ele cobria exatamente as 23 linhas da lauda. Quando isso não acontecia, ele pedia para que cortássemos o excesso e voltássemos com o texto enxuto, para uma última revisão. Ele não gostava nunca de “cortar” o próprio texto.

Almoçávamos juntos no restaurante natural da Câmara e sempre penso que escapei de riscos mais graves à saúde, no período, por ter parado de fumar e me submetido à dieta rigorosa do professor Florestan. Nas conversas durante o almoço ele preferia falar do passado mais ou menos remoto: a infância dura, os esforços para dar continuidade aos estudos, as mudanças por que passou a cidade de São Paulo, seu interesse pelo cinema.

Era capaz de perceber os mais leves sinais de preocupação na fisionomia dos que estavam a sua volta e, em seguida, chamava o funcionário a sua sala e perguntava-lhe o que estava acontecendo, oferecendo-se de imediato para ajudar. Fazia isso sempre de modo delicado e afetuoso, voz baixa, porta fechada.

Seu distanciamento do Partido dos Trabalhadores vinha se acelerando após a realização do I Congresso (1991) e era visível para todo mundo a forma como a bancada o deixava de lado. O pretexto público eram suas debilidades de saúde, mas a razão principal eram suas críticas, e a principal delas era que “O PT não pode se eximir da obrigação fundamental de congregar as verdadeiras forças sociais inconformistas e de esquerda”⁴⁷. Era tudo que o PT não queria ouvir naquele momento em que fazia sua guinada em direção ao centro e o descarte das forças de esquerda que o acompanhavam desde a fundação.

Durante a tentativa de reforma da Constituição liderada por forças conservadoras e rejeitada pelo PT, surgiu a oportunidade de o conflito se tornar mais explícito. Florestan decidira acolher a recomendação da liderança da bancada, no sentido de não participação na pretendida reforma. Os parlamentares petistas, portanto, foram orientados a não apresentar qualquer emenda à Constituição.

Florestan, que já havia recebido sugestões de associações de docentes, com as quais tinha diálogo intenso, prontificou-se, seguindo a orientação da Liderança na Câmara, a não encaminhá-las. Com uma exceção, no entanto. Tratava-se de uma proposta de emenda à Constituição, criando um capítulo dedicado aos negros.

Em carta dirigida ao líder da bancada, José Fortunati (PT-RS), Florestan justificou sua desobediência, que não queria que fosse vista simplesmente como uma “atitude de rebelião”. Ele iria justificá-la “em termos de objeção de consciência”.⁴⁸

É um documento extraordinário, sob múltiplos aspectos. Um intelectual branco explicita as razões que o prendem ao movimento negro. Primeiro, refere-se a sua trajetória de

⁴⁷ Fernandes, Florestan. O PT em movimento – Contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez Editora; Autores Associados, 1991. p. 80.

⁴⁸ Carta à liderança do PT. Brasília, 14 de dezembro de 1993. Em Fernandes, Florestan. *Consciência negra etransformação da realidade*. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1994, p.15. [Série Separata de Discursos, Pareceres e Projetos, nº59/94.]

pesquisador acadêmico, onde as reflexões sobre a população negra, no escravismo e no período pós-abolição, ocupam lugar de destaque.

Em seguida, chama a atenção, mais uma vez, para a centralidade da emancipação das minorias étnicas para “a construção de uma sociedade democrática autêntica”:

Como socialista, como militante de movimentos de protesto social, como sociólogo e professor, coloquei-me na vanguarda dos que combatiam pelo protesto negro. A “questão do negro” não é, apenas, uma “questão social”. Ela é simultaneamente racial e social. Além disso, é a pior herança da sociedade de castas e estamentos. Ela trouxe para o presente todas as formas de repressão e opressão existentes em nosso país. É o teste à existência da democracia no Brasil. Enquanto não houver liberdade com igualdade do elemento negro, a ideia de uma “democracia racial” representa um mito arraigado entre os brancos, ricos ou pobres. Por isso, devemos repelir esse tipo de racismo, que indica objetivamente que formamos uma sociedade hipócrita e autocrática.

Sinto vergonha dessa realidade e penso ser meu dever lutar contra ela com todo o vigor. A democracia não pode excluir “os de baixo” e, especialmente, preservar a “vergonha de ter preconceito”, mantendo-o e reproduzindo-o dissimuladamente. Prefiro participar da fraternidade dos companheiros negros e combater por uma democracia plena, na qual a liberdade com a igualdade seja válida como objetivo universal.

Agradeço a atenção que me for dispensada e aguardo da Bancada do PT apoio para a emenda.⁴⁹

Após o envio da carta, não chegou ao gabinete nenhuma manifestação da Liderança, exceto telefonemas de funcionários subalternos, após a apresentação da emenda, querendo saber de mim se a assinatura que constava na emenda era mesmo do deputado Florestan Fernandes.

A peça que Florestan propunha ao debate do Congresso incluía um capítulo IX (*Dos negros*) ao título que trata da ordem social e busca proteger a herança cultural dos negros, que inclui a religião e a participação nos acontecimentos históricos, assegurar a posse de territórios, a participação no mercado de trabalho, proteção dos efeitos desintegradores determinados pelo racismo, e medidas especiais para favorecer a escolarização.

⁴⁹ Idem, ibidem. p. 16.

Sobre medidas especiais, é importante aqui recordarmos que durante o processo constituinte, Florestan já havia encaminhado ao relator da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, João Calmon, Projeto de Dispositivos Constitucionais, com um conjunto de medidas educacionais, que associava a “educação escolarizada e a cidadania plena”. Entre essas importantes sugestões, quero destacar a que trata de ações afirmativas, sem usar ainda essa expressão:

Os indígenas, os negros e mulatos, as populações rústicas, os favelados, as crianças sem lar e todos os que são afetados por condições de maior privação econômica, social e educacional serão beneficiados por programas especiais, em conformidade com a lei, que confirmam vantagens relativas (...) com o objetivo de neutralizar os fatores que os impedem de conseguir o aproveitamento igualitário das oportunidades educacionais⁵⁰.

Na proposta de emenda à Constituição, de 1993, Florestan afirmara que “A oferta de ensino gratuito não é suficiente para integrar e reter estratos da população negra nas escolas” e essa “contradição” seria corrigida através de bolsas de estudo.

Não houve nenhuma manifestação sobre o conteúdo da emenda, nem dentro nem fora do partido. Em novembro de 1994, quase um ano depois, Florestan ocupou a tribuna da Câmara para, de improviso, falar sobre o Dia da Consciência Negra. Consciência que ele entendia como diferenciada, porque “traduz a disposição de ser ele próprio [o negro] e não o branco o autor de sua auto-emancipação coletiva”. E acrescentava: “Os negros não podem esperar de uma sociedade como a nossa que ela se abra para seus problemas fundamentais⁵¹.”

Ao agradecer ao presidente da sessão pela dilatação do prazo, que lhe permitiu concluir o pronunciamento, disse, emocionado: “palavras que disse aqui com todo o empenho de meu ser e da minha vontade”.

Estávamos chegando ao final do mandato e eu insistia com Florestan para que tornasse público o episódio, divulgando os documentos. Depois de hesitar, ele acabou concordando⁵² e

⁵⁰ Fernandes, Florestan. *O processo constituinte*. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1988, p. 120. [Série Separatas de Discursos, Pareceres e Projetos, 26.]

⁵¹ Fernandes, Florestan. *Consciência negra e transformação da realidade*. p.8.

⁵² Para minha alegria, Florestan abriu a introdução da separata fazendo alusão a minha insistência e a seu compromisso com o Movimento Negro: “O presente folheto originou-se de uma iniciativa do Prof. Edson Lopes Cardoso, chefe de gabinete e meu principal colaborador. Vacilei em aceitar a ideia. Pensando melhor, logo constatei que ele tinha razão. Em suas páginas, encontra-se uma das razões da atividade parlamentar que prometi

foram feitas dez mil cópias de uma separata, da qual consta uma introdução, o pronunciamento de novembro, o texto da emenda e a importante carta ao líder Fortunati, com a alegação de razões de consciência para não acompanhar o partido⁵³.

Não fico com o partido, fico com o movimento negro. Isso dito por quem atribuía ao partido grande papel transformador era claramente uma dura crítica à legenda que, em sua visão, se dissipava “nos fins institucionalizados e regulados pela ordem, no plano da representação e das eleições ritualizadas”⁵⁴.

Uma coisa era a teorização sobre os papéis decisivos de um partido revolucionário em uma realidade em transformação, outra coisa muito diferente era a legenda real e concreta, que se conformava “com as estreitas possibilidades liberais e social-democráticas da transformação da ordem”⁵⁵.

Na contribuição que encaminhara ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores, em 1991, Florestan já tinha chamado a atenção do PT para a necessidade de se debruçar sobre o conteúdo, reformista ou revolucionário, dos movimentos sociais destacando o Movimento Negro⁵⁶:

O significado revolucionário explícito e larval da raça, como categoria social, contém implicações e desdobramentos insondáveis. Pensar a revolução como possível no Brasil, sem pôr lado a lado classe e raça, equivale a desperdiçar um arsenal nuclear que nunca funcionará como um todo dentro da ordem. O partido precisa realizar uma rotação para se desprender do horizonte cultural burguês e do seu senso comum, feito de estigmatizações e preconceitos, para encarar de frente o Brasil real e suas exigências históricas irreprimíveis.⁵⁷

ao MNU e a outros setores da comunidade negra de São Paulo, das quais tive forte apoio nas duas eleições a que concorri”. *Consciência Negra e transformação da realidade*. p.5.

⁵³ Chegou ao gabinete correspondência de Clóvis Moura, sociólogo negro com vasta e importante bibliografia sobre o tema, solidarizando-se com Florestan Fernandes. A única manifestação de que me recorde.

⁵⁴ Fernandes, Florestan. *O PT em movimento—Contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores*. pp.76-

77.

⁵⁵ Idem, *ibidem*.

⁵⁶ Tratei dessa contribuição de Florestan Fernandes ao I Congresso do PT em artigo. Ver: Cardoso, Edson Lopes.

“O desafio de controlar a própria explosão”. Em: Pantoja, Selma (Org.). *Entre Áfricas e Brasis*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2001. pp. 179-190. Mais tarde, ampliei minhas reflexões na palestra “Algumas observações sobre visões conflitivas de movimento negro”, proferida no evento “Respostas ao racismo – produção acadêmica e compromisso político em tempos de ações afirmativas”. Promoção: Pós-graduandos em História, Cecut e IFCH – Unicamp. Data: 3 de dezembro de 2009. Local: Auditório do IFCH – Unicamp, Campinas. Este texto, inédito, está na Parte II deste trabalho.

⁵⁷ Fernandes, Florestan. *O PT em movimento—Contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores*.p.79.

A questão levantada por Florestan era, em certa medida, a mesma que discutíamos no MNU. Só que nosso entendimento era o de que nós mesmos deveríamos controlar o poder transformador das contradições raciais e não o partido.

Duas palavras logo me atraíram no fragmento da tese de Florestan: “insondáveis” e “irreprimíveis”. Eu sei que é fundo, mas não sei quanto é fundo; e, seja lá como for, não podem ser contidas ou dominadas.

As implicações, os desdobramentos, as exigências apresentavam-se numa tal dimensão que o partido, para quem o conhecia por dentro, estava destinado a passar ao largo dessas possibilidades que poderiam impulsionar uma nova ordem de justiça e solidariedade.

Não era um equívoco apenas do Partido dos Trabalhadores, é preciso frisar isso. À esquerda brasileira, mesmo àquela anterior ao surgimento do PT, parece ter sempre faltado uma percepção mais aguda de nossas reais condições históricas. Fixar a atenção no que chamam de “determinação econômica”, de que tudo o mais é puro reflexo, sempre foi a atitude dominante⁵⁸.

Mas o fato é que se perdeu aí uma inédita oportunidade de diálogo. O Partido dos Trabalhadores recusou-se a realizar a rotação sugerida por Florestan. O PT em ascensão contará com seus próprios negros, com graus variados de ligação com o movimento social, e as inserções institucionais criarão novas formas de subordinação e dependência.

As prefeituras, no início, depois os governos estaduais e federal, com suas assessorias, subsecretarias e, eventualmente, secretarias, assegurarão o que Florestan gostava de chamar de “acefalização dos dominados”, esvaziando o movimento negro de alguns de seus principais quadros.

4. Uma declaração de independência e o isolamento do MNU

Vivemos no MNU, entre 1988-1995, o sonho de criação de uma organização política. Na edição nº 20 do Jornal do MNU, poucos meses antes de começar o trabalho no gabinete de

⁵⁸ A respeito de reducionismo, economicismo e simplificação da estrutura das formações sociais, na relação direta com a percepção dos problemas do racismo, ver Hall, Stuart. *Da Diáspora—identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: Unesco, 2003. p. 303 e seguintes.

Florestan Fernandes, editamos uma longa entrevista com Luiza Bairos, a primeira coordenadora nacional do MNU.

A entrevista, realizada em Salvador, tinha como objetivo disseminar as ideias que circulavam em intenso debate no interior da organização e fora dela⁵⁹. Desde o IX Congresso Nacional do MNU, realizado em abril de 1990, em Belo Horizonte, o conjunto dos ativistas havia aprovado a figura do coordenador (a) nacional, acompanhando outras importantes modificações nos documentos básicos (programa de ação e estatuto).

Eleita coordenadora do MNU somente no X Congresso, realizado no Rio de Janeiro, em março de 1991, Luiza Bairos, anuncia em entrevista de quatro páginas (tamanho tablóide) a construção do projeto político como o elemento-chave do novo MNU:

Jornal do MNU - Todo mundo está falando em projeto político, tanto entidades domovimento negro como outras organizações políticas. Até o presidente da República tem falado num projeto político amplo, etc. O MNU tem priorizado a elaboração a elaboração de um projeto político, uma das decisões do Congresso. Em que nos distinguimos desses projetos em elaboração, em que o nosso projeto é diferente?

Luiza - Acho que a diferença na colocação que o MNU faz do projetopolítico reside, num primeiro momento, na crença de que é possível se construir uma força política nesse país baseada no povo negro. Essa primeira diferença é fundamental. Construir uma força política capaz de disputar com um projeto que seja elaborado a partir de sua própria perspectiva, do seu próprio lugar. Não o lugar da subordinação em que a sociedade tem tentado nos atirar ao longo dos séculos, mas o lugar do sujeito político, responsável por seu próprio destino.

Para além disso, outro aspecto que eu considero superimportante, na colocação do MNU, é que não se trata de um projeto político do negro para o negro, ou seja, o negro pensando para dentro da sua própria comunidade, mas sim o negro pensando para a sociedade brasileira como um todo e levando em conta todos os povos, todas as raças que a compõem. Considero que isso é que dá a mudança efetiva de qualidade desse projeto que o MNU pretende.

Estamos apostando hoje na possibilidade de disputar não mais um espaço dentro de outros projetos para as nossas questões, que são tidas como menores. Mas

⁵⁹ A entrevista foi realizada no bairro do Engenho Velho, onde residiam Jônatas Conceição e Luiza Bairos, no dia 22 de outubro de 1991. Além de mim, participaram Jônatas e Sayonara, gaúcha, vizinha do casal e também do MNU. Editei a entrevista em Brasília, que saiu publicada com grande impacto no Jornal do MNU,

edição nº 20, de out./nov./dez. de 1991, pp.8-11.

nós estamos apostando na possibilidade de que, através das nossas questões, nós consigamos efetivamente tocar, e tocar muito fundo, nas questões nacionais, nas questões que dizem respeito à sociedade como um todo. O MNU tem participado de muitas discussões e debates a respeito disso, e tem sido extremamente questionado.

E é muito interessante perceber que nos demais setores, principalmente nos setores políticos dominados por pessoas brancas, eles percebem exatamente qual é a potencialidade desta nossa proposta. E percebem essa potencialidade muitas vezes com algum medo, porque na medida em que modificamos a forma de nos colocar perante o Brasil, nos constituímos, nos efetivamos como uma ameaça do ponto de vista de determinados espaços de poder que existem na sociedade. Passamos a ser uma força que compete por determinadas posições.

Não se trata mais de ficarmos o tempo todo implorando, digamos assim, para que outros setores levem em conta nossas questões, que abram espaços para que o negro possa participar. Essa fase efetivamente acabou. Daqui para a frente, vamos construir alternativas próprias e, a partir dessas alternativas, criar para o povo negro como um todo no Brasil uma referência positiva, que atualize essa imagem do negro lutador, que hoje só é vista no passado⁶⁰.

Nesta mesma edição do Jornal do MNU, consta ainda o documento “Projeto – político – desafios e perspectivas”, que não tem a mesma qualidade de análise e argumentação da entrevista de Luiza Bairos. Expressa, no entanto, em maiúsculas que o projeto político a ser gestado deve ser entendido como uma declaração teórica, política e ideológica de que “PRETENDEMOS A LUTA PELO PODER”⁶¹.

Em novembro de 1991, se realiza em São Paulo o I Encontro Nacional de Entidades Negras. A edição do Jornal do MNU nº 20 queria estimular o debate das entidades sobre a importância da construção do projeto político. A entidade que surgirá desse encontro se chamará Coordenação Nacional das Entidades Negras (Conen), da qual o MNU não participará e com a qual rivalizará. E não poderia ser diferente. A Conen agrega negros vinculados ao PT e ao PC do B, articulações de entidades com vínculos com a Igreja Católica e grupos menores.

A declaração política de independência do povo negro, que exige o fim de todas as formas de clientelismo e subalternização, isolará nesse contexto o MNU e fortalecerá sua fama de expressão de negros radicais.

⁶⁰ Jornal do MNU, nº 20, p.9.

⁶¹ Idem., p. 3

A discussão das cotas, que ganhou corpo aos poucos, a partir do período da Constituinte, pode servir de exemplo do empenho do MNU de pensar a questão racial como uma dimensão estrutural. O MNU recusou-se sempre a aderir a propostas em que o racial fosse um mero acessório e que não tivessem desdobramentos que implicassem a transformação da realidade do conjunto da população negra:

Ele [*o sistema de cotas*] funciona numa perspectiva capitalista de formar uma determinada classe com poder de estar inserida na sociedade com todas as condições de consumo que ela oferece. É um esquema que cria consumidores. Agora, ele não cria, necessariamente, força política, principalmente quando se considera que está colocado dentro de uma sociedade capitalista que é, por natureza, limitada. Então é uma ideia que já nasce para privilegiar uma minoria. Isso é intrínseco à ideia. Eu até admito num determinado momento histórico, como aconteceu nos EUA, vislumbrar isso como saída. Agora, sabendo disso hoje no Brasil, tentarmos trazer isso para cá, é equivocado.

Quem aposta no racismo como um fenômeno superficial dentro dessa sociedade, tem mais tranquilidade para fazer este tipo de proposta. Quem não está querendo dar à luta anti-racista o potencial transformador que ela tem, propõe isso porque age na superfície. Isso é um tipo de proposta que, em 88, até um Sarney simpatizava e ele verbalizou isso no discurso que fez no 13 de maio, quando se referiu à criação de uma elite negra.

Então, em minha opinião, não há possibilidade de aderir a uma proposta, relacionada à ampliação da participação do negro, concordando com Sarney e adjacências.⁶²

Ainda sobre as ações afirmativas, o documento encaminhado ao I ENEN afirmava:

Não se trata, portanto, de inscrever nossas reivindicações como apêndices de programas que não contemplem uma compreensão sobre a natureza racista das relações sociais no Brasil. Medidas reformistas e compensatórias, por si só, não serão suficientes para repor a cidadania plena do negro. As reformas e as medidas compensatórias serão necessárias e consequentes se fizerem parte de um processo que, no limite, subverta as relações raciais no Brasil.⁶³

As preocupações levantadas pelo MNU antecipam em uma década a discussão das ações afirmativas, que em 1991 ainda engatinhava. As ações afirmativas, alertava o MNU, poderiam

⁶² Jornal do MNU, nº 20, p. 10.

⁶³ Idem, p. 3.

existir e pouco alterar das relações raciais no Brasil. Em vez de provocar debate, o que se disseminava em nosso meio era a simplificação de que o MNU era “contra as cotas”.

Havia um grupo de ativistas no MNU mais intelectualizados, com alguma formação acadêmica, mas não era essa a explicação da força desse momento singular que foi o MNU na história do movimento negro no Brasil, embora não se possa desprezar essa variável.

Os indivíduos se orgulhavam da história de uma organização que surgira na rua, em 1978, no contexto da ditadura militar e que não queria ser mera correia de transmissão partidária. As diferenças regionais causavam tensão permanente, e efeitos políticos desastrosos, entre as diferentes seções estaduais. Não era fácil ser um dirigente nacional do MNU.

Até hoje, as pessoas que viveram o período juntas, com vínculos de fato com o MNU, guardam um tipo de reconhecimento que não é meramente discursivo ou alusivo a um conjunto de práticas específicas e datadas, situações e eventos.

Para além mesmo de toda camaradagem e afeto, foi um momento em que “nos representamos negros capazes de, reconhecendo-se em outros negros, empenhar-se para transformar a realidade a nossa volta”.

Éramos ou nos sentíamos de algum modo mais livres os negros do MNU. Ser do MNU conotava rebeldia, coragem de enfrentar a violência racial e autonomia para propor a construção de um projeto político.

No entanto, o MNU foi vaiado no I Encontro Nacional de Entidades Negras, as quais demonstraram pouco interesse na discussão de Projeto Político. O entendimento era que o significado legítimo dessa discussão era dado pelas legendas partidárias a que os agrupamentos mais expressivos se vinculavam.

Muitos ativistas do MNU eram também associados a partidos de esquerda, os quais, no período, conquistam prefeituras e abrem espaços (empregos) para militantes de movimento social.

As dificuldades de sustentação financeira, o regionalismo, a tensão com os partidos de esquerda, internalizada pela dupla militância de muitos companheiros, vão afetar gravemente o MNU. É tempo de partidos, de institucionalização acelerada de demandas de movimentos sociais e de sindicalismo de resultados. O momento é crítico para o MNU.

A ida de Luiza aos Estados Unidos para fazer o doutorado, a saída de Dionísio Guevara, um hondurenho que fez medicina em Goiânia e, enquanto fazia residência em São Paulo, foi-se afastando progressivamente do MNU, foram duros golpes na capacidade de elaboração da entidade. Há muitas outras perdas significativas, em Minas, Pernambuco, São Paulo e Rio, mas aquelas foram, para mim, as mais expressivas. A contribuição de Dionísio aos debates travados na Executiva Nacional, entre os anos decisivos de 1988 e 1992, foi preciosa e fundamental.

É preciso ainda considerar o surgimento e fortalecimento de organizações não-governamentais que, pouco a pouco, foram introduzindo a ideia de projeto, da captação de recursos públicos e privados e do fim da militância voluntária, o que abalava também profundamente o MNU.

A partir daqui passa a predominar nos debates a discussão de “políticas públicas” e, em seguida, das “parcerias”. Uma entidade que pensava mudança estrutural e confronto, como o MNU, vai começando a parecer, como no poema de Fernando Pessoa, “uma sombra num chão irreal, um sonho num transe”.

Eu resisti até 1995, porque, a partir de Brasília, tinha me libertado de vínculos regionais. O GT local a que eu estava ligado era o GT Formação, mas nossas iniciativas estavam longe de serem caracterizadas como de alcance estritamente local. Levo a ideia da Marcha a Brasília, no início de 1995, para uma reunião da Executiva em Salvador. A proposta foi aceita com muitos senões e, no momento que saio para articular seu encaminhamento, em nível nacional, começo a sair também do Movimento Negro Unificado.

A sigla persiste ainda nos dias de hoje, em lenta agonia, esvaziada de energia criadora. Mas qualquer que seja o futuro da luta contra o racismo no Brasil, o MNU foi um de seus momentos cruciais.

5. Assessoria na mesa da Câmara

Em 1997, eu editava o informativo Ìrohìn, na etapa anterior a sua transformação em tablóide, quando fui convidado pelo deputado Paulo Paim para retornar à Câmara dos Deputados. Após a Marcha Zumbi dos Palmares, de 1995, eu me concentrara em duas ideias: o acompanhamento legislativo e administrativo e a capacitação de entidades do Movimento

Negro para o novo momento de conquistas institucionais⁶⁴. O convite de Paim era, sinal dos tempos pós-Marcha, para assessorá-lo na Terceira Secretaria da Mesa Diretora.

Como terceiro-secretário, Paim poderia dispor de meios para contratar assessores especializados e o que combinamos foi que eu me dedicaria exclusivamente à temática racial. Seria, portanto, assessor de relações raciais, a forma mais palatável, digamos assim, que encontramos para justificar a contratação. O que não impediu que, de todas as assessorias propostas por Paim, a única a encontrar resistências da Liderança do PT (o líder na ocasião era José Genoíno) foi a minha.

Em razão mesmo das resistências, fiz imprimir um cartão de apresentação com a indicação de meu cargo na Terceira Secretaria: assessor de relações raciais. E seu teor provocava perplexidades e indagações curiosas, algumas agressivas. Minha contribuição efetiva durante os dois anos que durou o mandato de Paim na Mesa da Câmara foi trabalhar no sentido da cotidianização do tema racial, de uma perspectiva negra, e abrir o leque de iniciativas legislativas, aproximando-as das pautas do Movimento Negro.

Em 1997, o calendário de datas comemorativas e de denúncias do Movimento Negro (MN) já havia conquistado espaço de registro na tribuna do Plenário: 21 de Março, 13 de Maio, Revolta dos Malês, 20 de Novembro. Mas faltavam pontos importantes da agenda política do MN e o registro das discriminações cotidianas, algumas delas, sua parte ínfima é verdade, com registro jornalístico.

⁶⁴ O editorial da primeira edição do *Ìrohìn* “Novos e mais complexos desafios” foi divulgado em sua capa e foi assinado por mim e mais Hédio Silva Júnior e Maria Aparecida Silva Bento (Ceert-SP) Sueli Carneiro (Geledés-SP), João Carlos Nogueira (NEN-SC) e Ivanir dos Santos (CEAP-RJ). Um trecho: “Assim é que o binômio lutas sociais/conquistas institucionais revela-se particularmente verdadeiro ao estágio atual da luta contra o racismo no Brasil. Tomados em conjunto, esses dados não apenas situam a capital administrativa do país como **locus** privilegiado da ação política, assim como colocam para o Movimento Negro o desafio de atuar no sentido de que as conquistas institucionais se traduzam em direitos efetivamente exercidos e em avanços econômicos e sociais para o nosso povo. Movidos por essa possibilidade, tomamos a iniciativa de potencializar um Escritório de Acompanhamento das Iniciativas Legislativas e Administrativas, em Brasília, com o propósito de divulgar amplamente informações, subsidiar a ação das entidades negras, desenvolver um programa de formação que capacite a militância para a intervenção no plano institucional e fomentar a produção sobre legislação e políticas públicas”. *Ìrohìn*. Brasília, ano I, nº 1 maio/junho de 1996. Conseguimos, nós do *Ìrohìn*, recursos junto à Fundação Ford, ao Ministério do Trabalho e à Fundação Cultural Palmares para realizar três etapas do Curso de Capacitação em Administração Pública da Comunidade Afro-brasileira (1998, 1999 e 2001). Ao todo foram 90 representantes de entidades negras de 21 estados e os conteúdos versavam sobre orçamento, teoria geral do Estado, direito constitucional, fiscal e tributário, e políticas públicas. Os cursos foram realizados na Escola Nacional de Administração Pública, onde os bolsistas ficavam hospedados durante três semanas. A coordenação geral foi de Regina Adami e contamos com a consultoria do CIASH (consultoria, Investigação e Assessoria nas Áreas Social e Humana). O pioneirismo da iniciativa foi registrado por LundeBraghini em reportagem que publicou no “Jornal de Brasília”, *Militando com a política na pele*. edição de 23/11/98, p.3.

Abdias do Nascimento havia feito, de 1983 a 1986, um mandato exemplar, incorporando o cotidiano opressivo da população negra a seus discursos e iniciativas. Paulo Paim era um combativo sindicalista, mas com formação muito distinta de Abdias. Paim acompanhava de perto a importância crescente do tema e sabia de seu significado para parte importante de seu eleitorado no Sul – isso justificava a contratação de um assessor. Masele era também muito sensível às resistências que se opunham a um tratamento prioritário à luta contra o racismo. Afinal, seu eleitorado não era constituído apenas de eleitores negros.

Creio que temia comprometer-se demasiadamente com o tema, ao ponto de prejudicar o diálogo com os brancos à frente de sindicatos e federações que o apoiavam. Ele sempre buscou compensar seu isolamento na bancada e no partido com uma intervenção de mídia extraordinária e um leque diversificado de temas de movimento social. O fato de priorizar os ganhos reais para o salário mínimo e as reivindicações de aposentados (bandeiras diretamente relacionadas com a população negra) de algum modo, em sua própria consciência, compensavam sua timidez e uma espécie de “morde e assopra” para fazer o enfrentamento ao racismo.

Dependendo, portanto, do tom do pronunciamento que eu fizesse, ele subia à tribuna, fazia um breve resumo, como quem lê uma ementa, e dava o pronunciamento por lido. Isso aconteceu muitas vezes. Mais tarde, no biênio 2002-2003, quando se elegeu senador pela primeira vez, voltei a assessorá-lo na Primeira Vice-Presidência do Senado e era a mesma dificuldade para a manifestação de uma consciência crítica, de uma perspectiva negra, que não tivesse tanta satisfação a dar. Não foi diferente com Ben-Hur Ferreira, outro parlamentar negro do PT que assessoriei na Câmara.

No exercício do mandato, o político profissional negro move-se com tantos cuidados e cálculos que a temática racial, creio eu, lhes parece quase sempre regida por diretivas que se opõem a sua sobrevivência eleitoral.

Ao mesmo tempo em que precisam abordá-la, por demandas da conjuntura e por imposições a partir de dentro, precisam ter cautelas tanto com os intelectuais orgânicos do MN, como disse certa feita Benedita da Silva, quanto com os valores da cultura política predominante entre nós. Valores que somente podem ser contrastados, da perspectiva do político negro profissional, dentro de limites muito estritos.

Eles parecem saber bem em que terreno estão pisando. Há, de fato, um temor imposto de fora, que é tanto mais intimidador, quanto mais frágeis são as debilidades do MN. Sem nem ter o apoio de sua própria bancada, o político negro teme, no fundo, ser rotulado como um político que não trata das “grandes questões nacionais” e sim de grandes questões psicológicas, subjetivas.

Não é minha intenção que essas reflexões de algum modo possam sugerir que os anos de parlamento, especialmente na assessoria de Paulo Paim, foram pouco fecundos. Ao contrário, a aprovação da Lei 9.459, de 1997, que inseriu no Código Penal a injúria racial, os projetos de lei (saúde, mercado de trabalho, meios de comunicação, que darão origem ao Estatuto da Igualdade Racial), os pronunciamentos, artigos e seminários contribuíram para impulsionar o tema dentro e fora do Congresso.

Paim sempre soube que não se alcançariam esses resultados sem a incorporação de uma cultura militante. E eu penso tê-la representado bem. A questão é que eu colocava as tarefas relacionadas ao enfrentamento ao racismo no plano das necessidades imprescindíveis e inegociáveis. E era preciso enfrentar o controle institucional, o controle partidário, o jogo do próprio parlamentar, concedendo e obtendo.

Em 1998, fiz um giro de palestras sobre racismo em cidades do interior do Rio Grande do Sul,⁶⁵ começando nas proximidades de Porto Alegre e terminando em Santana do Livramento. Numa noite chuvosa de junho, no horário da novela, surpreendi-me com o público que lotava o Cube Farroupilha, um dos muitos clubes sociais negros do estado. Vejamos o registro feito por um jornal de Rivera, a cidade uruguaia vizinha:

Apoyado por elDiputado Paim, el sociólogo Cardoso vienedesarrollando una serie de conferencias por todo Rio Grande do Sul, em las que da a conocerlos grandes hitos históricos protagonizados por losdescendientesdelAfrica Negra, así como elestudio comparado com otrasnaciones, como Estados Unidos y Sudafrica, donde el problema del racismo há asumido dimensiones trágicas y espectaculares, en vários momentos delactualsiglo XX.

⁶⁵ Divulgar a Lei 9.459, que criou a injúria racista, era a razão ostensiva da primeira série de conferências em municípios gaúchos. O pretexto, em 2003, na assessoria da Vice-presidência do Senado, num segundo giro, era a divulgação do projeto que criava o Estatuto da Igualdade Racial. Mas era preciso falar da recente sanção da Lei 10.639, que alterava a LDB, e, quando fosse o caso, como em Bagé, fazer referência ao estabelecimento de cota para negros nos concursos municipais (ver reportagem do Correio do Sul, edição de 02/10/03, p.3, “Audiência debate questão racial”) .Foram visitados , em duas semanas, 12 municípios gaúchos, com uma rede de apoio montada pelos Agentes de Pastoral Negros (APN’s).

Pero además de la gran erudición ideológica y científica de las exposiciones, Edson Cardoso, expresamente el dijo, tiene el propósito de incitar y motivar, a las propias comunidades negras de cada municipio y lugar que visita, a tomar conciencia de que es necesario luchar decididamente contra el racismo dominante y los prejuicios con los que ideológicamente, las clases dominantes vienen ejerciendo su hegemonía y opresión.⁶⁶

Numa assessoria parlamentar, uma postura militante que busca mobilizar os negros para o enfrentamento ao racismo nem sempre é uma conduta apropriada aos objetivos predominantemente eleitorais. Eu buscava exercer o meu papel de intelectual público, deixando claro que a opressão política e econômica não podia ser justificada por uma presumida “inferioridade cultural”, decorrente de inferioridade congênita. Era preciso travar a luta nas práticas reais do município, valorizando a rica memória de resistência do estado. Beneficiava o “mandato”, uma pregação dessa natureza? Claro que sim, mas o entendimento corriqueiro é de que a mensagem se dissipa e enfraquece.

Como se diz, produzimos também coisas boas. Mas a sensação geral para mim é a de um tipo especial de engano demagógico. Especial porque não havia a ausência total de compromisso, a assessoria estava lá, os discursos e os projetos e os eventos e tudo o mais. Mas estavam lá *contanto que* – ou seja, sob condição. Qualquer sinal de desagrado, real ou imaginário, dá-se por lido o pronunciamento como quem se livra de uma batata quente, abandona-se a mesa de seu próprio evento alegando-se compromisso inadiável, desmarca-se o combinado. Um tipo de medo, às vezes muito conveniente e oportunista, que tornava a dimensão política, a dimensão por onde se deve começar, ainda muito distante de nós.

⁶⁶ “El racismo brasileño, secuelas de 350 años de esclavitud y las alternativas de la resistencia”. *Norte – Diario Regional de la Mañana*. Viernes 12 de junio de 1998, p. 5. Ed. nº 11.499.

Capítulo IV

DIMENSÃO EDUCACIONAL DO MN

1. Agitação e propaganda

A partir de 1984, me senti à vontade para proferir palestras sobre racismo e desigualdades raciais em escolas, colégios e faculdades do Distrito Federal. À medida que estudava e acumulava experiências, fui reforçando convicções próprias e criando meu próprio jeito de me desincumbir de uma tarefa que sempre considerei de importância fundamental.

Habitualmente atento ao conteúdo dos meios de comunicação, o que incluía novelas, anúncios, cartazes, outdoors, o noticiário local e nacional, fontes inesgotáveis de situações de discriminação racial, eu trabalhava sempre com a moldura da mídia. Colhia e criticava um fato do dia ou recente, para estabelecer contatos imediatos com o público de palestras e oficinas.

Fui favorecido, sem dúvida, nessa tarefa pelo estímulo à leitura e interpretação que tive na minha graduação em Letras, na Universidade Federal da Bahia, nos idos de 70. E pelo exercício da atividade docente.

Rascunhava um roteiro, carregava livros, revistas, jornais e me entregava à magia da linguagem. Evitei também o uso de gráficos, tabelas, a monotonia das exposições acadêmicas. Do mesmo modo preferi sempre esquivar-me da leitura e do uso de projetores e telas. Para mim valia o “quanto mais emoção, mais verdade”, que eu havia lido numa quadrinha de um poeta alemão. Li palestras em raríssimas ocasiões, o que não quer dizer que não as preparasse com antecedência.

Poderia recorrer, e o fiz muitas vezes, à leitura de fragmentos, que ia encaixando como motes para serem glosados. A experiência foi me trazendo as cautelas necessárias e procurava de antemão responder a perguntas que ainda não tinham sido formuladas, mas certamente o seriam.

Há um rol dessas objeções marotas, bem conhecido entre a militância: a inexistência da raça, a miscigenação que impede identificar negros, os negros que discriminam negros, os

negros é que escravizaram os próprios negros, o problema do Brasil é a pobreza, o racismo ao contrário, a afrodescendência de todos os brasileiros, as cotas são uma forma de privilégio, em detrimento do mérito, etc.

Dediquei-me a essa atividade por mais de trinta anos e percorri um bom pedaço do país. Falei em canteiros de obras da Novacap, no DF, em comunidades quilombolas do Vale do São Francisco, para trabalhadores rurais em Rondônia, no Palácio do Planalto, numa praça em Itaquera (SP), no rádio e na TV, em palanques, em salas de aula, em auditórios, na Câmara e no Senado, em Câmaras de vereadores e Prefeituras, em universidades, em partidos, em seminários e congressos. Nunca recusei um convite para falar sobre racismo e desigualdades raciais, onde quer que fosse, e me impus a tarefa como um compromisso de cunho social e político.

2. Instrutores públicos

Muniz Sodré afirma que os próceres abolicionistas foram “atravessados por uma espécie de 'espírito' educacional”:

O abolicionismo era em si mesmo um movimento educacional no sentido amplo da palavra, porque se tratava no limite de educar ou preparar as elites dirigentes para o ingresso da nação brasileira no século XX sob o signo de uma modernidade (de inspiração liberal e europeia) incompatível com a escravatura e já muito atrasada frente à conjuntura internacional.⁶⁷

Por essa razão, acrescenta Sodré, os abolicionistas “podiam ser implicitamente reconhecidos como 'instrutores públicos' ou indicadores da necessidade histórica de se mudar toda uma estrutura anacrônica”,⁶⁸.

Talvez seja necessário que muitas décadas transcorram para se alcançar o reconhecimento de que muitos ativistas do Movimento Negro, homens e mulheres, foram incansáveis “instrutores públicos”, em relação à disseminação de princípios e valores que afirmavam a humanidade de todos, em oposição à visão preconceituosa dominante.

⁶⁷ Sodré, Muniz. *Reinventando a educação—diversidade, descolonização e redes*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 125.

⁶⁸Idem, ibidem.

Eu me incluo entre os persistentes educadores que não se cansam de dizer que todos os seres humanos pertencem a uma única espécie, que nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. O Artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos choca-se com noções correntes e arraigadas entre nós que afirmam, por exemplo, que a cor da pele permite classificar as pessoas como superiores e inferiores.

Na Praça da Cultura, em Itaquera, São Paulo, participei em 1992, no governo de Luiza Erundina, de uma etapa do projeto *Pátria Amada Esquartejada*, desenvolvido pelo Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura, então coordenada por Marilena Chauí.

O projeto, entre outras ações, incluía 40 painéis de rua que acompanhavam as aulas públicas em diferentes lugares da cidade de São Paulo. Aproveitava os 200 anos da morte de Tiradentes para “problematizar concepções tradicionais de história, ainda vigentes em muitas práticas educativas, estimulando a reflexão e a crítica entre professores e alunos e permitindo que estes se percebam como agentes das mudanças sociais”,⁶⁹.

A ideia de uma “aula pública” era diferente de um comício, ou de um ato público. Na lateral de um caminhão projetavam-se, nos intervalos, imagens do próprio público na praça, informações sobre discriminação no mercado de trabalho, assassinatos de jovens negros, momentos culturais:

Nós estamos aqui a céu aberto, na praça, na verdade começando a aprender a falar na rua sobre algo que sabemos que oprime milhões de brasileiros. Temos que entender que desde o surgimento deste país chamado Brasil, ele está atravessado de ponta a ponta por uma noção de superioridade de um grupo humano em relação a outros grupos dominados. É essa noção de superioridade que nós chamamos de racismo.

(...) O racismo está aí dizendo que o lugar da população negra é o lugar da marginalidade, onde o negro não se realiza como pessoa e não afirma sua dignidade de cidadão. Só uma pessoa negra SAE o que significa a passagem de um carro de polícia, somada a toda opressão de não poder passar um cheque, quando tem um talão de cheque, porque isto é motivo de suspeita; a opressão de não poder circular livremente, nem dentro de um supermercado, sem ser permanentemente acompanhado por aqueles que julgam que o negro é marginal e está ali para roubar; a toda a opressão

⁶⁹ Simões, Júlio Assis e Maciel, Laura Antunes (Coord.). *Pátria Amada Esquartejada*. São Paulo: DPH, 1992, p. 155.

do desemprego, do emprego que não quer, do emprego que não consegue alcançar e que considera digno de alcançar; dificuldades que tem de escola e saúde. Todo esse cotidiano só uma pessoa negra sabe o que significa nesse país.

Em São Paulo morreu o Marcelo⁷⁰, que era negro. Após uma festa, entrou no metrô e foi violentamente assassinado. Marcelo, com 18 anos, fazia seus versos, as suas canções de rap, e na sua canção dizia: “eu sei que eles vão chegar e matar, eu sei que eles vão atirar”. E quantos Marcelos nós temos? Mas nós não podemos só constatar isto. O racismo faz com que as pessoas nunca lutem pelos seus direitos como seres humanos, porque o racismo convence, permanentemente, que não somos seres humanos como os outros. Então, estamos nos unindo e reagindo, estamos fazendo com nossa união, com nossa força, a reação contra o racismo. estamos lutando contra a violência policial, buscando criar sistemas de denúncia, centros de defesa do negro; estamos através dos movimentos negros buscando unir a luta que o negro está travando no campo via comunidades rurais, lutando para garantir a posse de suas terras.

Sem combater o racismo, não podemos pensar o Brasil no horizonte, Brasil que a gente quer construir, Brasil em que sejamos todos respeitados como somos, com as nossas diferenças, Brasil em que todos possamos crescer e afirmar a nossa dignidade humana, Brasil em que todos possamos ser cidadãos. O racismo é um obstáculo para este país que lutamos para construir.⁷¹

Esse trabalho de educação pública foi assumido desde os primórdios pela imprensa negra. Debruçando-me sobre o primeiro exemplar do jornal **O Homem**, que circulou em Recife durante os três primeiros meses do longínquo ano de 1876, encontrei explicações detalhadas sobre a unidade da espécie humana, a estrutura da pele, e a afirmação categórica de que os seres humanos foram criados “iguais no corpo, iguais no espírito, não há entre eles senão diferenças accidentais. (...) nada há no organismo que não exista igualmente no preto e no branco”,⁷²

⁷⁰ O assassinato do jovem Marcelo Domingos de Jesus me tocou de modo especial. Alguns anos depois incluí o poema que fiz sobre o episódio no livro de versos com que comemorei 50 anos. A maioria dos poemas foi construída com base em notícias de jornais. **Marcelo da Folha:** *Com um tiro na testa/ a ser apurado/ com a maior isenção/ o poeta Marcelo Domingos de Jesus/ foi assassinado dentro do metrô/ em São Paulo/ uma década quase decúlos atrás/ a justiça militar/ ficou de decidir o destino/ do soldado que é primário/ e tem bons antecedentes/ Marcelo de Jesus/ teria colocado a mão/ na cintura assim/ ou assim/ provocativo e maldoso rapper/ ou melhor assim/ que desrespeita e insulta/ ou ainda assim/ negro desassustado/ ele parecia prestes a sacar/ do bolso/ uma letra de canção/ premonitória/ quase uma fotografia/ um instantâneo de bala na testa/ dos jovens negros moradores da periferia.* O poema está em **Ubá**. Brasília: Ed. do Autor, 1999. 56p. II.

⁷¹ Simões, Júlio Assis e Maciel, Laura Antunes (Coord.). *Pátria Amada Esquartejada*. pp. 141-142.

⁷² Silva, Leonardo Dantas. *A imprensa e a Abolição*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Editora

Massangana, 1988. O autor reproduza primeira edição de “O Homem”.

Os redatores de **O Homem** argumentavam então na defesa dos interesses das pessoas negras livres e libertas. E para confrontar sua apregoada inferioridade e as práticas discriminatórias que os afastava dos empregos públicos no Recife da segunda metade do século XIX, pouco mais de uma década antes da abolição, salientavam a igualdade de todos os homens perante Deus, a igualdade perante a lei e, finalmente, a igualdade perante a ciência.

A igualdade perante a lei resultava, numa sociedade escravocrata, de que os libertos eram reconhecidos no texto constitucional como cidadãos brasileiros (Art. 6º da Constituição do Império). Os incisos XIII e XIV do Art. 179 também afirmavam que a lei seria igual para todos e que todo cidadão podia ser admitido aos cargos públicos civis, políticos, ou militares, sem outra diferença que não fosse a dos seus talentos.

É contra o não-cumprimento do que determinava a Constituição que se insurge o jornalismo de resistência de **O Homem**, o qual não demanda abertamente uma ruptura com a escravidão, mas exige que livres e libertos sejam respeitados como seres humanos e cidadãos. Promover a união, a instrução, a moralização das pessoas de cor, na defesa de seus interesses de cidadania são os objetivos expressos da publicação.

Passados 138 anos, e tendo vivenciado também intensamente a experiência da mídia negra, encontro-me ainda palestrando e coordenando oficinas em diferentes regiões do país, das quais consta obrigatoriamente um módulo cujo objetivo é transmitir informações sobre “diferençasaccidentaes” a que se refere o jornal de 1876.

Abordamos, para ouvintes perplexos, a estrutura da pele humana, a unidade essencial da espécie e as adaptações ecológicas de que deriva nossa diversidade de aparência.⁷³ São informações de genética das populações, em nível de oitava série, pouco mais que isso, apresentadas de forma acessível.

O que a escola recusa-se a fazer, com a seriedade e as correlações requeridas, foi tarefa assumida também em minha geração por um punhado de ativistas negros, homens e mulheres.

⁷³ Ultimamente tenho recomendado a série “Como nos tornamos humanos” (BecomingHuman), série de três episódios, escrita e dirigida por Graham Townsley, disponível em <http://www.youtube.com/watch?vzhpc6WLNsiY>.

São experiências que precisam ser vistas em seu conjunto, como um acervo precioso de uma tomada de posição em defesa do humano, por várias gerações de Movimento Negro.

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas vem desenvolvendo esforços, no plano internacional, para reunir cientistas e pesquisadores que pudessem dar conta dos aspectos biológicos do problema racial⁷⁴. Guido Barbujani, geneticista italiano, afirma que nós inventamos as raças, e nós as levamos a sério por séculos, mas já sabemos o bastante para largar mão delas⁷⁵. A questão é: por que não conseguimos fazê-lo?

Para Guibernau⁷⁶, embora raça seja um conceito arbitrário e mutável na história é preciso considerar: (1) a visibilidade dos traços físicos e suas diferenças para o senso comum; e (2) o caráter eminentemente social da raça como uma pedra angular na edificação das relações sociais em determinadas sociedades.

Guibernau acrescenta ainda:

(...) a discriminação, a classificação e a organização das relações sociais entre 'raças' ocorrem em estados nacionais que têm o poder de reforçar políticas que contêm meios capazes de incluir e excluir indivíduos, aquinhoar com poder e recursos grupos selecionados, e decidir quem tem o direito e que não o tem de se tornar um cidadão"⁷⁷.

O Brasil é um desses países que, ao longo de séculos, se organizou como realidade político-social com base em hierarquizações que sempre levaram em conta as diferenças fenotípicas entre os grupos humanos.

O exame de como livros didáticos de Ciências tratam o tema da diversidade da aparência humana pode ter importância para avaliarmos a contribuição da educação no exercício crítico de representações redutoras da humanidade de pessoas não-brancas. O exemplar que analisamos aqui é um livro de Ciências⁷⁸ destinado à 7ª série (8º ano).

⁷⁴ Parte do resultado de esforços desenvolvidos pela UNESCO em 1960 está em Comas, Juan (Org.). *Raça e ciência*. 2 vols. São Paulo: Perspectiva, 1970.

⁷⁵ Barbujani, Guido. *A invenção das raças*. São Paulo: Contexto, 2007.

⁷⁶ Guibernau, Montserrat. *Nacionalismos—o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 96.

⁷⁷ Idem, *ibidem*.

⁷⁸ Trivelatto, José et alii. *Ciências, natureza e cotidiano*. São Paulo: FTD, 2006. Como estávamos em 2008 desenvolvendo trabalho de formação na rede municipal de Ribeirão Preto e o livro era adotado na rede, nós o escolhemos para ilustrar as oficinas sobre enfrentamento ao racismo com professores. José Trivelatto é doutor em Educação pela USP.

O livro está dividido em sete unidades, sendo que a última é dedicada ao conteúdo “Ossos, músculos e pele”. A unidade divide-se em dois capítulos, e o segundo deles, o último do livro, o Capítulo 18, aborda o tema de nosso interesse – “A pele e seus anexos”. Os anexos são unhas e cabelos. O último capítulo do livro pode significar grande probabilidade de que seu conteúdo não seja trabalhado no ano letivo

Trata-se de explicar, numa linguagem acessível, a estrutura e as funções da pele humana. No foto com pessoas que abre o capítulo buscou-se representar, de algum modo, a diversidade de aparências da sociedade brasileira, com peles de cores distintas.

Ao abordar a proteção contra os raios ultravioleta, o texto faz referência à melanina, explicando que é “uma proteína que dá cor à pele humana”. Na seção destinada aos **Pêlos**, faz-se referência à variação de seu tamanho e disposição, “de acordo com a região do corpo e as características genéticas da pessoa”. Ainda há outra alusão à melanina na mesma seção, indicando-se que ela é a principal substância na coloração do pêlo.

Todos os capítulos incluem seções de interatividade, exercícios e pesquisa. Nenhuma atividade sugerida, no entanto, busca apreender o vivido, a experiência dos alunos no que diz respeito ao papel da cor da pele e a distribuição desigual de oportunidade no Brasil.

A pele protege contra microrganismos, contra os raios ultravioleta, contra a perda de água, mas o livro de Ciências se exime de tratar das representações hierarquizadoras e discriminatórias. A pele, segundo essas representações, de acordo com sua tonalidade, classifica as pessoas em mais ou menos humanas e cria circunstâncias no cotidiano extremamente opressivas.

Confrontando as atividades do Capítulo 18 com as do Capítulo 16 do mesmo livro de Ciências, cujo conteúdo é “Maturidade e Reprodução”, observamos que ao tratar das doenças sexualmente transmissíveis a atividade proposta (AIDS e Preconceito) é precedida de um longo texto explicativo sobre a gravidade das DSTs. As informações são acompanhadas de dados

estatísticos do Ministério da Saúde e informação sobre atividade promovida pela Organização Mundial de Saúde.

Transcrevemos a seguir a sugestiva proposta de atividade em grupo:

Como a falta de informação e o preconceito atuam no aumento de casos de DST e AIDS?

Qual a importância de se instituir um dia específico de luta contra AIDS?

O que pode ser feito na sua escola ou na sua comunidade para diminuir o preconceito contra as pessoas portadoras de HIV?

Proponha uma campanha e elabore com seu grupo uma apostila simples ou um folheto informativo com as principais informações sobre AIDS para divulgação em sua escola ou sua comunidade. Enfoque aspectos de saúde e de comportamentos, tais como:

O que é AIDS?

Como se pega AIDS?

Como não se pega AIDS?⁷⁹

Como vimos trata-se de, a partir de grupos reunidos em sala de aula, contribuir para uma campanha dentro e fora da comunidade escolar, disseminando informações e ajudando a superar atitudes preconceituosas. O que é silêncio no capítulo sobre a pele e seus anexos transforma-se em atividade solidária e consciente de combate ao preconceito quando o conteúdo aborda as doenças sexualmente transmissíveis.

O silêncio sobre práticas discriminatórias do cotidiano que têm como referência a cor da pele foi eventualmente quebrado por uma intervenção de algum (a) ativista vinculado (a) ao Movimento Negro, docente ou não-docente. As atividades de novembro, relacionadas ao mês da Consciência Negra, foram as principais impulsionadoras desse diálogo entre escola e movimento social nas três últimas décadas⁸⁰.

⁷⁹ Ibidem., p.177.

⁸⁰ A partir de 1997, com os Parâmetros Curriculares Nacionais, que introduziram o tema da Pluralidade Cultural, criticando “relações sociais discriminatórias e excludentes” e a Lei 10.639/2003, uma nova diretriz que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para iluminar episódios e processos históricos fundamentais, abriram-se novas possibilidades de diálogo sobre enfrentamento ao racismo, ainda pouco exploradas. O PCN sobre Pluralidade Cultural foi elaborado por Roseli Fischmann, com pareceristas docentes vinculados ao MN, e a nova diretriz da LDB teve origem no diálogo do Dep. Humberto Costa com o MN de Pernambuco.

Em artigo publicado no jornal “Quadro Negro”, do Sindicato dos Professores do Distrito, dizíamos em 1988:

Nos últimos anos, o Movimento Negro conseguiu ampliar o debate sobre racismo e desigualdades raciais e muitas escolas do DF foram visitadas por militantes. Nesses encontros, os militantes geralmente se dirigem aos estudantes, enquanto os professores desaparecem. Os professores, salvo algumas exceções, entendem que se trata de uma visita para os alunos. Quando muito, julgam que a atividade deve envolver os professores de história; docentes de comunicação e expressão, de ciências, de matemática, etc., nada têm a ver com a questão racial.⁸¹

Vivi incontáveis vezes essa situação e não somente no Distrito Federal. Dezenas de ativistas em todo o país enfrentavam as mesmas omissões e vinham às escolas narrar novidades que não estavam nos livros didáticos. Afinal, quem iria contar quem fora Zumbi dos Palmares? Quem iria dizer que a melanina é uma proteína e que só existe uma pele humana?

Se, como disse Edward Said, o poder decide o que é história e o que não é, desde os anos 70 havia uma grande tensão entre a narrativa estabelecida, oficial, e o esboço de outra narrativa tecida no MN. E mais, pode pegar na pele de seu colega negro, que ele não “larga tinta”.

Eu fechava o artigo do jornal do SINPRO-DF com uma fala irônica, dura, para provocar os professores:

Desde tempos imemoriais, sabemos, a grande maioria de nossos professores não tem nenhuma participação crítica (ou de qualquer natureza) na elaboração de materiais didáticos. A questão racial brasileira pode, quem sabe, levá-los a desenvolver uma postura crítica diante de instrumentos pedagógicos a que vêm recorrendo tão passivamente. No esforço de expurgar as marcas do preconceito, os professores poderão conquistar (finalmente) o espaço de criação e recriação de seus instrumentos de trabalho.

⁸¹ Publicado pelo jornal **Quadro Negro** do SINPRO-DF. Ano IX, nº 60, 1988.

Guido Barbujani afirma que já sabemos o bastante sobre a unidade da espécie humana para abrir mão da ideia de raça. Vimos que os articulistas negros de “O Homem”, que também buscaram educar seus leitores sobre a unidade da espécie humana, já sabiam o bastante sobre isso em 1876, com uma antecedência de mais de um século em relação ao livro de Barbujani.

A questão é outra, obviamente. As classificações e representações desumanizadoras não são apenas fatos de discurso, elas têm um suporte social, referem-se a ganhos materiais e simbólicos de que ninguém parece querer abrir mão. É esse o centro ativo da ideia de raça e de sua persistência. Assim, uma estrutura várias vezes secular mantém privilégios cujos beneficiários preferem ignorar o concebido e produzido pela ciência.

Em Gaston Bachelard, lemos que a ciência instrui a razão e a razão tem de obedecer à ciência⁸², mas o racionalismo que mantém a ideia de raça é distinto daquele que deve presidir a evolução da ciência na física, na química e na matemática. Distinto, mas igualmente eficiente.

3. Dois momentos na universidade

Vou destacar aqui algumas experiências que representam diferentes momentos de diálogo com a universidade. Na Universidade de Brasília, onde fiz o mestrado em Comunicação, e trabalhei na revista *Humanidades*⁸³, consegui aprovar dois cursos de Extensão tendo os meios de comunicação como centro das reflexões sobre racismo e desigualdades raciais (setembro de 1995 e outubro de 1996).

Isso só foi possível graças a funcionários do Departamento de Comunicação, com os quais mantive sempre um ótimo relacionamento. Os dois principais responsáveis pelo encaminhamento da proposta de curso foram: um funcionário negro da Secretaria da Comunicação que tinha vínculos com o MNU, Inácio; e Perla, a responsável pelo setor, mulher branca, gaúcha, que teve envolvimento com minha campanha eleitoral, em 1986, e com a qual

⁸²Bachelard, Gaston. *A epistemologia*. Lisboa: edições 70, 2010. p. 125.

⁸³Na revista fiz de tudo, inclusive tradução. Meu nome aparecia três vezes no expediente: editor assistente, assistente de redação e revisor. Por ocasião do centenário da Abolição, em 1988, fiquei responsável, como editor convidado, por organizar a edição comemorativa, que me permitiu convidar Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Maria de Lourdes Teodoro, Helena Teodoro, Célia Marinho de Azevedo e muitos outros.

eu já havia trabalhado anos antes, em 1980, na Revista OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras).

Inscreveram-se estudantes da UnB, servidores e pessoas sem vínculos com a universidade, geralmente professores da rede pública. Minha dissertação sobre os jornais do Centenário da Abolição, em 1990, foi a primeira a tratar o tema do racismo no Departamento, mas a iniciativa dos cursos de Extensão despertou mais a atenção da polícia do que de alunos e professores da Comunicação.

Quase um ano após o primeiro curso e a Marcha Zumbi dos Palmares de 1995, li no jornal “Correio Braziliense” reportagem de capa sobre documentos da inteligência da Polícia Militar do DF, a que jornalistas do “Correio” tiveram acesso exclusivo.

A edição de 21 de setembro de 1996 dedicava muitas páginas ao trabalho de espionagem política que envolvia ampla rede de 150 agentes, mantidos na folha de pagamento do Governo do Distrito Federal. O governador era Cristovam Buarque, eleito pelo Partido dos Trabalhadores, o qual, a exemplo de tantos outros, de todas as legendas, fingia manter controle sobre a área de segurança.

A reportagem é assinada por Luiz Alberto Weber, que manifesta surpresa depreciativa, e muita ironia, ao encontrar nos documentos da chamada P2 relato de agente infiltrado no curso de Extensão que coordenei na Universidade de Brasília (UnB).

A bisbilhotice não tem limites - e é absolutamente sem nexos. No dia 23 de outubro do ano passado, um araponga instalou-se numa das salas da Faculdade da Comunicação da UnB para assistir à aula inaugural de um curso de extensão promovido pelo Movimento Negro Unificado (MNU) sobre o tema “Racismo e Desigualdades Raciais”.

Por algum motivo que só a inteligência da PM pode explicar, os agentes da P2 acharam importante espionar a aula que analisou, por exemplo, o revolucionário texto “Fantasmas primitivos e superstições (sic) cibernéticas”.

O araponga pirou com a aula. Anexou o texto ao relatório 095/95 e concluiu com o comentário: “essa subseção fará relatórios complementares”.

“Os principais temas contidos nas notas de aula versam sobre sociologia, antropologia e política, que procuram despertar (sic) nos alunos interesse quanto à questão social que antes era pouco difundida na classe estudantil”.

A missão do agente é detectar nas aulas sinal de subversão social. “O curso está dividido desde o período colonial até os dias de hoje, onde o professor Edson

Cardoso tenta persuadir os alunos a debaterem a radicalização existente no país quanto à discriminação racial”.⁸⁴

Weber não associa (“absolutamente sem nexos”) o acompanhamento do curso a seu contexto, as vésperas da Marcha Zumbi dos Palmares, e a infiltração do agente lhe parece aleatória e incompetente. Na ocasião, eu era membro da Executiva Nacional do Movimento Negro Unificado (MNU) e estava à frente da organização do evento, negociando tanto a recepção da Marcha pelo presidente da República, quanto as questões de logística com o GDF, o que incluía reuniões com representantes da Secretaria da Segurança Pública.

Do mesmo modo, Weber parece tudo ignorar sobre o acompanhamento sistemático que entidades e ativistas do movimento negro sempre tiveram de órgãos de informação e repressão, em diferentes momentos históricos. A coleta de informações e o controle de atividades de africanos e seus descendentes sempre foram consideradas, desde tempos coloniais, condição fundamental para a tranquilidade do Estado em Portugal e, depois, no Brasil.

Weber pospôs duas vezes a palavra latina *sic*. Na primeira vez, manifesta estranheza pelo título de editorial de “O Estado de S. Paulo”, que ele afirma ter sido anexado ao relatório a que teve acesso, mas tudo indica que ele descartou sua leitura. Na segunda vez, para indicar um óbvio erro de grafia do texto original.

O texto do Estadão (edição de 17 de agosto de 1986) traz a reação do jornal à grande manifestação pública que foi o enterro de Mãe Menininha do Gantois, em Salvador, no dia 13 de agosto de 1986, que utilizei em diferentes oportunidades de formação. Vejamos um parágrafo:

Na era do chip, no tempo da desenfreada competição tecnológica, no momento em que a tecnologia desenvolvida pelo homem torna a competição de mercados uma guerra sem quartel pelas inteligências mais argutas e pelas competências mais especializadas, o Brasil, infelizmente, exibe a face tosca de limitações inatas, muito dificilmente corrigíveis por processos normais de educação a curto prazo. Enquanto o mundo lá fora desperta para o futuro, continuamos aqui presos a conceitos culturais que datam de antes da existência da civilização.

Que podem os processos normais de educação diante de limitações inatas? O uso de presumidas limitações biológicas para justificar hierarquias sociais era o primeiro módulo do

⁸⁴ Caderno Cidades, pp. 4-6. O Correio Braziliense obteve 179 documentos elaborados pela P2, de fevereiro de 1995 a agosto de 1996.

curso, e a principal referência que eu utilizava era “A Falsa Medida do Homem”, livro de Stephen Jay Gould.

O texto do Estadão era utilizado como ilustração da sobrevivência do determinismo biológico no final do século XX. Mas o jornalista do “Correio” não estava interessado no conteúdo do curso e ironiza a inteligência da polícia.

As distintas avaliações, da polícia militar e da reportagem do “Correio”, devem ser analisadas com mais delicadeza. Creio que a da polícia se apoia em evidências de uma mobilização nacional de grandes proporções e sua perspectiva permite compreender melhor a importância da agitação e da propaganda.

A do “Correio” parece interessada em aumentar a adesão à tese do deslocamento da questão racial, que por essa visão não se relaciona com fatos reais. No plano das aparências, que a reportagem quer reforçar, não há nexos, nem sociológico, nem histórico, e a infiltração é um despropósito. No plano da realidade do recurso à força em que atua a polícia militar, faz todo sentido acompanhar as ações do Movimento Negro pela inegável importância da mobilização que se avizinhava.

Dáí o aparente paradoxo de que acompanhar um curso de extensão universitária promovido pelo movimento negro é simultaneamente uma inutilidade e uma ação primordial para o equilíbrio e a estabilidade das hierarquias sociais. Se pensarmos no par aparência/realidade as visões coexistem e são complementares.

As preocupações com racismo e desigualdades raciais parecem insignificantes e Weber agarra-se a essa avaliação para desqualificar a inteligência da polícia. Decerto, porém, não pode sustentar essa posição sem negar os nexos históricos e sociológicos e esforçando-se para apagar o contexto de uma mobilização que reuniu mais de trinta mil pessoas em Brasília, no ano do tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares.

O fato é que após o curso e antes da Marcha tive a casa arrombada, armários e estantes revirados e esvaziados, livros e documentos atirados no chão desde a varanda. O quadro geral fornecia a evidência de uma procura que qualquer observador atento descartaria de imediato a hipótese de que a casa fora invadida por ladrões comuns.

Portanto, para ser eficiente na construção da representação ideológica de um movimento sem razão para existir, como é o caso do Movimento Negro no Brasil, a imprensa tem que agir como o fez Luiz Alberto Weber, jornalista do “Correio Braziliense”, desconhecendo e ignorando eventos e relações concretas. A realidade e a potencialidade de ações concretas das entidades e organizações do Movimento Negro ficam a cargo do controle policial.

Certas constatações assim se impõem ao estudioso desses movimentos, tais como a importância dos arquivos policiais e das relações entre fatos registrados nos relatórios de agentes com o noticiário jornalístico, ou sua omissão.

O noticiário do “Correio Braziliense” não me surpreendeu, porque tinha vivido uma experiência semelhante em um curso de formação sobre o mesmo tema em Campo Grande (MS), em 1987. A informação da descoberta da infiltração foi também muito posterior ao fato e me foi fornecida por Aleixo Paraguassu, o secretário estadual de Educação, negro, responsável pela organização do curso e pelo convite a mim formulado.

As pesquisas em arquivos da ditadura militar, no que diz respeito ao Movimento Negro, começam a revelar as extensas redes de informantes utilizadas. A pesquisa de Karin Sant’Anna Kössling⁸⁵ em arquivos de São Paulo ressalta também que “a vigilância aos movimentos negros por parte do DEOPS/SP não foi iniciada com o regime militar. Desde a década de 1930, em geral, ocorreu uma atuação repressiva às associações afro-descendentes, sustentada por uma visão policial que classificava essas associações como ‘introdutoras’ da questão racial no Brasil, e, por consequência, geradoras de conflitos que poderiam desestabilizar a ‘democracia racial’.”

86

Um depoimento importante de destacado ativista das décadas de 30 e 40, José Correia Leite, dimensiona os efeitos dessa manipulação de conceitos e distorção do real:

E havia o perigo da palavra ‘racismo’ também. O negro não podia abrir a boca, que era denunciado como racista. Houve então um receio, e até hoje estamos nessa coisa de palavras, protestos, etc., sem poder tomar uma posição, um caminho para que o negro se manifeste⁸⁷.

⁸⁵ As lutas antirracistas de afrodescendentes sob vigilância do DEOPS/SP. Departamento de História/USP, 2007. Dissertação de mestrado.

⁸⁶ Ibidem, p.9.

⁸⁷ Cadernos brasileiros. *80 anos de abolição*. Rio de Janeiro, Editora Cadernos Brasileiros S. A., 1968. Ano X, Nº 47, maio/junho. p. 21.

A pesquisa de Kössling permite que acompanhem, no período de plena vigência da Lei de Segurança Nacional, como a denúncia de que nos fala Correia Leite se materializava.

Segundo informe da Polícia Federal, citado por Kössling⁸⁸, “Esses movimentos revelam o incremento das tentativas subversivas de exploração de antagonismos raciais em nosso País, merecendo uma observação acurada das infiltrações no Movimento ‘black’, tendo em vista que, se porventura houver incitação de ódio ou racismo entre o povo, caberá Lei de Segurança Nacional”.

Como a Lei de Segurança Nacional (decreto-lei nº 314, de março de 1967), em seu artigo 33, parágrafo VI, afirmava que era crime incitar publicamente ao ódio ou discriminação racial, a legislação, como demonstra o informe da Polícia Federal, servia para inibir e punir (detenção de um a três anos) as iniciativas do Movimento Negro.

Na dissertação de Kössling, há farta documentação da “observação acurada” recomendada pela PF: fotos de reuniões, cartazes, panfletos e o organograma de como se organizava o Movimento Negro Unificado (MNU).

Lélia Gonzalez relatou, num livrinho precioso, as articulações da militância negra (em especial Rio de Janeiro) que antecederam a criação do MNU em 1978.⁸⁹ São comuns no período, observações como: “Interessante notar que, dos atores e atrizes convidados, apenas dois atores compareceram e deram sua colaboração; os demais ficaram com medo da ‘repressão’ e nos acusaram de radicais.” Tratava-se de espetáculo de música e poesia, promovido em novembro de 1978, dentro do Ciclo do Negro, que homenageava a memória de Zumbi dos Palmares.

O lançamento do MNU aconteceu em sete de julho de 1978, em São Paulo, em concorrido ato público nas escadarias do Teatro Municipal. O informe da Polícia Federal, que recolhemos da dissertação de Kössling, é de 14/08/1978, pouco mais de um mês, portanto, após a criação do MNU.

⁸⁸ Informe nº 318 confidencial do Centro de Informação da Polícia Federal, de 14/08/1978. Dossiê 50-E-33-2153. DEOPS/SP, DAESP. As lutas anti-racistas..., p.43.

⁸⁹ Gonzalez, Lélia e Hasenbalg, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982. 115p.

Nos anos 80, à medida que iam crescendo as manifestações do Movimento Negro, até as grandes mobilizações de protesto, em várias capitais, durante as comemorações do centenário da Abolição, pode-se acompanhar a crescente preocupação de órgãos de segurança.

Em julho de 1988, após os protestos de maio em todo o país, professores de ciência política da Universidade de Brasília estiveram na Escola Nacional de Informações, a convite do SNI – Serviço Nacional de Informações. Segundo Dora Tavares Lima⁹⁰, os três cientistas políticos (David Fleischer, Paulo Kramer e Alexandre Barros) falaram para agentes e alunos sobre método de previsão e análise de risco político.

O convite aos professores da UnB, formulado pelo chefe do SNI, general Souza Mendes, fazia parte de uma estratégia de mudança de perfil do órgão, projeto “que visa adequá-lo à nova ordem democrática, tornando-o tão eficiente quanto as agências de informações e análise das grandes potências”.⁹¹

Alexandre Barros (o único dos professores presentes com especialização em “análise de risco político”) previu que, para a próxima década “os conflitos raciais tendem a se acirrar no Brasil (...) repetindo-se entre nós o que houve nos Estados Unidos no final da década de 50”.⁹²

A “próxima década” foi a da Marcha Zumbi dos Palmares e a dos cursos de extensão na UnB e não admira, portanto, o acompanhamento de que fui alvo pela P2 do GDF.

As possibilidades de acirramento da questão racial, no entanto, sempre foram uma preocupação permanente de nossas forças de segurança. O que significa dizer que nunca se cogitou entre nós, em diferentes conjunturas, de abandonar o controle exercido sobre a população negra.

Nos anos 60, o embaixador brasileiro nos EUA, Vasco Leitão da Cunha, abordando a crise racial americana em palestra na Escola Superior de Guerra, fez também uma avaliação para a próxima década: “Estamos assistindo a uma guerrilha urbana, organizada e influenciada diretamente pela gente de Fidel Castro, o qual realmente acredita que dentro de dez anos haverá uma revolução comunista nos EUA, com estopim do problema racial”.

⁹⁰ Lima, Dora Tavares. “SNI pede ajuda a cientistas políticos”. Jornal do Brasil, edição de 22.07.88, p. 3.

⁹¹ Idem, ibidem.

⁹² Idem, ibidem.

A Escola Nacional de Informações, a Escola Superior de Guerra – a escola muda, mas a lição é a mesma. Na palestra no SNI, o futuro surge como repetição do passado. No passado, o anticomunismo alerta para o fato de que “a questão racial” é manipulável por forças de esquerda⁹³.

Não as nossas, claro. Apesar da insistência de órgãos de segurança, as esquerdas sempre evitaram no Brasil atribuir um papel histórico relevante à organização política da população negra.

A crescente presença do racismo como tema nos debates públicos travados no Brasil nas últimas três décadas se deve ao esforço do Movimento Negro e não a manipulações da esquerda. E esse esforço foi acompanhado de perto por forças da repressão, numa dimensão de que sabemos ainda muito pouco.

Os ativistas negros brasileiros, entre sessenta e setenta anos, que é o meu caso, sabem quanto esforço e energia foram despendidos na tentativa de discussão pública envolvendo a pertinência e a realidade de uma temática racial no Brasil.

Aliás, qualquer avaliação do papel da discussão pública como veículo de mudança social teria que considerar as décadas de tentativa de abafamento do debate acerca do racismo no Brasil.

A negativa categórica, e não somente das elites brasileiras, conduziu sempre o Movimento Negro a renovar seus argumentos em um debate público absolutamente desigual, restritivo e marginal. Quanto maiores as evidências empíricas, mais se consolidavam as negativas.

Nenhuma evidência material, nenhuma série histórica de indicadores sociais e econômicos, mesmo quando colhidos por fontes oficiais, conseguia alterar a percepção de um país singular, cujas diferenças confraternizavam. Em nítida oposição à realidade da África do Sul e dos Estados Unidos, nas quais se concebia como realidade indesejável, a presença da hierarquização racial. O racismo era sempre parte de uma realidade estranha a nós brasileiros.

⁹³ Entre as avaliações da 17ª Conferência dos Exércitos Americanos (novembro de 1987), consta a de que “... as organizações subversivas buscam atingir os movimentos feminista, negro, ecológico...” **In:** Mitchell, José. “Militares do continente querem união contra subversão”. *Jornal do Brasil*, edição de 25.09.88, p. 8.

Estamos falando evidentemente de fortes constrangimentos, em todo o espectro político-ideológico, à liberdade de participação política do Movimento Negro no Brasil. A ideia de uma esquerda por trás dessas iniciativas, controlando ou manipulando, é pura ficção ideológica, na qual, como dizia o jornalista Newton Carlos, a propósito de acontecimentos nos EUA dos anos 60, “o anticomunismo primário confunde-se com um racismo feroz”,⁹⁴

Várias gerações de ativistas foram impedidas de, no espaço da política, contribuir decisivamente para o desenvolvimento do debate público que de fato pudesse promover uma compreensão ampla e profunda do país.

Quantos se perderam no caminho em razão da produção deliberada do silêncio e da invisibilidade? Quantos se confundiram e enlouqueceram? Quantos puseram fim à própria vida? Quantos recuaram diante da negação do acesso à participação no debate político, negação intrinsecamente associada a uma inaceitável perspectiva negra?

Não sabemos qual medida, e se algum dia isso será possível, poderá determinar a real dimensão das distorções do debate político que se fez a partir de modos de pensar a realidade brasileira cujo eixo apoiava-se na negação sistemática do racismo e das desigualdades raciais.

4. Pensamento negro contemporâneo

Entre os cursos de Extensão na Comunicação, arranjos por funcionários, em 1995 e 1996, e a experiência da disciplina “Pensamento Negro Contemporâneo”, vivenciada por mim em 2009 e 2010, havíamos percorrido um extenso caminho⁹⁵, e já podíamos afirmar que o tema

⁹⁴ Carlos, Newton. “A guerra contra os negros.” In: Pedreira, Fernando e outros. *América, mito e violência*. Rio de Janeiro: Edições Correio da Manhã/Gráfica Editora, 1968, p. 39.

⁹⁵ Em 2003, em Salvador, atuei como professor no Curso de Especialização (*latu sensu*) Educação e Desigualdades Raciais, ministrando o conteúdo Racismo, Discriminação Racial e Proposta de Superação, com carga horária de 45 horas de aulas presenciais. O curso era promovido pelo CEAfro – Programa de Educação para a Igualdade Racial e de Gênero. Eram mulheres negras que traziam a cultura militante para o Centro de Estudos Afro-Orientais – CEAO, a que o programa se vinculava, não sem tensão. O curso teve a chancela do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Tomamos como referência três livros: *O Presidente Negro – ou O Choque das Raças*, de Monteiro Lobato (1928), a peça *Anjo Negro*, de Nelson Rodrigues (1946), e *O Feitiço da Ilha do Pavão*, de João Ubaldo Ribeiro (1994). Os três textos cobrem o longo percurso das ideias de rejeição ao negro no século XX, desde os postulados eugênicos até a resistência às ações afirmativas. O pano de fundo do imaginário genocida, expresso de forma muito direta pela comunicação literária, era o crescente número de homicídios de jovens negros.

das desigualdades raciais havia dado passos significativos para ser assumido como uma questão pública. Quase. *Quase* no sentido de “com ligeira diferença para menos”

Os estudantes, negros e negras, do *Enegrecer*, demandaram a disciplina ao reitor Timothy Mulholland, que a vinculou ao Decanato de Extensão. O Enegrecer concordou, porque temia que a disciplina fosse engolfada pela Sociologia ou outro curso correlato, e a intenção do grupo era trazer professores vinculados ao Movimento Negro. Alunos de qualquer curso podiam se matricular, assim como professores da rede pública do Distrito Federal.

Tínhamos avançado, as cotas estavam sendo implementadas, sob cerrado tiroteio, mas continuávamos na Extensão. Que eu tomava como uma cabeça-de-ponte, que a vanguarda do Movimento Negro ocupava provisoriamente. Sem maiores ilusões.

Foram dois anos, oito turmas cheias (número expressivo de alunos brancos) e minha entrega era total. Não continuei porque o tempo máximo permitido era quatro semestres. A estrutura de apoio era muito precária. Eu deixava os textos mais longos na reprografia e assegurava, por minha conta, a cada encontro, os textos curtos e os recortes de jornais, indispensáveis para mim. Além da reprografia, não havia absolutamente nenhum contato com a universidade, salvo com os estagiários responsáveis por matrícula, lista de presença, etc.

Tudo reforçava a impressão de que nos situávamos em algum ponto distante, no contorno externo à instituição. Mas isso não me afetava, eu conhecia a UnB há tempo suficiente para avaliar o impacto de uma disciplina chamada “Pensamento Negro Contemporâneo”, conduzida por notório ativista e resultado de esforços da cultura militante.

A rigor, não havia possibilidade de trabalhar as 60 horas destinadas à disciplina enfatizando o pensamento de um único autor negro, como eu inclusive preferia. Numa conjuntura de disputa acirrada pela implementação de ações afirmativas, com mais vigor ainda antes da decisão do STF, era impossível não centrar fogo no debate político e ideológico que estava nas ruas, no interior da universidade, e era manipulado abertamente pelos principais veículos de comunicação.

Considerando que era um curso introdutório, procedia com bastante cautela na organização dos módulos: a origem das diferenças de aparência, a apreensão dessa mesma realidade de diversidade pelo senso comum orientado pelo preconceito, e emendava com Abdias e Guerreiro Ramos, Flavio Gomes e outros, aproveitando o fluxo midiático.

Era impossível que os alunos não percebessem, embora eu utilizasse poucos textos meus, que eles, para o bem e para o mal, tiveram contato, principalmente, com o que pensava o professor sobre o tema. Sinceramente, espero que sim.

Eu buscava variar a ementa a cada semestre⁹⁶ e não conversava sobre o assunto com nenhum representante de nenhuma instância e espero que isso dê a dimensão do abandono em que nos encontrávamos. Mas sempre cheguei no horário e, quase sempre, ultrapassava o horário estabelecido para o término dos trabalhos.

Na verdade, a Universidade de Brasília nunca reconheceu, de fato e de direito, que havia um curso. O certificado que a Reitoria entregava, a contragosto, dizia que eu tinha participado como palestrante de um evento de extensão com o nome Pensamento Negro Contemporâneo, evento esse que teve a duração de 60 horas.

Uma questão polêmica para alguns ativistas negros, especialmente entre aqueles que faziam parte do grupo de jovens que propôs a criação da disciplina ao reitor Timothy Mulholland, era se cabia na disciplina autores que não fossem negros. Por questões assim, afirmo (afirmação essa absolutamente desnecessária) que durante o tempo em que lecionei a disciplina, os alunos, obviamente, tiveram contato com o meu pensamento.

Logo, Gould, Arendt, Eco, Drummond e outros que vocês verão citados na seção “Debate Público”, mais adiante, estavam presentes, com contribuições que valorizarão a apresentação do “pensamento negro contemporâneo” a estudantes de graduação. Ao menos no meu entendimento.

Uma crônica de Carlos Drummond de Andrade pode nos dar preciosas informações sobre o século XVIII, em Minas Gerais, com transcrição de documentos sobre conflitos em torno da organização de irmandades de negros e de pardos e seu significado “na luta social pela emancipação dos negros no Brasil”:

Assim, de um lado cuidavam os brancos de adormentar nos homens
de cor o sentimento de rebeldia, conduzindo-os para o êxtase

⁹⁶ A ementa que preparei para o último semestre, em 2010: “Racismo e desigualdades raciais, o papel da escola e dos meios de comunicação. Um princípio ético fundamental: o respeito à corporalidade do outro. Diversidade e pluralismo. A contribuição do ponto de vista crítico das instituições de Movimento Negro para o processo democrático. As relações entre cultura e política. Tensões decisivas: raça e classe; autonomia e partidarização. Identidade etnicorracial e mobilização por políticas públicas”.

religioso; de outro reagiam os homens de cor, fazendo da prática religiosa um instrumento de afirmação política e de reivindicação.⁹⁷

Utilizava com proveito muitas informações reunidas por Drummond sobre o século XVIII, para pensarmos tensões contemporâneas nas relações entre negros e brancos. Outro tema obrigatório no curso era o da reparação e, como veremos, eu não podia abrir mão da contribuição de Hannah Arendt.

5. O passado sob limites rigorosos

Se, quando nasci, eu tivesse caminhado para trás, teria alcançado a escravidão há cerca de quatro anos. Mas, como é natural, eu segui em frente na linha do tempo e faltam alguns meses para que eu possa completar 65 anos.

Quero dizer que meu nascimento, em 1949, se distanciava apenas 61 anos da escravidão. E como nasci no Recôncavo baiano, posso dizer, com absoluta segurança, que cresci cercado por muitas pessoas que viveram de fato o tempo da escravidão, em Salvador ou Santo Amaro.

Sempre me surpreende, portanto, que um fato tão próximo no tempo, esteja, simultaneamente, tão longe de nossas consciências. Não sei exatamente se longe ou, deixo isso para os especialistas, se abaixo de certo nível de consciência.

Na minha infância, ainda eram comuns relatos de vizinhos ou parentes que faziam referência a “arrastar de correntes”. Sim, correntes eram peças obrigatórias de sonhos aflitivos e visagens nos corredores e porões de velhas casas do Recôncavo, em meados do século passado.

Havia, portanto, idosos que tinham vivido no período da escravidão e pessoas mais jovens que vivenciavam, de algum modo, resquícios de sua opressão.

Era preciso fazer uma limpeza na casa, diziam logo pessoas como minha mãe. As casas guardam memórias boas e más, nunca se sabe. O fato é que na minha infância ninguém entrava numa casa assim de peito aberto. Eram obrigatórias a limpeza física e a espiritual.

⁹⁷ Andrade, Carlos Drummond de. “Rosário dos homens pretos”, crônica do livro *Passeios na ilha*. In: **Poesia e Prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1983. Pp. 975-980.

O casal Merced e Petruccio,⁹⁸ em 1996, fazia a reforma da casa e “bastou cavar” para que viessem à tona esqueletos do Cemitério de Pretos Novos. Alguns anos depois, a edição do Jornal Nacional (JN), da Rede Globo, de 01 de março de 2012, trazia duas reportagens sobre o Rio de Janeiro, que completava então 447 anos. A primeira sobre o aniversário da cidade, com destaque para suas belezas naturais, a vista da Baía da Guanabara, o bondinho e turistas de várias partes do mundo cantando “parabéns pra você”. Uma visão de cima, cuja alusão ao passado limitava-se a conflitos entre franceses e portugueses.

A segunda reportagem na mesma edição do JN, uma visão dos subterrâneos, tratava das escavações no Cemitério de Pretos Novos, com imagens do casal Merced e Petruccio, dos achados arqueológicos e depoimentos de antropólogos. A ideia predominante era a de “descoberta”, de “revelação”, embora, desde sempre, muita gente soubesse da existência do cemitério no Valongo⁹⁹.

O JN, no dia do aniversário do Rio de Janeiro, acabou por juntar o cartão postal tradicional, composto com fragmentos de história oficial, e a realidade do Cemitério dos Pretos Novos, esquecida pelo recalçamento mas imediatamente acessível, tanto é que apenas “bastou cavar”, expressão utilizada pela reportagem¹⁰⁰.

No plano político, afastamos esses fantasmas de um modo também muito singular. Ao instalar a Comissão Nacional da Verdade, em 2012, a presidenta Dilma Rousseff afirmou que “a verdade, de fato, não morre por ter sido escondida”, enfatizando o contraste entre “regimes de exceção” e “democracia”, entre “sombras” e “luz do dia”.¹⁰¹

Ainda que possamos pinçar na fala da presidenta Dilma alusões atemporais à verdade (que “é memória e é história”), o fato é que “a verdade” do discurso da presidenta refere-se a mortos e desaparecidos na ditadura militar, aos abusos do Estado num período histórico determinado.

⁹⁸ <http://www.pretosnovos.com.br/cemiterios.html> Acesso em 05/02/2014.

⁹⁹ Há registro, p. ex., na Biblioteca Nacional de parecer do intendente João Inácio Cunha, dirigido a José Bonifácio de Andrada e Silva, em 12 de março de 1822. O parecer é sobre representações dos habitantes do bairro do Valongo que pedem seja removido o Cemitério dos Pretos Novos, “que se acha aquele lugar já todo rodeado de casas”. Schwarcz, Lilia Moritz e Garcia, Lúcia (Org.). *Registros escravos: repertório das fontes oitocentistas pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2006. p. 33.

¹⁰⁰ A expressão foi utilizada pelo repórter André Curvello.

¹⁰¹ <http://www.cnv.gov.br/index.php/institucional-acesso-informacao/a-cnv/57-a-instalacao-da-comissao-nacional-da-verdade> Acesso em 03/01/2014.

Mas são extremamente significativas as alusões a valores e atitudes que não estão definidos com relação exclusivamente à ditadura militar: “Acreditemos que o Brasil não pode se furtar a conhecer a totalidade de sua história. Trabalhemos juntos para que o Brasil conheça e se aproprie dessa totalidade, da totalidade de sua história”. A presidenta Dilma conclui afirmando que chegou o tempo de trazer à luz toda a verdade.

Mais tarde, Maria Rita Khel, integrante da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em artigo na “Folha”, fazendo alusão a verdades recalcadas na experiência política brasileira, introduziu, de maneira surpreendente para nossos padrões, o tema da escravidão e alcançou assim dimensões mais recônditas da “totalidade” de nossa história: “O Brasil ainda sofre com os efeitos da falta de acesso à verdade dos períodos vergonhosos de sua história, desde a escravidão até a ditadura militar”.¹⁰²

Desde a escravidão até a ditadura militar é demarcação singular entre nós, pela raridade de suas marcas ou balizas. Maria Rita Khel vai além e procura identificar alguns “sintomas sociais”, que ela relaciona à falta de acesso à verdade histórica:

O apagamento rápido (e forçado) dos crimes da ditadura lembra os efeitos perversos do esquecimento dos crimes da escravidão. No segundo caso, a falta de reconhecimento do estatuto criminoso de três séculos de escravidão impediu a promoção de políticas de reparação às populações afrodescendentes recém-libertas do cativeiro. Os sintomas do esquecimento estão aí até hoje, na perpetuação muitas vezes impune do trabalho escravo em fábricas e fazendas, a lembrar a advertência de Nabuco de que a prática continuada da escravidão perverteria a elite brasileira.

Não é absurdo pensar que o Brasil, país do esquecimento fácil, do perdão concedido antes por covardia e complacência do que por efeito de rigorosas negociações, seja um país incapaz de superar sua violência social originária. Os sintomas da brutalidade consentida ressurgem nas execuções policiais que vitimam jovens na periferia de São Paulo, nas favelas do Rio e em todas as outras grandes cidades brasileiras.¹⁰³

¹⁰² Khel, Maria Rita. “Os crimes do Estado se repetem como farsa”. Folha de S. Paulo, edição de 24/03/2013. <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/1250962-os-crimes-do-estado-se-repetem-como-farsa.shtml> Acesso em 03/01/2014.

¹⁰³ Idem, ibidem.

Ao usar, no entanto, a forma verbal do pretérito perfeito (“impediu”), Khel parece estar convencida de que o tema da reparação para a população negra ficou definitivamente para trás.

A ideia de um “esquecimento” nos parece também pouco apropriada para expressar as lúcidas manobras do pós-abolição para realizar o descarte daqueles que, fora da escravidão, eram entendidos como sem serventia.

No romance de Chico Buarque, *Leite derramado*, o narrador, referindo-se a um antepassado “figurão do Império”, diz que ele era um abolicionista tão radical que queria o retorno de todos os negros para a África, “mas não deu certo”.¹⁰⁴ A ironia ilustra bem o sentimento predominante na elite brasileira: o fim da escravidão significava livrar-se dos negros.

Roseli Fischmann, quando da criação da Comissão Nacional da Verdade, também cobrou que “a violência do passado” a ser considerada pela CNV levasse em conta “as vítimas advindas das políticas coloniais e das políticas de dominação “. Diferentemente de Khel, no entanto, Fischmann insiste em trazer para as responsabilidades do presente as práticas históricas do “racismo e genocídio contra indígenas e afrodescendentes”:

Enquanto a sociedade e o Estado não assumirem plenamente seu papel de compreender a violência do passado, talvez melhor proposto no plural pela diversidade das vítimas sacrificadas, será difícil à escola e a seus profissionais vencerem a luta contra uma disposição psicológica ao trato mútuo, na convivência, fazer-se de modo violento. Alimentada pela mentalidade cultural e pelo olvido, pela política e pela economia, semelhante disposição só fará recrudescer.¹⁰⁵

No recente e prolongado debate sobre ações afirmativas, entretanto, a natureza reparatória e compensatória dessas políticas foi quase sempre descartada.¹⁰⁶ Um bom exemplo

¹⁰⁴ Buarque, Chico. *Leite derramado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 15.

¹⁰⁵ Fischmann, Roseli. “Memória coletiva e insurgência contra o olvido: em favor da convivência na escola”. *Ensaio – avaliação de políticas públicas na Educação*. Rio de Janeiro, v.21, n. 81, p.801-820, out./dez. 2013.

¹⁰⁶ O pioneiro PL nº 1332/1983, de Abdias do Nascimento, ao contrário, realçava essas dimensões desde sua ementa: “Dispõe sobre ação compensatória visando à implementação do princípio da isonomia social do negro, em relação aos demais segmentos étnicos da população brasileira, conforme direito assegurado pelo art. 153, § 1º da Constituição da República”. Na justificativa do projeto, Abdias afirma que sem o trabalho do negro, o país não existiria, e acrescenta: “É tempo da Nação brasileira saldar esta dívida fundamental para com os edificadores deste país. O princípio da isonomia na compensação do trabalho torna moral e juridicamente imperativa uma ação compensatória, da sociedade e do Estado, destinada a indenizar, embora tardiamente, o trabalho não-remunerado do negro escravizado e o trabalho sub-remunerado do negro supostamente libertado a 13 de maio de 1888”.

é a argumentação utilizada por Luiz Felipe de Alencastro em audiência pública realizada no Supremo Tribunal Federal, em 2010, e reproduzida posteriormente em artigo. O autor, privilegiando o presente e o futuro, defende que “a redução das discriminações sobre afro-brasileiros – hoje majoritários no seio da população - consolidará nossa democracia”. O passado e o argumento compensatório são assim menos importantes que a perspectiva de construção da nação democrática:

Portanto, não se trata aqui de uma simples lógica indenizatória, destinada a quitar dívidas da história e garantir direitos usurpados de uma comunidade específica, como foi o caso, em boa medida, nos memoráveis julgamentos desta Corte sobre a demarcação das terras indígenas. No presente julgamento, trata-se, sobretudo, de inscrever a discussão sobre a política afirmativa no aperfeiçoamento da democracia, no vir a ser da nação. Tais são os desafios que as cotas raciais universitárias colocam ao nosso presente e ao nosso futuro.¹⁰⁷

Se confrontarmos essa argumentação com a que justificou a criação da CNV, veremos que, na fala da presidenta Dilma, a criação da CNV “é um privilégio propiciado pela democracia e pela convivência civilizada”. Quando se atingiu um ponto culminante do processo democrático é que se pôde, contemplando o passado, atribuir ao Estado a responsabilidade por atos praticados por seus agentes. O passado é, portanto, uma possibilidade inscrita no futuro de nossas instituições democráticas. Se foi possível criar a CNV é porque “esse tempo chegou”.

Mas chegou para quem?

Em Alencastro, devemos nos concentrar no presente e no futuro, rompendo com a lógica indenizatória, que beneficia grupos específicos, em troca dos benefícios para toda a nação, advindos da “política afirmativa”. É preciso abrir mão do passado, se queremos avançar. A “lógica indenizatória” é aqui considerada “simples”, diante da grandiosidade do “vir-a-ser da nação”. Mais do que “simples”, porém, ela parece constituir-se em entrave ou impedimento.

Vejamos uma ilustração apenas do que possa significar impedimento, numa conjuntura de “aperfeiçoamento das instituições democráticas”, que, no entanto, tolhe iniciativas que buscam reparar danos causados à população negra no passado. Em 2008, o presidente Luiz

Nascimento, Abdias do. *Combate ao racismo- discursos e projetos*. Brasília: Câmara dos Deputados/ Centro de Documentação e Informação, 1983. pp. 98-108.

¹⁰⁷ Alencastro, Luiz Felipe de. “O pecado original da sociedade e da ordem jurídica brasileira”. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 87, julho de 2010, pp.5-11.

Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 11.756, concedendo anistia *post mortem* a João Cândido Felisberto e outros líderes da Revolta da Chibata.

O presidente Lula sancionou a lei com um veto, o parágrafo único do Art. 1º, que deixou de fora exatamente reparações e promoções, que justificavam a legislação. O conteúdo do Art. 1º diz restaurar “o que lhes foi assegurado pelo Decreto nº 2. 280, de 25 de novembro de 1910”.

O Decreto de 1910, como se sabe, não assegurou nada, então ficamos na mesma¹⁰⁸. Mas esse faz de conta não é “irrelevante”, nem “irrisório”, como afirmou a “O Estado de S. Paulo” (edição de 25.07.08, p. A-12) o ex- ministro da Marinha, almirante Mário Flores.

Duas anistias, no intervalo de 98 (noventa e oito) anos, e nenhuma das duas teve qualquer efeito prático. De um lado a dominação de um grupo social, que não tem forças para construir por sua própria energia uma prática política que pressione essas instâncias de poder. De outro, a resistência continuada, comandada pela Marinha com apoio de muitos outros setores.

Aperfeiçoamos as instituições para atender responsabilidades do Estado, no que diz respeito a dimensões essenciais da cidadania e dos direitos humanos, mas excluímos sumariamente a população negra. Quando se trata de beneficiar negros, parece não haver possibilidade de o “aperfeiçoamento das instituições democráticas” assegurar a força da ordem legal. Ao contrário do que afirma Bobbio,¹⁰⁹ toda conciliação entre racismo e democracia é possível e nós o temos comprovado com a experiência brasileira – mas não somente a brasileira.

5.1 A reparação no Parlamento

Além dos esforços de Abdias, responsável pela inserção pioneira da dimensão reparatória em muitas iniciativas legislativas, em meados da década de 80, pode-se destacar

¹⁰⁸ Nascimento, Álvaro Pereira do. *Do convés ao porto: a experiência dos marinheiros e a revolta de 1910*. Tese de doutorado/Unicamp. Campinas, julho de 2002. 259p. Alguns trechos significativos: “A partir daquele momento em que entregaram as armas, eles imaginaram que a anistia realmente funcionaria como escudo protetor, mas não era isso que ocorreria” (p. 43). “Os ex-amotinados não conseguiram se beneficiar das mudanças que exigiram. Embora mostrassem uma proposta para a transformação da Marinha de Guerra, eles ficaram literalmente a ver navios à beira do cais, já que foram mortos, torturados, extraditados ou perseguidos” (p.240).

¹⁰⁹ Bobbio, Norberto. *Do Fascismo à Democracia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. pp. 54-55. Bobbio afirma: “São conhecidas as várias tentativas – que foram fatos – de conciliar o elitismo com a democracia, tanto que não pareceu contraditório falar de “elitismo democrático”. Entre democracia e racismo toda e qualquer conciliação é impossível”.

ainda o Movimento pelas Reparações (MPR), que envolveu, entre outras ações com repercussão de mídia, a coleta de assinaturas em apoio a projeto de lei. O projeto foi entregue ao deputado Paulo Paim, no plenário da Câmara dos Deputados, em 1995, durante a realização da Marcha Zumbi dos Palmares, contra o Racismo pela Cidadania e a Vida.

A tramitação do projeto (PL 1239/995) foi especialmente truncada e reveladora da falta de importância do tema da reparação para o conjunto das forças políticas representadas na Câmara dos Deputados. O deputado Salatiel Carvalho, então vinculado ao PMDB-PE, disse na abertura de seu parecer contrário ao PL 1239/1995

A complexidade e delicadeza sociopolítica da matéria certamente explicam que tenha sido distribuída a cinco Senhores Deputados antes de me ser encaminhada, sem que tenha havido o oferecimento de parecer.¹¹⁰

O principal mérito do parecer do deputado Salatiel Carvalho será esse mesmo, o de ter tido a coragem de manifestar-se, rompendo em 2001 com o silêncio que envolvia a iniciativa do MPR desde 1995.

A estratégia argumentativa utilizada no parecer assinado pelo deputado Salatiel é corriqueira e banal nesse tipo de documento. Expressa a adesão ou reconhecimento a algum aspecto da proposição submetida à análise, em seguida enumera as ressalvas que, não obstante o reconhecimento inicial, obrigam o relator a rejeitar a proposição.

Seguindo esse padrão argumentativo, Salatiel, num primeiro momento de seu parecer, reconhece a “terrível desigualdade social que aflige essa parcela da brasilidade” e cita dados do IBGE e do convênio Seade/Dieese referentes à mortalidade infantil, saneamento básico, anos de estudo e mercado de trabalho. Nega, no entanto, que o quadro de desigualdades seja resultado de “discriminação direta (...) por razões de cor”, atribuindo suas causas à “privação historicamente acumulada”, que impede que negros e brancos disputem em igualdade de condições.

¹¹⁰ <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/> Acesso em 05/01/2014.

Mas a ausência de “discriminação direta”, argumenta Salatiel, não isenta Estado e sociedade de responsabilidades: “*A inércia do Poder Público e da esfera privada diante deste quadro é, ela sim, inequivocamente discriminatória.*”¹¹¹

Aqui Salatiel convoca uma autoridade, pela função que exerce e pelos estudos sobre escravidão que realizou, o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, uma forma inclusive de eximi-lo da acusação que acabou de fazer, o qual, em pronunciamento sobre a Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban, África do Sul, referiu-se também a essa “necessidade imperiosa”.

Desse ponto em diante, depois de admitir as desigualdades, negar o racismo e responsabilizar a escravidão, e ainda acusar o Poder Público e a iniciativa privada, livrando, no entanto, o presidente da República, Salatiel argumenta no sentido de que, embora seja imperiosa a necessidade de mudar o quadro atual de desigualdades, as sugestões do projeto são fruto de “voluntarismo fútil” e reveladoras de quanto as discussões sobre ações afirmativas são “imaturas”, entre nós, além de suas lacunas e inadequações, quer no que diz respeito aos encargos financeiros, quer na caracterização dos “sujeitos de direitos”.

Um parlamentar, quando elabora parecer, tem a sua disposição diferentes tipos de emendas. Além disso, pode rejeitar parcialmente, pode propor um projeto substitutivo, pode manifestar-se sobre a conveniência, antes de emitir seu parecer, de ouvir amplamente os setores envolvidos. A alegação de imaturidade, de que a discussão ainda não amadureceu suficientemente entre nós, é recorrente em circunstâncias nas quais o que se pretende é a rejeição sumária da proposição. Esse foi o caminho trilhado por Salatiel, a rejeição pura e simples da proposta.

O projeto de reparação¹¹² era literalmente uma “batata quente”, que passou por várias mãos antes de ser enfrentado pelo deputado Salatiel Carvalho. Ocorre que seu parecer, datado

¹¹¹ Destaque no original.

¹¹² Eis a íntegra do projeto (PL nº 1239, de 1995), que garante a reparação com indenização: Art. 1º O resgate da cidadania dos descendentes de africanos escravizados no Brasil se fará com providências educacionais, culturais e materiais referidas na presente lei. Art. 2º A União pagará, a título de reparação, a cada um dos descendentes de africanos escravizados no Brasil o valor equivalente a R\$102.000,00 (cento e dois mil reais). Parágrafo único. Terão direito a este valor material todos os descendentes de africanos escravizados no Brasil nascidos até a data de publicação da presente lei. Art. 3º O Governo, na esfera federal, estadual e municipal, assegurará a presença do descendente de africano nas escolas públicas, em todos os níveis, proporcionalmente à presença desses descendentes no conjunto da população local. Art. 4º O Governo providenciará políticas compensatórias para os descendentes de africanos escravizados, executando a declaração das terras dos remanescentes de quilombos, reforma nos currículos, assegurando políticas de emprego, direito à imagem e acesso à mídia, assim realizando políticas habitacionais em centros urbanos. Art. 5º Compete à União o ônus da prova contestatória às

de 13 de novembro de 2001, é posterior à realização da Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban, África do Sul, de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001. Logo, o Estado brasileiro, de que faz parte a Câmara dos Deputados, tinha acabado de se comprometer com a Declaração e o Programa de Ação da Conferência Mundial contra o Racismo. O item IV do Programa de

Ação trata exatamente do “*Establecimiento de remedios, recursos, vías de reparación y otras medidas eficaces en los ámbitos nacional, regional e internacional*”:

Insta a los Estados a que adopten todas las medidas indispensables para atender, con urgencia, la necesidad premiante de justicia a favor de las víctimas del racismo, la discriminación racial, la xenofobia e las formas conexas de intolerancia e garantizarles que tengan pleno acceso a la información, el apoyo, la protección efectiva y los remedios administrativos e judiciales nacionales, incluido el derecho de solicitar una reparación o satisfacción justa e adecuada por los daños sufridos, así como la asistencia legal, cuando sea necesario.

Como, a rigor, o PL 1239/1995 não provocou debate, a Câmara se permitiu ignorar as recomendações de Durban, definidas com a participação do Estado brasileiro. O PL das reparações foi motivo ainda de muita chacota, em razão de seu artigo 2º, que definia uma quantia a ser paga a afrodescendentes. Quando o MPR recolhia assinaturas em apoio ao projeto de lei (chegou a recolher dez mil assinaturas, segundo informou Paulo Paim), o jornalista Josias de Souza, editorialista da “Folha de S. Paulo” reagiu prontamente, afirmando que assim ele também era negro. O episódio ilustra o fato de que, quando as circunstâncias obrigam, descobrimos negros até na redação do mais importante jornal brasileiro.

reivindicações de reparações propostas individual ou coletivamente pelos descendentes de africanos escravizados no Brasil. Art. 6º A União, inclusive o Congresso Nacional, buscará meios econômicos e legais para cobrir as despesas advindas da aplicação desta lei. Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 8º revogam-se as disposições em contrário. **Justificação.** *Considerando* que em geral toda escravidão é um crime à humanidade, especialmente a escravidão para fins econômicos, em particular a escravidão dos africanos e seus descendentes que diz respeito ao Estado brasileiro. *Considerando* que, por sua vez, a abolição dos escravos no Brasil se ateve a um mero enunciado, sem ser precedida ou seguida de providências que melhorassem a condição dos africanos e seus descendentes. *Considerando* que também é de responsabilidade do Estado brasileiro a destruição e dispersão de documentos históricos relacionados ao tráfico e à vida dos africanos escravizados e seus descendentes no país. Considerando que os fatos acima referidos geraram uma dívida moral e material para com os descendentes de africanos escravizados no Brasil. *Considerando* que tais fatos violentam a dignidade humana e afetam o Estado democrático de direito e a estabilidade psicossocial da sociedade brasileira. *Agradecemos* a contribuição dada na elaboração desse projeto ao Movimento Negro de nosso país. E, principalmente, aos mentores do mesmo, os companheiros do Movimento pelas Reparações no Brasil já! Deputado Paulo Paim. Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1995.

O debate sobre reparação, reprimido e controlado, liberava-se de algum modo pela via do que se considerava absurdo ou mesmo anedótico. Mas é fato também que, sem articulação política que permitisse fazer prevalecer a agenda da reparação nos fóruns decisivos, o artigo que previa o pagamento individual transformou a íntegra do projeto em tema de piada, desmoralizando-o como proposta política.

De todo modo, a “piada” sobre reparação, insisto nesse aspecto, foi eficiente para trazer à tona um tema recalcado e problemático para as elites brasileiras.¹¹³ Mesmo a reação de Josias de Souza e de muitos outros era reveladora dos constrangimentos que obrigam a negação da identidade negra. Se, ao contrário, julgo levar vantagens, não tenho porque não assumir.

5.2 “Espécies separadas e inferiores”¹¹⁴

A figura abaixo é uma versão levemente modificada daquela que eu utilizava, nas aulas de “Pensamento Negro Contemporâneo, na Universidade de Brasília, nos anos de 2009 e 2010. Pretendíamos ilustrar a legitimidade das reivindicações (muito tímidas, é preciso reconhecer) de Movimento Negro por reparações e como a esquerda brasileira circunscreveu o tema da responsabilização do Estado ao período da ditadura militar.

Figura 1: Cinquenta e oito anos separam a memória do esquecimento

Durante três dos quatros semestres em que lecionei a disciplina (duas turmas por semestre), utilizei texto de Hannah Arendt¹¹⁵ e recortes de jornais¹¹⁶ para abordar o tema da

¹¹³ Ver, a esse respeito, Possenti, Sérgio. *Os limites do discurso – ensaios sobre discurso e sujeito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. p. 123.

¹¹⁴ A expressão de Gould, *A falsa medida do homem*, p. 17.

¹¹⁵ Arendt, Hannah. “Responsabilidade coletiva”. Em *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Pp. 213-225.

¹¹⁶ Um exemplo: “Licitação na Califórnia exige admissão de culpa no Holocausto”, artigo de Dan Weikel, publicado no *Los Angeles Times* e traduzido por Augusto Calil para *O Estado de S. Paulo*, edição de 01 de julho de 2010, p. A8. O artigo trata de projeto de lei, apresentado por deputado estadual da Califórnia, “exigindo das empresas interessadas em trabalhar no projeto dos trens de alta velocidade na Califórnia que reconheçam sua participação no transporte de pessoas aos campos de concentração durante a 2ª Guerra”.

responsabilidade coletiva. Tomava como pano de fundo as indenizações reparatorias concedidas pela Comissão da Anistia, criada no governo de Fernando Henrique Cardoso. A criação da Comissão da Verdade nos obrigou agora a fazer pequenas alterações na figura.

Nossa intenção era conduzir a reflexão dos estudantes para a compreensão de quais são afinal as objeções para que considerássemos a possibilidade de olharmos para trás com a intenção de buscarmos compensar injustiças históricas. Se isso era possível quando os limites do passado eram 1946 ou 1964, quais os motivos que nos impediam de fazer o mesmo quando se tratasse de 1888? A razão não poderia ser a ínfima duração temporal, o que ficava evidente na representação gráfica (Fig. 1). Mas o que seria então?

O conceito de “responsabilidade coletiva”, defendido por Arendt, é bastante elucidativo das dificuldades existentes entre nós para que, considerando a “totalidade de nosso passado”, pudéssemos assumir “responsabilidade política e estritamente coletiva” sobre atos que não praticamos e que definiram a evolução política e estrutural do país:

Essa responsabilidade vicária por coisas que não fizemos, esse assumir as consequências por atos de que somos inteiramente inocentes, é o preço que pagamos pelo fato de levarmos a nossa vida não conosco mesmos, mas entre nossos semelhantes, e de que a faculdade de ação, que, afinal, é a faculdade política *par excellence*, só pode ser tornada real numa das múltiplas formas de comunidade humana.¹¹⁷

Primeiramente, a democracia que se vem “aperfeiçoando” entre nós é perfeitamente compatível com o racismo, com a hierarquização do humano, daí que “nossos semelhantes” sejam, na prática brasileira recente de buscar compensar injustiças históricas, um sintagma extremamente restritivo. A própria ideia de política alcança um número bastante reduzido de pessoas. Os revoltosos de 1910 faziam política? Luiz Gama fez política?

¹¹⁷ Arendt, Hannah. Op. cit, p.225.

A correlação essencial, definida pelo racismo, entre branco e humano impede que se possam ver índios e negros como semelhantes. E, como afirma Arendt, vivemos e fazemos política em comunidades humanas. Assim, “a totalidade histórica” a que se referiu a presidenta da República é inalcançável e a reparação é improvável menos por sua dimensão econômica ou jurídica, ou pela relevância de fatores conjunturais adversos. O fato é que as instituições culturais e educacionais, os meios de comunicação, os partidos não parecem inclinados a dar suporte a um redimensionamento do humano entre nós.

6. Problemas de raça e do jornalismo

Para finalizarmos a primeira parte deste trabalho, gostaria de retomar uma argumentação absolutamente central para a compreensão do debate sobre a questão racial brasileira. Trata-se do empenho dos opositores das políticas públicas em benefício da população negra para banir da discussão as condições materiais de vida, como se os argumentos defendidos por eles temessem de alguma forma aproximar-se das estruturas do real. Paradoxalmente, trata-se de uma posição que presume saber tanto sobre a vida dos negros, que se permite ignorar os fatos de sua experiência individual e coletiva.

Como sempre, partimos dos jornais. Com o título “Problemas de raça”, o jornal “Folha de S. Paulo”, em 2001, no início de uma década que se anunciava rica para o debate sobre desigualdades raciais e racismo, emitiu opinião sobre projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados. O projeto do deputado Paulo Paim “buscava regular a disposição racial e étnica na TV, determinando quotas mínimas para negros e pardos em filmes e peças publicitárias”,¹¹⁸.

Estávamos apenas a quatro meses da realização da Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, na África do Sul. Acrescente-se ainda, para uma melhor apreensão do contexto, que desde a “Marcha Zumbi dos Palmares, contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”, em 1995, se intensificara a pressão dos movimentos negros por políticas públicas que enfrentassem o racismo e as desigualdades raciais.

O texto é introduzido com a consideração de que o projeto de lei “ parece bem-intencionado”; no entanto, argumenta o editorial, “boas intenções não bastam em questões complexas como essa”. Assim, o ponto de partida da argumentação é a “complexidade” da

¹¹⁸ Folha de S. Paulo, edição de 2 de abril de 2001, p. A2.

questão e já veremos como ela se apresenta aos olhos de formadores de opinião, entrincheirados no jornal de maior circulação do país.

“Não há dúvida de que negros e pardos estão sub-representados na programação e esse fato tem um efeito duplamente perverso: não só deixa de abrir boas oportunidades de emprego como ainda contribui para baixar a autoestima do grupo.”

As “boas intenções” do projeto relacionam-se desse modo a um “fato” da realidade brasileira, sobre o qual não pairam dúvidas. Uma das acepções da palavra “fato”, no dicionário Aurélio, é “Aquilo que realmente existe, que é real”.

O jornal conhece o fato da sub-representação midiática e não ignora seus efeitos (que até qualifica de “perversos”), quer no mercado de trabalho, quer na subjetividade das pessoas. Pessoas, de inferência aqui obrigatória, tão reais e verdadeiras quanto os fatos sobre cuja realidade não parece haver dúvidas.

Logo após o reconhecimento do fato e suas consequências, o texto do editorial enumera suas restrições ao projeto de lei:

“Ocorre, porém, que as quotas são um instrumento precário demais para resolver esse tipo de situação. Pelo projeto de Paim, são consideradas negras ou pardas as pessoas que assim se enquadram, ‘conforme a classificação adotada pelo IBGE’. Ora, o instituto utiliza como critério a declaração do próprio entrevistado. Se um branco disser que é negro, será considerado negro. Ademais, os dados relativos a cada cidadão são mantidos em total sigilo.”

O “instrumento” é precário sem que se argumente de modo preciso para justificar sua precariedade. A definição dos beneficiários, na visão do editorial, é tão inconsistente que, no limite, permitirá a fraude extrema de vir a beneficiar aqueles que se encontram sobre-representados na mídia. A alusão no final do parágrafo ao sigilo dos dados, completamente descabida para os propósitos do projeto de lei, serve apenas para acentuar que a impossibilidade defendida na argumentação do editorial teria de algum modo uma base objetiva.

O editorial da “Folha”, que tomamos como ilustração nesta introdução, parece preocupar-se pouco com a coerência quando reconhece a sub-representação dos negros na mídia e, simultaneamente, argumenta na defesa da impossibilidade de se identificar os beneficiários do projeto.

No que diz respeito ao diagnóstico da situação, a Folha demonstra conhecer tão bem aqueles sobre cuja presença nos meios de comunicação o projeto de Paim pretende assegurar uma participação mínima, que pode até mesmo dimensionar os efeitos da sub-representação no mercado de trabalho e na subjetividade das pessoas.

Quando se trata de avaliar e emitir opinião sobre a medida proposta para atender a situação sobre a qual o jornal acabou de expressar amplo conhecimento, tudo se embaralha e confunde, branco pode se autoidentificar como negro, cuja definição aliás passa a ser um “problema”.

A perspectiva que se abria para o debate sobre relações raciais em 2001, com a introdução do sistema de reserva de vagas para negros nas universidades, e a possibilidade de se estender a política de cotas para outros setores, era a do acirramento de posições antagônicas. Uma das características desse processo foi a resistência dos grandes meios de comunicação¹¹⁹.

A outra característica, decisiva, será o desprezo pela materialidade das condições de vida da população negra. No editorial da Folha, afasta-se o problema real da sub-representação e seus efeitos, porque a solução proposta não parece adequada. Passa-se a discutir a inadequação dos meios, as intenções daqueles que propõem esses meios – mas o problema real como que desaparece em meio ao debate.

Ao longo da década, os problemas serão, como no título do editorial, associados a uma noção não validada pela ciência, a noção de raça. E tratados como se não fossem reais.

6.1 Os “paradoxos” do antirracismo

Refletindo sobre as dificuldades do movimento antirracista Wieviorka pergunta se sua ação “estará condenada ao fracasso, ou, pior ainda, a efeitos contraproducentes de co-produção daquilo que ela combate?”¹²⁰.

Durante o recente debate sobre ações afirmativas no Brasil, no qual estivemos profundamente envolvidos, a palavra raça tornou-se um arcaísmo, ou seja, “um termo pertencente a um estado de língua antigo e não mais usado na língua contemporânea”¹²¹, que enfrentava violenta oposição ao seu uso.

Segundo Roberto Cardoso de Oliveira, “Enquanto a noção de etnia sempre foi aplicada aos estudos relativos às populações indígenas, a noção de raça era considerada adequada aos estudos sobre afrodescendentes”¹²².

¹¹⁹ O empenho que fizemos para trazer de volta o Ìròhìn, na versão impressa e a *website*, está relacionado à compreensão dessa conjuntura, na qual os principais veículos de comunicação abriram fogo cerrado conta as ações afirmativas, sem deixar espaço para a defesa dos pontos de vista do Movimento Negro.

¹²⁰ Wieviorka, Michel. *O racismo, uma introdução*. São Paulo: Perspectiva, 2007.p. 141.

¹²¹ A definição é do Dicionário de Linguística, organizado por Dubois, Jean et al. São Paulo: Cultrix, 2001.p 65.

¹²² Oliveira, Roberto Cardoso de. *Caminhos da identidade-ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Paralelo 15. 2006.p.21.

Mas nem mesmo a ressalva de que a palavra não se referia a uma entidade biológica acalmava seus opositores. Como já havia acontecido em outros países “aquele que acreditava agir pela boa causa passou a ser suspeito dos piores preconceitos e em que a ação antirracista é acusada de alimentar o mal que pretende combater”,¹²³.

O cientista político Bolívar Lamounier escreveu o prefácio do livro *Divisões perigosas – políticas raciais no Brasil contemporâneo*¹²⁴, uma coletânea de artigos que se posicionavam “contra o processo de racialização em curso no país”, consubstanciado em dois projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional. Um instituíam cotas raciais no acesso ao ensino superior, o outro criava o Estatuto da Igualdade Racial.

Bolívar Lamounier distingue dois campos “nitidamente configurados”:

“O campo favorável aos mencionados projetos de lei aposta na ‘racialização’ – vale dizer na regulamentação “racial” da cidadania – como remédio para desigualdades e antídoto para o preconceito e a discriminação. O lado contrário – aqui representado, e no qual me incluo – toma posição diametralmente oposta. Entende que o caminho descortinado pelos dois projetos será inócuo ou contraproducente no que se refere às desigualdades e terá efeitos colaterais sumamente indesejáveis no que toca à sociabilidade e à concepção política da nação brasileira”.¹²⁵

Lamounier, em seu prefácio, refere-se ao impacto das desigualdades em pardos e negros: “Muitos pesquisadores vêm demonstrando que a desigualdade social brasileira incide de maneira mais aguda sobre pardos e negros. A imprensa também tem dado destaque a esse problema. A questão é como atacá-lo”¹²⁶.

As desigualdades (condições objetivas, materiais, sociais e econômicas,) estão fora de discussão. Pesquisadores, a imprensa, todo mundo conhece a posição subordinada em que vivem “pardos e negros”; em oposição, supõe-se, aos brancos, àqueles que não são pardos nem negros e não são citados por Lamounier.

Entretanto, a questão não reside no modo como se apresentam as desigualdades e sim no caminho escolhido para superá-las, as ações afirmativas.

No período, é preciso esclarecer, os que defendem as ações afirmativas já não são apenas integrantes dos movimentos negros. Desde a ampla pesquisa realizada pelo Instituto

¹²³ Wieviorka, Michel. p. 138.

¹²⁴ Fry, Peter, Maggie, Yvonne et. Al. (Org.) *Divisões Perigosas – políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 363p.

¹²⁵ Idem, ibidem, p.9.

¹²⁶ Idem, ibidem, pp. 9-10.

DataFolha, em junho de 1995, grande número de brasileiros, de todas as cores, responderam afirmativamente à pergunta: “Você concorda com a reserva de vagas de estudo e trabalho para os negros?”¹²⁷

Em 2006, ano de campanha presidencial, as pesquisas revelavam que os eleitores de todos os principais candidatos a presidente da República se manifestavam majoritariamente favoráveis tanto às cotas no acesso às universidades, quanto às cotas no mercado de trabalho¹²⁸.

Voltando ao prefácio de Lamounier, e sua crítica ao que entende ser uma visão “racializante”, a qual, no limite, vai impor “uma dicotomização ‘racial’ e potencialmente rancorosa a um país mestiço”:

Existe, portanto, o risco nada desprezível da criação ou ampliação artificial de um fosso aparentemente racial entre (ou dentro de) camadas sociais. Os que se opõem à “racialização” pensam o Brasil em outros termos: entendem que a aspiração de igualdade socioeconômica pouco ou nada terá a ganhar com ela. Optam por uma posição universalista, isto é, por políticas públicas de caráter geral, que façam chegar a todos os necessitados, independentemente de cor, os serviços de educação, saúde, saneamento, etc. a que têm direito.¹²⁹

O país é mestiço, embora não haja dúvida do lugar ocupado nele por negros e pardos; lugar distinto daquele ocupado por brancos, que não merecem citação. O texto, ao mesmo tempo, refere-se a uma unidade (país mestiço) e sugere que ela é atravessada por profundas divisões internas que têm a ver com a cor das pessoas.

É importante também compreendermos os limites de sentido da palavra “racialização”, cujo emprego está dissociado das condições concretas da existência de “pardos e negros”. Não há racialização, portanto, quando o autor mesmo admite a posição subordinada de pardos e negros na sociedade brasileira, evidenciada por pesquisadores.

¹²⁷ Turra, Cleusa e Venturi, Gustavo. *Racismo cordial—a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: FSP/Datafolha: Ática, 1995. pp.46-47.

¹²⁸ Folha de S. Paulo, edição de 23/07/2006, registra pesquisa do Instituto Datafolha com 6. 264 eleitores em 272 municípios..

¹²⁹ Fry, Peter, Maggie, Yvonne et. Al. (Org.) *Divisões Perigosas—políticas raciais no Brasil contemporâneo*. P.

Há racialização, contudo, quando projetos de lei podem vir a beneficiar negros com políticas públicas.

Num passado não muito remoto, o mesmo cientista político revelava mais sensibilidade para associar legitimamente identidade etnicorracial e luta política.

Em 1968, Bolívar Lamounier escreveu artigo para a revista *Cadernos Brasileiros*, numa edição comemorativa dos 80 anos da Abolição¹³⁰. A reflexão sobre raça e classe que se propunha a fazer voltava-se para as possibilidades, no Brasil, de uma “atividade política baseada em fatores raciais ou étnicos”.

Lamounier punha em dúvida a afirmação de sociólogos de que a estratificação étnica seria “estritamente incompatível com os ‘requisitos funcionais’ do sistema industrial capitalista” e utiliza a análise de Costa Pinto dos dados do censo de 1940 para acentuar a “sistemática desigualdade, determinada pelo fator racial-étnico, na estrutura ocupacional”.

A integração do negro à sociedade de classes preconizada por alguns autores (que ele não cita os nomes, mas a principal referência é obviamente Florestan Fernandes) teria origem no fato de que “a sociologia tradicional jamais chegou a conceitualizar adequadamente as dimensões simbólicas da atividade política”.

A ciência política contemporânea, segundo ainda Lamounier, tem se mostrado mais sensível do que as outras ciências sociais, tanto para valorizar a dimensão motivacional do comportamento, quanto para refutar o que qualifica de excessivo racionalismo econômico dos sociólogos brasileiros.

Consequentemente, na medida em que tensões raciais se expressam politicamente (tomando aqui o lado do grupo oprimido), tende a ser uma função do grau em que esse grupo sinta a presença de preconceitos e tendências discriminatórias; do grau em que perceba a existência de atitudes e práticas sociais, que, sistematicamente, quando não explicitamente, definem o ‘status’ de seus membros como meio-cidadãos, como seres incompletamente humanos, e como pessoas em relação as quais parece conveniente manter alguma distância.

Ocorrendo essas condições, esse grupo buscará conforto simbólico nas instituições do Estado; e a competição, entre indivíduos, por benefícios tangíveis transforma-se em luta política. No caso de movimentos e organizações de base racial-étnica, seria engano grave perder de vista esse aspecto¹³¹.

¹³⁰ Lamounier, Bolívar. “Raça e classe na política brasileira”. *Cadernos Brasileiros*, ano X, nº 47, mai./jun., 1968. pp.39-50.

¹³¹ Idem, *ibidem*, p. 47.

O cientista político percebia, em 1968, a “latência” do “problema racial brasileiro” e antevia as possibilidades futuras da luta política. Quando isso de fato se deu, sua ciência política perdera toda a sensibilidade e julgava agora que os grupos que reivindicavam partilhar igualmente direitos sociais, políticos e econômicos, deveriam renunciar a sua identidade racial, uma vez que ela era fonte de conflitos e de ruptura da unidade do “país mestiço”.

Pode-se, contudo, apontar limites e contradições da ação anti-racista, sem no entanto negar-lhe legitimidade. Analisemos duas citações de Wieviorka:

De um lado, com efeito, para construir uma ação, cumpre-lhes assumir, pelo menos até certo ponto, as categorias que os designam com o ódio ou o preconceito racista, e se manifestar, por exemplo, como judeus ou negros e não apenas como cidadãos ou seres humanos. De outro lado, para se inscrever no espaço público e reclamar igualdade ou respeito em relação aos direitos do homem, é preciso apresentar-se em categorias que transcendam suas propriedades específicas, apelar para valores universais.¹³²

Um antirracismo consequente, democrático (...) não pode se desdobrar senão na tensão, necessária e difícil, entre as referências identitárias dos grupos racializados e seus valores universais de direito e razão. O problema não é tanto de buscar um meio justo quanto o de se esforçar em conciliar o que amiúde é vivido como oposto e inconfundível¹³³.

As duas citações deixam claro que onde Lamounier vê “fosso” e dicotomia”, Wieviorka enxerga convivência de opostos, tensão necessária. Já não são meras condutas reprováveis, mas contradições imanentes ao processo histórico. A solução proposta por Lamounier, um universal que independe da cor, é uma solução teórica de uma tensão que não parece ser do tipo a ser solucionada apenas no debate teórico.

No prefácio de Bobbio aos *Manuscritos econômico-filosóficos*, de Karl Marx, encontro uma referência à filosofia da práxis, seguida da seguinte citação:

Vê-se assim como a solução das oposições *teóricas* somente é possível de maneira *prática*, somente através da energia prática do homem, e como esta solução não é de modo algum apenas uma tarefa da consciência, mas também uma tarefa *real*

¹³² Wieviorka, Michel. Op. cit. pp. 143-144.

¹³³ Idem, ibidem, p.149.

da vida, que a *filosofia* não poderia cumprir precisamente porque entendia esta tarefa somente como tarefa teórica.¹³⁴

Como vimos na análise do prefácio de Lamounier, as desigualdades não importam muito para as considerações sobre racialização de políticas públicas. Parece-me que o melhor caminho a seguir, para a superação dos “paradoxos do anti-racismo” é buscar compreender se as tensões necessárias a que se referiu Wieviorka, entre as identidades dos grupos particulares e os valores universais, não são do tipo dessas “oposições teóricas”, a que se referiu Marx, no fragmento citado por Bobbio. Oposições cuja superação não se dá no plano da teoria, mas implicam tarefas reais da vida.

¹³⁴ Marx, Karl apud Bobbio, Norberto. “Prefácio a Karl Marx, Manuscritos econômico-filosóficos de 1844”. Em: *Nem com Marx, nem contra Marx*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.p. 53.

PARTE II

O debate no espaço público

Por que apresentar esse debate

O conjunto diversificado de textos aqui reunidos é uma amostra do intenso debate público em que me envolvi sobre racismo e organização política da população negra nos últimos anos.

As palestras compõem o primeiro bloco desta seção e o critério que utilizei para selecionar três delas foi sua maior formalização, significando aqui ausência de marcas ou traços da fala. Raramente fiz leituras em mesas de eventos e essas palestras representam raras exceções.

A primeira delas, “Algumas visões conflitivas de Movimento Negro”, foi lida em seminário realizado na Unicamp, no final de 2009, e é um texto inédito nesse formato. Trata-se de mostrar avanços e limites das visões de Florestan, Alencastro e Fernando Henrique, sobre o Movimento Negro.

A segunda, uma encomenda do Departamento de África II, do Ministério de Relações Exteriores, acabou, por equívoco, ficando com o título do poema que lhe serve de epígrafe: “O general que cheirava”. Texto e epígrafe foram lidos em seminário internacional sobre relações Brasil-África, organizado pelo Itamaraty, em Fortaleza, em 2003, no início do governo Lula. Foi para mim um grande momento de desabafo político. Numa sala em que talvez coubessem quarenta pessoas, muitas delas representantes do corpo diplomático africano, tive oportunidade de dar meu testemunho sobre modos idênticos e simultâneos de representação de africanos e seus descendentes, dentro e fora do Brasil.

A terceira palestra, “A propósito de Caçadas de Pedrinho”, foi lida na Universidade de Brasília, em novembro de 2010, em atividade do Decanato de Extensão, no último semestre em que lecionei a disciplina “Pensamento Negro Contemporâneo”. É um texto, até aqui, com circulação exclusiva na internet.

A reedição da obra de Monteiro Lobato pela editora Globo, que buscava ampliar seu acesso a recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), acabou gerando um intenso debate sobre racismo em Lobato.

Foi impressionante o número de jornalistas, escritores e professores, manifestando-se em defesa de “Caçadas de Pedrinho”, ora negando a existência do racismo, ora subestimando seus efeitos práticos sobre a conduta e concepção de mundo de seus leitores.

Para mim esse é um grande momento de desmascaramento. Educados pelo racismo das obras infantis de Lobato, alguns intelectuais buscam argumentar que afastando essas marcas ideológicas, marcas do tempo (isso quando as reconhecem), há um tesouro a ser preservado e transmitido às novas gerações. Outros, mais renitentes, recusam-se peremptoriamente a considerar a existência de racismo, exceto no próprio denunciante, o Movimento Negro.

Minha convicção é a de que a obra em si é um mundo e que a cor da pele, e o narrador não nos deixa esquecer isso um só instante, joga nesse mundo representado em “Caçadas de Pedrinho” um papel fundamental.

Para falar como Antonio Candido:

Sabemos, ainda, que o *externo* (no caso o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno*.¹³⁵

O racismo é intrínseco à estrutura da obra, ao modo como seu autor concebe o humano. Para variar, a mídia tratou superficialmente um debate que poderia contribuir para a educação do país.

No segundo bloco estão duas entrevistas, que registram momentos decisivos: a primeira, na véspera da Marcha Zumbi + 10, de 2005, teve circulação nos meios possibilitados pela internet, sem versão impressa até aqui. Toda a tensão e vibração da disputa com os ativistas

¹³⁵ Candido, Antonio. *Literatura e sociedade—Estudos de teoria e história literária*. 11ª. Edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.p. 14.

negros da base de apoio do segundo governo Lula, que se opunham à realização da Marcha, estão presentes.

Do mesmo modo, as limitações de sustentabilidade do Movimento Negro, entre o patrocínio dos partidos, e crescentemente de governos, e a cooperação internacional. E é fundamental perceber, debatendo-se entre os dois polos poderosos, o esforço vão de mobilizar a população negra para criar os meios de sustentação de suas próprias iniciativas políticas.

Sempre confrontei, é uma constante desse trabalho, as forças negras ou não que buscaram cercear o aprofundamento da experiência de luta política e de organização do ativismo contra o racismo.

Em 1995, a luta foi para impedir que sindicalistas e petistas, diretamente envolvidos com a Conen, controlassem a Marcha Zumbi dos Palmares e a utilizassem exclusivamente como instrumento de pressão sobre o governo FHC, que havia tomado posse naquele ano¹³⁶. A rigor, estavam se lixando para a pauta de MN. Dez anos depois, com o PT no governo, a luta foi para assegurar uma expressão livre da tutela governamental, que queria decidir, inclusive, sobre a conveniência de uma mobilização negra, num momento em que os petistas estavam acuados pelos escândalos e denúncias de corrupção.

A segunda entrevista, ao jornal “Causa Operária”, em outubro de 2009, avalia o momento logo após a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Por trás de sua aparente serenidade, há certo tipo contido de emoção, entranhada no rápido balanço de trajetória, que traduzo como profundo sentimento de derrota política. O estatuto não interessava, de fato, nem ao governo, nem à oposição.

¹³⁶ Amauri Mendes Pereira, ativista histórico do Rio de Janeiro ligado à Conen, deu depoimento sobre a disputa do período: “A Marcha Zumbi dos Palmares não era o meu projeto em 1995, não era. Não foi o projeto da Coordenação Nacional de Entidades Negras, a Conen. O campeão dessa marcha foi Edson Cardoso, de Brasília. O Edson havia sido, acho que ainda era na época, um dos caras mais fortes no MNU, e um cara de uma visão muito ampla. (...) Ele era uma liderança no MNU, tinha uma instituição forte e conseguiu fazer aquilo que todos queriam, que era tentar unir todo mundo. Ele dizia: ‘Uma marcha a Brasília vai unir todo mundo’. Mas não era o projeto da Conen. Aí entram aquelas coisas: ‘O Edson é do MNU, é um adversário histórico...’ Eu, pessoalmente, comecei a dizer: ‘Eu não tenho adversário histórico dentro do movimento negro. Então o IPCN vai se engajar na marcha’. Alberti, Verena e Pereira, Amílcar Araújo (Org.). *Histórias do movimento negro no Brasil* – Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. pp.346-347.

1. Palestras

1.1 Algumas observações sobre visões conflitivas de movimento negro

A palestra foi proferida no evento “Respostas ao racismo – produção acadêmica e compromisso político em tempos de ações afirmativas”. Promoção: Pós-graduandos em História, Cecut e IFCH – Unicamp em Data: 3 de dezembro de 2009, no Auditório do IFCH – Unicamp, Campinas.

No dia 31 de dezembro de 2000, no caderno “Mais” do jornal Folha de S. Paulo, o historiador Luiz Felipe de Alencastro, num texto breve de três parágrafos, fez previsões para o novo milênio que se iniciava.

No campo social, depois de referir-se a “desigualdades econômicas, educacionais, regionais, etc.”, rotineiras barreiras ao progresso do país, Alencastro introduz um “problema que não aparece no fio do horizonte, mas que poderia muito bem surgir por aí um dia desses, para melhorar a situação de todos nós”.

Um problema (algo que cobra uma solução, ‘por difícil de explicar ou resolver’) que estranhamente soluciona (resolve ou supera uma dificuldade). O problema que poderia “melhorar a situação de todos nós” é o movimento negro.

Refiro-me à necessidade da emergência de um movimento negro, reivindicativo, estruturado, de escopo nacional, similar ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Situados majoritariamente nas camadas mais desfavorecidas da população, os negros polarizam todos os itens da dívida histórica e social do país. A afirmação da identidade negra, calcada na maioria cultural e na quase maioria demográfica formada pelos afro-brasileiros, poria em primeiro plano, com grande força política, todas as mazelas sociais e culturais do país. Nada indica que o surgimento de um movimento negro desse porte seja previsível no Brasil. Mas essa previsão precisaria ser desmentida.¹³⁷

¹³⁷ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Brasil”. Folha de S. Paulo, edição de 31 de dezembro de 2000.

A “necessidade de emergência de um movimento negro” como condição de transcendência das mazelas sociais e culturais do país é expressão de um raro posicionamento nos meios intelectuais brasileiros.

Outras vozes já tinham chamado a atenção para a importância da presença do negro na história social brasileira. Octávio Ianni, por exemplo, em ensaio de 1986, dizia que essa presença “desvenda perspectivas fundamentais para a construção do ponto de vista crítico na Sociologia, nas Ciências Sociais e em outras esferas do pensamento brasileiro”.¹³⁸

Ianni chamava a atenção então para a importância, na produção intelectual de Florestan Fernandes, das pesquisas sobre relações raciais, realizadas em São Paulo no início dos anos 50 do século passado, assim como na definição das matrizes da sociologia crítica, que se caracterizaria “como um estilo de pensar a realidade social a partir da raiz”.

O mesmo Florestan, numa tese apresentada ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores, em 1991, criticava o partido por sua “ignorância palmar” da dinâmica dos movimentos sociais.

O movimento negro é o melhor exemplo. O significado revolucionário explícito e larval da raça, como categoria social, contém implicações e desdobramentos insondáveis. Pensar a revolução como possível, no Brasil, sem pôr lado a lado classe e raça, equivale a desperdiçar um arsenal nuclear que nunca funcionará como um todo dentro da ordem. O partido precisa realizar uma rotação para se desprender do horizonte cultural burguês e do seu senso comum, feito de estigmatizações e preconceitos, para encarar de frente o Brasil real e suas exigências históricas irreprimíveis.¹³⁹

Antes, em 1987, Florestan definira a importância da ação política dos negros para a consolidação do processo democrático:

E como é urgente que o negro se organize, como fez no passado (nas décadas de 30 e de 40, em São Paulo e no Rio de Janeiro), em movimentos sociais que tenham por objetivo destruir as barreiras sociais e as barreiras raciais que são obstáculos a sua participação na economia, na sociedade civil, na cultura, no Estado etc. (...) Desse

¹³⁸ IANNI, Octávio. “Sociologia crítica”. In: D’INCAO, Maria Ângela (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987, p.46.

¹³⁹ FERNANDES, Florestan. *O PT em movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez : Autores Associados, 1991 (Coleção Polêmicas do nosso tempo; v. 43.), p. 79.

ângulo o negro vem a ser a pedra de toque da revolução democrática na sociedade brasileira.¹⁴⁰

O ‘negro’, o ‘movimento negro’ (e termos equivalentes como ‘questão racial’, ou ‘raça’) são vistos pelos autores citados como decisivos quer para o avanço dos estudos sociológicos (acentuando-se aqui a emergência de um ponto de vista crítico), quer para a definição de uma estratégia partidária de transformação radical da sociedade brasileira, quer ainda para a construção da democracia. O negro passa de objeto dos estudos sociológicos e outros a protagonista do processo político capaz de melhorar a vida de todos nós.

Voltando a Alencastro, o movimento negro, situado no centro dos acontecimentos políticos, é o grande catalizador do conjunto das questões econômicas, sociais, culturais. Mas Alencastro não esclarece porque a solução é um problema. Quais questões a existência de um movimento negro poderia levantar? A leitura atenta do fragmento não deixa dúvida de que existe um movimento negro no presente, de porte diverso daquele que se espera aparecer no horizonte. Um movimento que não possui a dimensão nacional, não reivindicativo, não estruturado, sem grande força política.

Curiosamente também o que poderia surgir no horizonte, um movimento negro redentor, deveria tomar como modelo o que já está aí. Embora não-rotineiro, portanto novo, seria análogo ao que já está aí. Podemos concluir, portanto, que o que não tínhamos naquele momento era um movimento negro similar ao MST.

A visão de Florestan acaba por valorizar uma dimensão instrumental do movimento negro, que deve servir ao condutor do processo da mudança revolucionária, o partido. Ainda que raça e classe devam ser colocadas ‘lado a lado’, fica evidente que a dimensão racial contém um potencial explosivo a ser manejado de todo modo pelo partido. Como “pedra de toque”, permanece ainda como meio de avaliar e aferir a justeza do processo democrático. Em Alencastro, o partido desaparece, e a força política do movimento negro se apoia na sua dimensão cultural majoritária e na quase maioria demográfica, mas seu modelo de organização e atuação origina-se em outro campo do movimento social.

¹⁴⁰ Idem. “O negro e a democracia”. In: *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989 (Coleção Polêmicas do nosso tempo; v. 33), p. 24.

Nos fragmentos que buscamos aproximar, Florestan e Alencastro compartilham, no entanto, a compreensão da urgente necessidade da organização política dos negros – para o bem de todos, para o bem do partido, para o bem da democracia.

Florestan volta-se para o passado, para as décadas de 30 e 40, para os “paladinos, que assumiam o papel que os brancos deveriam desempenhar, na defesa da Constituição, do princípio da liberdade e da igualdade social entre todos os seres humanos no Brasil. Como os brancos não assumiam esse papel, eles próprios se tornaram os agentes de um processo de liberação coletiva, que não visava a aguçar conflitos, mas a erguer o padrão de dignidade moral de todos aqueles que foram enxotados do sistema de trabalho com a Abolição”.

Alencastro, por sua vez, fita o horizonte, o novo milênio que se anuncia. Mas é impossível não aproximar suas palavras daquelas com que Florestan analisou os movimentos negros no passado. Os negros são agentes de liberação coletiva (todos nós) e assumem uma tarefa negligenciada por outros possíveis protagonistas.

Na citação de Florestan, há uma frase que talvez possa ajudar a esclarecer a natureza problemática da solução vislumbrada por Alencastro, e de fato implícita na sua exposição, uma vez que a natureza problemática da solução pode começar a ser apreendida do contraste entre o movimento negro que existe (restritivo, limitado) e o movimento projetado (amplo, de alcance geral em seus benefícios).

A frase de Florestan no fragmento acima que julgamos elucidativa do problema é “que não visava aguçar os conflitos”. A possibilidade existia, mas os “paladinos” não dirigiram a vista (visar) para esse objetivo: aguçar os conflitos. Preferiram visar o processo de liberação coletiva.

Para ajudar ainda a definir o problema em que se constituiria o movimento negro, nos termos de Alencastro, deveríamos considerar que o negro polariza todos os itens da dívida histórica e social do país, e é de se supor que possam querer cobrar aquilo que lhes é devido. Essa dimensão, a do resgate da dívida histórica, cria a possibilidade de que se agucem os conflitos e permite a caracterização da solução como um problema também.

Florestan refere-se, em diferentes momentos, a ‘barreiras raciais’ e a “preconceitos e estigmatizações”, os quais pertenceriam ao universo cultural burguês e deveriam ser abandonados pelo Partido dos Trabalhadores, se queriam compreender a sociedade que

pretendiam transformar. Alencastro não faz alusão diretamente a preconceitos. Afirmar que o negro está “situado majoritariamente nas camadas desfavorecidas da população” e alude a ‘mazelas culturais’ sem, no entanto, especificá-las.

Uma última dimensão do ‘problema’ pode ainda ser compreendida a partir da resposta de Fernando Henrique Cardoso a um entrevistador nos anos 70:

P: Você falou nos guetos americanos e na sua reação defensiva. Um movimento negroagressivo não poderia levar a um novo tipo de racismo?

FHC: Pode, mas não necessariamente. E é um risco que devemos correr. Afinal, omínimo que se espera de uma democracia é que reconheça e legitime a existência da diversidade social e até mesmo cultural. O que não se pode é algemar duplamente as minorias, primeiro com a opressão que sofrem e, segundo, condenando seu esforço para libertar-se, sob o pretexto de que fere uma igualdade abstrata que, para as minorias, nunca funcionou na prática.¹⁴¹

Por essa leitura, a organização política do negro embutiria também o risco de “um novo tipo de racismo”, o chamado ‘racismo às avessas’. Creio que essa formulação pode ajudar a compreender, em todo seu alcance, o sentido da palavra “problema” no texto de Alencastro.

Pode-se acrescentar ainda que Alencastro considera pouco viável a emergência, no futuro, de um movimento negro redentor do conjunto da nação. E sua dúvida me parece associada às limitações que atribui ao movimento negro contemporâneo, quando confrontado com o MST. Para Florestan, contudo, o movimento negro redentor já ocorreu no passado. Para Alencastro, não é certo (embora desejável) que ele ocorra no futuro. Bom no passado, uma possibilidade futura de redenção nacional (ainda que de ocorrência improvável), mas frágil e limitado no presente.

Julgo apropriado aproximar aqui uma reflexão de Hannah Arendt, extraída do prefácio de seu livro “Entre o passado e o futuro”:

Do ponto de vista do homem, que vive sempre no intervalo entre o passado e o futuro, o tempo não é um contínuo, um fluxo de ininterrupta sucessão; é partido ao meio, no ponto onde ‘ele’ está; e a posição ‘dele’ não é o presente, na sua acepção

¹⁴¹ *Democracia para mudar*. Fernando Henrique Cardoso em 30 horas de entrevistas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 (Coleção Documentos da democracia brasileira; v.4). p.32.

usual, mas, antes, uma lacuna no tempo, cuja existência é conservada graças à ‘sua’ luta constante, à ‘sua’ tomada de posição contra o passado e o futuro.¹⁴²

Nas duas visões apresentadas o presente fica meio suspenso, à espera do passado ou do futuro. Na visão de Arendt, o presente é um campo de luta constante, uma tomada de posição contra o passado e o futuro. O debate que nos propomos a estimular neste seminário quer pôr o presente do movimento negro em evidência e orientar-se em função dos acontecimentos e embates da hora presente, considerando um presente de longa duração, não-linearmente calculado na cronologia de meses e anos.

Demétrio Magnoli, sociólogo e articulista, declarou em artigo recente que “Não existe no Brasil um ‘movimento negro’ em nenhum sentido legítimo da palavra. As ONGs racialistas quase nada representam, além dos interesses e ideologias de seus próprios ativistas”.¹⁴³

A ambivalência (existência passada ou um devir redentor versus apagamento no presente) que vimos em Florestan e Alencastro é afastada pela suposta autoridade que prescinde de qualquer requinte argumentativo para negar peremptoriamente a existência do movimento negro.

Podemos avaliar a importância que tem na argumentação a possibilidade de se negar desse modo radical a existência do interlocutor e pensamos que uma negativa tão categórica só poderia circular com um mínimo de fidedignidade por ampla rede midiática quando se amparasse numa larga tradição e encontrasse em sua produção condições políticas, culturais e ideológicas favoráveis.

Os negros, por essa visão, seriam desprovidos de uma identidade política. Florestan com o partido e Alencastro com o MST contribuiriam, cada um a seu modo, na produção das condições em que se torna possível a radical negação de Magnoli. O que procuro formular é a necessidade de definirmos no presente o contorno dessa identidade tão negada, quer por suas referências culturais, quer por sua realidade política efetiva, quer ainda pela legitimidade e o alcance de suas propostas e reivindicações.

Alencastro e Florestan, para além de qualquer dificuldade de definição do lugar do movimento negro no presente, não hesitaram em projetar benefícios coletivos resultantes da

¹⁴² ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 37.

¹⁴³ MAGNOLI, Demétrio. “Coisa de preto.” O Globo, edição de 05.02.2009.

articulação política dos negros. Uma vez que poderia gerar benefícios importantes para todos, caso existisse no presente, só nos resta investigar no presente suas condições de existência e suas motivações fundamentais.

1.2 O general que cheirava

Palestra proferida em Fortaleza, durante a realização do Fórum Brasil-África: Política, Cooperação e Comércio, em 10 de junho de 2003. O texto da palestra foi publicado em: Coelho, Pedro Motta Pinto e Saraiva, José Flávio Sombra (Org.). Fórum Brasil-África: Política, Cooperação e Comércio. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2004. pp-109-122.

*O general Figueiredo churrasqueava
e animava roda de amigos narrando
episódio marcante
de sua passagem pelo governo militar.
O fato se dera numa ida sua a Salvador
onde as autoridades idealizaram um
quadro bem composto
a que não poderia faltar a presença ativa do povo
vistoso em seus trajés de panos d'África.
O general contava que depois de tanta pegação das pretas baianas
num agarramento que lhe pareceu infundável e despropositado
recolheu-se ao hotel para banhar-se e tentar livrar-se do cheiro de
crioulo.
Tomou mais de dez banhos e a catinga não saía.
A roda ria e ele fazia gestos que reproduziam de
algum modo A esfregação penosa e inútil.
Este era o ditador que amava os cavalos e seu cheiro.
E também amava os churrascos gaúchos a cujos
odores não se pode mesmo resistir.*

Eu creio que a intervenção do Sr. Rubem Ricupero, em simpósio realizado na Câmara dos Deputados, há dezessete anos, possa servir de parâmetro a esta introdução.

A Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados organizou, em junho de 1986, um simpósio para discutir novas perspectivas nas relações Brasil-África.¹⁴⁴

Distingo a fala do Sr. Ricupero, então assessor especial da Presidência da República, porque ela teve o mérito de chamar a atenção para a existência de dificuldades na relação do Brasil com o continente africano, dificuldades de natureza cultural, definidas por ele como uma extensão da mentalidade escravocrata até nossos dias.

A negação dos valores culturais africanos e a exclusão e marginalização da população negra exigiam, segundo o Sr. Ricupero, iniciativas de governo e uma reforma educacional que envolvesse as escolas primárias e secundárias. E o Sr. Ricupero incluía na transformação interna tanto o problema do desequilíbrio social da distribuição de renda como o problema racial.

Ele afirmava então que os brasileiros tinham de enfrentar a verdade da questão racial, sem se deixarem levar pela propaganda do mito da democracia racial. O tema é complexo, ele dizia, nos divide como nenhum outro, mas temos que enfrentá-lo.

Talvez o Sr. Ricupero tenha sido o primeiro homem de governo no Brasil a usar a expressão “ação afirmativa”. Ele declarou em 1986:

(...) este é um problema que temos de resolver com uma ação afirmativa. A maioria dos brasileiros acha que isso vai-se resolver por si mesmo, que na medida que houver o desenvolvimento econômico haverá o desenvolvimento social – é um pouco aquela tese do automatismo -, que o desenvolvimento social acabará, aos poucos, por criar oportunidades, e as pessoas de cor terão acesso à universidade, etc. Não acredito que isso vá ocorrer dessa forma. Acho que a experiência que temos, de quase cem anos, depois da abolição, mostra que é muito lento esse ritmo e que, em certos aspectos, até sofremos involução.

Concluía, então, o embaixador Rubem Ricupero: “o pleno encontro com a África passa pelo pleno encontro com nós mesmos”.

Após 17 anos, a inclusão neste seminário do tópico “A questão racial no marco das relações Brasil-África”, sobre o qual me coube discorrer, é uma evidência de que os problemas assinalados pelo Sr. Ricupero permanecem desafiando nossa capacidade de mobilizar forças

¹⁴⁴ Anais do Simpósio Relações Brasil-África: Uma Nova Perspectiva. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1986.

políticas, intelectuais ou morais, e toda nossa energia, para vencer uma resistência de mais de quinhentos anos.

Após 17 anos, a emergência da cidadania negra no Brasil abre novas perspectivas para o relacionamento Brasil-África. Novos critérios de percepção vêm sendo elaborados na pressão exercida atualmente sobre as desigualdades raciais.

Desde a “Marcha Zumbi dos Palmares, contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”, de 1995, que o tema das políticas públicas em benefício da população negra vem ganhando corpo na sociedade brasileira¹⁴⁵

O debate vem se alargando gradualmente, estimulado por iniciativas públicas e privadas. Há algumas semanas, no plenário da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, representantes de todos os partidos foram unânimes no reconhecimento de que vivemos tempos novos.

Durante a sabatina do Dr. Joaquim Barbosa, indicado pelo presidente Lula para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, todos os senadores inscritos reconheceram que eram protagonistas de um momento histórico diferenciado, de consolidação do processo democrático.

Houve quem considerasse a indicação o ato mais importante do governo Lula. Um ponto de inflexão, afirmou um senador. Um divisor de águas, declarou um outro.

O resultado de vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário foi significativo e convincente. É importante frisarmos que se destacou também que o presidente Lula, ao indicar um ministro negro para o STF, interpretava “os anseios da sociedade”.

Não devemos subestimar isso. Os estudiosos de nossas desigualdades raciais sempre chamaram a atenção para o seguinte: as desigualdades entre negros e brancos existem há tanto tempo no Brasil, que a sociedade encara essas desigualdades como se fossem naturais.

¹⁴⁵ Por uma política nacional de combate ao racismo e à desigualdade racial: Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela cidadania e a vida. Brasília: Cultura Gráfica e Editora Ltda., 1996.

A referência feita por senadores a “anseios da sociedade” deve ser valorizada, portanto, como indicativo de uma mudança significativa na consciência social brasileira. O país anseia por mudanças e elas passam pelo enfrentamento das desigualdades raciais.

E não se trata da indicação apenas de um nome para o Supremo Tribunal Federal. O primeiro ministro negro encontrará na agenda da Suprema Corte uma ação direta de inconstitucionalidade, na qual a Federação dos Estabelecimentos Privados de Ensino argumenta contra a legislação que permitiu o acesso de negros à Universidade Estadual do Rio de Janeiro pelo sistema de cotas. E mais, o próprio STF já vem utilizando o sistema de cotas na contratação de serviços de empresas de comunicação.

Não se trata, como se pode verificar, apenas da ascensão de um indivíduo. Mas de transformações inquestionavelmente extensas e profundas no padrão de relações raciais vigente entre nós.

Este momento de afirmação da identidade negra tem origem no movimento social de luta contra o racismo e é, portanto, uma conquista política, que articula a defesa da identidade étnica com a busca da participação democrática e a afirmação de direitos sociais e econômicos.

Dois documentos, a Portaria nº 3.020, de 21 de dezembro de 2001, assinada pelo ministro da Educação, definindo diretrizes e conteúdos para a avaliação dos cursos de História¹⁴⁶ e a lei nº 10.6639, de janeiro de 2003¹⁴⁷, podem aqui ilustrar diferentes atitudes na sociedade brasileira em relação ao tema África.

A portaria do MEC, assinada pelo ex-ministro Paulo Renato de Souza, define conteúdos para o Exame Nacional do Curso de História de 2002 e relaciona o que considera os grandes eixos do conhecimento histórico, excluindo a História da África. Faz-se ainda uma rápida alusão à “campanha abolicionista”, sem que se tenha feito qualquer referência anterior à escravidão, substituída pelo eufemismo “relações interétnicas”.

A portaria do MEC não levou em consideração o artigo 242 da Constituição, cujo parágrafo 1º, resultado dos esforços do Movimento Negro, afirma que o ensino da História do

¹⁴⁶ Diário Oficial da União – Seção 1, nº 24, 26 de dezembro de 2001, p. 35.

¹⁴⁷ Diário Oficial da União – Seção 1, 10 de janeiro de 2003, p. 1.

Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.

O exame de suas diretrizes de conteúdo coloca de imediato a seguinte questão: como os milhões de afro-brasileiros se situam no tempo e no espaço?

Como se identificam, como se percebem a si mesmos e aos outros, se lhes retiram o chão da história? A inexistência da África, como realidade histórica, provoca que tipo de efeito nos descendentes de africanos? Alguém duvida de que a omissão de fatos, de conhecimentos, de processos civilizatórios, de cultura, tenha implicação sobre a sujeição dos afro-brasileiros?

As diretrizes do MEC permitem a avaliação dos nossos cursos de História sem que se leve em conta a totalidade do processo histórico. Com essa drástica redução, os afro-brasileiros têm dificuldade para se projetar como sujeitos históricos e são condenados à dominação, a servir de instrumentos de outros homens. Os outros, aqueles que possuem uma história antiga, moderna e contemporânea.

Possuem história e linguagem. Não podemos esquecer que as omissões no campo da linguagem também afetam profundamente a identidade dos afro-brasileiros. Há poucos estudos entre nós voltados para a pesquisa da herança cultural das línguas africanas no português falado no Brasil.

A professora Yeda Pessoa de Castro, na introdução de seu recém-lançado “*Falares Africanos na Bahia – um vocabulário afro-brasileiro*”¹⁴⁸, expõe a necessidade de aprofundarmos nosso conhecimento, ainda incipiente, sobre a dimensão da interferência de línguas africanas no português do Brasil e do desempenho do africano como principal transformador da língua portuguesa no Brasil e difusor da sua modalidade em território brasileiro.

Todos sabem que com a linguagem não só nos comunicamos e nos expressamos. Ela é também um elemento constitutivo do que somos, considerada assim um pré-requisito para que uma comunidade tome consciência de sua identidade.

¹⁴⁸ Castro, Yeda Pessoa de. *Falares Africanos na Bahia- Um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/Topbooks, 2001.

A invisibilidade da portaria do MEC e as omissões no campo da linguagem relacionam-se com crenças francamente assumidas pelas elites brasileiras no final do século XIX. O Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, que regulariza a introdução de imigrantes na recém-criada República, impede a entrada de africanos no país.

No início do século XX, nossas elites compartilhavam a convicção de que o processo de arianização – era esta a palavra empregada na época – da sociedade brasileira era fato irreversível.

Paulo Prado, para ficarmos com um exemplo de peso, afirmava em 1927 que:

Já com um oitavo de sangue negro, a aparência africana se apaga por completo. (...) E assim na cruz contínua de nossas vida, desde a época colonial, o negro desaparece aos poucos, dissolvendo-se até a falsa aparência de ariano puro.¹⁴⁹

Atentando para os verbos desse fragmento, fica muito evidente a filiação das práticas contemporâneas a que nos referimos. O africano apaga-se, desaparece, dissolve-se. É uma expressão dos desejos de nossas elites após a Abolição e que se estende até nossos dias.

As projeções das elites no pós-Abolição davam como certo o aniquilamento da população negra. Mas não foi o que ocorreu. As pesquisas mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que cresceu o número de pessoas que se autodefinem como negras.¹⁵⁰

Em suma, apesar dos esforços realizados, ao longo de um processo extremamente doloroso, para atenuar, reduzir e apagar a presença dos afro-brasileiros, ela floresce no Brasil de hoje e expressa-se por meio da diversidade de um amadurecido movimento social, de dimensões nacionais, muito cioso de sua autonomia e independência, e cujos contornos não se confundem com os limites de nenhuma organização partidária, dentro ou fora da coalizão de poder.

A miscigenação, sempre postulada e louvada como uma “fábrica de branquitude”, produz hoje inequivocamente consciência negra. Invertem-se assim os termos de uma equação

¹⁴⁹ Prado, Paulo. *Retrato do Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1977.

¹⁵⁰ Folha de S. Paulo, edição de 8 de junho de 2000. p.C 9.

ideológica muito cara às nossas elites. Mestiços não querem embranquecer, mestiços afirmam sem disfarces nem dissimulações, sua “paixão de ser” afro-descendentes.

O outro documento, a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, a primeira lei assinada pelo atual presidente da República, obriga a inclusão no currículo do ensino fundamental e médio da temática História e Cultura Afro-brasileira. Deste conteúdo deverá fazer parte a diversificada História da África, “resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”.

O Movimento negro, nos últimos trinta anos, buscou por diferentes meios incluir na legislação, quer como disciplina, quer como conteúdo, “História da África” e a valorização da participação do negro na formação histórica da sociedade brasileira.

As pressões exercidas sobre o processo constituinte de 1987 produziram como resultado o artigo 214 já citado. Mas várias Constituições estaduais e leis orgânicas também incorporaram dispositivos com esse conteúdo, sem nenhum resultado prático.¹⁵¹

Abdias do Nascimento, Joaquim Beato, Benedita da Silva, Paulo Paim, e outros, encaminharam diferentes proposições ao Congresso Nacional, ao longo das últimas décadas, cujo teor, com pequenas alterações, era o mesmo: História da África.

O projeto de lei do então deputado Paulo Paim chegou a ser aprovado na Câmara, em 1988. No Senado, após oito anos paralisado, foi, finalmente, arquivado.

A iniciativa que resultou na Lei nº 10.639/2003 foi tomada pelo atual ministro da Saúde, o Sr. Humberto Costa, então deputado federal, juntamente com entidades do Movimento Negro de Pernambuco, em 1995. Trata-se do PL nº 859/1995.

Como o parlamentar não se reelegeu, ao iniciar-se a legislatura 1999/2002 a proposição foi arquivada, não obstante sua aprovação na comissão de mérito, a Comissão de Educação.

Assumindo a assessoria do deputado Ben-Hur Ferreira, tomamos a iniciativa de desarquivar o projeto de lei, após contato telefônico com o ex-parlamentar. Verificando que a relatora da proposição na Comissão de Educação, deputada Esther Grossi, tinha, em seu

¹⁵¹ Ver por exemplo a Constituição do Estado da Bahia. Assembleia Legislativa, 1989.

relatório, proposto uma emenda acatada pelos demais integrantes da Comissão, sugerimos ao deputado Ben-Hur que o encaminhamento fosse conjunto, o que foi feito.

O projeto do ex-deputado Humberto Costa e do Movimento Negro de Pernambuco voltou a tramitar com as assinaturas de Esther Grossi e Ben-Hur Ferreira. Na justificativa, deu-se o reconhecimento devido à autoria, como não poderia deixar de ser.

As pressões do Movimento Negro foram bem sucedidas, mas quando o presidente Lula sancionou a lei, um dos vetos recaiu sobre o artigo que obrigava a participação das entidades negras nos cursos de capacitação dos professores.

Mas o fato é que, após a sanção da lei, só o Movimento Negro tem pressionado o MEC e o Conselho Federal de Educação para que acelerem os trâmites necessários a sua regulamentação. Do mesmo modo, nos estados e municípios, é o Movimento Negro que tem procurado as Secretarias de Educação para envolver essas instâncias de governo no cumprimento da legislação.

Sabemos, pela experiência do artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias, que garante a propriedade da terra aos remanescentes de quilombos, que as delongas dos processos de regulamentação podem durar uma eternidade, fazendo letra morta da legislação arduamente conquistada pelas organizações negras.

Mas uma coisa, como diz Marco Aurélio Nogueira, é proclamar direitos. Outra coisa é ter condições de usufruí-los efetivamente. Não se trata, evidentemente, de dificuldades jurídicas, ou dificuldades materiais ou práticas. São dificuldades políticas.

No fundo, é um daqueles direitos de cidadania que requerem mudanças profundas na organização social para serem usufruídos.¹⁵²

É importante considerar que, se, de um lado, há omissão e apagamento, como na portaria do MEC a que nos referimos, de outro a visibilidade é problemática, inclui restrições de natureza política, postergações na implementação de normas estabelecidas a duras penas e alguma matreirice.

¹⁵² Nogueira, Marco Aurélio. Em defesa da política. São Paulo: Editora SENAC, São Paulo, 2001. (Série Livre Pensar, nº 6.)

A Sra. Marise Nogueira Ramos, secretária do Ensino Médio do MEC, disse a Marilene Felinto, colunista do *Brasil de Fato*, que "o veto aos movimentos negros nos cursos de capacitação deve-se ao fato de que eles possam gerar visões específicas ou parciais", acrescentando que "nada nos impede de convocá-los para um debate".¹⁵³

Registre-se na fala da secretária do Ensino Médio, uma grave distorção. O esforço de reconstrução histórica e de busca de um universalismo necessário vem sendo feito pelo Movimento Negro. São exatamente essas limitações que se pretende superar, com a ajuda da legislação. Os novos conteúdos propostos contribuem para redimensionar o desenvolvimento histórico, visto efetivamente de uma perspectiva universalista.

A experiência frustrada do governo anterior com o tema da "Pluralidade Cultural", relacionado como tema transversal entre os parâmetros curriculares, não deixa dúvidas de que a mera introdução de novos conteúdos não resolverá os problemas criados por uma leitura cristalizada da diversidade como discriminação e desigualdade do outro.

Se não queremos que tudo se assemelhe, na melhor das hipóteses, a um anexo penosamente erguido, é verdade, mas sem nenhuma conexão com o edifício principal, precisamos envidar esforços para construir uma teoria pedagógica que nos conduza à superação dos limites e da estreita perspectiva eurocêntrica com que temos nos debruçado sobre o tema da diversidade.¹⁵⁴

Como afirma DoudouDiène:

A identidade do outro, do dominado, o escravo ou o colonizado, não se nega realmente, mas se define de modo discriminatório e desigual, em relação a uma escala de valores que se apoia no princípio da superioridade evidente da etnia ou da cultura historicamente dominante.¹⁵⁵

Os ítalo-brasileiros conquistaram, em 1994, uma emenda constitucional que lhes permite a dupla cidadania. São simultaneamente brasileiros e italianos.

¹⁵³ Jornal Brasil de Fato, edição de 6 a 12 de abril de 2003, p. 12.

¹⁵⁴ Ver a este respeito Amin, Samir. O Eurocentrismo – crítica de uma ideologia. Lisboa: Edições Dinossauro, 1999.

¹⁵⁵ Diène, Doudou. *Acceso a la educación y promoción de la identidad cultural de los afrodescendientes*. nota informativa preparada para a Oficina Regional para a Adoção e Implementação de Políticas de Ação Afirmativa para Afrodescendentes da América Latina e do Caribe. Montevideu, 7 a 9 de março de 2003.

As páginas na internet que oferecem serviços aos que desejam obter o reconhecimento da cidadania italiana falam nos apelos da “voz do sangue”, em “resgate das origens”, na “recuperação de uma série de valores afetivos e nossa própria identidade” e, finalmente, “no desejo de poder manter vivas as relações com o país de nossa herança cultural”. São cerca de 25 milhões de brasileiros que podem usufruir dessas delícias.

A identidade judaica se manifesta nestes termos entre nós:

Sou parte de uma longa corrente humana formada desde os tempos bíblicos até nossos dias, a corrente do judaísmo. Reconheço-me nos milhões de seres humanos com que compartilho a condição judaica: sofri com aqueles que foram perseguidos, morri com aqueles que foram exterminados, mas orgulho-me daqueles que deram a sua contribuição à humanidade, nas artes, nas ciências, na literatura, na política. Não acredito que alguém possa ser indiferente a seu judaísmo. Tal forma de alienação não é possível. (...) A marca judaica pode tornar-se tênue, mas não se desfaz.

Este é um fragmento de texto de Moacyr Scliar, renomado escritor brasileiro.¹⁵⁶

Como se pode ver, são exemplos de manifestações eloquentes de identidade cultural, dentre outras perfeitamente aceitáveis entre nós.

Os problemas começam quando pressionamos para alargar os limites dessa perspectiva parcial, quando enfrentamos as distorções ideológicas de uma noção de diversidade que se recusa a incluir negros e índios. Aí a Terra treme e a identidade afro-brasileira é pouco menos que um embuste histórico.

Eu penso ter demonstrado, com as referências que fiz a uma portaria ministerial e a uma lei que pode não pegar, que “África” é, entre nós, uma batata quente muito difícil de segurar.

O adjetivo “africano” que circula nos textos jornalísticos é uma palavra que serve para exprimir a qualidade negativa do substantivo que designa no contexto, mas sua noção depreciativa se estende a milhões de seres aqui e além do Atlântico. É uma ocorrência sistemática, valendo para textos de autores progressistas ou conservadores.

Os países africanos aparecem em comparações, sempre como portadores de qualidade absolutamente inferior em relação a outros. A relação que as unidades do par invisibilidade

¹⁵⁶ O depoimento de Scliar está em Slavutzky, Abrão (Org.) *A paixão de ser—depoimentos e ensaios sobre a identidade judaica*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1998.

versus visibilidade negativa mantêm entre si é de complementaridade: a negação de uma em um enunciado implica a afirmação da outra.

Mais da metade das matérias fala sobre guerras ou refere-se a países que enfrentaram ou vivenciaram conflitos armados. Matérias que abordam exclusivamente ou principalmente a fome, o vírus ebola, AIDS, malária – doenças. Uma miscelânea de reportagens sobre estupros, imigração clandestina, calamidades públicas (chuvas, incêndios, dezenas de mortos em um estádio de futebol), suicídios de membros de seitas, costumes “bárbaros”, etc.

Esta África dos meios de comunicação, que afunda na miséria, tem profunda influência sobre a identidade cultural dos afro-brasileiros. A ela se associam imediatamente os índices de nossa exclusão e marginalização. E tudo se justifica. São realidades que se interpenetram e nunca se dissociam na cabeça dos leitores brasileiros.

Escutem este diálogo entre a personagem Mônica, de Maurício de Souza, e José do Patrocínio, o abolicionista. Trata-se de uma história em quadrinhos divulgada nas bancas de todo o país no último mês de maio e dedicada à abolição da escravatura:

José do Patrocínio (referindo-se ao tráfico de escravos):-

Seres humanos vendidos como animais!

Mônica: (no colo do abolicionista a quem chama de tio):-Que horror!

José do Patrocínio:

- Pior ainda é o fato de que negros vendem negros!¹⁵⁷

Além do horror da escravidão, o pior. Antes da escravidão segunda, a primeira. Sobra para os negros aquilo que é inferior a tudo o mais: o pior, a pior ação. Escravizavam seus semelhantes por miçangas e alguns rolos de fumo. Além de todo horror.

Que importância tem esta circulação da África entre nós na definição das prioridades de nossas relações internacionais? O que pensamos dos italianos, depois de duas novelas em que se pintou uma saga heroica de homens e mulheres empreendedores e apaixonados? O povo brasileiro, semianalfabeto em sua maioria, acompanhou com interesse duas novelas em que pelo menos um terço das falas era em italiano.

¹⁵⁷ *Você Sabia? Abolição dos Escravos*. História em quadrinhos da Turma da Mônica. Editora Globo, maio de 2003.

Será que nossas novelas contribuíram para aumentar a procura pela dupla cidadania? Bem capaz. Não conheço pesquisas, mas não quero dizer que elas não existam.

Se queremos que a política exterior do Brasil não seja decidida por um pequeno grupo de iluminados, como ampliar o debate público sobre política externa africana sem ao menos discutimos essa seleção e escolha sistemática de acontecimentos e tópicos negativos que circulam na mídia?

Os acontecimentos noticiados sem a necessária contextualização só reforçam os quadros de referência do racismo brasileiro e terá consequências de toda ordem.

A impressão dominante é a de repetição, de reprodução continuada, de círculo trágico decorrente também da ausência de alternativas. Trata-se de uma confirmação de sentido, sem nenhuma variação possível. Nenhum acontecimento parece poder escapar.

O Prêmio Nobel africano, se é negro, não tem tradução para a língua portuguesa do Brasil. O nigeriano Wole Soyinka é quase um desconhecido entre nós. Prêmio Nobel de Literatura de 1986, perto já de completar vinte anos, seu infortúnio editorial faz escárnio dos acordos culturais que assinamos com os mais diferentes países africanos nesse período.

Aliás, em outros encontros para se avaliar perspectivas do relacionamento Brasil-África, o aspecto cultural de nosso relacionamento com os países africanos costuma ser objeto de uma “reverência cerimonial”.

Não precisaríamos, segundo esta visão, avivar vínculos culturais, uma vez que nossa “interpretação cosmológica do mundo” já está impregnada de África. É assim: ou não há África, ou ela já está toda dentro de nós.

Talvez seja por isso que o intercâmbio cultural não se faça na base de trocas efetivas. Desse modo, nenhuma outra imagem de África conseguirá se sobrepor ao noticiário a que nos referimos acima.

Algumas grandes empresas têm procurado desenvolver programas de valorização da diversidade. A própria FIESP, segundo me informaram, estaria contratando a assessoria de uma ONG do Movimento Negro.

Sugiro aqui que os empresários brasileiros interessados em estabelecer relações comerciais com países do continente africano sejam motivados de algum modo a engajar-se no combate ao racismo e às desigualdades raciais no Brasil, participando de programas, dentro e fora das empresas em benefício da população afrodescendente.

Sugiro também que as organizações e entidades do Movimento negro sejam incluídas em todos os níveis dos processos de decisão referentes à política externa brasileira para o continente africano.

Temos elogiado o programa de ações afirmativas do Ministério das Relações Exteriores, em prol de candidatos negros à carreira diplomática. No entanto, creio que pelo menos 30% dos cargos do corpo diplomático são ocupados por pessoas de fora da carreira, segundo critérios predominantemente políticos. Sugiro, para acelerar a integração de pretos e pardos, que se adote o sistema de cotas para os cargos ocupados por indicação da presidência da República.

Tem sido reproduzido no canal de TV governamental o discurso que o presidente da República proferiu em sessão especial da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, no dia 2 de junho.

O presidente Lula, na ocasião, reafirmou seu compromisso pessoal e político com a superação das desigualdades raciais no Brasil e com o fortalecimento de nossos vínculos com o continente africano. O presidente falou em compromisso político, moral e histórico com a África e os descendentes de africanos no Brasil.

Acredito que o Programa de Ação da Conferência Mundial contra o Racismo possa servi-lhe de guia seguro para adotar as medidas que se fazem necessárias. “Se não agora, quando”?

1.3 Reflexão sobre “Caçadas de Pedrinho”

Palestra proferida na oficina “Racismo e relações sociais” durante a Semana de Extensão da Universidade de Brasília em 11 de novembro de 2010. Versão impressa inédita.

O narrador de *Caçadas de Pedrinho*¹⁵⁸, quando se refere à Tia Nastácia, o faz preferencialmente destacando-lhe a cor (preta ou negra), a qual muitas vezes vem antecedita do adjetivo pobre, no sentido de digno de lástima, ou no sentido de pessoa simplória, parva, tola, pobre de espírito.

Tia Nastácia se expressa invariavelmente por meio de esconjurações e pelos sinais (imersa que está em temores, superstições e misticismos), tem dificuldades para pronunciar algumas palavras e acaba estropiando-as (*felómeno* por fenômeno) ou recusando-se, por incapacidade, a pronunciá-las (*rinoceronte*).

Os bichos, todos bem falantes, argumentam e pronunciam com correção as palavras. Num contexto em que os animais pensam, comunicam o que pensam e se expressam num registro culto, as dificuldades de Tia Nastácia reservam-lhe um lugar bastante diferenciado entre os personagens. As analogias entre bichos e humanos acabam por reduzir ainda mais Tia Nastácia. Na hierarquização sugerida, os negros situam-se abaixo mesmo dos animais.

Não sendo bicho (embora tenha beijo, como as onças), Tia Nastácia é pouco provida da capacidade de pensar e de se expressar que os bichos dominam na narrativa. Na escala utilizada por Lobato, os bichos são mais sagazes e articulados.

Tia Nastácia protagoniza, ou por ser mais desastrada do que os demais, ou por não compreender os expedientes e artifícios impostos pelas circunstâncias, as cenas de quedas e de exposição ao perigo, nas quais o objetivo é provocar risos e confirmar o quanto ela é desajeitada e inepta.

Tia Nastácia apresenta-se também distinta dos humanos, distinção centrada na cor, seu principal atributo identificador (a preta, a negra...), mas distingue-se também na ignorância, nas superstições de fundo religioso. Mas é a “carne preta” que determina tudo o mais, a marca indelével de sua inferioridade biológica.

Na cena final, o narrador refere-se a ela com condescendência: ‘boa criatura’. Condescendência que é o reconhecimento da inferioridade do outro, visto de cima. Para passear

¹⁵⁸ Lobato, Monteiro. 2ª Ed. São Paulo: Globo, 2008.

no carrinho puxado pelo rinoceronte, como os demais personagens, Tia Nastácia alega que “Negro também é gente, Sinhá...”.

Tia Nastácia precisa alegar sua condição humana, lembrar que os negros compartilham com os demais essa mesma condição, para também poder sentar-se no carrinho. É igual, não inferior como foi representada no decorrer da narrativa. A igualdade reivindicada contrasta com a desigualdade dos fatos narrados, os quais destacaram o suporte biológico de uma inferioridade intrínseca.

No final do relato, concede-se a uma criatura inferior, bondosa, a participação em uma atividade que envolve a todos. Mas isso a torna igual aos demais, aos olhos do leitor? Depois de marcar a personagem, de estigmatizá-la, de mostrá-la tão diferente de humanos e de animais em razão de sua cor, será isso possível?

A fala de Tia Nastácia parece questionar a hierarquização racial que a narrativa acentuou com tanta ênfase. Mas a questão é: diante das evidências de inferioridade registradas na narrativa, inferioridade sempre associada à cor da pele, por que a mera declaração desse ser parvo alegando sua igualdade nos faria duvidar da pertinência daquela outra caracterização tão enfática e duradoura? Poderíamos dizer, como na argumentação retórica, que o precedente não autoriza aquela conclusão¹⁵⁹.

Caçadas de Pedrinho nos ensina que se você é negro ou preto, é inferior. A inferioridadedos negros não é só cultural, mas principalmente biológica. Isto é o que significa a palavra que está numa extremidade da frase de Tia Nastácia, no fecho do livro (‘Negro’). Foi esse o sentido apreendido pelo leitor, que agora chega ao final da narrativa. Na outra, está a palavra ‘sinhá’, que o dicionário define como “tratamento dado pelos escravos a sua senhora”. Portanto, se é negro ou preto, e, além disso, tem sinhá, não é igual.

Antônio Risério, em entrevista¹⁶⁰, após seu rompimento com Gilberto Gil, que o demitira do ministério da Cultura, tornou público o apelido do ministro: *Tia Nastácia*. Risério já deixou a escola há muito tempo, e suponho que há muito deixou de ler Lobato. No entanto, não só considera o apelido atual e pertinente, como sabe que seu conteúdo injurioso será perfeitamente compreendido por aqueles que tiverem acesso à entrevista.

Quando se trata de racismo no Brasil, de representações desumanizadoras da população negra, é quase impossível segmentar o tempo, separando o passado do presente. O que temos é

¹⁵⁹ Ver Reboul, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. ¹⁶⁰ www.metropletv.com.br. Memorabilia, 28/04/2009.

um presente de longa duração¹⁶¹, no qual a defesa de hierarquizações rigidamente estabelecidas pode se travestir em proteção de obras literárias consideradas “clássicas”.

As contradições são muito evidentes: no jornal “Folha de S. Paulo”, depois de afirmar que há na obra “patente preconceito”, o editorialista recua do manifesto para o hipotético, subordinando o debate à condição de que haja racismo em Lobato – “Se há racismo em Lobato, melhor discuti-lo em classe do que evitar sua leitura”¹⁶². Preconceito é certo (tomado geralmente como um delito menor, uma crença compartilhada com outros), mas é necessário acautelar-se contra a acusação de racismo.

Se o parecer do CNE não estimula na grande imprensa o debate sobre racismo, por que isso aconteceria na escola? Desde quando a escola passou a se insurgir contra a cultura e as relações de poder dominantes? Segundo João Ubaldo, ninguém sabe o que é certo e o que é errado e indaga: “Existirá um racistômetro?”. Para Ubaldo, é preciso considerar também que “os defeitos” que se apontam em *Caçadas de Pedrinho* estejam não na obra “mas na mente e na percepção de quem os aponta”¹⁶³.

Ou seja, racista é quem diz que Lobato é racista. Numa sociedade em que racista é o negro que reivindica direitos humanos, econômicos, políticos, etc., não atentar para o racismo de Lobato não é uma simples questão de preparo intelectual.

O deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP), radical ao revés, consegue a proeza de enxergar na figura da Tia Nastácia em *Caçadas de Pedrinho* a projeção da “igualdade do ser humano a partir da consciência da cor”. E aproveita para criticar rispidamente o movimento negro, por importar racismo dos Estados Unidos para nosso país “mestiço por excelência”. Risério, na leitura enviesada de Rebelo, estaria na verdade elogiando Gilberto Gil quando o chamou de Tia Nastácia.

João Ubaldo, no artigo citado, afirma que *Caçadas de Pedrinho* é “somente um livro” que transporta as crianças “para a fantasia, a aventura e o encantamento inocentes”. Não preciso me reportar aqui aos estudos sobre ideologia para refutar o encantamento e a inocência de textos que negam ao negro a condição de pessoa humana. Os leitores de Lobato aprenderam a distinguir pessoas de não-pessoas, numa fantasia em que seguramente aprendem a amar porcos, bonecas de pano e sabugos de milho.

¹⁶¹ Ver Arendt, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 6ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

¹⁶² Folha de S. Paulo, edição de 30 de outubro de 2010, p. A2.

¹⁶³ Ribeiro, João Ubaldo. “Por que não reescrevem tudo?”. O Estado de S. Paulo, edição de 7 de novembro de 2010, p. D4.

As advertências que se preconizam para serem antepostas ao livro de Lobato são de todo inúteis. O racismo não é o detalhe supérfluo e descartável de uma obra, cujo “conteúdo (...) é insubstituível para a infância brasileira”¹⁶⁴. Em *Caçadas de Pedrinho*, a representação desumanizadora do negro é dimensão essencial na estratégia de dominação que torna possível o conforto de nossas elites, de ontem e de hoje.

Conforme ainda o editorial da *Folha*, criar obstáculos à circulação de *Caçadas de Pedrinho* é “quase como um insulto pessoal”. Para a *Folha*, “trata-se de um dos livros mais carinhosamente guardados na memória do público brasileiro”. Esses são os ofendidos que contam. Se a liberdade de expressão de Lobato ofende a dignidade das pessoas negras, qual é mesmo o problema? Quem se preocupa mesmo com a dignidade de seres inferiores? O ofendido a ser considerado é o leitor de Lobato, não o negro.

Segundo João Ubaldo, os leitores de Lobato “não vieram mais tarde a abrigar preconceitos e ideias nocivas, instilados solertemente na consciência indefesa de crianças”.

Acompanhando o noticiário sobre o parecer do Conselho Nacional de Educação, o que presenciamos é exatamente o contrário do que afirma Ubaldo. A cegueira, a resistência em admitir o racismo, as inversões delirantes, a indiferença e o cinismo tornam perfeitamente possível a hipótese de que Lobato cumpriu e cumpre um papel decisivo na formação dessa insensibilidade de intelectuais, jornalistas e professores, leitores confessos, emocionados e muitíssimo ofendidos.

Eles se sentem pessoalmente atingidos quando você critica e ameaça investir contra a hierarquização racista da humanidade que os coloca no topo de uma presumida evolução da espécie, com direitos a todos os privilégios. Sim, Lobato é um clássico do racismo brasileiro. Por isso eles dizem: “Mexeu com ele, mexeu comigo – com meus interesses, com meus privilégios”.

Para concluir, precisamos refletir sobre a imagem da capa da edição mais recente de *Caçadas de Pedrinho* que tem circulado como ilustração sem o logotipo da editora (Editora Globo). Nem no *Jornal Nacional*, nem no *Estado de S. Paulo*, nem em *O Globo* aparece a identificação editorial. Até mesmo no Parecer CNE/CEB nº 15/2010 evita-se citar a editora e, quando o fazem, citam-na com erro: Editora Global.

Não se pode deixar de lado o fato de que a maior parte dos recursos do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) destina-se à compra de livros didáticos e paradidáticos. A editora Globo, ao assumir os direitos sobre a obra de Lobato, quer alcançar

¹⁶⁴ Carta de Yolanda (Danda) C. S. Prado à Folha de S. Paulo, 07/11/2010, p. A3.

uma fatia maior dos bilhões de reais à disposição do FNDE. É preciso colocar a apropriação do dinheiro público também na roda de debates. Para compreendermos todas as dimensões do escândalo midiático que se seguiu ao Parecer do CNE, precisamos seguir o dinheiro.

2. Entrevistas

2.1 Entrevista para o jornal “Causa Operária”

*Entrevista dada ao jornal da Causa Operária e publicada em 19 de outubro de 2009*¹⁶⁵

Causa Operária entrevista nesta semana o professor de Comunicação Social na Universidade de Brasília (UnB), militante do movimento negro e editor do jornal Ìrohìn, Edson Lopes Cardoso. Ele nasceu em 1949, em Salvador, cidade que é referência na cultura negra.

Causa Operária –Você poderia falar um pouco de sua história, quando começou amilitar no movimento negro?

Edson Cardoso - Meu primeiro contato com ativismo se deu no Colégio da Bahia, em 1968. Fiz parte de um grupo de estudos, ligado até onde sei à AP (Ação Popular), e comecei a ler livros de divulgação do materialismo histórico. Recordo-me ainda hoje como foi importante para minha cabeça de secundarista ler “Alienação e Humanismo”, de Leôncio Basbaum. Fazia parte do grupo Roberto Santos, jovem intelectual negro, que me apresentou a Luiz Orlando, ambos responsáveis pela minha primeira aproximação com ideias de movimento negro. Em 1974, eles criaram um núcleo de estudos afro-brasileiros, que se reunia no Instituto Goethe, do qual fazia parte também Manoel de Almeida Cruz e um outro rapaz que estudava Geografia de que não me recordo o nome. Participei de uma reunião (a minha primeira reunião formal de MN) e aleguei mil razões para não assumir a parte de literatura. Fiz movimento estudantil, levado pela força das circunstâncias, em 1975 e 1976 e, em 1977, fui morar em Porto Alegre (participei lá do Qorpo Insano, um grupo de jovens escritores que publicou uma antologia). Vou ter contato efetivo e produtivo com o MN a partir de 1981, 1982, em Brasília.

Causa Operária - Como foi sua militância no PT, a experiência no jornal Raça & Classe, em 1987?

¹⁶⁵ Causa Operária Online, entrevista da semana. Disponível em: <<http://www.pco.org.br/conoticias/entrevista-da-semana/dentro-da-ideologia-vigente-que-oculta-as-desigualdades-raciais-nao-ha-negros-nao-ha-racismo-necessario-furar-o-bloqueio-imposto-pelos-grandes-jornais-e-revistas-redes-de-radio-e-tv/ijjp,y.html>> Acesso em 5 de junho de 2014.

Edson Cardoso - Tive um vínculo curto e intenso com o Partido dos Trabalhadores, de 1984 a 1987. Entrei para construir a Comissão do Negro do PT, um grupo de grande fecundidade, responsável por propor e construir o I Encontro do Negro do PT, editar o jornal *Raça & Classe*, articular mais de uma centena de negros e negras no DF e participar com dignidade do processo eleitoral constituinte. Talvez seja importante frisar que, como fiz assessoria para parlamentares do PT (Florestan Fernandes, Paulo Paim e Ben-Hur Ferreira), muita gente associou meu nome ao PT ainda por muitos anos após meu rompimento formal em 1987. O jornal (com tiragem de 3.000 exemplares) era a prova de que, ao menos em Brasília, os negros do PT se dedicavam, com independência, a fazer agitação e propaganda de algumas ideias fundamentais, recusando-se a babar ovo de dirigente partidário, como era (e é) prática nacional bastante difundida. Aliás, fui membro da Executiva Regional, frise-se, com direito a voz e voto.

Causa Operária – Em 1989, você edita o jornal do MNU. Como foi a experiência?

Edson Cardoso - Esgotada a experiência partidária, o que propúnhamos então era a construção de uma organização política negra. No diálogo com lideranças do MNU e outras (chegamos a realizar três reuniões de relativa clandestinidade no final de 1987), acabamos cedendo ao argumento que insistia em não desprezar os 10 anos do MNU, alegando ser possível a construção da organização com amplo debate no interior da principal entidade política de MN. Na coordenação de imprensa da executiva nacional transformei o informativo da entidade em um jornal tablóide que, como o *Raça & Classe*, teve alguma sobrevida após meu desligamento. Os pesquisadores, aliás, saberão separar o joio do trigo, como convém à verdade histórica. Deixei o MNU após a Marcha de 1995, uma proposta que coordenei sob intenso tiroteio dentro e fora da entidade.

Causa Operária - Qual a avaliação que você faz do Estatuto da Igualdade Racial, que esperava aprovação desde 1998, e agora é aprovado pelo governo Lula?

Edson Cardoso - Que avaliação se pode fazer de uma proposta de legislação que, arigor, não muda nada na vida das pessoas? Se DEM, PMDB, PSDB, etc., estão felizes com a proposta é razoável nada esperar dela que possa efetiva e concretamente beneficiar a população negra. O ministro da Seppir [Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial] disse que o projeto era bom porque não causava conflito. Ao contrário, o projeto é ruim porque, na explicitação dos conflitos, os negros foram derrotados.

Causa Operária –Você acompanhou a votação do estatuto. Quais os interesses por detrás das alterações feitas?

Edson Cardoso - O principal interesse é nada alterar da dominação racial, preservando privilégios. Os intelectuais brasileiros mais progressistas andam escrevendo sobre a reação branca racista ao governo de Evo Morales. Assim, nesses termos. Impressiona a acuidade de visão demonstrada por esses intelectuais quando se trata de avaliar relações raciais que não mexem com seus privilégios.

Causa Operária - Partes relativamente positivas do projeto, como o sistema de cotas pareceram muito desfiguradas na lei final, estão completamente abaixo em importância de medidas profundamente reacionárias como o processo de registro racial que está colocado no projeto. Qual sua opinião sobre isso?

Edson Cardoso - As cotas são medidas especiais que atuam sobre os efeitos das desigualdades. Não se pode exigir das cotas o que elas não podem dar, ou seja, elas não podem atuar sobre as causas estruturais das desigualdades. No entanto, elas são fundamentais para desnudar o conflito e fazer avançar a consciência social. Foram rechaçadas porque, além de ser uma indicação de ação prática do Estatuto, significam o desmascaramento da ideologia da democracia racial. Quanto à declaração da cor, na minha certidão de nascimento e no meu certificado militar fui classificado como pardo. Tenho irmãos, filhos do mesmo pai e da mesma mãe, pretos e pardos. No momento em que somos, de novo, maioria da população, com crescente consciência de que a afirmação de nossa identidade no campo da política é fundamental para alterarmos relações de dominação, surgem sensibilidades refratárias a qualquer registro de cor/raça. O que exatamente se teme perder com o fortalecimento da identidade política dos dominados?

Causa Operária –Numa enorme demonstração de racismo, em julho deste ano, o DEM contestou legalmente a constitucionalidade do sistema de cotas para negros instituído em diversas universidades públicas do país. Isso marca o início de uma campanha racista, feita cinicamente em nome da “não discriminação”. Quais medidas você considera necessárias contra este ataque?

Edson Cardoso - O presidente do Supremo, Gilmar Mendes, já manifestou seu voto, quando declarou que no Brasil ninguém é discriminado por ser negro. Há iniciativas em curso, dezenas delas, que incluem negros e índios em universidades federais e estaduais em diferentes

regiões do país. Mas os debates nos meios de comunicação costumam dar as costas ao factual, recusando-se a avaliar objetivamente as diferentes modalidades de ação afirmativa. A questão é ideológica e o debate midiático costuma inverter a realidade. Dentro da ideologia vigente, que oculta as desigualdades raciais, não há negros, não há racismo. É necessário então furar o bloqueio imposto pelos grandes jornais e revistas, redes de rádio e TV. Precisamos de mais agitação e propaganda para que possamos mobilizar amplamente em defesa da constitucionalidade das ações afirmativas. Os cotistas me parecem especialmente amedrontados.

Causa Operária –Sendo um dos setores mais explorados, os negros sofrem mais com a crise capitalista. Em sua opinião, qual o peso da crise sobre os negros?

Edson Cardoso - O que singulariza o Brasil é, a meu ver, o zelo com que instituições do Estado colhem e analisam indicadores sociais e econômicos das desigualdades raciais. Saúde, educação, habitação, mercado de trabalho, saneamento básico, temos uma requintada base de dados, uma sólida série histórica, com as quais se divertem as inteligências pervertidas de alguns pesquisadores institucionais. Todo ano tem carnaval, todo ano tem divulgação de dados sobre as desigualdades raciais – e nada muda. Uma celebração macabra, um componente *sui generis* da ideologia racial brasileira. Os negros continuam expostos à discriminação racial ao racismo, antes da crise, depois da crise.

Causa Operária –Há uma intensificação da repressão policial nos morros nas favelas do Rio de Janeiro e São Paulo. Isso é uma maneira de aumentar a repressão à população negra?

Edson Cardoso - Em 1949, Abdias Nascimento fez uma carta aberta ao chefe de Polícia do Rio de Janeiro dizendo que pelo tratamento diferenciado com que distinguia a população negra se poderia dizer que a polícia considerava o negro um delinquente nato e estava criando o “delito de ser negro”. Em 1983, já deputado federal, Abdias encaminhou o projeto de lei em que incluía o tratamento policial nos campos em que reivindicava a implementação do princípio da isonomia. O título do editorial do jornal *Raça & Classe* nº 2, de 1987, é “Furor genocida”, não só o editorial, mas toda a edição é dedicada a denunciar a violência extrema contra a população negra. São práticas repressivas de longa duração no tempo, práticas incorporadas ao cotidiano de uma sociedade profundamente discriminatória, que renega a humanidade do negro. O que há de mais novo e promissor no movimento social neste momento é a reação organizada

de mulheres negras e jovens negros às práticas de execução sumária nos bairros populares da maioria das cidades brasileiras.

Causa Operária –Você poderia falar um pouco sobre seu trabalho no jornal Ìrohìn, fundado por você em 1996?

Edson Cardoso - Estou fazendo imprensa negra há mais de vinte anos, com as limitações conhecidas. Atacamos uma importante deformação ideológica, que reafirma sempre a incapacidade intelectual do negro. Ao contrário, há negros e negras produzindo, pensando, participando de manifestações, escrevendo panfletos, artigos, dissertações e teses. No Ìrohìn pudemos acompanhar o adensamento da reflexão que deve desembocar mais à frente nas construções teóricas que darão sustentação a um projeto político libertador.

Causa Operária –Gostaria de fazer alguma consideração final?

Edson Cardoso - Vêm-se multiplicando iniciativas de comunicação no campo das relações raciais, conduzidas por jovens em todo o país, enfrentando todo tipo de dificuldade para fazer circular informações, avaliações, denúncias. Tudo vai sendo feito com muita energia militante e pouco dinheiro. Os recursos do FAT e do FGTS servem entre nós, via BNDES, para financiar o papel e as iniciativas da grande imprensa. A Rede Globo e suas Xuxas em Angola são também uma evidência de que a ideologia nunca erra seu alvo. Mas cheguei aos sessenta anos podendo dizer, com coerência, que a luta continua.”

2.2 Entrevista para o site Zumbi+10

Entrevista concedida a Marcio Alexandre M. Gualberto, em outubro de 2005¹⁶⁶

Editor do jornal Ìrohìn, ativista político do Movimento Negro, Edson Cardoso é uma das principais lideranças do Movimento Negro na atualidade. Com opiniões firmes e convicto do que declara, nesta entrevista Edson nos dá um panorama do cenário político em que as Marchas do dia 16 e 22 de novembro se configuram.

Entrevistador - Estamos a praticamente um mês da Marcha Zumbi +10 do dia 16 de novembro. Que avaliação você tem nesse momento? E quais as suas impressões sobre o que motiva as pessoas que estão na Marcha Zumbi +10 no dia 16?

Edson Cardoso - Minha avaliação é a de que o pior já passou. Refiro-me ao impacto sobre a militância dos esforços de desestabilização da Marcha. A militância aparou bem os golpes e trabalha para vir a Brasília no dia 16 de novembro. Eu diria mesmo que os ventos começam a soprar a nosso favor. Há um crescente entusiasmo com a oportunidade e a necessidade de afirmação da autonomia do Movimento Negro. Nesta reta final, a mobilização deve se ampliar e fortalecer. O que motiva as pessoas, afinal, é a luta contra a opressão racial e o racismo. Cheguei a Salvador no dia 28 de setembro para uma reunião com o Coletivo de Entidades Negras. O Coletivo reúne 60 entidades e, por unanimidade, apoiam a Marcha de 16 de novembro. A edição do jornal “A Tarde” daquela quarta-feira trazia na capa as fotos de negros assassinados: 635 pessoas assassinadas nos primeiros oito meses de 2005, quase três mortes violentas por dia, a maioria esmagadora de pessoas negras. Não se conhece uma única palavra do governo federal sobre o extermínio de negros no Brasil. Silêncio e cumplicidade. Já protocolamos uma entrevista com o Ministro da Justiça no dia 16 de novembro, para que receba entidades de Movimento Negro. O que motiva a militância é a luta pelo direito à vida. Vamos encher a Esplanada de cruzeiros, que simbolizem as mulheres e os homens negros assassinados.

Você poderia fazer um rápido paralelo entre a Marcha de 1995 com esta de agora – seus signos e significados, já que em 1995 foi possível construir “unidade”, pelo menos de data e de documento, entre as diferentes correntes de opinião do Movimento Negro?

Em 1995, o setor que, hoje, contrapôs o dia 22 para esvaziar o dia 16, na época não queria a marcha no dia 20. Lembro que na plenária de São Paulo tive que fazer três inscrições

¹⁶⁶ Blog Marcha Zumbi+10, Entrevista com Edson Cardoso. Disponível em: <<http://marchazumbimais10.blogspot.com.br/2005/10/entrevista-com-edson-cardoso.html>> Acesso em 5 de junho de 2014

para defender a data de 20 de novembro. Flavinho e sua turma queriam o 20 para organizar um seminário internacional em São Paulo. Montou-se uma executiva gigantesca, da qual faziam parte até três centrais sindicais. Em 1995, na primeira reunião, também em São Paulo, compareceram quatro pessoas na parte da manhã. Na parte da tarde fiquei sozinho. A tal executiva só reapareceu na rampa do Palácio do Planalto, no dia 20 de Novembro. Os sindicatos e os partidos de esquerda envolveram-se à parte, num esquema próprio, e afirmo que a motivação principal era a oposição ao governo FHC e não a luta contra o racismo. Hoje, esse pessoal é governo e com a ajuda da ABIN fazem o que podem para desestabilizar a marcha. Não houve unidade em 1995, havia circunstâncias conjunturais que motivaram até a presença de Lula na marcha. A esquerda tradicional, essa cujo lastro histórico resume-se à passagem do feudalismo para o capitalismo na Europa, e ignora tudo sobre história do Brasil, não constrói unidade com o Movimento Negro. Ou você topa repetir as palavras de ordem deles, ou você é um inimigo execrável. Não houve unidade de documento, isso é ficção histórica. Sem a participação efetiva do Geledés e do Ceert não teria havido nem documento, para você avaliar bem a dimensão do boicote que já rolava em 1995. O Vicentinho, na época, teve um papel bem decente e conseguiu “destravar” o jornal da marcha, que editamos e a turma segurou até quase a véspera da marcha. Na Esplanada, na hora da marcha sair, tive que bater boca com uma senhora, dirigente da CUT, para que retirassem a bandeira da central que haviam pendurado na frente do caminhão de abertura, uma provocação inaceitável..

Por que a Marcha Zumbi +10, segundo a visão de quem marchará no dia 16? Quais as diferenças de princípios e de perspectiva de futuro entre uma proposta e a outra (do dia 22)?

Por que a Marcha? Ora, porque precisamos fazer política, não é mesmo? Como alterar condições materiais de existência tão adversas sem fazer política? Há uma militância negra quase que se especializando em derramar lágrimas sobre as estatísticas do IBGE e do IPEA. Literalmente choram sobre o leite derramado. Temos dito e repetido no jornal Ìrohìn que o racismo oprime e mata, de um lado. De outro, o racismo nega que suas vítimas possam se organizar para enfrentar as desigualdades raciais e a exclusão extrema. Nega o sujeito político. A marcha é a afirmação do sujeito político, coletivo, que se ergue para reivindicar seus direitos de cidadania. Nós não reivindicamos para os outros resolverem, fique isso bem claro. Queremos participar, decidir, sem tutela. Queremos direitos políticos plenos. O pessoal que aceita a subalternização nos partidos e em outras organizações cumpre o mesmo papel dos jagunços para o latifúndio rural. O grande sonho dessa gente é transformar o Movimento Negro numa UNE qualquer da vida, submetida ao Comitê Central. Não vão conseguir. A disputa real é esta,

não as datas. Não querem, nunca quiseram marcha. Estão indo no dia 22 a contragosto, preferiam estar postos em sossego, desfrutando da adesão ao governo federal. Foram obrigados a contrapor, não tiveram saída. Estão engasgados com a hegemonia.

Hoje podemos dizer que surgiram quatro linhas de opiniões em relação às Marchas: a que apoia o dia 16; a que fecha com o dia 22; a que não vai em nenhuma das marchas e aqueles que irão nas duas. É complicado, não? Como você analisa isso?

Tem muita manha nisso aí. Pra começar, há uma proposta de Marcha, construída há dois anos. Há também uma contraproposta vinda de setores atrelados à base do governo. E há outros interesses contraditórios, atrelamentos de toda ordem. Alguns sempre traíram. A tradição da traição. Não podemos esquecer também das almas penadas, que vivem fazendo assombrações na internet. Um espanto. Dormiu na prestação de contas do centenário da abolição e acordou agora. Tem os fantasmas de batina, arrastando correntes e tudo. E a ABIN, o que está fazendo? Não sejamos ingênuos.

Analistas da política têm expressado a opinião que serão duas Marchas Zumbi +10 porque no momento estão nítidas duas concepções de Marcha. Qual a sua opinião sobre isso? Quais os prós e os contra de se ter chegado a este estágio na luta anti-racista brasileira, considerando-se a conjuntura nacional?

Sobre a existência de duas concepções não temos dúvidas, são campos muito distintos. A tutela das organizações brancas se faz sempre numa direção que nega validade e alcance à luta do Movimento Negro. Não combatem o racismo, mas a existência e a legitimidade do Movimento Negro. É de estarrecer isso. Sem o horizonte da conquista do poder político, o que nos resta mesmo? A fragmentação, a pulverização, a competição intensa. Quando o MST marcha, marcha o MST. Quando os negros decidem marchar, por mais instâncias de decisão coletiva que criem, tudo fica fulanizado e beltranizado. É a marcha de fulano, de beltrana. E tome desqualificação e calúnias e difamação. Ameaçamos o latifúndio da política, os proprietários soltam os jagunços pretos em cima de nós.

Mas, veja, nesta conjuntura, tudo isso ficou mais evidente para um número maior de pessoas. Do Maranhão ao Rio Grande do Sul, nas cidades que tive a oportunidade de visitar desde o ano passado, e não estive apenas visitando capitais, fiz palestras em Cacha-Pregos, com gente maravilhosa na Ilha de Itaparica, e em assentamentos de sem-terras no Distrito Federal, posso assegurar que um número crescente de negras e negros, de todas as idades, querem ir além das denúncias pontuais e fortalecer uma visão mais ampla, estrutural, do papel do racismo na sociedade brasileira. Cresce a consciência de que o muro das desigualdades, tijolo por tijolo,

só permanece de pé, naturalizado, porque foi fixado com o cimento do racismo. Sem a prioridade do combate ao racismo não construiremos uma sociedade justa e democrática – ao menos no Brasil, onde a classe foi determinada pela raça.

Lamentamos, na verdade nem sei se lamento muito, que os setores que arrotam “politização” estejam completamente dominados nos sindicatos e nos partidos, realizando no dia-a-dia pequenos serviços ordinários para garantir o reconhecimento de seus senhores brancos.

Em sua avaliação há avanços e/ou retrocessos para o enfrentamento do racismo no Brasil comparando-se os processos de construção da Marcha de 1995 com a Zumbi +10?

Avançamos, em termos. Percorremos o país e há Movimento Negro em praticamente todos os municípios, não é pouca coisa isso, a interiorização da luta. Mas os partidos ali de olho, vigiando, prendendo e soltando, rédea curta. Há conselhos, há secretarias, há uma incipiente institucionalização da temática racial. Mas ainda de pouca ou nenhuma efetividade. Muito evento, muita conversa atirada ao vento, despolitização, pouca penetração na base negra.

O dinheiro é pouco ou nenhum. Quando existe algum, se gasta mal, como é o caso da Seppir. O Brasil Quilombola é uma piada. Estive num assentamento no Sul da Bahia, próximo a Ilhéus. A maioria dos assentados era constituída de negros. Já erradicaram o analfabetismo, duplicaram a produção de cacau, construíram parceria com uma porção de ONGS, tem a participação do INCRA. Lá não tem Seppir, a coisa vai. Nada parecido se tentou com as chamadas comunidades quilombolas. Agora, veja os gastos de viagens e eventos e veja com quem mesmo se tentou uma parceria digna desse nome. Na saúde, já temos bons diagnósticos desde os tempos de FHC. O problema é chegar na ponta, no posto de saúde da periferia onde estão os negros sem acesso a esgoto e água tratada. O pouco dinheiro que está no orçamento se dissolverá nas atividades-meio.

No Congresso, nada caminha, o tema não foi incluído nas agendas partidárias. Os partidos, que deveriam institucionalizar as demandas do MN, não o fazem. A Marcha é uma tentativa de pressionar diretamente as instituições, os gestores públicos. No Congresso, a chamada bancada negra é por enquanto um esboço de pouca efetividade.

Refinamos os diagnósticos, as estatísticas das desigualdades raciais, há algumas conquistas no acesso ao terceiro grau e pouco mais. O Judiciário é intocável, a polícia e os grupos de extermínio idem. A mídia continua branquíssima e, maioria dos analfabetos, continuamos vegetando na informalidade e na faixa de até três salários mínimos. Os postos de gasolina exigem segundo grau e referências e nós não terminamos o primeiro grau.

No plano dos direitos culturais, a Lei 10.639 é, por enquanto, uma manifestação de nossa vontade política, sem nenhuma inserção institucional. A Capes e o CNPq, por exemplo, nem sabem que a lei existe. São órgãos que poderiam estar assegurando investimentos na formação de professores e pesquisadores. As licenciaturas continuam formando docentes sem lhes permitir o acesso aos conteúdos da nova diretriz da educação brasileira. Um escândalo. Uma proclamação de direitos que não se efetiva na prática. E continuamos sem poder manifestar livremente nossas opções religiosas – perseguidos e humilhados.

Afinal, qual das duas “coordenações da Marcha Zumbi +10” colocou a ideia na rua, na medida em que ambas se dizem idealizadoras de uma Marcha Zumbi +10?

Sobre isso não há dúvida, há distorções e uma ação deliberadamente maldosa. A proposta da Marcha circula desde 2003. Para ser exato, ela foi tornada pública no Geledés no dia 18 de maio de 2003. Um conjunto de entidades trabalhou para construir a reunião de 3 e 4 de julho de 2004, no Hotel Manhattan, em Brasília. Participaram 41 pessoas, representando entidades de todo o Brasil. A reunião foi gravada, filmada, fotografada e divulgada no Ìrohìn, edição de agosto e setembro de 2004. A questão da data foi colocada por mim nesta reunião. Vinte era feriado, sugerimos que fosse realizada antes.

Algumas pessoas afirmam que você atua como se fosse o único a deter a legitimidade para discutir a Marcha. O que você tem a dizer sobre isso? Como se conformou o campo político que marchará sobre Brasília no dia 16 de novembro?

Há um campo político, que preza a autonomia e o protagonismo negro e que vem se conformando desde tempos imemoriais. Se não, como teríamos chegado até aqui? A tarefa designada ao Ìrohìn, pelas entidades presentes à reunião de 3 e 4 de julho no Manhattan, está sendo cumprida. O Ìrohìn e o EnegreSer compõem a secretaria–executiva da Marcha. Outra coisa é o preço que se tem de pagar, num quadro de relativa estagnação, quando se tem iniciativa política.

Embora quem é realmente ativista do movimento negro saiba que o que está em cena são duas visões políticas diferenciadas de luta anti-racista, a que poderia ser atribuída essa necessidade esquizofrênica de algumas pessoas tentarem impor uma centralidade na pessoa de Edson Cardoso, e de forma mesquinha tentam encobrir o protagonismo de expressivos setores das artes, da cultura, da política, de lideranças populares de diferentes movimentos sociais e das mulheres negras na Marcha do dia 16?

Já respondi acima sobre a fulanização como estratégia de desqualificação das ações do Movimento Negro. E a sua pergunta já embute a resposta, creio eu. Mente-se deliberadamente

como forma de ação política para não permitir a realização de um ato coletivo que envolve entidades de todo o país. Desinforma, confunde e despolitiza. E cria a figura do bode expiatório etc. Há ainda o sucesso do jornal *Ìrohìn*, com 10.000 exemplares e mais de quatro mil assinantes em todo o Brasil, fazendo circular informação e estimulando o senso crítico. Isso eles não suportam.

Em linhas gerais quais as organizações e/ou lideranças que estão no campo de coordenação e de força política da Marcha do dia 16? E o que tem significado que cerca de 90% ou mais das organizações, expressões políticas e lideranças de mulheres negras estejam apoiando o dia 16?

Há grandes coletivos, como o Fórum de Entidades Negras do Maranhão, de Recife, de Mato Grosso do Sul, o Coletivo de Entidades Negras da Bahia, há o Fórum de Mulheres Negras do RS, o Fórum de Ituiutaba e o de Uberlândia, o Coletivo de Goiânia, o de Teresina, a Articulação Nacional de Mulheres Negras, blocos afros como o Ilê Aiyê e o Olodum, entidades de peso e tradição, o Geledés, a Casa de Cultura da Mulher Negra, o Ceert, o Criola, o CCN, o Kwanza, o Coisa de Negro, o Ceafro, o Erêgege, coletivos organizados em dezenas de municípios do interior de São Paulo, estudantes do EnegreSer e de outros coletivos universitários, padres, bispos e diáconos negros do Instituto Mariama, terreiros de Candomblé e Umbanda, ufa, estou deixando gente de fora. Nossa coordenação é aberta à participação das entidades. Nossa próxima reunião será nos dias 22 e 23 de outubro, em Brasília.

A participação das mulheres negras é, sem dúvida, expressiva. Mas é assim no dia-a-dia das entidades. Eu edito um jornal e a participação das mulheres é, de longe, superior à participação masculina. As mulheres negras são responsáveis não apenas pela coordenação das principais ações, mas elaboram mais no Movimento Negro. A marcha do dia 16 é uma iniciativa política de Movimento Negro, parece-me natural, portanto, a predominância das mulheres. São lideranças fortes: Sueli Carneiro, Alzira Rufino, Fátima Oliveira, Jurema Werneck, Cida Bento, Silvany Euclênio, Cidinha da Silva, Wania Sant'Anna, Vanda Sá Barreto, Mônica Oliveira, Alda Regina, Luciane Ribeiro, Conceição Leal, Raimunda Guedes, Maria Conceição e tantas outras. Estou omitindo muita gente. Por aí você vê porque a turma do dia 22 me escolhe como saco de pancadas, eu sou o elo mais frágil.

O expressivo apoio do feminismo negro e das mulheres negras em luta teria alcançado no Brasil um estágio de maior maturidade política que o movimento negro em geral, no sentido de que na prática se demonstram senhoras absolutas de suas autonomias políticas? Há quem

analise assim... O que você acha? Sem dúvida estamos diante de um fenômeno político que exige reflexão e do qual devemos tirar lições.

Penso que devemos considerar a questão das condições materiais, da superexploração. Há ainda um peso histórico diferenciado: a ativa participação das mulheres na construção de estratégias de sobrevivência que permitiram que chegássemos até aqui. Há também abismos na escolaridade. Seja lá como for, parece haver uma disposição diferenciada para a luta política. Nesta conjuntura isso é muito evidente. A Marcha do dia 16 é uma Marcha que vai sendo construída com o predomínio das mulheres negras.

“Estamos na Marcha por nossa própria conta” é um lema/argumento das organizações e pessoas que estão buscando recursos fora do governo federal (em atividades próprias, no âmbito dos governos estaduais e municipais, da cooperação internacional, etc.) para garantir a realização da Marcha do dia 16. Todavia setores da Marcha do dia 22, explicitamente subordinados politicamente ao governo federal, têm acusado que há “dinheiro estrangeiro” assegurando a Marcha do dia 16. Você poderia analisar o significado político disso? Trata-se de algo que poderia ser considerada uma “acusação” que fere alguma moralidade, ou mesmo consenso ético, na medida em que a atuação da cooperação internacional junto aos movimentos sociais em nosso país é legalizada?

Já falaram em dinheiro de Bush, em dinheiro da Ford. Depois passaram a dizer que a marcha é do PSDB. Nós editamos um jornal com recursos da cooperação internacional. Esta informação está no expediente da publicação, não é segredo. Estamos trabalhando para colocar nosso produto no mercado, nas bancas. Temos inteira liberdade editorial, acredite se quiser. Qual o significado político da acusação leviana e falsa? Parece-me que é atingir a legitimidade da proposta. Querem fazer crer que a proposta da Marcha seria menos legítima, aos olhos dos hipócritas, se fosse financiada com recursos da cooperação internacional. Isso me parece desespero político. Eu já escrevi que eles estão, por medo de seus superiores, fazendo transferência. Não têm coragem de questionar suas cúpulas partidárias e transferem acusações sobre corrupção para o Movimento Negro. Freud explica.

Como você pensa o pós-marcha? O que pode resultar disso tudo?

A definição de um campo de Movimento Negro, livre de injunções partidárias e outras. Acredito que não vamos esperar Zumbi+ 20 para fazer articulações nacionais e pressionar com a contundência necessária as diferentes instâncias de governo. Vimos quem não pôde seguir em Nova Orleans, aqui não é diferente. Se quisermos seguir na direção de um futuro, se pensamos em seguir como um povo, devemos nos apressar. Após a marcha eu vejo como inevitável uma

maior radicalização nas ações do Movimento Negro. Com a marcha temos chances de aprovar o estatuto, de forçar o debate sobre segurança pública de uma ótica que leve em conta o extermínio da população negra, impulsionar a 10.639 e equacionar de uma vez a questão dos quilombolas.

Você acredita que haja por parte de setores do governo uma ação orquestrada para desestabilizar a Marcha do dia 16? E junto com isto, você crê que a pauta principal do dia 16 configura o que os detratores da Marcha do dia 16 afirmam que ela uma espécie de "Fora Lula", ou se a consigna das reparações, que é a "pedra de toque" da Marcha do dia 16 deixa o governo federal em maus lençóis? E por quê?

Não podemos provar nada. No ano passado, a ABIN mostrou nos jornais sua grande preocupação com as atividades previstas para 2005. Temos a experiência de 1995. Era um governo do PT, o governo Cristóvão, e a P2 não saiu de nosso pé. Soubemos um ano depois com a abertura de alguns arquivos no chamado "escândalo da P2". Algumas intrigas e boatos podem ter origem em trabalhos de inteligência e contra informação. Somos uma presa fácil para a circulação de intrigas desqualificadoras. A coisa do "Fora Lula" não pegou, eles vão ter que inventar outra. Acho que a reparação assusta. Somos o movimento social que mais faz referências à história. Está tudo aberto. Vamos chegar de novo com Zumbi e mais de trezentos anos de história. Há um dano causado e é crescente a consciência do direito ao ressarcimento. Se não pode pagar o principal, paga os juros e cria o Fundo de Promoção da Igualdade Racial. Na última manifestação de "agricultores", a turma botou os tratores na Esplanada e levou três bilhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

É possível delinear um panorama de como está a organização da Marcha Zumbi +10 nos estados e quanto de gente você acha que poderá estar em Brasília no dia 16?

Nos últimos dias, o telefone do Ìrohìn tem tocado mais intensamente. A agitação cresce nos estados, Olodum e Ilê confirmaram presença. Temos condições de colocar 30.000 pessoas na Esplanada, uma manifestação expressiva¹⁶⁷. Já solicitamos audiência ao presidente da República, ao presidente da Câmara dos Deputados e ao Ministro da Justiça.

Em entrevista publicada no Afropress e reproduzida no blog da Marcha Zumbi +10, Frei David, da Educafro, embora ressalte que "A comunidade negra, assim como qualquer grupo humano, tem o direito de ter posições divergentes entre si. O fato de sermos negros não nos 'bitola' a termos um só pensamento e um só interesse" e que "O movimento negro maduro

¹⁶⁷ Sob o fogo cerrado do governo e das entidades negras de sua base de apoio, a Marcha ainda assim teve cerca de 10.000 pessoas. Muitas prefeituras que já haviam se comprometido com ônibus, pressionadas, retiraram o apoio.

sabe-se plural”, faz uma espécie de desabafo, mas que também pode ser interpretado como uma acusação que “Na verdade, a Educafro é a favor que o interesse público, do povo negro, esteja acima de interesses de pessoas ou de grupos. Nas mais de 10 difíceis reuniões que aconteceram no MEC e na Câmara Federal, para debater as ações afirmativas/cotas, apesar dos nossos apelos, nenhum dos líderes do dia 16 ou do dia 22 se fez presente ou enviou pessoas para ajudarem na luta”. É possível você dialogar um pouco com tais opiniões do Frei David?

Não entendi, francamente. Não sei como resolver as dificuldades de diálogo do frei com as lideranças negras a que ele se referiu. Ele defendeu primeiro uma concentração na rodoviária, seguida de uma passeata até o setor bancário. Segundo o frei não deveríamos cobrar nada de Lula. Depois, disse que tinha duas e ele não ia a nenhuma. Depois, ninguém ouviu os seus apelos. Francamente, não entendi.

3. O Ìrohìn

O Ìrohìn, em sua primeira fase, que começou em 1996, era um informativo, no formato A4, com oito páginas. Conversei com estudantes africanos da UnB, com origem em países diversos, à procura de um substantivo cujo significado tivesse relação com a área da comunicação e não causasse muito estranhamento.

Uma estudante nigeriana, a que fui apresentado por LundeBraghini, que ainda morava na residência estudantil durante seu mestrado, foi quem sugeriu o nome Ìrohìn, indicando que seu significado, em língua iorubá, era “notícia”, o que me agradou de imediato.

Vou saber somente anos depois de o jornal está circulando que Ìrohìn foi o nome do primeiro veículo impresso, em língua iorubá, na Nigéria, no século XIX.

Depois da *Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida*, de novembro de 1995¹⁶⁸, tínhamos trabalhado pela instalação de um espaço em Brasília que pudesse fazer o acompanhamento de medidas institucionais relacionadas à inclusão da população negra.

Na época, como hoje, era grande a resistência que os veículos da grande mídia manifestavam em relação à formulação e ao desenvolvimento de iniciativas políticas que envolvessem a temática racial. Não toleravam nem mesmo sua discussão.

Havíamos acumulado uma importante experiência em algumas revistas e jornais e avaliávamos que o momento pós-Marcha era ideal para acolher uma publicação de Movimento Negro.

À frente da articulação da Marcha e em contato com entidades de todo o país, era difícil não perceber uma concentração do debate no tema das políticas públicas. A Marcha deu visibilidade à crescente politização da questão racial e estimulou maior valorização da ação institucional por parte das organizações negras.

O Movimento Negro chegava atrasado, se considerarmos a desenvoltura de organizações do movimento social que lidavam com temáticas mais palatáveis, e lutava não só com o isolamento forçado por preconceitos de toda ordem, mas com fortes resistências internas.

¹⁶⁸ Ver a separata com o documento da Marcha que editamos no início de 1996: *Por uma política nacional de combate ao racismo e à desigualdade racial: Marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e a vida*—Brasília: Cultura Gráfica e Editora., 1996, 36p. Os recursos para que fizéssemos a edição e distribuição nacional de três mil exemplares do documento foram obtidos por Vera Araújo, assessora jurídica do GDF na ocasião e ex-companheira no MNU e na Comissão do Negro do PT-DF, junto ao Banco Regional de Brasília.

No formato A4, entre maio de 1996 e maio de 1999, conseguimos divulgar cinco edições do informativo *Ìrohìn*, com enormes dificuldades, financiando as iniciativas com recursos da Fundação Ford que, no entanto, não chegavam diretamente a Brasília¹⁶⁹.

Hesitávamos em formalizar a instalação de uma organização não-governamental. Contávamos com a parceria do Ceert (Hédio Silva Jr.) e do Geledés (Sueli Carneiro) para facilitar o diálogo com a Ford, mas não conseguíamos romper com um tipo de atitude que, no fundo, era decorrente da leitura (desconfiada e de pé atrás) que fazíamos no tempo do MNU da cooperação internacional e do mundo das ONG's.

Somente a partir de 2004, quase uma década após a Marcha, conseguimos vencer nossos temores e preconceitos e constituímos formalmente o *Ìrohìn* como uma ONG, uma roupa que nunca achei que me caberia muito bem, uma vez que nossas prioridades no movimento sempre foram a formação consciente das tarefas da organização política, a educação política para ser mais específico, e a circulação de informações.

No período que vai de agosto de 2004 ao final de 2009, praticamente com recursos exclusivos da Fundação Ford, o *Ìrohìn* editou uma média de 4 edições do jornal impresso/ano, no formato tablóide, de 32 a 44 páginas, alcançando 14.000 exemplares e mais de 13.000 assinantes gratuitos em todo o país no final de 2009. A partir de junho de 2006, foi criada a website do *Ìrohìn*, que ultrapassou a marca de 40.000 visitas/mês.

O prestígio alcançado pelo *Ìrohìn* contribuiu certamente para acentuar a importância da comunicação no conjunto do Movimento Negro. Envolvido com o monitoramento da grande mídia, numa conjuntura de embate acirrado, é rara a opinião do *Ìrohìn*, impressa ou na *website*, que não alude a conteúdo de um veículo de comunicação destacado entre os principais formadores de opinião.

Com meios limitados, embora, as entidades de Movimento Negro teceram um campo de contestação eficiente. Muitas de nossas concepções tiveram que ceder espaço porque não havia tempo a perder, se queríamos fazer avançar nossas ideias.

Mas nosso maior obstáculo foi mesmo esse, vencer as ideias que conscientemente reputávamos as mais adequadas a nosso código de conduta – vencê-las e agir com responsabilidade numa conjuntura em que os veículos de comunicação recusavam-se a noticiar a cor das vítimas de homicídios, porque os seus proprietários tinham decidido que a cor não tinha importância.

¹⁶⁹ Fizemos no período o primeiro levantamento, trabalho realizado por Regina Adami, de iniciativas parlamentares que tramitavam na Câmara e no Senado, alertando para as debilidades do lobby negro e as estratégias de protelação e arquivamento das iniciativas legislativas.

Em *folder* de divulgação do veículo, de 2008, afirmávamos o seguinte:

A população autodeclarada negra no Brasil é de 48%, um contingente expressivo de cerca de 90 milhões de pessoas, sub-representadas e quase invisíveis nos meios de comunicação, todos eles nas mãos das oligarquias regionais e de três ou quatro poderosos grupos.

Na comunicação social fica evidenciado, também, como o Estado brasileiro está longe de ‘assegurar o exercício de direitos sociais e individuais, (...) a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos’ (do Preâmbulo da Constituição).

No Ìrohìn valoriza-se a circulação de informações ao associá-la aos esforços para mudar as condições de vida da população negra. Nosso veículo quer se fortalecer por dentro da luta pela superação das desigualdades raciais e contra o racismo, como parte dela. A informação sendo convertida em possibilidades de ação, de participação política e de diálogo entre entidades e organizações e o plano institucional.

O jornal, portanto, associava sua continuidade ao fortalecimento do ativismo. Quando o Ìrohìn convocou, em 2004, a primeira reunião da Marcha Zumbi + 10, ouviu críticas de adversários de que “jornal não convocava marcha”. Não só o fizemos, como escrevemos na capa da edição nº 6, cuja reportagem principal era a cobertura da reunião da Marcha que havíamos convocado: “A ação coletiva é que gera poder”.

O processo cotidiano e contínuo de disseminação de informações atualizadas (incluindo sábado, domingo e feriados) foi a principal marca do jornal, que soube descobrir e revelar talentos, impulsionar vocações e manter o controle crítico do esboço de políticas públicas ensaiado por diferentes instâncias de governo¹⁷⁰.

Contudo, exatamente por exercer livremente a crítica, manter-se afastado de fontes de recursos governamentais e recusar-se à submissão tradicional das centralizações partidárias, o Ìrohìn não foi capaz, num meio ainda especialmente marcado por diferentes formas de clientelismo, de diversificar fontes de sustentação de seu projeto de comunicação.

Assinantes e organizações de Movimento Negro recebiam gratuitamente o jornal e acessavam livremente nosso sítio na internet. Não conseguimos, entretanto, convencer leitores sobre a necessidade de sustentar o veículo que prestava um serviço tão elogiado por todos.

¹⁷⁰ Pesquisa realizada por LundeBraghini, por nossa encomenda, para o Ìrohìn, do nº 6 ao nº 14, revelou um total de 101 colaboradores, incluindo os integrantes da equipe, número que seria ampliado até a edição nº 20. Desse total, 57 eram mulheres. Chamou nossa atenção também a escolaridade dos colaboradores. Somente o Ìrohìn encontrava negros, mulheres e homens, com graduação, mestrado e doutorado, para escrever em veículo de comunicação no Brasil.

Algumas vezes fomos atacados por adversários, que nos censuravam os vínculos com a cooperação internacional. Na verdade, nunca tivemos problemas de ingerência na pauta ou de censura com a Fundação Ford.

A grande tensão em nosso relacionamento foi motivada pela mobilização da Marcha. Figuras do governo, negras inclusive, foram porta-vozes de preocupações com o papel exercido pelo jornal naquela conjuntura. A Ford acusou a pressão, mas não bloqueou de todo o jornal. A edição com as notícias da Marcha, realizada em 16 de novembro de 2005, só pôde circular no início de 2006.

A Ford reteve o repasse da parcela de doação, atrasou a edição dedicada à Marcha e interferiu no diálogo do jornal e seus leitores, mas não forçou mudanças de conteúdo. Dissemos o que precisava ser dito, no momento de maior pressão sobre o governo Lula - embora com atraso. A Ford sempre teve acesso à edição do Ìrohìn ao mesmo tempo em que os demais leitores.

Ao contrário das expectativas de muita gente, todas as vezes que tentamos diversificar nossas fontes de financiamento tivemos problemas - com a pauta, com o tom crítico, com a escolha dos colaboradores. O acesso a recursos provenientes de emendas parlamentares revelou-se um insulto e uma indignidade. Recorremos ao BNDES, cujos recursos financiam a compra de papel da grande imprensa, que nos ignora e agride, e ouvimos elogios ao nosso projeto - mas e as garantias bancárias? Nem políticas, botando o bloco na rua para pressionar o governo, nem bancárias. Queríamos importar máquinas, mesmo usadas, etc.

A Ford, considerando tudo, foi o mal menor, é preciso reconhecer isso.

Como editor do Ìrohìn, vivi minha experiência mais intensa de Movimento Negro¹⁷¹. E avalio que conheço o bastante de imprensa negra para dimensionar a singularidade da contribuição do Ìrohìn à longa história que temos.

Com registro no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia -IBICT, o Ìrohìn, pela dimensão da tiragem, o âmbito de circulação, regularidade e qualidade da publicação, chegou a ser muito bem avaliado pelo sistema Qualis da CAPES. O que assegurava e estimulava a participação de pesquisadores universitários.

¹⁷¹ Em 2008, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, fui agraciado, nos 15 anos do Grupo Cultural Afroreggae, com o Prêmio Orilaxé de Direitos Humanos, na categoria "Produção de Conhecimento", pelo trabalho desenvolvido no jornal Ìrohìn.

Para o teor testemunhal desse trabalho , o modo como exercemos regularmente a crítica, numa conjuntura especialmente delicada de implementação das primeiras políticas públicas em benefício dos negros, é fundamental para que se compreenda o papel que desempenhamos no Movimento Negro.

Sem descanso, nos debruçamos com especial atenção tanto sobre o trabalho da grande mídia, que procurava impor sua visão distorcida das desigualdades raciais, quanto acompanhamos de perto as mistificações com origem no institucional, apoiadas pelos mesmos setores de Movimento Negro com os quais vínhamos debatendo desde os anos oitenta.

Esse trabalho pode ser acompanhado na seleção dos editoriais que escrevi para o *Ìrohìn* impresso e para o *Ìrohìn online*, disponíveis a seguir.

3.1 A opinião na mídia impressa

Editorial nº 7

Out. 2004/Nov. 2004

ZUMBI + 10 EMERGE NO HORIZONTE

Recebida com entusiasmo, a edição de retorno do Ìrohìn se esgotou rapidamente. Nunca duvidamos de que a imprensa negra tem um papel relevante a desempenhar nesta hora decisiva. O presidente do Supremo Tribunal Federal foi a São Paulo, a convite da vereadora Claudete Alves. Pronunciou-se sobre as ações afirmativas no auditório lotado da Câmara de Vereadores da principal cidade do país. O tema tem motivado polêmicas e a manifestação do Sr. Nelson Jobim era, inequivocamente, um fato.

Como dizem os manuais, “as pautas devem obedecer a hierarquias estabelecidas pela editoria”. Só que as “hierarquias” se estabelecem mesmo com base nos preconceitos das editorias. A palestra do presidente do Supremo não foi considerada relevante porque contrariava posições cristalizadas nas redações.

Era um fato, mas sua repercussão poderia enfraquecer a posição daqueles editoriais já clássicos, que afirmam despidoradamente que são “filosoficamente contra as cotas”, como fez a “Folha de S. Paulo”. Nesse contexto, que porcaria é mesmo filosofia?

A palestra do presidente do Supremo foi tratada como se não tivesse nenhuma importância jornalística, nenhuma relevância para a vida pública. Simplesmente não foi divulgada em nenhuma mídia. Se o ministro tivesse ido a São Paulo pronunciar-se contrariamente às ações afirmativas teria tido espaço nas primeiras páginas, com direito a imagem nos jornais televisivos.

Não adianta mesmo chover no molhado. Precisamos fazer crescer e vingar a nossa própria mídia, se temos a convicção de que é necessário consolidar uma agenda política cuja resolução seja encaminhada no sentido de alterar substancialmente as condições de vida da população negra no Brasil.

Novembro está aí, num transbordamento que supera nossa capacidade de apreender um fenômeno que abarca múltiplas e variadas manifestações. Palestras, debates, seminários, encontros, shows, algumas passeatas.

Contra um sistema injusto e opressivo, recorreremos à história passada para legitimar a constituição do poder político. Ser herdeiro de Zumbi significa principalmente proclamar pretensões a uma história futura.

À medida que as instituições vão, num crescendo impressionante, abrindo-se para as comemorações da Consciência Negra (até o STJ faz seminário), é necessário nos acautelarmos contra os riscos inerentes à absorção institucional. São distorções e acomodações cujo sentido principal é impedir a articulação, essencial, entre os grandes problemas nacionais e o racismo e a exclusão dos afro-brasileiros.

Ao comemorarmos o 20 de Novembro e a saga heroica de Palmares afirmamos não apenas nosso direito a um passado. O que fizemos foi tomar à força das mãos da historiografia oficial um capítulo significativo, dentre muitos outros que aguardam ainda resgate, da afirmação de nossa dignidade humana e que é fonte perene de legitimidade para nossos esforços de organização política no presente.

Quando afirmamos a “Consciência Negra”, negamos acomodações e soluções artificiais. Estamos dizendo que não transigimos, não contemporizamos. Estamos destacando nosso protagonismo, compartilhando expectativas de que nós somos os sujeitos na luta pela superação das estruturas de opressão racial. Os corpos perfurados a bala não são sequer identificados nos jornais. Com o sangue da juventude negra, vai-se desfazendo nosso futuro na vala ou no matagal de periferia. O homicídio de negros é fato banalizado no Brasil. As autoridades governamentais não reagem. Nem nós. São demasiadamente tímidos nossos protestos diante de uma avalanche de assassinatos. Como ser Movimento Negro sem reagir à violência racial? Como espelhar-se na saga de Palmares sem protestar contra o aniquilamento da juventude negra?

Várias reuniões preparatórias da Marcha Zumbi + 10 estão ocorrendo nos estados: São Luís, Goiânia, Campo Grande, Salvador, Porto Alegre, Teresina, Rio de Janeiro, Vitória, Curitiba, Recife, São Paulo. O Movimento Negro lança as raízes de uma mobilização histórica.

O processo de construção da Marcha Zumbi + 10, já em curso, vai-se desenvolvendo com a consciência da necessidade de ampliação do engajamento da população negra. A Marcha Zumbi + 10 deve começar na pressão aos prefeitos recém-eleitos, na luta nos estados, para que

Brasília seja o coroamento de nosso enraizamento na realidade concreta vivida pela população negra em todas as regiões do país.

Fundamental também afastar a ideia equivocada de que a Marcha é anti-quem-quer-que-seja. Já se ouvem murmúrios, aqui e aí, da turma de sempre. Todas as vezes que uma proposta catalisa nossas aspirações e impulsiona a mobilização, o Movimento Negro vira um campo de disputa cega, disputa essa estimulada por aqueles que se sentem ameaçados em sua tradição de subserviência e incapacidade política.

Estranha rinha essa. Trata-se de impedir que possamos aprofundar nossa experiência de luta e organização. Trata-se, na verdade, de impedir que se possa expressar a imensa potencialidade libertadora da Consciência Negra.

Não criticamos a fragmentação das entidades por termos o pluralismo. Não pretendemos abrir mão do Ìrohìn, evidentemente. Mas precisamos de um consenso majoritário que permita a ação coletiva.

Respeitar a autonomia, respeitar a diversidade, tudo bem, estamos de acordo, mas precisamos agir como sujeito coletivo, numa conjuntura em que os partidos, definitivamente, não são os instrumentos adequados para filtrar as demandas, legítimas e históricas, do Movimento Negro. A Marcha Zumbi + 10 emerge no horizonte com grande força política.

Editorial nº 8

Dez. 2004/Jan. 2005

PESQUISA, EXTERMÍNIO E OMISSÕES

A polêmica causada pela divulgação dos dados da pesquisa do IBGE sobre nutrição e obesidade trouxe uma novidade: a associação vibrante, estridente, entre levantamento de indicadores sociais e econômicos e formulação adequada de políticas públicas.

A mídia e políticos de oposição destacaram a profundidade e a confiabilidade dos dados colhidos pelo IBGE e exigiram, de pronto, mudanças nas políticas sociais do governo Lula. Imediatamente, “O Globo” online, numa consulta a seus leitores, indagava: “O governo deveria levar em consideração os dados do IBGE em seus programas sociais?”

Nada mal, para um país que coleciona, há décadas, pesquisas macabras sobre desigualdades raciais, sem que nunca se tenha tentado, nem de leve, garantir ao tema um lugar relevante na agenda dos governos.

Manifestamos, pois, nossa alegria pela extraordinária mudança de mentalidade de formadores de opinião, responsável por uma associação inédita entre nós, diríamos até que se trata de uma associação estrategicamente prioritária entre pesquisas de indicadores sociais e econômicos e políticas públicas.

Só lamentamos que essa vinculação não tenha sido feita dias antes, no próprio mês de dezembro, quando da divulgação dos dados do relatório do Unicef sobre a situação da infância no mundo. O impacto da violência urbana na infância e na adolescência faz, no Brasil, 14 mil vítimas por ano. Em sua maioria, crianças e jovens negros de 12 a 19 anos, segundo a representante do Unicef, Marie-Pierre Poirier.

Há outros indicadores na pesquisa que contribuem para compor o quadro dramático no qual 27,4 milhões de brasileiros, com idade até 17 anos, vivem na miséria. O que se seguiu à divulgação do relatório do Unicef foi um silêncio constrangedor. Nenhuma estridência, nenhuma cobrança de ação institucional e governamental.

Há um negócio contra o preto, no Brasil. Esta é uma frase do sociólogo Guerreiro Ramos, de saudosa memória. Um troço entranhado, profundo, que quer impedir a todo custo a continuidade da vida dos descendentes daqueles que “criaram a possibilidade de existência do Brasil”.

Uma cultura política que recebe esses dados extremos, do extermínio de toda uma geração de jovens negros, sem tugar nem mugir, está evidentemente impregnada de racismo. E, dessa ótica preconceituosa, entende que os conflitos gerados pelas desigualdades raciais são irreconciliáveis. Não podem ser resolvidos de nenhuma outra forma, só matando.

Não se age contra esse estado de coisas porque não se encontra uma razão que justifique por que os negros devem permanecer vivos. É simples assim.

Nesse contexto, imagina-se o dilema aflitivo, dilacerador, vivido por aqueles que se veem obrigados a ensaiar algum tipo de ação afirmativa, mas pretende fazê-lo sem a participação dos negros. A reivindicação de natureza racial é uma ameaça insuportável para essa gente. Os dados do relatório do Unicef não permitem vacilação. Temos de introduzir no debate sobre políticas públicas a prioridade de assegurarmos, por todos os meios, a continuidade da vida para o povo negro no Brasil.

O Estado é incapaz de impedir os atos generalizados de violência que produzem 14 mil vítimas por ano? O que o governo Lula entende, afinal, por Segurança Pública? Não há só ineficácia, há omissão e descompromisso. A paralisia política do Movimento Negro, em parte sacudida pela proposta da Marcha Zumbi + 10 tem aqui o seu quinhão de responsabilidade.

Somos os cordeiros do poema de Enzensberger, nos deitamos no leito preguiçoso da obediência, queremos ser devorados.

Editorial nº 9

Fev./Mar. de 2005

O VAZIO E O LOBO

O presidente Lula disse, no ano passado, que “não tinha botado uma negra no ministério para servir de enfeite”. No decreto sem número que cria o Ano da Promoção da Igualdade Racial, puro ornamento, tudo é enfeite.

O ministro Gilberto Gil parecia surpreso. Assinara no início do ano, juntamente com o presidente da República, o decreto que cria o Ano de Promoção da Igualdade Racial e agora via ressurgir a velha novidade: um bloqueio de 53% do orçamento do Ministério da Cultura.

Uma pena, a Cultura vai ficar fora da festa. O brutal contingenciamento vai nos privar, com certeza, da exibição de cultura negra, em concorridas solenidades, enquanto durar as comemorações do Ano da Igualdade Racial.

O Ministério das Cidades também foi submetido a cerrado bloqueio orçamentário. Dessa forma brusca fomos informados de que o acesso a serviços essenciais, como abastecimento de água e esgoto, também vai ficar fora da festa da ‘Igualdade racial’.

O presidente da República sempre poderá se defender dizendo que o decreto que ele assinou não faz nenhuma referência a ação de qualquer natureza, nem a programas, nem tampouco faz qualquer alusão a recursos orçamentários.

Trata-se, digamos assim, do Ano da Igualdade Racial em estado de pureza absoluta. Pureza especulativa, etérea, terreno de sutilezas e transcendências onde nem mesmo se faz necessária a definição do que seja ‘Igualdade Racial’

É forçoso reconhecer, no entanto, alguma materialidade. O que há de palpável e concreto no decreto assinado pelo presidente Lula e seu ministro da Cultura, uma espécie de moldura sobre o vazio, é a coordenação da Seppir.

Sim, seja lá o que for que se venha a promover nesse ano glorioso, esse imponderável será disposto e arranjado pela Seppir. A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, enfim, foi convocada para fazer jus ao nome. Refiro-me à palavra “especial”, que não tinha ficado, a meu ver, muito bem entendida.

Trata-se de algo muito singular, um domínio muito particular desse órgão da administração pública federal. Pois então a Seppir, de acordo com suas características, foi convocada para organizar, dirigir, orientar matéria de alta complexidade. Em razão mesmo dessa complexidade a tal matéria não se permite nenhuma visibilidade, impedida mesmo de assumir corporalidade até mesmo em um decreto presidencial.

Está, desde então, a secretária Matilde Ribeiro às voltas com um grande problema. O governo, o seu governo, ordena por decreto, por determinação escrita, que ela coordene matéria de alta abstração, sem orçamento, sem rumo, sem nada.

Uma cigana algo malévola, com acento machadiano, talvez sugerisse “ler a sorte” nas entrelinhas do próprio decreto. Sim, a cigana tem razão. Há, no vazio espantoso do decreto presidencial, em seu descaso acintoso e provocador, muitos presságios, sinais de futuro.

O decreto não é fortuito, nem acidental. Há um padrão recorrente, posto em prática também pelo governo anterior, em cuja base se acumulam os eventos, as recepções, os seminários, a palavra estéril, as viagens, e o jogo duro, desarticulador, caluniador com a militância mais consequente e comprometida. Ilude-se quem imagina que o decreto fortalece a Seppir. A cigana tem razão. O decreto dá a exata medida do que a Seppir significa para o governo. Nada.

O lobo e o cordeiro

A leitura da coluna de Luís Nassif (“Racismo negro”), divulgada com estardalhaço pela “Folha de S. Paulo”, me faz lembrar a conhecida fábula de Esopo, “O lobo e o cordeiro”.

Você, que reivindica ações afirmativas, como ousa turvar a água que eu bebo? Como ousa falar de racismo em um país de águas tão límpidas? Os que têm o poder de discriminar se deleitam com a agonia de suas vítimas (a água do riacho corre do lobo para o cordeiro). Esopo foi escravo na Grécia e experimentou os efeitos da argumentação com que a tirania constrói mentiras e ficções para justificar seus apetites.

MAIO: ESCRITORES E POLICIAIS CELEBRAM O MESMO OFÍCIO

No mês de maio o combate costuma se acirrar. A presa em disputa é o passado. O conteúdo do passado em disputa é a escravidão e, obviamente, suas implicações políticas, sociais, econômicas no presente.

“Não foram os portugueses que escravizaram os negros”, declarou à revista “Veja” o escritor João Ubaldo Ribeiro, com a autoridade de “3 milhões de livros vendidos ao longo da carreira” (edição 1905, ano 38, nº 20). O renomado poeta Ferreira Gullar disse o mesmo na “Folha de S. Paulo”, muitos outros repetiram por aí a surrada cantilena, uma representação distorcida da realidade histórica bastante conveniente aos interesses daquele que se beneficiam da opressão racial e da subalternização dos negros.

À primeira vista pareciam responder ao pedido de “perdão” teatralizado pelo presidente Lula na visita ao Senegal. Mas só aparentemente. Fiquemos com João Ubaldo Ribeiro, considerado por muitos o maior escritor brasileiro vivo. Uma entrevista sua às páginas amarelas da revista “Veja” é, sem dúvida” uma mensagem propagandística de alta circulação.

Pode-se imaginar quantos educadores assinam a revista, que é a quarta ou quinta em número de exemplares, numa escala mundial. A entrevista do admirado escritor fortalece as razões pelas quais esses educadores devem continuar resistindo à implementação da Lei 10.639/2003, que introduz o ensino de história da África e cultura afro-brasileira nas escolas de primeiro e segundo grau – uma legislação criada exatamente para impedir que se perpetuem no sistema de ensino aberrações como aquelas difundidas por João Ubaldo.

A mistificação ideológica que responsabiliza os negros pela montagem do sistema escravista colonial ajusta-se dramaticamente à ilusão de brancura no plano pessoal. Na mesma entrevista, o escritor mostra-se preocupado em inventar para si mesmo uma tradição genealógica de branquidade e rechaça de forma patética a identidade negra.

O escritor é recorrente nesses delírios, agora pós-etílicos. Em 15 de outubro de 1997, ele foi entrevistado por Beth Néspoli de “O Estado de S. Paulo”. O autor acusava então o Movimento Negro de provocar a perda “do país miscigenado mais bem sucedido do mundo”. Ele estava muito abalado com o avanço da Consciência Negra, que destruíra aquilo que ele supunha, como obra ideológica, um colosso de consistência. A entrevista era a propósito do lançamento de “O Feitiço da Ilha do Pavão”, uma obra medíocre em que homens e mulheres

negras se arrastam diante dos desígnios humanizadores de heroicos personagens brancos. No capítulo dedicado ao “Quilombo”, seres corrompidos moralmente pregam o culto à pureza racial. Foi a sua resposta aos avanços da Consciência Negra.

Volta e meia ele ataca outra vez, ajudando a desmobilizar vontades, refazendo o passado de modo a bloquear ou desestimular mudanças no presente de nossas desigualdades raciais.

A edição de “Veja” com a entrevista de João Ubaldo começou a circular no mesmo domingo de maio em que Jamys Smith da Silva, 20 anos, negro, foi espancado barbaramente até a morte por dezenas de policiais da polícia Militar de Londrina.

Foi assassinado em casa, junto à família, quando comemorava seu aniversário. Os soldados destruíram o som, que os vizinhos disseram que estava muito alto, e trucidaram Jamys, sem piedade.

Os intelectuais vão às revistas e aos jornais negar a história, fazer deboche do recalcque da identidade negra e os policiais trucidam as pessoas. Cada um faz a sua parte na obra de extermínio do negro em curso no Brasil.

A Marcha Zumbi dos Palmares, de 1995, era contra o racismo, pela igualdade e a vida. Era pelo direito à vida. Dez anos depois, as ações da polícia e dos grupos de extermínio atingem o povo negro ainda com mais contundência. São jovens, sem antecedentes criminais em sua esmagadora maioria, assassinados em Londrina, em Nova Iguaçu e Queimados, em Recife e Salvador, em São Paulo, em toda parte. Situação que perdura há décadas, e se agrava, sem sensibilizar governos, partidos, intelectuais. Quantos morreram? Quantos ainda precisarão morrer para o Movimento Negro se libertar da tutela dos partidos, das igrejas e das organizações e se permitir reapropriar-se de seu papel de sujeito ativo?

A ausência de um Movimento Negro estruturado nacionalmente, com autonomia e vigor militante, que superasse as ações fragmentadas e dispersas e as cumplicidades resignadas, é a maior tragédia da história política do Brasil.

Há sinais de resposta organizada a esse quadro de violência extrema em algumas cidades. Em Salvador, o MNU, o EREgêge e outras organizações lançaram uma campanha para estimular a reação de uma população acuada pelo racismo, pelo desemprego (são cerca de 500.000 pessoas desempregadas na Grande Salvador), pela polícia e os grupos de extermínio. Estão nas ruas dizendo sem rodeios: reaja, ou você morre. Há mais notícias sobre a campanha nesta edição.

Entidades e militantes do Movimento Negro em todo o país têm sido responsáveis pelo sucesso do Ìrohìn. Agradecemos, em nome da equipe que faz o jornal, as expressões que nos

têm chegado de estímulo e reconhecimento ao esforço de tornar mais visível a luta do povo negro contra o racismo e as desigualdades raciais.

Editorial nº 11

Jun./Jul. 2005

O MOMENTO É DE AFIRMAÇÃO POLÍTICA

“Na minha geração havia uma crença de que não há um problema racial, e sim um problema social, e que se resolvêssemos o problema social nós resolveríamos o problema racial. Creio que a questão, hoje em dia, se coloca no sentido inverso.”

A frase é do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, num painel em Brasília, no dia 29 de junho. Trata-se de uma inversão que coloca em destaque a importância do racismo e das práticas de discriminação racial na estruturação das desigualdades brasileiras.

Podemos afirmar com segurança que a linha de argumentação que sustenta a inversão citada pelo ministro foi construída e disseminada pelo Movimento Negro, protagonista no processo longo e penoso que gerou esse novo enfoque, que agora alcança a consciência de representantes de primeiro plano da administração pública federal.

Mas a frase utilizada pelo ministro omite o agente. A questão se coloca, é colocada, por quem? Reconhecer a centralidade da questão racial é fundamental para o combate efetivo à pobreza e à exclusão, isto é, com consequências práticas na vida de milhões de pessoas. Mas é preciso reconhecer o protagonismo negro para além dos limites de uma ação meramente reivindicatória, se, de fato, queremos mudança.

A inversão a que se referiu Amorim permite antever um redirecionamento das políticas públicas. Mas o não reconhecimento do protagonismo negro permite, por sua vez, antecipar o quanto essas políticas podem ser adiadas, ou aplicadas de modo distorcido, desvirtuado, superficial, como mero paliativo.

É extremamente relevante o reconhecimento da importância das desigualdades raciais, mas elas são desigualdades entre pessoas e a superação do sistema que produz desigualdades tão profundas só poderá acontecer de verdade com a ampliação da participação política, do engajamento daqueles diretamente interessados na mudança do quadro injusto.

Entre nós, o reconhecimento da importância da questão racial, reconhecimento conquistado a duras penas, vem acompanhado com frequência da negação da participação política do negro como um segmento organizado e autônomo do movimento social.

De um lado, reconhecem-se as desigualdades, mas se negam as práticas racistas do cotidiano que recriam e reforçam as mesmas desigualdades. Não há, portanto, responsabilidades. De outro lado, se reconhece, tardiamente, a importância das desigualdades raciais para a manutenção da pobreza e da exclusão, mas continuamos a negar a participação política dos negros fora dos limites colocados pela tutela branca (nos partidos ou fora deles).

A ideia de reivindicarmos para que outros façam é falsa. Nada, em mais de quinhentos anos de história de opressão racial, autoriza e justifica que os negros se deixem embalar por essa ilusão. Nossas reivindicações por políticas públicas coexistem, intimamente, com nossas reivindicações por direitos políticos plenos.

Não queremos participar apenas da montagem de uma foto com o presidente da República. Repudiamos o instantâneo fotográfico de natureza populista, assim como toda subalternidade que caracteriza quase a totalidade da inserção negra institucional. Queremos aprofundar nossa experiência de luta e organização para a conquista efetiva de poder político.

A construção da Marcha Zumbi dos Palmares + 10 ocorre numa conjuntura de crise político-partidária, o que exige de nós a disposição para afirmarmos o Movimento Negro como sujeito político, que faz denúncias, que reivindica, mas que exige, por sua trajetória e essencialidade, o direito de participar das decisões que afetam a vida de todos.

Na construção da Marcha, além de elencarmos nossas reivindicações dirigidas ao Executivo e ao Congresso Nacional, devemos ser capazes de elaborar, com ampla participação, uma fala à Nação, que expresse a conquista de nossa maioria política e esteja à altura de nossa relevância histórica, social e econômica.

Queremos opinar e sugerir, queremos dirigir, decidir, queremos comando, queremos monitorar e implementar, queremos a gerência de recursos públicos, queremos o controle das riquezas que ajudamos a construir.

CONTRA O RACISMO, PELO DIREITO À VIDA

Que circunstâncias extremas vive uma população que vai à rua clamar pelo direito à vida? A reportagem do jornal “A Tarde”, de Salvador, edição de 28 de setembro, serve como exemplo para ilustrar o assassinio em massa a que está submetida a população negra no Brasil. Só em Salvador, nos primeiros oito meses de 2005, foram 631 vítimas de homicídios (negros em quase sua totalidade).

Digamos sem rodeios: o Brasil é um país que mata negros. E o faz há muitas décadas, sem que este extermínio deliberado sensibilize ninguém, nenhuma autoridade ou instância de governo, nenhum partido.

Como consentimos? De que forma o racismo conquista a nossa tolerância e nossa condescendência? Como fomos convencidos de que devemos aguardar passivamente a notícia de mais uma chacina como a que fulminou e humilhou três jovens de Recife ? (Veja reportagem nesta edição.)

Estamos fartos dessa acomodação, que é cumplicidade e colaboração com os atos de genocídio praticados escancaradamente em todo o país.

Talentos e vocações humanas, afetos, vínculos familiares, sonhos, potencialidades, possibilidades de realização – despidos, algemados, os corpos crivados de balas. Como conseguimos naturalizar isso? O racismo produz a rejeição que mata e a acomodação que consente.

“Desde que perdeu seu filho Tássio (20 anos, morto a tiros em 13 de maio, na Rua Santa Bárbara, Saramandaia) a dona de casa Grace Maria de Góes Andrade Vaz sente como se o tempo tivesse parado no dia da morte do rapaz. ‘Tem sido difícil conviver com a ideia de que meu filho foi assassinado friamente, sem que nunca tivesse envolvimento com nada errado ou entrada em delegacias, e que não tenha sido feita a justiça ainda’”.

A mãe que sofre o impacto da perda e congela a vida acaba por expressar aparentes “justificativas” para outros assassinatos que não os de seu filho. Se uma pessoa negra tiver envolvimento com tóxicos, ou fizer algo ‘errado’, estará justificadamente condenado à morte. Podemos matar Maluf pai e Maluf filho, que passaram alguns dias na cadeia? Por que não podemos? O ordenamento jurídico os protege, não é verdade? O artigo 5º (XLVII, a) da

Constituição afirma que não haverá pena de morte, salvo em caso de guerra declarada. É disso que se trata então. Uma guerra declarada contra os negros permite a aplicação da pena de morte.

Assusta a intensidade da adesão a esta guerra desumana. Quase não há testemunhos de dissensões. Prevalece o Consenso macabro, produzido pelo racismo, que nega a humanidade dos afro-brasileiros.

Só nos resta lutar, nenhuma crítica será demasiada diante de instituições políticas que aceitam o extermínio daqueles que descendem de homens e mulheres que tornaram o país possível, com seu trabalho e sacrifício extremos. A Marcha Zumbi + 10, no dia 16 de novembro, deve expressar todo o nosso repúdio à escalada genocida, à omissão dos governos e à cumplicidade quase generalizada. ‘Quero nascer, quero viver’ é um verso de Candeia. Mas não só isso. Queremos participar, atuar nos espaços onde se tomam as decisões que afetam o coletivo. Precisamos marchar pela nossa emancipação política.

Editorial nº 13

Out./Nov. 2005

RECEBE, NÃO RECEBE – ACABOU QUE RECEBEU

Quatro horas da manhã do dia 16 de novembro. Estava escuro e frio e alguns vultos de homens e mulheres curvados pregavam cruzes no gramado em frente ao ministério da Justiça. São mais de quinhentas cruzes que simbolizam as vítimas da violência contra a população negra em todo o país. Mais tarde, um banner com a frase “O Brasil é um país que mata negros”, e fotos de pessoas assassinadas, deveria ser fincado ao lado das cruzes.

Os seguranças do Senado Federal, que assistiam a tudo pelas câmeras de controle, viriam em seguida, quando o grupo se retirou, para arbitrariamente arrancar as cruzes. Foi preciso a intervenção de um senador, três horas depois, para que as cruzes retornassem ao gramado.

No início da tarde, a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e o presidente do Tribunal Superior do Trabalho – TST, Vantuil Abdala, atenderam as solicitações de audiência previamente agendadas e reafirmaram compromissos com a luta contra o racismo e as desigualdades raciais.

O ministro da Justiça respondeu a ofício protocolado há mais de 50 dias indicando um assessor sem importância ou interesse para atender a marcha. Diante do ministério da Justiça, uma enorme vaia foi o bastante para o ministro mudar de opinião. Sim, o ministro vai receber.

A presidência da República, que silenciara diante das solicitações de audiência, respondeu no calor da Marcha: tudo bem, vocês venceram, o presidente recebe no final da tarde. (Na portaria do Palácio do Planalto, à noitinha, um misto de constrangimento, porque não fazíamos parte da agenda, e orgulho, porque soubéramos impor nossa presença ali.

Foram tantos os obstáculos transpostos pelas delegações que chegaram a Brasília, que o entusiasmo e a vibração tornaram-se mais intensos, atingiram a euforia a partir dessas vitórias que saíam do chão, como disse W. Santana. Estávamos vencendo meses de calúnia e difamação, de satanização da Marcha, que, na boca de seus detratores, tinha se transformado numa iniciativa com intenções destabilizadoras, para dizer o mínimo.

A ocupação do conjunto das pistas da Esplanada, bloqueando o tráfego, criou momentos de grande tensão com o policiamento. Mas durou quinze a vinte minutos e logo se desfez sem incidentes maiores.

Durante todo o dia prevaleceu um ambiente de confraternização entre os ativistas e manifestantes em geral, conscientes da importância e grandiosidade do gesto que reafirmava a autonomia do Movimento Negro diante dos partidos e centrais sindicais da base do governo, que tudo fizeram para impedir o ato que reuniu algo em torno de 8 mil pessoas vindas de todo o país, mulheres negras em sua esmagadora maioria.

Quando uma manifestação pacífica de movimento social busca o diálogo institucional e encontra a resistência que se opôs à Marcha Zumbi + 10, o que pensar? Não é preciso ser profeta para antever dias pesados de confronto. A década que nos separa de Zumbi + 20 deverá ser palco de novas formas de acirramento do conflito racial, obrigando a uma revisão radical das práticas de Movimento Negro, que devem ganhar mais pressão e contundência. Nossa disposição: a luta.

As audiências arrancadas “na marra”, com vaias e apupos, entre alguns representantes de entidades e o ministro da Justiça, e, logo a seguir, com o presidente da República, foram acompanhadas pelo constrangido “staff” da Seppir e dois deputados do PT que mal podiam esconder também o constrangimento diante do presidente Lula, que foi advertido pelos representantes da Marcha para não errar novamente com o Estatuto da Igualdade Racial. Surpreso com a reação ao que imaginava ser consenso, de imediato, na nossa frente, o

presidente pediu aos parlamentares que providenciassem uma reunião urgente, “só com os nossos”, para discutir a tramitação do Estatuto.

O presidente comprometeu-se, também, a ler o documento da Marcha e marcar reunião de trabalho. Esperemos. Ouviu ainda as graves denúncias dos representantes dos quilombolas sobre o deslocamento forçado das comunidades de Alcântara, no Maranhão, levantou-se para buscar papel e pessoalmente anotou sugestões que envolveram o Estatuto, a Lei 10.639 e a data nacional de combate à dengue.

Depois de ouvir sobre Alcântara, o presidente virou-se para Matilde Ribeiro e perguntou de modo que todos pudessem ouvi-lo: “Que relatório é esse?” Trata-se do relatório do Grupo Executivo Interministerial, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, e que foi duramente criticado na reunião. Bem, agora o presidente já sabe.

Enquanto o governo federal não consegue definir recursos para o combate às desigualdades raciais, e reage negativamente à proposta de criação do Fundo da Igualdade Racial, os representantes da Marcha disseram ao presidente Lula, com detalhes, que ele precisaria alocar no orçamento da União, por exemplo, R\$67,2 bilhões para superar a distância que separa negros e brancos no que diz respeito a indicadores como saneamento, habitação e educação.

Para o presidente com larga história de negociação, o que resultava evidente da reunião era a falta de diálogo entre a Seppir e o Movimento Negro. A Marcha trazia críticas e propostas, buscava o diálogo. Parece que o presidente Lula entendeu o recado. Deixamos o palácio do Planalto, após duas horas de reunião, com a certeza de que havíamos conquistado uma vitória política significativa contra a inércia do governo federal.

Editorial nº 14

Dez. 2005/Jan.2006

BONO, MAIONESE E BOMBA

O irlandês Bono Vox (Paul Hewson), líder da banda de rock U2, com apresentação prevista para o dia 20 de fevereiro, em São Paulo, fez o prefácio do livro do economista Jeffrey Sachs (*O fim da pobreza – como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos*), lançado no Brasil pela Companhia das Letras, em dezembro de 2005.

Segundo Bono, Jeffrey Sachs “pode dar vida às estatísticas que, afinal, eram vidas em primeiro lugar” e “dar sentido (...) à realidade sem sentido: 15 mil africanos que morrem a cada dia de doenças evitáveis, tratáveis – aids, malária, tuberculose-, por falta de medicamentos que nós consideramos banais. Essa estatística sozinha torna ridícula a ideia a que muitos de nós nos agarramos firmemente: a ideia de igualdade. O que está acontecendo na África zomba de nossa piedade, põe em dúvida nossas preocupações e questiona nosso compromisso com todo esse conceito. Porque, se formos honestos, só podemos concluir que jamais permitiríamos que essa mortandade em massa diária acontecesse em algum outro lugar. Com certeza não na América do Norte, na Europa ou no Japão. Um continente inteiro em chamas? No fundo, se realmente aceitássemos que a vida deles – vidas africanas – é igual à nossa, estaríamos todos fazendo mais para apagar o fogo. É uma verdade incômoda”.

Bono está falando de racismo. A verdade inconveniente, importuna, que causa mal-estar, constrange e aborrece – os racistas. Bono está falando da hierarquização do humano que construiu os argumentos a favor da escravidão, do colonialismo, das diferenças raciais, do genocídio.

Os jornais anunciam que Bono será recebido pelo presidente Lula, que acaba de chegar da África, e depois Bono seguirá para o carnaval da Bahia, com o ministro Gilberto Gil, que lhe ministrará aulas de mestiçagem nos camarotes brancos – grande convés, Gil talvez lhe diga, que avançará sobre o mar de mulatos e caboclos em festa permanente. Alguma coisa assim.

Como Lula acabou de chegar da África, a conversa poderá derivar para as “vidas africanas” que também morrem de doenças tratáveis e evitáveis no Brasil, cujo arranjo estrutural de desigualdades extremas foi desenhado por aquela mesma “verdade incômoda”.

É provável que Bono não tenha acesso à propaganda da agência Olgivy para a maionese Hellmann’s, brasileiros negros representando canibais africanos e sendo reeducados em seus hábitos selvagens pelo branco civilizado. A mensagem é transparente: esses negros selvagens têm que evoluir, deixar de comer mocotó e aderir ao alface com maionese.

A publicidade é parte dos meios utilizados amplamente no Brasil para consagrar as hierarquias estabelecidas por aquela “verdade incômoda”. Você leitor(a) verá nesta edição do *Ìrohìn* que, respondendo a uma demanda do Ministério Público do Trabalho, a sentença de um juiz projeta a “evolução da raça” como o caminho mais seguro para garantir o acesso dos negros ao quadro de funcionário dos bancos.

Uma receita da evolução já conhecemos: gema de ovo batida com óleo vegetal, tempero a gosto. Maionese desenvolve a capacidade craniana. Com a nossa capacidade craniana igualada aos europeus e seus descendentes, conseguiremos bons empregos nos bancos.

Essa representação do humano acolhida na publicidade e na sentença judicial poderia sugerir a Bono a verdade de que compartilhamos o mesmo contexto cultural que ceifa as vidas africanas, na África e fora dela, influenciado pelas mesmas ideias de superioridade racial desenvolvidas nos séculos XVIII e XIX e que resistem intactas no início do século XXI.

As nossas estatísticas também tornam ridícula a ideia de igualdade. Quantos adolescentes e rapazes negros foram assassinados em 2005, Ano de Promoção da Igualdade Racial? O determinismo biológico, a noção de que os negros são intrinsecamente inferiores e associados naturalmente à criminalidade e à violência, impede que a luta contra o racismo seja prioridade nas pautas de políticas de segurança (se elas existissem, é claro).

O último disco premiado do U2 é *HowtoDismantleanAtomicBomb* (Como desativar uma bomba atômica). Para Florestan Fernandes, em tese feita para o Congresso do Partido dos Trabalhadores de 1990 (já comentei em artigo: “O desafio de controlar a própria explosão”, Brasília, 2001), o potencial da questão racial para a mudança da ordem no Brasil equivaleria ao de um arsenal nuclear. Mais sensível para o tema do que a quase totalidade dos políticos brasileiros, Bono no Planalto ou na Granja do Torto pode, quem sabe, conseguir com o rock o que Florestan não conseguiu com o samba no Congresso do PT e convencer o presidente de que a desativação da “bomba” passa necessariamente pelo reconhecimento pleno dos direitos econômicos, políticos, sociais e culturais das “vidas africanas” no Brasil.

Editorial nº 15

Fev.2006/Mar. 2006

RELATÓRIO DE DOUDOU DIÈNE TERÁ ALGUM IMPACTO NO SISTEMA ONU NO BRASIL?

Em outubro do ano passado, pouco antes de seguir para Nova Iorque, Carlos Lopes, representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil, disse em entrevista que o país precisava enfrentar alguns problemas estruturais, caso desejasse melhorar seus indicadores sociais e econômicos, e citou o racismo como “um dos grandes problemas estruturais difíceis de ultrapassar” (O Globo, edição de 10.10.2005, Cad. de Economia, p. 14).

Respondendo a uma pergunta da jornalista Eliane Oliveira – “Como o racismo se manifesta no Brasil?” – o então representante do PNUD disse que “Quando se analisa a distribuição de recursos em termos raciais, desde que as estatísticas permitam essa desagregação, chega-se facilmente à conclusão de que há uma diferença entre brancos e negros. Se há melhora social, a situação dos brancos melhora mais. Quanto menos negros você tem em determinada zona, melhores os indicadores”.

No mesmo mês de outubro, estava percorrendo o país, em missão institucional, o senegalês DoudouDiène, relator especial das Nações Unidas sobre formas contemporâneas de racismo e discriminação racial. DoudouDiène, dez anos depois, seguia os passos de Maurice GlèlèAhanhanzo, relator especial das Nações Unidas para o mesmo tema, que visitou o Brasil em 1995, com os mesmos encargos institucionais.

Em seu relatório, parcialmente transcrito nesta edição do *Ìròhìn*, Diène afirma que “toda a sociedade está organizada a partir de uma perspectiva racista: os negros são excluídos de todos os setores da sociedade e confinados aos trabalhos difíceis, com baixos salários, e seus direitos básicos, incluindo o direito à vida, sendo violados”.

“Viajar pelo país é como mover-se entre dois planetas”, disse ainda o relator da ONU. Ahanhanzo, Carlos Lopes, DoudouDiène – inequivocamente a ONU está bem informada sobre o Brasil. Podemos até imaginar que, com tanta informação, os 800 milhões de dólares que o PNUD dispõe no Brasil para financiar programas e projetos (a maior parte é dinheiro do próprio governo brasileiro, a parte da ONU é ínfima, inferior às parcelas advindas dos bancos de desenvolvimento) serão prioritariamente direcionados para a superação do “racismo estrutural”. Sugerimos a LucienMuñoz, atual representante do PNUD, uma exigência do tipo: ou o projeto diz seu impacto sobre as desigualdades raciais, ou não tem dinheiro.

É certo que um problema estrutural identificado “facilmente”, como disse Carlos Lopes pouco antes de deixar o cargo, e sobre o qual se acumulam relatórios, diagnósticos e recomendações, está exigindo uma ação mais contundente das Nações Unidas, dentro e fora do Brasil. Acrescente-se que a informalidade, indicada também por Carlos Lopes como um outro grande problema estrutural, tem uma de suas origens, segundo Mário Theodoro, na existência de uma extrema desigualdade social, onde o racismo joga papel fundamental. Assim, o racismo não é mais um fator estrutural. Ele é o fator preponderante na estruturação das desigualdades no Brasil.

Queremos não só redirecionar os 800 milhões de dólares (já dava um caldo, é certo), mas queremos uma campanha que mobilize a solidariedade internacional e pressione o Estado

brasileiro (qualquer que seja o governo de plantão). Recomendações de relatórios são importantes, mas serão tratadas, ao que tudo indica, do mesmo modo que as decisões de Durban. Afinal, o que tem no relatório de DoudouDiène que não tenha sido apontado pelas entidades negras nos últimos cinquenta anos? A propósito, as entidades que lutam praticamente sozinhas no Brasil, negadas e vilipendiadas pela direita e pela esquerda, também precisam de apoio efetivo e não apenas migalhas para eventos de muita falação e pouco resultados.

O “racismo estrutural” compreende as formas de racismo e discriminação racial institucionalizadas, intrínsecas ao funcionamento das instituições sociais e econômicas. Carlos Lopes estava certo no seu diagnóstico de despedida, mas o PNUD está devendo, no compromisso decidido de contribuir, com os recursos de que dispõe, para a superação do quadro adverso para os negros. O tempo da falação sobre racismo acabou. O relatório de DoudouDiène deve ser lido, pois, com atenção também nos escritórios do sistema ONU no Brasil e queremos sentir seus efeitos, digamos assim, na intensificação de práticas efetivas.

Editorial nº 16

Abr. 2006/Mai. 2006

LEMBO INCULPA, SINHÁ MOÇA ABSOLVE E NÓS COLABORAMOS

O governador de São Paulo, Cláudio Lembo, no dia 18 de maio, deu à “Folha” uma declaração estrondosa. Disse numa entrevista à jornalista Mônica Bergamo que para haver mudança no quadro de miséria e desigualdade, precisa haver uma mudança de mentalidade no “cerne”, ou seja, na parte central ou essencial, “da minoria branca muito perversa” que comanda o país.

A entrevista de Cláudio Lembo foi recebida com fingido espanto e logo desqualificada como “sociologia do hip hop”, ou “letra de rap”, alusões feitas em editorial da própria “Folha de S. Paulo” e na revista “Veja”, significando, obviamente, tratar-se de um comentário digno de um negro de periferia. Logo passou a “burro”, de forma explícita, na versão mais crua de Antônio Carlos Magalhães.

A trajetória política e pessoal de Cláudio Lembo, desenvolvida no campo da representação política e da prestação de serviços jurídicos à “burguesia muito má”, a que ele se referiu em sua entrevista, só aumenta o valor de suas palavras. Ninguém duvida que ele conheça o “cerne”, as entranhas, os intestinos do poder.

Dando substância estatística à avaliação de Lembo, o Instituto Ethos e o Ibope, associados à Fundação Getúlio Vargas, ao Ipea, à OIT e ao Unifem, divulgaram no mês de maio o “Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil”, constatando que a participação dos negros decresce quanto mais alto é o nível hierárquico nas principais empresas que operam no país.

Se, como disse Bobbio, “o poder se esconde porque se sente tanto mais forte quanto mais secreto”, Lembo, com sua declaração, que teve a visibilidade de manchete principal da “Folha”, prestou um enorme desserviço aos de sua classe, que escondem, a sete chaves, a natureza da opressão racial. Acredito mesmo que ACM disse que ele tinha “cara de burro” porque Lembo atirou, afinal de contas, no próprio pé.

Esse aparente paradoxo, um membro de uma classe vir a público revelar o que não pode ser revelado porque enfraquece o poder de sua própria classe, talvez encontre explicação na própria entrevista da “Folha”. A jornalista Mônica Bergamo começou a entrevista com o governador de São Paulo falando da matança ocorrida na madrugada do dia 16 de maio. Há evidências de chacinas realizadas por policiais e grupos de extermínio vinculados ao Estado. A dimensão da opressão racial extrema (jovens, em sua maioria negros, executados covardemente por funcionários a serviço do Estado) era visível nas fotos das pessoas mortas com tiros na cabeça no Instituto Médico Legal. Lembo não tem respostas, negaceia, foge. Na fuga, o rabo ficou de fora.

Mas, ao menos por um dia, o poder branco ficou menos potente, porque se deixou entrever na fala do governador tremebundo e na manchete do jornal arrogante. Acuado, Lembo revelou e acusou, mas sosseguem, em contrapartida, Sinhá Moça absolve e esconde todos os dias.

Não sei se o leitor teve a oportunidade de consultar o livro de Maria Dezonne Pacheco Fernandes, que tem servido de inspiração a roteiros no cinema e na televisão, desde meados do século passado. No último capítulo do livro, Rodolfo e Sinhá-Moça, casados, são os pais de Maria Camila, que tem seis anos. Permitam-me descrever a cena final. Justino, escravo velho e doente, vai diariamente visitar seus antigos senhores. A garotinha é surpreendida pela mãe quando enxugava as lágrimas do escravo. Rodolfo, o pai, chega eufórico e anuncia a abolição em Araruna. Justino, que na realidade agoniza, dá vivas à liberdade e pede a Nosso Senhor que abençoe os brancos que redimiram os escravos. Faz esse último pedido e morre.

Rodolfo diz ainda a Sinhá-Moça que a abolição dos escravos se deve “exclusivamente” a idealistas como ela. Os três se retiram deixando o morto: “Devagarinho, minha filha, para não

acordar Pai Justino...”. Termina assim o livro. A abolição coincide muito justamente com a morte do escravo. Seu último suspiro é o agradecimento pelo gesto de bondade extrema dos brancos, que, vivos e felizes, seguem em direção ao porvir, ao futuro. Os brancos generosos livraram-se da escravidão e dos negros. Essa raiz de prodigalidade e desprendimento deu os frutos perversos apontados por Lembo. Quem diria, não é mesmo?

No filme da Vera Cruz de 1953, a velha Bá, representada na versão atual televisiva por Zezé Mota, era Virgínia Camargo, a velha mucama da própria autora, acreditem. Os maldosos podem dizer que aqueles que representam ainda esses mesmos papéis no século XXI, são, de algum modo, mucamos de alguém. E não deixam de ter razão. Numa cena da cozinha da casa grande, Sinhá Moça (Débora Falabella) argumenta enfaticamente com a mãe, D. Cândida (Patrícia Pillar), que os escravos “são seres humanos como nós”. A poucos passos das duas, a velha Bá (Zezé Mota), diz não entender o que elas falam e que o coronel Ferreira, marido de Cândida, não ia gostar nem um pouco daquela conversa.

Os negros não participam, não entendem uma conversa em que se discute a sua própria humanidade, afirmada por terceiros. Os ombros caídos, a fala trôpega exaltando a todo momento a “bondade da princesa”. Em resumo, “novela histórica” na televisão brasileira é sinônimo de desqualificação e aviltamento do negro. E seu alvo é, obviamente, o presente e não o passado. O que leva um elenco de atores talentosos a aceitar esses papéis degradantes? E não são apenas os atores. Entre os diretores de Sinhá Moça está Luiz Antônio Pilar, também negro.

É possível dizer que o racismo da televisão reserva aos negros um modo de inclusão que avilta sua dignidade humana: só há lugar para o estereótipo do negro sorridente e submisso. Certo. Mas há um grande esforço (e um grande sentimento de dignidade) sendo desenvolvido e reafirmado em todo o país por diversos grupos de teatro, numa direção oposta, evitando negociar com a opressão racial. É esse o caminho.

Editorial nº 17

Jun. 2006/Jul. 2006

RACISMO, AGENDA LEGISLATIVA E SANGUESSUGAS

O tema “políticas públicas para os negros” está vivo na campanha eleitoral, é (finalmente) parte da agenda política do país. De forma crescente há um debate nacional, aguçado tanto pela agenda legislativa, que inclui o projeto de cotas nas universidades públicas

e dois projetos de Estatuto da Igualdade Racial, quanto pelas experiências em andamento em diversas instituições de ensino e, mais incipiente ainda, no mercado de trabalho.

Há vinte anos, faleceu em Salvador, no dia 13 de agosto de 1986, Mãe Menininha do Gantois. No dia 17 de agosto, o jornal “O Estado de S. Paulo”, impressionado com a presença de milhares de pessoas no enterro de Mãe Menininha, desfechou violento editorial, afirmando sem rodeios que “A importância exagerada dada a uma sacerdotisa de cultos afro-brasileiros é a evidência mais chocante de que não basta ao Brasil ser catalogado como a oitava economia do mundo, se o País ainda está preso a hábitos culturais arraigadamente tribais”. E acrescentou:

“Na era do chip, no tempo da desenfreada competição tecnológica, no momento em que a tecnologia desenvolvida pelo homem torna a competição de mercados uma guerra sem quartel pelas inteligências mais argutas e pelas competências mais especializadas, o Brasil, infelizmente, exhibe a face tosca de limitações inatas, muito dificilmente corrigíveis por processos normais de educação em curto prazo. Enquanto lá fora o mundo desperta para o futuro, continuamos aqui presos a conceitos culturais que datam de antes da existência da civilização.”

Estávamos então na campanha eleitoral para a Constituinte, que, entre outros avanços, criminalizou práticas racistas como a do editorialista do “Estadão”. Mas que ninguém se iluda.

O racismo é a camada resistente que serve de base hoje aos apelos hipócritas em defesa da igualdade jurídica e outras pérolas daqueles que, diante do ativismo intenso e dos avanços da consciência social, tentam disfarçar sua visão eurocêntrica da história.

Os negros, nessa visão, por mais que as instituições de ensino, que já adotam algum tipo de ação afirmativa, divulguem avaliações positivas de seu desempenho, permanecem na mídia como uma ameaça ao mérito acadêmico.

Uma cena inesquecível me ocorreu agora: trata-se do filme “Prova de Fogo” (*The TuskegeeAirmen*, EUA, 1995), dirigido por Robert Markowitz. Pilotos negros norte-americanos, em aviões de combate, derrotam caças alemães que atacavam um bombardeiro dos EUA. Em terra, dois oficiais brancos que estavam no bombardeiro procuram os pilotos para agradecerem o fato incontestável: aqueles pilotos, com habilidade e destemor, tinham lhes salvado as vidas. No acampamento segregado, descobrem, surpresos, que os pilotos eram negros. Um oficial branco diz o seguinte: “Não, não foram eles. Eu sou do Sul e conheço essa gente. Negros não pilotam aviões”.

Entre o fato (a circunstância material, em que havia real perigo de vida) e a representação construída pelo racismo, que reafirma as “limitações inatas” dos negros, o oficial

branco ficou com a representação racista. Os editorialistas dos grandes jornais brasileiros fazem idêntica opção quando recusam as avaliações positivas de desempenho acadêmico dos cotistas e insistem na defesa do “mérito”.

Marcelo Beraba, ombudsman da “Folha de S. Paulo”, com mais realismo, recomendou ao pessoal da Redação que se preparasse melhor, com discussões internas, para enfrentar a cobertura eleitoral, “que terá de tratar, entre outros assuntos complexos, (...) do Estatuto da Igualdade Racial” (FSP, edição de 16/07/2006).

Enquanto os jornalistas se preparam, os negros ocupam-se em defender, por todos os meios, uma agenda legislativa que está hibernando no Congresso. Com uma população estimada em 90 milhões de pessoas, temos que conseguir eleger candidatos que se comprometam, de fato, com nossas reivindicações. Na esteira da crítica ao Congresso desmoralizado por sanguessugas e mensaleiros, vai-se insinuando, matreiramente, a exigência de construção de “uma agenda para reverter a devastação na credibilidade do Congresso nacional”. Os defensores dessa proposta, fique isso bem claro, são contra o Estatuto.

Para nosso infortúnio, neste momento decisivo, as acusações envolvendo no esquema dos sanguessugas os deputados Reginaldo Germano (PP-BA) e João Grandão (PT-MS), respectivamente, relator de um dos projetos de Estatuto da Igualdade Racial, e presidente do Núcleo de Parlamentares Negros, desnudam a fragilidade da representação negra no Parlamento.

No dia 04 de julho, o deputado Reginaldo Germano, por exemplo, fez um pronunciamento no Plenário da Câmara, no qual cumprimentou prefeitos de municípios baianos, elogiou os caboclos do Dois de Julho, referiu-se ao Estatuto da Igualdade Racial e, no finalzinho, prometeu retornar à tribuna para pôr em “pratos limpos” a questão das ambulâncias.

Pois é, deputado (vale o mesmo para o deputado João Grandão), faça isso rápido. O bicho vai pegar na campanha.

A GANGORRA DA RAÇA E O PROCESSO ELEITORAL

Parece uma gangorra: raça some, raça aparece. Num momento é menos que uma quimera, no outro é fator decisivo, o divisor de águas. A questão racial é mesmo um tema difícil de esconder. Negada e vilipendiada, eis que ressurgiu sempre com mais força.

Na hipótese de haver debate na campanha eleitoral, previa-se que sua presença na disputa talvez se restringisse incidentalmente ao tema das cotas na educação superior. No Distrito Federal, onde a Câmara Distrital aprovou uma versão mais mitigada do Estatuto da Igualdade Racial, não houve durante a campanha nenhum candidato, majoritário ou não, que se permitisse mesmo uma alusão eventual que sinalizasse disposição de fazer cumprir a legislação aprovada e logo engavetada. Isto numa região em que os negros são mais de 46% da população.

As pesquisas divulgadas por dois jornalões paulistas, que atuam numa linha de complementação mútua, impulsionaram para o alto a gangorra da raça. Pouco antes do primeiro turno, o jornal “O Estado de S. Paulo” divulgou dados de pesquisa encomendada ao Ibope, segundo a qual negros e nordestinos seriam mais tolerantes com a corrupção do que brancos do Sul e Sudeste (edição de 25.09.2006, p. A6). Comentei no site do Ìrohìn que a pesquisa parecia se apoiar nas ideias de Oliveira Viana, autor de “Populações Meridionais do Brasil”, cujos delírios racistas tinham criado uma aristocracia “da mais pura cepa ariana” para colocar na gênese da elite paulista. Segundo a pesquisa do Estadão, esses elementos arianos e aristocráticos comporiam uma espécie de “escol da sociedade”, branca, avessa à corrupção, eleitores de Geraldo Alckmin.

Logo após o primeiro turno, a “Folha de S. Paulo” (edição de 08.10.2006) divulgou pesquisa do Instituto Datafolha sobre o perfil do eleitorado de Lula e Alckmin. No que diz respeito à cor e à renda familiar, Lula teria a preferência entre os que têm renda familiar de até dois salários mínimos e entre os pretos e pardos. Alckmin teria a preferência dos eleitores com renda acima de 10 salários mínimos e brancos.

Ouvido sobre o resultado da pesquisa do Datafolha, o antropólogo Otávio Velho, professor do Museu Nacional da UFRJ, disse que “Havia uma ideologia muito forte da unidade nacional que pressupunha uma grande harmonia. Entre as classes, mas também entre os grupos étnicos. Essa forma de autoidentificação do brasileiro está ruindo”.

Está desabando lentamente, há pelo menos uns trinta anos. Os jornais que gastam editoriais negando a existência da “raça” e contraditoriamente idealizam a miscigenação, índice biológico e cultural da convivência harmônica dos brasileiros, abrem espaço na campanha à presidência da República para a divisão racial da população e, ao mesmo tempo, propagam os valores mais caros da ideologia racista, a saber: a cor da pele e a região são determinantes para fixar critérios de avaliação do ser humano – valores culturais, inteligência, etc. Sendo assim, segundo a doutrina do Estadão/Ibope, a polarização eleitoral entre a Bahia (com Lula) e São Paulo (com Alckmin) se explicaria por um fenômeno conhecido como “degeneração racial”.

O fato é que, em certas circunstâncias, lendo a Folha e o Estadão, você aprende não só que existem raças, mas também que elas se subdividem em raças superiores e inferiores. Os inferiores votam no Lula. A utilização do conceito de raça na conjuntura eleitoral talvez sirva para acentuar uma caracterização de inferioridade do candidato Lula. Ele precisa ser caracterizado, na visão desses formadores de opinião pró-Alckmin, como o candidato dos eleitores desqualificados. (Do tipo assim: vejam quem vota nele...)

Simultaneamente, nos tópicos em que o destaque de cor/raça implica um reforço ostensivo às reivindicações por políticas específicas, a variável desaparece, a gangorra é impulsionada para baixo. Dois exemplos do período: a pesquisa do IBGE sobre mulheres que chefiam famílias foi divulgada pela “Folha de S. Paulo” sem o recorte racial (veja artigo na página 3); e no “Jornal nacional” da rede Globo que foi ao ar em 05.10.2006, o cardiologista Evandro Mesquita disse não acreditar numa prática clínica que leve em conta a cor da pele, “simplesmente porque raça não existe”.

O balanço da gangorra é indicativo de acentuada manipulação, que se beneficia de nossas debilidades organizativas e de nossa inconsistente mediação institucional. O resultado eleitoral de candidatos negros de algum modo vinculados à luta contra o racismo, salvo exceções, demonstra que ainda estamos submetidos à poderosa tendência controladora e homogeneizadora dos partidos (dos frangalhos de partidos, melhor dizendo), que só quando lhes convém reconhecem muito vagamente a existência do Movimento Negro. E dão a medida ainda, obviamente, de nossa distância da massa negra.

Mas a pesquisa da Folha levanta também, a meu ver, outras questões. O apoio da população negra à candidatura Lula é apenas uma resposta às incipientes políticas sociais de seu governo? Não será também uma expressão de resistência à dominação que poderá, só ela, imprimir um ritmo novo às políticas contra o racismo e pela superação das desigualdades raciais, que são até aqui pouco mais que retórica?

Se o poder do Estado no Brasil sempre se assentou nas desigualdades raciais, pode-se subestimar o alcance político da concentração do voto negro na candidatura Lula? O apoio da massa negra tanto tem implicações insondáveis, que apavora até mesmo seus beneficiários mais imediatos – não foi por puro medo que se inseriram as referências a Gilberto Freire no último programa do segundo turno?

A gangorra da raça encontra na articulação política, inusitada, com o processo de escolha do presidente da República uma real dimensão de massa, que se debate numa zona indistinta de subcidadania e motiva-se para participar do processo decisório. Há potencial aí pra transformar a questão racial no grande desafio do pacto que venha a se rearticular no interior do Estado, num segundo governo Lula.

Editorial nº 19

Fev. 2007/Mar. 2007

CÊVÊ TUDO AO CONTRÁRIO

Na canção “O Herói”, de seu novo disco **Cê**, Caetano Veloso retoma o principal argumento do manifesto contra as cotas, que leva também sua assinatura. O argumento quer nos convencer de que por imitação de outra realidade (o comparante é sempre os Estados Unidos), os negros brasileiros dedicam-se a estimular e promover o ódio racial.

O argumento não é original, nem na canção nem no manifesto, e apenas atualiza velhos estigmas que nos acompanham desde tempos coloniais: raça inferior, intelectual e moralmente, criminosos em potencial e avessos ao progresso e à civilização.

A um só tempo, os adversários das políticas públicas voltadas para a população negra declaram seu “horror” às desigualdades e nos acusam de cometer um “equivoco elementar”: a importação arbitrária de traços muito particulares dos EUA. E, por esta via, da importação inadequada de singularidades repulsivas, estaríamos insuflando o ódio racial numa sociedade, como disse o ministro Gil em sua posse em 2003, “de caráter essencialmente mestiço e sincrético”.

Na letra da canção “O Herói”, a primeira opção do favelado, o caminho inicial que ele descortina é “fomentar aqui o ódio racial/a separação nítida das raças”. Em sua odi(o)sséia, nosso herói mulato quer ser tudo o que ele não é: “quero ser negro 100%, americano,/sul-

africano, tudo menos o santo/que a brisa do brasil briga e balança” (É preciso fingir aqui que não sabemos ser a favela uma demarcação com rígido recorte racial, certo?).

Mas o resultado da autoconstrução odiosa é, finalmente, repudiado pelo nosso herói, que não se reconhece nessa indumentária postiça, que lhe subtraiu a boa índole sincrética, e, numa daquelas metamorfoses dignas de Macunaíma, decide-se em grande êxtase por assumir o peso da tradição ideológica. Transformado quase em camelo nietzschiano, sai gemendo sua dor, queixando-se a Deus: “eu sou o homem cordial/que vim para instaurar a democracia racial/eu sou o herói/só deus e eu sabemos como dói”.

É fundamental não perder de vista que a acusação repetida, que nos atribui o “ódio racial”, se faz contra um pano de fundo do qual se destacam o protesto negro e a luta pelo acesso a recursos públicos e políticas públicas que conduzam à superação das desigualdades raciais. Como encobrir essa orientação conservadora? Vejam bem, trata-se de negar uma afirmação – a da existência do racismo, da opressão racial e de práticas de discriminação racial –, que desnuda os privilégios da cidadania usufruídos pelos brancos. A negação de Caetano, Kamel e outros só poderia tomar mesmo um caminho: descolar-se do real, a que opõem a sublimação de nossas relações raciais, idealizadas em sua máxima potência de quase delírio, a ocultação ou a distorção de fatos objetivos e a projeção de todo o mal nos Estados Unidos. Estranhamente, porém, nosso ódio produz quase que exclusivamente vítimas negras, aos borbotões.

Na polêmica sobre o “apartheid” do carnaval baiano, levantada mais uma vez por Carlinhos Brown, Caetano usou os mesmos argumentos presentes na canção “O Herói” para desqualificar as críticas de Brown, associando-as a sugestões de subalternidade intelectual e desvios patológicos. O debate sobre segregação é recorrente no carnaval baiano, instigado por camarotes, cordas e muita porrada nos negros. Os blocos afros e afoxés são também marginais nos circuitos. Quem brilha nos horários de visibilidade televisiva e grande afluência de público são, como se sabe, aqueles aquinhoados, ano após ano, com os convênios da Bahiatursa, sem que se esclareçam os critérios estabelecidos para premiar entidades carnavalescas inadimplentes. Ao longo dos últimos anos não foram poucas as auditorias de técnicos do Tribunal de Contas do Estado engavetadas por conselheiros subservientes. Os privilégios racistas, profundamente enraizados em nossa sociedade, abarcam as instituições, as estruturas de saber e poder, e o carnaval não fica de fora (ver Immanuel Wallerstein. *O albatroz racista*, p. 37).

Na canção “O Estrangeiro”, do disco de 1989, Caetano escreveu os versos: “O macho adulto branco sempre no comando/(...)Riscar os índios, nada esperar dos pretos”. Não esperar

e não aceitar sequer que possam expressar sua própria experiência, como o fez Carlinhos Brown e o fizeram muitos representantes de blocos e entidades do Movimento Negro na Bahia. Uma experiência que afeta a vida de milhões de pessoas, e não só na Bahia, de modo essencialmente dilacerador. E uma experiência que pode ser compartilhada sem demérito. Por que não podemos aprender com Spike Lee? A proibição de que os negros brasileiros possam se debruçar sobre a realidade da Diáspora, sob o pretexto de uma singularidade extrema de nossas relações raciais, soa ridícula mas não inocente.

Caetano Veloso esteve preso em um subúrbio do Rio de Janeiro, durante a ditadura militar. E fez em seu livro “Vereda Tropical” um relato da experiência da tortura de presos comuns que seus ouvidos testemunharam (“gritos horrendos”). “De fato, desde essa experiência na PE da Vila Militar, passei a ter uma ideia diferente da sociedade brasileira, a ter uma medida da exclusão dos pobres e dos descendentes de africanos que a mera estatística nunca me daria.” (p.379)

Os tais “gritos horrendos” configuram uma experiência real, autêntica, legítima – dos ouvidos e da sensibilidade de Caetano. Mas não pode ser utilizada pelos negros, que a vivenciam no pau-de-arara, como referência concreta para definir seu real “status” na sociedade brasileira. Nossas experiências servem aos outros, mas não servem a nós.

Editorial nº 20

Jun. 2007/Jul. 2007

PROFETAS DO TERROR E A DISTORÇÃO DA HISTÓRIA

“O passado nunca está morto, ele nem mesmo passou”, disse Wiliam Faulkner, e no mês de maio pudemos comprovar o acerto da feliz expressão do laureado romancista norte-americano.

Os principais veículos da grande mídia, de forma articulada, descarregaram suas baterias no mês de maio com tal intensidade que me fizeram evocar as “profecias de terror” com que os escravistas resistiram aos abolicionistas no século XIX, segundo relato de José do Patrocínio e outros.

Já não se fala, como no passado, em aniquilamento da colheita, em retração do capital e diminuição da renda. Os profetas do terror contemporâneo se dizem acuados por fantásticas falanges negras neonazistas que disseminam o racismo e ameaçam botar fogo no inestimável

patrimônio do Grande País Miscigenado, ameaçando o mérito e a qualidade do ensino superior e jogando no mercado profissionais despreparados.

Temos poucos meios de reação e de defesa contra uma avalanche desse porte, que envolve veículos poderosos e se dissemina em rede nacional, repontando ainda aqui e ali em um vasto subconjunto de meios de comunicação subordinados, auxiliares e complementares.

Vejam a pérola que encontrei num veículo dessas redes subsidiárias. Trata-se da Revista de História da Biblioteca Nacional (Ano 2, nº 20, maio de 2007, p.88), que circula em todas as bancas do país. Sob o título “Negros colonizadores”, uma pequena nota interroga os leitores: “A colonização europeia do Brasil foi obra exclusiva dos brancos, certo? Errado – pelo menos segundo Gilberto Freyre. O sociólogo relatou o caso de negros que fugiram para as matas no século XVIII, passaram a roubar mulheres indígenas de suas tribos e com elas tiveram filhos. Uma expedição enviada para dispersá-los encontrou uma situação inusitada: ex-escravos dirigindo uma grande população de cafuzos, com plantações, criação de animais e fabricação de tecidos.(...) Prova de que a nossa história não é feita de mocinhos e bandidos”.

Não duvide o (a) leitor (a) do Ìrohìn, a intenção da Revista de História da Biblioteca Nacional foi mesmo a de demonstrar, com a evidência de ‘provas’, que os negros também participaram da ‘colonização europeia’. Um caso contado por Gilberto Freyre, sim senhor. Um caso reproduzido assim, displicentemente, pela publicação da prestigiosa Biblioteca Nacional. Displicentemente, porque não se alude à obra, não existe referência de lugar, não se avalia a importância do empreendimento ‘colonial’ negro para o conjunto do sistema colonial português. Um fiapo de contraditório, porém, se insinua na qualificação da situação como ‘inusitada’. Que significa, afinal, que o ‘caso’ relatado não era corrente e fugia a padrões costumeiros.

O fato é que, durante o mês de maio, aqueles que contra-argumentam afirmando a impossibilidade de se reconhecer quem é negro hoje na sociedade brasileira, para fins de implementação de políticas públicas, fique isso bem claro, ampliaram, digamos assim, os limites de sua cegueira, intensificando esforços para empreender uma ‘radical’ revisão historiográfica que pudesse colocar de ponta-cabeça o tráfico negreiro, a exploração escravista colonial e a gênese do capital industrial.

O quadro resultou assim: (1) os negros foram os principais responsáveis pelo tráfico de escravos; (2) os negros foram senhores de escravos no Brasil; (3) sem uma série histórica delimitada nitidamente pela linha de cor, não se justificam reparações, nem políticas públicas focalizadas; e, finalmente, (4) com as ações afirmativas, os negros disseminam racismo e

querem, na visão de uns, reconstruir Auschwitz, e, na visão de outros, implantar o regime de **apartheid**.

Todos os ideólogos mobilizados em maio alisaram o banco da ciência, como dizia minha mãe. Mas nenhum estava preocupado com a exatidão de fatos históricos. O rodapé de seus artigos, pelos vínculos que anunciam com despudor, comprometem sem dúvida as mais prestigiosas instituições de ensino e pesquisa do país. Trata-se de uma campanha difamatória e reacionária que quer ‘explicar’ aos contemporâneos, pela deformação do passado, as razões pelas quais os negros não devem ser beneficiados por políticas públicas.

Nesse ritmo de sinfonia amalucada, podemos esperar para breve o anúncio do resultado de rigorosas pesquisas, desenvolvidas na região de Campos, no estado do Rio de Janeiro, que comprovarão a existência de uma enorme fazenda de café, propriedade de um senhor negro impiedoso que explorava um plantel numeroso de escravos brancos, derrubando assim de uma vez por todas a outrora rígida linha de cor da escravidão brasileira.

Diante das reivindicações negras, a resposta da elite branca desnudou, no mês de maio, o enorme recuo dos ‘padrões de objetividade’ das ciências sociais no Brasil. Nenhum crédito pode ser dado à pesquisa e opinião de historiadores, sociólogos e antropólogos cuja avaliação ‘crítica’ mantém-se dentro dos limites ideológicos definidos com rigor pelo “Jornal Nacional”.

Para finalizar, saudemos as boas notícias que nos chegam da Alemanha! Circula na Internet a informação de que foi finalmente concluído o pagamento da reparação devida às pessoas submetidas a trabalho escravo na Alemanha, durante a Segunda Guerra. Estado e empresas, que se beneficiaram da exploração dos trabalhadores escravizados, assumiram o pagamento das indenizações, milhões de euros. A notícia teve pouca ou nenhuma circulação nos jornais brasileiros, pela simples razão de que não se fala de corda em casa de enforcado.

Editorial nº 21

Dez. 2007/Jan.2008

HISTÓRIA: PREPARE-SE PARA O EMBATE OU ENGULA O SAPO

O historiador Flávio Gomes comenta que Palmares como sociedade multiétnica é uma invenção e uma extrapolação sem apoio em pesquisas documentais (ver *Palmares* Editora Contexto, 2005, pp.59-60). Sem negar a possibilidade de contatos de palmaristas/palmarinos

com outros grupos, o historiador afirma que “Até hoje as evidências apontam que prevaleciam em Palmares os africanos fugidos e seus descendentes”.

É verdade que não sabemos até quando. Há convicções e motivações ideológicas dispostas a mandar às favas as evidências documentais e transformar Palmares numa proto-versão do paraíso racial. Parodiando os versos de Jorge Ben, Zumbi é senhor das guerras/Senhor das demandas/Mas quando Zumbi chega/D. Maria é quem manda.

D. Maria, dita “esposa” de Zumbi, rainha de Palmares, é criação de Ruy Jobim Neto, autor do texto e das ilustrações de “Zumbi”, da Bentivegna Editora Ltda., de São Paulo [www.bentivegna.com.br e tel.: (11)33411477]. É material destinado ao público infantil, de venda casada com cartilha da Coleção Atividade Brincar. Adquirimos, por R\$9,90, um exemplar no Supermercado Extra localizado próximo à sede do Ìròhìn, no final da Av. W3 Norte, Brasília-DF, em 26.11.2007.

Ruy Jobim Neto escreveu que “Zumbi está hoje no coração e nas mentes de todo o povo brasileiro. Se hoje nossas crianças brincam juntas e livres, tiveram mesmo sem saber neste grande herói uma fonte inspiradora, um exemplo a ser seguido, repleto de lutas e sonhos a serem atingidos, tal como nos gloriosos dias do Quilombo dos Palmares”.

Ruy criou a figura de D. Maria de olho no presente das crianças que brincam alegres e felizes sem que nada as distinga, exceto o detalhe irrelevante da cor da pele (2ª ilustração). Vestem o uniforme com as cores que importam e que simbolizam a unidade nacional, a igualdade de todos na convivência harmoniosa que anulou todas as diferenças. Convivência fraterna, democrática, assentada nos valores republicanos. Valeu, Zumbi. Valeu, D. Maria.

Assim, tudo teria começado em Palmares. Tanto as sementes do paraíso racial, quanto as primeiras germinações de enredos e personagens de novelas de televisão. Lázaro Ramos e Débora Fallabela, na novela “Duas Caras”, repetiriam apenas dramas vividos intensamente, no século XVII, por um rebelde líder negro e a filha loura de um senhor de engenho. Que tal?

Palmares tem se mostrado uma experiência histórica vigorosa e muito valiosa para o desenvolvimento de referências simbólicas que estimularam, nas últimas décadas, a mobilização e a iniciativa política de grupos negros em todo o país. Sucessivas gerações de militantes transformaram Palmares em ponta-de-lança no desafio político-ideológico com que vimos confrontando a opressiva história oficial brasileira.

Como disse Edward Said, “a redação da história e as acumulações da memória têm sido consideradas de muitas maneiras como um dos fundamentos essenciais do poder, orientando

suas estratégias, traçando o seu progresso” (*Humanismo e crítica democrática*. Companhia das Letras, 2007).

A criação de D. Maria, a rainha quilombola loura, é parte da estratégia dos que não abrem mão de decidir o que é história. De certo modo, a luta prossegue em Palmares, mesmo após tantos séculos. Uma disputa acirrada em que os adversários dos palmaristas buscam agora ofuscar distinções opressivas, negar identidades e impor homogeneidades. Tudo em nome de superiores “interesses nacionais”. Na verdade, tudo em nome dos interesses contrários às políticas públicas de superação das desigualdades raciais.

Mas não é somente Palmares que está em disputa. Antes mesmo que se inicie 2008, o “Jornal Nacional” e o “Fantástico”, programas de grande audiência da Rede Globo, já estão engajados na promoção do bicentenário da vinda de D. João VI ao Brasil. O governo federal já embarcou nessa, há grande agito nos bastidores. E os 120 anos da chamada Lei Áurea? Quem se atreve a bancar “uma verificação objetiva dos resultados práticos da lei de 13 de maio de 1888”? Assim questionava Abdias Nascimento em 1968, referindo-se aos 80 anos da Abolição (*Cadernos Brasileiros*, 80 anos de Abolição, nº 47, maio/junho de 1968).

O ano de 2008 favorece o confronto de discursos sobre a história – um embate nada acadêmico e decisivo para a defesa das legítimas reivindicações dos afro-brasileiros. Participe.

Editorial nº 22

Fev. 2008/Mar. 2008

SOMOS ASSIM, FAZER O QUÊ?

O espaço político da luta contra o racismo ficou ainda mais estreito com a derrocada da Seppir. É fato que no episódio da exoneração de Matilde Ribeiro alcançamos uma rara confluência: governantes e opositores, todos pareciam satisfeitos com o rumo dos acontecimentos.

É certo ainda que Matilde Ribeiro nunca exerceu propriamente uma liderança em nosso meio, e o bombardeio midiático tampouco favorecia, pela natureza das denúncias, o desenvolvimento de relações minimamente solidárias. Por isso mesmo a reação de seus presumidos companheiros veio a frio, quando o sentido concreto da solidariedade partidária ou étnica tinha já se esvaído. Restaram aquelas manifestações constrangedoras de reconhecimento

tardio, *post-mortem*, que as palmas entusiásticas na solenidade de posse do sucessor não conseguiam transformar em companheirismo.

Em Macapá, dias depois da exoneração de Matilde Ribeiro, diante de uma plateia que lhe cobrava ações mais efetivas, o Secretário de Promoção da Igualdade Racial do Amapá defendia-se argumentando que ninguém ali ignorava o fato de que sua secretaria não tinha orçamento.

O processo de institucionalização das demandas do Movimento Negro tornou rotineiras, nos últimos anos, em todo o país, cenas dramáticas como a de Macapá. Ao que parece, não aprendemos as regras do jogo político-partidário, embora já se tenham esgotado todas as experiências com as siglas disponíveis no mercado, desde o governo Montoro em São Paulo, no início da década de 80. O jogo acabou sem que tenhamos aprendido a jogar? Ou o jogo que devemos jogar é outro, distante dos controles partidários?

No longo relato que fez de sua experiência como presidente da República, Fernando Henrique Cardoso reservou apenas dois parágrafos ao que chamou de “a questão dos negros”. O livro tem ao todo setecentas páginas e não há, nas trinta linhas que dedicou ao tema, nenhuma alusão ao Movimento Negro. Nem ao menos fez referência aos negros do PSDB. Que também não reclamaram.

‘Se, por um lado, seu objetivo no governo era, “sem radicalismos, mudar gradualmente a política racial” do Brasil, por outro lado ponderava que “Com o sincretismo e a miscigenação vigentes é impossível, além de ser inconveniente, traçar linhas rígidas de cor e, pior ainda, de raça” (p.550). Uma não exatamente no cravo e a outra na ferradura, como é do estilo do autor (**A arte da política**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006).

Já o presidente Lula, no dia 20 de novembro de 2007, pouco mais de dois meses antes das mudanças na Seppir, exortava, de modo paternal, Matilde Ribeiro a que fosse menos ‘humilde’ e buscasse os recursos necessários ao desenvolvimento da Agenda Social Quilombola junto aos ministros da Fazenda e do Planejamento: “... se tudo isso não der certo, Matilde, aí você me procure e carinhosamente nós vamos resolver esse problema”. Na ocasião, o presidente também responsabilizou a imaturidade política do Movimento Negro pela não aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que tramita no Congresso.

O Movimento Negro não merece uma citação no livro de FHC porque há muitas inconveniências e impossibilidades em nossas reivindicações de políticas públicas. Não são oportunas, estão deslocadas, não são próprias ou adequadas à realidade brasileira. Lula acrescenta que somos demasiadamente humildes no jogo político-institucional. E somos

imaturos. O presidente Lula foi enfático nesse ponto: “Ora, então pelo amor de Deus, amadureçam politicamente e construam não aquilo que é o ideal para cada agrupamento, mas construam uma proposta que seja consensual, que possa permitir que haja avanço”.

No passado, aprendemos na História Oficial, os africanos escravizados foram os principais responsáveis pelo longo período de escravização. Somos a raça que cantava no suplício, como disse um poeta. No presente, nossa humildade, nossas desavenças impedem que possamos compreender as regras mínimas do jogo político. Por essa leitura, há algo de profundamente errado conosco. É fácil depreendermos aqui o que significa a “questão dos negros”: nós somos o problema. Os negros são o problema, com suas limitações intrínsecas, sua humildade, suas brigas tribais, ou, quando há muita condescendência, com o baixo ‘poder de fogo’ de suas entidades e organizações.

O mais grave nisso tudo é que os agrupamentos negros partidários acabam, em sua inércia, por validar e legitimar essa leitura e seus fundamentos ideológicos, profundamente racistas. A derrocada da Seppir não parece ter afetado em nada a disposição que anima há décadas essa inserção subalternizada. PMDB, PSDB, PPS, PDT, PC do B, PT – somos assim: servos humildes e cordiais. Fazer o quê?

Editorial nº 23

Abr. 2008/Mai. 2008

PRECISA MEXER

A rigor, até o momento, não houve propriamente debates na Comissão Especial destinada a apreciar o PL 6264, que institui o Estatuto da Igualdade Racial. Os parlamentares estão ouvindo palestras, boas e más, e participando de audiências públicas pouco representativas em alguns estados.

A realização de sessões temáticas, apoiadas nos respectivos capítulos do PL 6264, poderia talvez contribuir para fazer a Comissão colocar os pés no chão e encarar a materialidade do Estatuto, seus avanços e limitações. Há atualizações imprescindíveis (saúde, terra, trabalho, mulher negra, etc.), e lacunas desmoralizantes: o Estatuto silencia sobre o racismo, frustrando esperanças e aspirações de milhões de pessoas que sofrem os seus efeitos no Brasil; o Estatuto silencia também sobre o fato de que políticas públicas dependem da garantia de recursos orçamentários.

É de se lamentar ainda que os poucos parlamentares que comparecem às reuniões da Comissão Especial, instalada em 12 de março de 2008, ainda não decidiram se irão mexer ou não mexer no texto do PL que veio do Senado. A tendência majoritária, encabeçada pelo relator Antônio Roberto (PV-MG), inclina-se para deixar tudo como está.

Quem argumenta nessa direção defende que se deve aprovar o que se tem à mão e, após a sanção presidencial, corrige-se o que for necessário. Alega-se ainda que o Estatuto vai desempenhar um relevante papel simbólico e que aqueles que se preocupam em atualizar e aperfeiçoar a proposta igualam-se aos que não querem a aprovação do projeto de lei.

Na última sessão da Comissão (15.05.08), a deputada Janete Pietá (PT-SP) manifestou suas críticas à posição defendida pelo relator, afastando a dimensão ‘simbólica’ e reiterando a importância de se legislar sobre políticas públicas, de se discutir ali ações do Estado visando a superação das desigualdades raciais. A deputada sugeriu que a Comissão, de uma vez por todas, decidisse afinal se pretende ou não alterar o PL.

O presidente da Comissão, Dep. Carlos Santana (PT-RJ), que parece inclinado a emendar o projeto de Estatuto, recusou a ideia de votação sugerida pela Dep. Janete Pietá e reafirmou o calendário de trabalho da Comissão, que prevê um prazo para apresentação de emendas no princípio de junho.

O fato é que, desde a instalação da Comissão, já havia uma predisposição da base do governo, profundamente influenciada pelo senador Paulo Paim, de não fazer nenhuma alteração na proposta aprovada no Senado. Ouviriam palestras, consultariam as bases, mas não se disporiam a mexer em nada. A indicação do relator pelo presidente da Casa levou em conta ao que parece a disposição do deputado mineiro em seguir rigorosamente o **script** traçado.

O senador Paim é que parece acometido de uma febre autoral, que o leva a superdimensionar seus poderes: “Mandem o projeto sem emendas para o Senado, que eu garanto que aprovo até novembro”. Mas antes de chegar a esse Senado dos sonhos do senador Paim, a proposta deverá seguir para a Mesa da Câmara, onde irá encontrar o PL 3198/00. É preciso recontar essa história.

Há um movimento circular, protelatório, que é importante compreender. A proposta original de Estatuto foi apresentada em junho de 2000, pelo então deputado Paulo Paim. Tramitando com prioridade, em dezembro de 2002 já estava na Mesa da Câmara o substitutivo do relator, deputado Reginaldo Germano, aprovado por unanimidade pela Comissão Especial (igual à instalada em 12.03.2008) designada para apreciar o PL 3198/00.

“Sobre a Mesa da Câmara” é, portanto, uma expressão que pode significar muitas coisas, algumas de rara sutileza. Pois bem, em março de 2003, o PL 3198 esteve na pauta do Plenário para debate. Em seguida, o governo federal o retira de pauta para apreciar seu impacto no orçamento (o capítulo que criava o Fundo da Igualdade Racial era, ao menos publicamente, o problema). O papel exercido pelo Seppir no episódio terá o julgamento da História, eu suponho.

Paulo Paim, eleito senador, apresenta em 2003 no Senado o substitutivo aprovado na Comissão Especial da Câmara em 2002, cujo relator tinha sido o deputado Reginaldo Germano. Aprovado no Senado sem debate, com três relatorias sucessivas do PFL, as quais faziam cortina eleitoral para encobrir a ação, essa sim pra valer, encaminhada ao STF contra as cotas, o projeto seguiu para a Câmara no final de 2005, onde aguardou mais de dois anos para ser apreciado na Comissão Especial criada no mês de março deste ano.

Sobre a Mesa da Câmara”, pronto para debate e votação, permanece o PL 3198/2000. As proposições que vêm do Senado (como o PL 6264/2005) têm precedência na tramitação, em relação às proposições com origem na Câmara. Quem diz isso é o Regimento da Câmara. Sendo assim, a versão original do Estatuto, que repousa em berço esplêndido, vai aguardar o resultado da Comissão Especial, destinada a proferir parecer sobre o PL 6264, para ser incluída conjuntamente na mesma Ordem do Dia do Plenário.

Se a proposição envolve negros e índios no Congresso, as bancadas se apavoram. E não é para menos. Quando políticas públicas se destinam a beneficiar negros e índios, acusam-se com frequência os seus proponentes de negar o ‘significado da nação’, os ‘nobres valores republicanos’, a ‘identidade nacional’. Não é razoável supor que, quando se pretende erradicar desigualdades, deve-se contar sempre com a oposição daqueles que se beneficiam delas? Sabemos todos quais são os privilégios e quem são os privilegiados que se escondem por trás das virtudes cívicas de natureza meramente retórica.

Mas as profecias aterrorizantes acabam produzindo algum efeito. A tramitação excessivamente lenta dos projetos de lei de interesse de negros e índios no Congresso Nacional reflete em parte o apavoramento de legisladores, que fingem ignorar os compromissos assumidos pelo Estado brasileiro na Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban, África do Sul, de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001. O Programa de Ação de Durban, com o qual o Brasil se comprometeu, recomenda com insistência que os Estados devem adotar medidas constitucionais, legislativas e administrativas que permitam o combate ao racismo e a superação das desigualdades raciais. Mas quem conhece o Programa de Ação de Durban?

NO REINO DA IGUALDADE MAIS PERFEITA

Começamos o ano de 2009 com um zum-zum-zum que aventava a possibilidade de um candidato negro à presidência da República nas eleições de 2010. O fato de que, até o momento, tudo tenha se limitado a mais um passatempo da internet não impede que possamos refletir sobre as nossas dificuldades no campo da política.

Nada pode ser mais reprimido ou contestado no Brasil do que uma candidatura negra, ainda que seja à Câmara Municipal. Tolera-se de má vontade, no faz-de-conta do jogo eleitoral vigente, candidatos de pele negra que possam ser estrategicamente usados para atrair votos indispensáveis à eleição das candidaturas não-negras previamente definidas como prioritárias.

A candidatura negra é quase sempre uma candidatura fadada a recolher os votos necessários à eleição de outrem. Curiosamente, na busca de justificação para o fracasso de sua candidatura, esses candidatos-que-quase-nunca-se-elegem raramente voltam-se contra suas legendas ou direções partidárias. Ao contrário, atribuem o fracasso, geralmente, à despolitização do meio negro, à miscigenação, alardeando-se como verdadeira a suposição de que o negro não vota em negro.

Os poucos que se elegem apressam-se a negar que se elegeram em razão do apelo racial. Devem sua eleição ao sindicato, ao partido, ao trabalho de sua mulher branca no seio da igreja, aos contatos profissionais, mas jamais irão reconhecer a existência real e/ou decisiva de um eleitorado negro.

Nesse caso, a campanha faz propaganda da condição racial do candidato, inclusive no aumentativo (negão/negona), mas a eleição fará a natural inversão das prioridades: ‘sou antes de tudo sindicalista, socialista, comunista, brasileiro’. Diante das cobranças do movimento negro, esses políticos costumam dizer, com desdém, que não foram eleitos por causa do voto negro.

Uma variável aqui é o negro “excepcional”, aquele que se ilude na contemplação de seus presumidos dotes intelectuais ao ponto de se julgar diferente dos demais negros. Ambiguidade que reforça e estimula com toques de distinção (joga tênis com pequenos empresários, compra ternos em Paris e Nova Iorque) e reiteradas afirmações de que as pessoas que o cercam não julgam mais ninguém pela cor da pele.

No início da República, Monteiro Lopes, cujo mandato completa agora cem anos (1909-2009), lutou por direitos iguais no plano da representação política com apoio de ampla mobilização negra. Negros que eram então considerados ‘corrompidos’ pelo ‘prolongado cativeiro’ foram capazes de agir coletiva e politicamente na defesa de uma igualdade radical, até hoje desconhecida de nossos republicanos.

De lá para cá, as condições da dominação racial se aprofundaram e esvaziaram de sentido a nossa ação política. É a ‘morte civil’, a que se referiu Abdias Nascimento em 1968. Sofremos enquanto negros, mas não podemos reagir de modo a afirmar nossa identidade racial, isso é crime de lesa-pátria.

A candidatura à presidência de mentirinha, lançada no Rio Grande do Sul, pretende apenas resolver questões relacionadas ao desgaste político na disputa da legenda do PT para o Senado em 2010. A eleição de Obama é absorvida tão-somente como um fato midiático, igual a tantos outros, a ser explorado em proveito próprio.

Em 1934, Carolina Nabuco lançou o romance “A sucessora”. Ocorre-me uma cena de festa junina, na antiga casa da fazenda, no antigo quarto das mucamas (agora agregadas e semi-escravas), ilustrativa do tipo de convivência harmoniosa e degradante a que estamos condenados no processo eleitoral e fora dele. A esfera privada ilumina aqui as hierarquizações da esfera pública.

A personagem Marina, sinhazinha aristocrática, entra no aposento e contempla todos os matizes, ‘desde o preto acetinado’ de sua irmã de leite, ‘até as faces rosadas da portuguesinha da copa’. E completa o narrador: “A igualdade reinava perfeitamente, até no respeito comum por Marina. Todas se puseram de pé, quando ela entrou”.

No reino da igualdade a coisa rola assim: servimos na cozinha e na cama e sabemos quais as tarefas que devemos realizar e executar no processo eleitoral. Ser presidente não se inclui entre elas.

O NEGRO NO TOPO INTIMIDA

Comentando o filme “Simonal – Ninguém Sabe o Duro que Dei”, Marcelo Coelho, articulista da “Folha de S. Paulo”, disse que, nos anos 60, a imagem de um negro no topo da pirâmide social intimidava os brasileiros (edição de 03.06.2009).

Por que se assustavam os brasileiros, o que temiam ou receavam? Parece natural supor que os brasileiros que estavam no topo da pirâmide receassem simplesmente ficar fora dele. Deixar o topo da pirâmide social deve ser mesmo uma coisa assustadora.

Isso foi há cinquenta anos, mas há evidências de que o referido temor não tenha ficado restrito ou localizado na década de 60 do século passado. “É esse debate alarmado e alarmista, pautado pelo racismo científico do século XIX, que acompanhamos ao longo desse livro”. Estas são palavras de Célia Maria Marinho de Azevedo, no Posfácio à 2ª edição do indispensável “Onda Negra, Medo Branco” (Annablume, 2004). Onda negra que se forma, na visão de senhores de escravos no século XIX, a partir das “ações anárquicas da ‘gente de cor’, as quais pretendem nivelar a sociedade com seu desrespeito à hierarquia social, à família, à propriedade” (p. 246).

O deputado federal Índio da Costa (DEM-RJ) participou do grupo de trabalho que discutiu reforma eleitoral na Câmara dos Deputados. Sua reação enfática à sugestão de inclusão do quesito cor/raça no projeto de lei então em elaboração baseou-se no argumento de que, se houvesse identificação da cor/raça dos candidatos, os negros em seguida reivindicariam cotas na representação partidária. Uma reivindicação, como se sabe, que é expressão de desrespeito à hierarquização social e política. Com exceção de dois votos femininos, seu conselho de prudência foi acatado pelos demais parlamentares.

No dia 16 de junho, o deputado Carlos Santana (PT-RJ) encaminhou, por sugestão do Ìrohìn, uma indicação (INC 4349/2009) ao Tribunal Superior Eleitoral, propondo a introdução do quesito cor/raça, nos termos adotados pelo IBGE, nos formulários de registros de candidaturas eleitorais, e a ampla divulgação de informações sobre candidatos e eleitos, segundo cor/raça, a toda a sociedade brasileira.

É um caminho possível e o ministro Carlos Ayres Britto, presidente do TSE, expressou ao deputado Carlos Santana, a Regina Adami, Graça Santos e ao representante do Ìrohìn seu

interesse em discutir o processo de afirmação identitária no campo da política. Quantos negros, quantos índios se candidatam? Quantos se elege?

A omissão, no registro das candidaturas, da cor dos candidatos é reveladora dos limites da democracia no Brasil. É expressão da dominação racial no campo da política e os partidos não parecem dispostos a negociar nada que possa alterar os desequilíbrios de poder entre brancos e não-brancos.

Em março, comentei no site do Ìrohìn (www.irohin.org.br) resultado de pesquisa do Ibope, segundo a qual “77% dos entrevistados afirmaram que votariam em um homem negro e 75% elegeriam uma mulher negra para qualquer cargo público, número maior dos que votariam em mulheres de qualquer raça”.

A pesquisa ilustrava a existência de pessoas dispostas a votar em candidatos que, a rigor, não existem. Semelhante concepção da identidade política poderia parecer estranha, mas o fato é que a mobilização política do negro passa mesmo ao largo dos partidos.

Se existe um critério objetivo para avaliar a abertura partidária para o tema da luta contra o racismo e a superação das desigualdades raciais, a partir do início dos anos 80, esse critério é a composição etnicorracial das bancadas federais, estaduais, municipais.

Pesquisa realizada pela revista Época e o Instituto FSB com 247 congressistas incluiu uma questão sobre a representatividade do negro no Congresso Nacional: Muito alta – 0,4%; Alta – 3,3%; Mediana – 16,7%; Baixa – 47,3%; Muito baixa – 32,2% (Época, edição de 6 de julho de 2009, nº 581, p.44). Embora cerca de 80% dos parlamentares considerem que o negro está mal representado no Congresso Nacional, isto não significa que estejam dispostos a alterar o grave quadro de exclusão. A argumentação do deputado Índio da Costa, como vimos, só encontrou a resistência de dois votos femininos e as mulheres são apenas 7% dos parlamentares.

Na noite da quinta-feira 29.05.2009, em intervalo do “Jornal Nacional”, da Rede Globo de Televisão, foi ao ar mais um programa do Partido dos Trabalhadores. Eram claros todos os personagens que tinham expressão partidária, institucional ou sindical. Eram escuros os representantes do povo agradecido e o apresentador do programa.

No “governo de todos”, a parte que representa o todo é clara. Os escuros, emocionados e dramáticos, agradecem as benfeitorias. O programa do partido mais “popular e democrático” tem a força da evidência que nenhuma manipulação verbal pode ocultar. Os negros não são visíveis nas propagandas partidárias, nem o são também no Congresso Nacional, em Assembleias e Câmaras. Menos ainda nos cargos executivos.

A pesquisa do Ibope revela uma dinâmica acentuada de parte da sociedade brasileira, que coexiste com persistentes limitações no seio dos partidos e nas estruturas do Estado quanto às formas de representação da diversidade etnicorracial. O negro é dimensão do eleitorado a ser levada em consideração (na TV os apresentadores – modelos e atores – e o povo agradecido ou indignado expressam os limites da preocupação com o voto), mas deve ser excluído da participação política que lhe permitiria acesso ao poder. Como dizia Lima Barreto, em seu “Diário Íntimo” (p. 82): “É singular essa República”.

3.2 A opinião no jornal *online*

SEMEANDO O PÂNICO

30/06/2006

Dando prosseguimento a sua cruzada contra as cotas, a professora Ivonne Maggie esteve hoje (29.06) com os presidentes da Câmara e do Senado. Ela assina com outros professores e ativistas negros (!?) manifesto dirigido aos deputados e senadores, expondo as razões pelas quais eles deveriam rejeitar o Estatuto da Igualdade Racial e o projeto de cotas nas universidades federais.

O manifesto quer transmitir aos parlamentares uma desmedida sensação de ameaça aos “alicerces” da República, aos “fundamentos” da Constituição, ao princípio da igualdade política e jurídica. E mais, se aprovados, os projetos de lei, sementes do racismo e da intolerância segundo o manifesto, bloqueariam “o caminho para a resolução real dos problemas de desigualdades”.

Os signatários dizem falar em nome da República Democrática e, sendo assim, devemos presumir que são movidos por aquelas virtudes cívicas de natureza retórica, algumas delas alinhavadas no próprio texto do manifesto, coroadas pela alusão perversa ao “sonho de Martin Luther King”.

Não há uma única referência a experiências em curso no país, há quatro anos, em instituições públicas de ensino superior, que de algum modo respaldasse o receio extremado e

a diligência cívica. Nada. Estamos no terreno das projeções ideológicas, com absoluto desprezo pelo factual. As sementes que germinam racismo não brotam do solo das experiências concretas, mas da cabeça alucinada de intelectuais em pânico, a brandir as quimeras burguesas e os formalismos jurídicos.

Parece que ouvimos os viscondes e os barões do Parlamento brasileiro do século XIX, bradando que o fim da escravidão “arruinaria a agricultura e consequentemente a economia nacional”. Essa turma ao menos tinha a vantagem de explicitar seus interesses materiais. A inteligência do manifesto é de natureza mais sutil, esconde-se atrás de maiúsculas abstratas: a República Democrática.

O Congresso atual, desmoralizado e no final da legislatura, não deverá apreciar nem o Estatuto, nem o projeto de cotas nas federais. Com uma população estimada em torno de noventa milhões de pessoas, os negros e afro-brasileiros em geral devem se engajar no processo eleitoral e escolher candidatos dispostos a apoiar nossas reivindicações legítimas e históricas. Devemos responder nas urnas aos delírios de Ivonne Maggie e sua patota.

GOVERNO NUNCA APOIOU ESTATUTO

13/07/2006

O Sr. Tarso Genro, ministro das Relações Institucionais, em entrevista a Lisandra Paraguassu, de "O Estado de S. Paulo", deu mais uma vez demonstração da dubiedade com que seu governo tem tratado as políticas de superação das desigualdades raciais. As declarações do ministro revelam as dificuldades que ele e seu agrupamento político têm para compreender o papel decisivo que o racismo joga na construção de desigualdades entre brancos e negros.

Na entrevista divulgada no sábado (8 de julho, p. A4), o ministro, depois de negar a existência de racismo na "sociedade brasileira", afirma que "No Brasil existe uma formidável coincidência entre afro-descendência e exclusão". Se não há racismo, só pode ser mesmo uma tremenda coincidência o fato de a maioria dos negros viverem na pobreza, no desemprego, na informalidade. Não entendemos como, pensando desse jeito, o ministro tenha de fato a intenção de "aprofundar" o debate em torno do Estatuto da Igualdade Racial, como sugere na entrevista.

A repórter Lisandra Paraguassu apurou também que o governo vai retirar o apoio dado ao projeto que cria o Estatuto, na votação na Câmara. É bom lembrar que há duas propostas de estatuto. A primeira tem origem na Câmara, foi aprovada (um substitutivo ao projeto de Paulo

Paim) e encaminhada ao Plenário em dezembro de 2002, para debate e votação (a historinha que anda circulando de que o Estatuto tem dez anos no Congresso é mentira).

Houve só uma sessão para debater a matéria, em março de 2003. Em seguida o governo federal retirou a proposta de pauta com a justificativa de que precisava examinar seu impacto no Orçamento (a partir daí surge o argumento de que o problema do Estatuto era o Fundo da Igualdade Racial).

Na consulta que fez a diversos órgãos da administração pública, o governo foi recolhendo pareceres contrários ao projeto. Da Marinha, da Caixa Econômica, da Fazenda. A Seppir então, com a habilidade que a caracteriza, começou a mutilar a proposta. Foi assim que o Estatuto, que era do Negro, sem contestação até então, passou a ter uma versão costurada na Casa Civil, com ciganos, judeus, etc. Na época, os jornais começaram a circular a notícia de que o governo enviaria uma nova proposta de Estatuto ao Congresso. Cópia da versão Seppir circulou entre parlamentares negros petistas, é uma monstruosidade, eu vi.

A resistência ao projeto da Câmara levou o senador Paulo Paim a apresentar proposição com o mesmo conteúdo no Senado. A versão do Senado teve imediato apoio da oposição (só porque contrariava o governo, fique isso bem claro) e com quatro relatorias do PFL, todas do Nordeste, saiu rapidamente do Senado para a Câmara.

No momento final, na Comissão de Constituição e Justiça, o senador Tourinho Dantas reúne-se com Seppir e senadores e deputados governistas e acordam a redação do Art. 31, que declara que "os planos plurianuais e os orçamentos anuais da União poderão prever recursos para a implementação dos programas de ação afirmativa..." Com essa redação algo fluida, enterrou-se o Fundo.

Na Câmara, portanto, há dois projetos de Estatuto, ambos congelados, sem apoio na Mesa, sem apoio das lideranças. Rigorosamente, nunca houve apoio do governo federal à proposta de criação do Estatuto do Negro.

No Distrito Federal, o governador Joaquim Roriz sancionou, em 02 de fevereiro deste ano, a Lei nº 3.788, que institui o Estatuto da Igualdade Racial. Alguns tópicos causadores de polêmica na mídia nacional estão lá. Até agora, o mundo não veio abaixo e é mais uma lei daquelas que proclamam direitos sem nenhuma efetividade.

Voltando ao ministro Tarso Genro: o governo federal parece atormentado com o que pode vir a perder no processo eleitoral. Gostaria de contar com o voto negro, mas teme "problemas" com outros setores. Não age por convicção, não compreende o processo histórico nem a importância de se combater o racismo (sequer reconhece sua existência) e as

desigualdades raciais para consolidar um Brasil democrático, de verdade. Vacila, renega. Tarso Genro, com sua infeliz entrevista ao Estadão, deu rosto e expressão aos conflitos no interior do governo.

POUCO ADIANTA FALAR

16/10/2006

Setenta por cento dos jovens assassinados no Brasil são negros. A reportagem de ontem da “Folha de S. Paulo” reproduz dados do Relatório sobre a Violência contra a Criança, produzido pelas Nações Unidas. Além dos assassinatos, as crianças negras são 70% das crianças brasileiras sem registro civil e têm elevadas taxas de mortalidade infantil. Esses indicadores são repisados à exaustão, há décadas, sem que nada se altere na realidade dramática a que se referem. Nós do Ìrohìn temos tratado incansavelmente do tema do genocídio – porque, afinal, é do extermínio de uma população que estamos tratando – sem nenhum resultado prático.

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, ouviu, durante uma hora, no dia 16 de novembro de 2005, apelos dramáticos de lideranças negras sobre o tema do assassinato de nossa juventude, pegou o chapéu, despediu-se com elegância e foi embora. Plantamos mais de quinhentas cruzeiras em frente a seu Ministério, simbolizando as vítimas dos assassinatos impunes, e, por um triz, o ministro quase não recebe a Marcha. Recebeu no grito, todos se recordam. Isto ocorreu há exatos onze meses. Segundo as pesquisas da ONU, 14 jovens são assassinados em média por dia, entre 15 e 18 anos. Nesse intervalo então, entre a Marcha Zumbi + 10 e hoje, morreram, considerando que 70% eram negros, três mil, duzentos e tantos jovens negros, deixo aos leitores a exatidão dessa conta macabra.

O sistema ONU é bom de relatório. Segundo a coordenadora do Unicef, eles pretendem sensibilizar os gestores públicos. É pouco, muito pouco. Trata-se de uma crosta inalcançável pelo tipo de “sensibilização” que o sistema ONU vem fazendo no Brasil. Que tal uma campanha internacional, com sanções e bloqueios, etc. como se fez contra o apartheid? Mas nem mesmo uma moção de censura, aprovada pelo Plenário da Assembleia das Nações Unidas? Que tal por exemplo carimbar o dinheiro do governo federal, que alimenta o sistema ONU entre nós, dando prioridade absoluta ao combate ao racismo?

E a Folha? Se sente culpada? Ela disputa o campeonato de “Negação da Raça” com “O Globo”. O velho torneio Rio-São Paulo. Na reportagem, há negros eventuais. No editorial, que

avalia nossas propostas de políticas públicas, a negação da raça é a pedra de toque da moralidade pública e dos bons costumes.

Essas vidas decepadas no nascedouro cobram de nós algo mais que retórica vazia.

ELEIÇÕES: AS PREOCUPAÇÕES DO AGRONEGÓCIO

25/10/2006

Neste momento que antecede a votação do segundo turno, julgamos relevante tornar pública a opinião de Maria Dania Junges, divulgada pela “Agronews” (set. de 2006, p. 6), publicação de Luís Eduardo Magalhães, município do oeste baiano, a 560 km de Brasília, reduto de gaúchos, catarinenses e paranaenses, plantadores de soja.

O título da opinião de Junges é “Reféns do Zé Povinho” e manifesta as preocupações do “agronegócio” com o rumo das eleições. Para a colunista da Agronews, o “Zé Povinho” é “descendente em geral de africanos escravizados e, destituídos de qualquer cidadania, é alienado porque ignora tudo e, em sua maioria, já nasceu numa família assim, que para conseguir alguma coisa teve que se tornar venal e sobreviver na malandragem, muitas vezes”.

Prossegue Maria Junges: “Esta gente humilde, que só pensa o dia inteiro como vai encher o estômago ou pagar o aluguel de seu barraco, sem falar do leite das muitas crianças que não sabem ou não querem evitar, não acredita que seu voto pode mudar sua vida para melhor.

Por isso continuam votando nos “Lulas” que infestam o país e que lhes dão algumas esmolas e lhes fazem promessas mirabolantes que nunca cumprem”.

Quem está refém do “Zé Povinho” é o agronegócio. Maria Junges dirime qualquer dúvida a respeito: “Alguém pode perguntar: mas o que isso tem a ver com o agronegócio? Tudo!

Se não precisássemos sustentar o Zé Povinho, que elege a maioria dos corruptos que nos governam e que não sabem nem administrar a despesa de suas casas, sobraria dinheiro para técnicos competentes investir em planejamento familiar, educação, saúde, estradas, ferrovias, portos e na agropecuária, que alimenta 180 milhões de bocas, gerando superávit na balança comercial com a exportação de grãos e carne”.

Profundamente desalentada, achando até que a solução é sair do país, Maria Junges disse que essa situação não vai mudar nunca. “Simplesmente porque o Zé Povinho só se reproduz, criando mais bocas marginais que mais tarde vão nos furtar e assassinar por qualquer bem material que, sabem, nunca vão possuir”.

Desde que as pesquisas revelaram a opção para presidente da República da maioria negra da população, é possível recolher perolas de preconceito em publicações de todo o país. Já comentamos aqui a pesquisa Estadão/Ibope. Em síntese, somos alienados, corruptos, ladrões, assassinos, traste inútil e venal, malandro, cuja reprodução ameaça não apenas os negócios do município de Luís Eduardo Magalhães, mas o destino do país.

A raça, que na visão dos articulistas do consórcio Globo/Folha era uma criação do Movimento Negro, circula livremente como o substrato natural que explica as desigualdades. Afinal é a natureza do Zé Povinho, destacando-se sua origem africana, a única responsável pelo êxito dos “Lulas” que corrompem o país.

Maria Junges lamenta que ela e sua gente carreguem nas costas o Zé Povinho e seja ele “que sempre decide as eleições”. Maria Junges entende que não temos os atributos que nos garantam o exercício do direito de voto. Maria Junges tem saudades da história do Brasil.

NOSSA IMAGEM IDEALIZADA PELOS BRANCOS:

“AQUELES QUE PRESTAM SERVIÇO, COMPRAZENDO-SE COM ISSO”.

12/12/2006

A coluna “Gente Boa”, de Joaquim Ferreira dos Santos (O Globo, 2º cad., edição de 9 de dezembro de 2006, p. 3) foi dedicada a “personagens” contratados para trabalhar no Shopping Leblon, “templo de consumo” inaugurado há pouco no Rio de Janeiro.

O colunista e sua equipe, com bom humor e ironia, apresentam a faxineira, o superintendente, os “concierges” (serviço de atendimento), o empresário, o vendedor, a consultora de moda e a animadora.

Na equipe de limpeza, a entrevistada é Luana Procópio Soares, 20 anos, casada, dois filhos, residente na Cruzada São Sebastião (“comunidade carente da vizinhança”), 2º grau completo. Luana estava procurando emprego há dois anos: “Quando você mora na Cruzada é muito difícil. Acham que tem marginal”.

Diz Joaquim Ferreira dos Santos: “No templo de consumo, onde uma bolsa custa R\$ 9 mil, ela vai ganhar R\$ 375 por mês. Feliz da vida.” Luana confirma: “A gente se diverte. Vejo cada madame...”

A reportagem ainda acrescenta que um salário de um vendedor é cerca de R\$ 5 mil e há camisas de algodão de R\$ 1.780,00.

Ficamos sabendo que Luana é uma mulher negra porque a coluna reproduz sua foto. O texto expõe, digamos, as desigualdades salariais, de poder aquisitivo, de nível educacional, mas as fotos exibem a dimensão racial dessas desigualdades. Luana não só tem um endereço que dificulta seu acesso ao mercado de trabalho, como tem a pele escura e os cabelos crespos.

A equipe de atendimento entrevistada, Leonardo, Paloma e Jorge, tem curso superior e fala até três línguas. São brancos, vemos na foto. Luana tem o endereço que não ajuda e só segundo grau. Podem-se depreender as normas do manual de redação: o acesso à educação é que tem que explicar as diferenças de ocupação e de salário numa democracia racial, por favor não insista. Por isso os negros são gente boa, felizes por terem a oportunidade de observar o trânsito das madames, deusas no templo de consumo.

Luana exibe, segundo a reportagem, um “sorrisão de sincero orgulho” e diz que “vou sair no jornal e não é porque estou roubando, matando ou traficando, mas porque estou trabalhando. Chique à beça, não é?”

Somos conformados, ordeiros e trabalhadores. Fomos convencidos de que temos o que merecemos, em decorrência de nossas próprias limitações. Ficamos agradecidos aos que nos permitem penetrar no interior do templo e limpar e polir o chão onde os deuses desfilam e ostentam sua superioridade.

MODOS DE REPRESENTAÇÃO E LUTA PELO PODER

26/12/2006

A propósito da carta do jornalista Rodrigo Vianna (ex-rede Globo) que circula na Internet, revelando verdades já bem conhecidas sobre a direção de jornalismo de televisão da emissora e dizendo-se envergonhado pelo fato de os repórteres serem obrigados a evitar a palavra negro, lembrei-me de Walter Avancini e o ciclo de debates realizado no Teatro Casa Grande, em maio de 1975, um ano muito especial na luta contra a ditadura militar.

A mesa que tratou de televisão tinha ainda Muniz Sodré e Paulo Pontes, mas foi Walter Avancini que se referiu ao código de censura que impunha “determinadas normas”. O código explícito na rede Globo dizia que, entre outros temas, não se podia colocar “nenhum conflito racial” (ver Ciclo de Debates do Teatro Casa Grande. Rio de Janeiro, Edit. Inúbia, 1976, p. 128).

No início dos anos 70, a canção “O mestre-sala dos mares”, uma homenagem a João Cândido feita por Aldir Blanc e João Bosco, travou, como se sabe, dura batalha contra a censura da ditadura. Depois de muitas idas e vindas ao Departamento de Censura, de trocar “almirante” por “navegante” e de introduzir “polacas, mulatas e baleias”, ouve enfim do representante da censura que o problema político da canção é a “apologia do negro” (ver Granato, Fernando. *O negro da chibata*. Rio de Janeiro, Edit. Objetiva, 2000. p.136.).

João Cândido, aliás, é o símbolo maior de nossa luta contra a censura. O primeiro filme censurado no Brasil foi o que revelava as imagens da revolta dos marinheiros negros. Sua segunda anistia também permanece engavetada no Congresso Nacional (a primeira foi aprovada pelo Senado e pela Câmara em novembro de 1910, provocou a rendição dos revoltosos, que alguns dias depois já eram expulsos, caçados, torturados e assassinados).

Leio nos jornais que a Prefeitura do Rio de Janeiro não autorizou a colocação da estátua de João Cândido na Praça XV. A obra é do artista Walter Brito e está em seu ateliê, censurada, do mesmo modo que o projeto da segunda anistia nas gavetas da Câmara dos Deputados. Quantos atos de censura e omissão serão ainda necessários para fazer desaparecer o momento grandioso de revolta negra?

Mas voltemos às disposições do censor Ali Kamel, denunciadas por Rodrigo Viana. Ali Kamel quer mudar critérios de classificação dos afro-brasileiros para justificar sua oposição às ações afirmativas. Sua argumentação quer fazer crer que a miscigenação inviabilizaria políticas públicas focadas nos negros. Ali Kamel, de fato, não aceita que numa família como a minha, com seis filhos do mesmo pai e da mesma mãe, existam irmãos pardos e pretos – negros portanto. Kamel sabe muito pouco sobre o que liga pretos a pardos.

O esforço que o jornalismo da Globo desenvolve é pelo monopólio da representação “legítima” dos afro-brasileiros. Mas, além do poder de julgar e classificar, o que está em disputa é poder político. Travemos esta luta: o que somos, como nos percebemos, como nos classificamos. Dominados, oprimidos pelo racismo, temos que ser capazes de fazer prevalecer nossas percepções, nossa história, nossos Cândidos.

Ali Kamel não é um árbitro imparcial. O telejornal que ele dirige tinha candidato à presidência da República, do mesmo modo como ele pretende, ao censurar o termo “negro”, inviabilizar conquistas que ponham em risco o poder branco. A “verdade” de sua classificação mantém as coisas do modo como as coisas são há mais de cinco séculos. O termo negro, rejeitado por ele, não apenas introduz uma nova percepção como é, em si mesmo, núcleo impulsionador de mudanças estruturais.

As reivindicações de políticas públicas voltadas para a população negra precisam acentuar sua dimensão compensatória. De outro modo, o debate facilmente ficará circunscrito ao genérico “enfrentamento da pobreza”, com ênfase retórica no “princípio universal da igualdade de direitos”.

Em 1824, o Estado imperial, escravocrata, mandou estabelecer (pela Decisão nº 80, de 31 de dezembro de 1824, assinada por Luís José de Carvalho e Melo) uma colônia de alemães em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, alegando “superior vantagem de se empregar gente branca livre e industriosa”.

Como não se admitia a presença de escravos em colônias de imigrantes, a mesma decisão mandou remeter os escravos do local, no vale dos Sinos, à Corte, no Rio de Janeiro (ver Amado Luiz Cervo, “O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores”. Brasília, Editora da UnB, 1981, p.135).

O Estado imperial não só deu continuidade às relações de produção escravista, como cuidou de configurar e projetar o futuro de nossas relações raciais. Embora superficialmente, o que pretendemos ilustrar é a responsabilidade do Estado, a quem não se pode negar nem a perspectiva de longo prazo, nem tampouco a responsabilidade no modo como vivem hoje descendentes de alemães no Rio Grande do Sul e descendentes de africanos nas favelas do Rio de Janeiro.

Quando o Movimento Negro reivindica a eliminação de iniquidades e discriminações com base na cor/raça, refere-se a uma série histórica de acesso desigual a oportunidades como consequência (principalmente) de políticas de Estado, no Império e na República. Por outras palavras: o que legitima nossas exigências de políticas focalizadas de natureza compensatória é a longa série histórica de injustiças e desigualdades criadas por políticas racistas de Estado.

Para acentuar nossas dificuldades, é necessário frisar que, para a esquerda brasileira, só cabem reparações quando se trata de ressarcir danos causados a membros de organizações que lutaram contra a ditadura militar, a partir de 1964. Antes, não havia história.

SAI RABELO, ENTRA CHINAGLIA E NÃO DEVE MUDAR NADA. E NA “BANCADA NEGRA”, VAI HAVER ALGUMA MUDANÇA?

02/02/2007

Rigorosamente não há debate no Congresso Nacional sobre desigualdades raciais e racismo. O Estatuto do Negro tomou essa forma em razão mesmo da morosidade e indiferença das duas Casas diante de um importante conjunto de projetos relacionados diretamente à população negra. Cosendo-se os retalhos num único projeto, recorreu-se à estratégia de forçar a convocação de uma Comissão Especial para tratar de proposições praticamente relegadas ao esquecimento. Por essa razão, inclusive no substitutivo, o Estatuto reteve, aqui e ali, traços de uma colcha de retalhos.

Audiências públicas e seminários são sistematicamente esvaziados pelos parlamentares de todos os partidos, com raras exceções. Nas comissões e no Plenário, evita-se o tema e, nas circunstâncias realmente inelutáveis, manobra-se para evitar o debate, forjando-se a “aprovação por unanimidade”, quando se está convencido de que a aprovação é “parcial” e pode ser imobilizada e arquivada na instância seguinte de tramitação. A última tentativa de debate no plenário da Câmara de que me recordo foi em março de 2003. Refiro-me obviamente ao que conta de fato: sessão ordinária, ordem do dia, tribuna à disposição dos inscritos.

Há dois Estatutos do Negro congelados na Câmara dos Deputados. O primeiro é o substitutivo votado pela Comissão Especial, aprovado por unanimidade e encaminhado à Mesa diretora para debate e votação do Plenário. A Mesa o retém desde dezembro de 2002. Há firme orientação do governo nesse sentido, desde março de 2003, quando solicitou a retirada de pauta da proposta para exame de seu impacto no orçamento.

O outro projeto de Estatuto tem origem no Senado e só foi aprovado pelos senadores, em outubro de 2005, depois que se certificaram da retirada do Fundo de Promoção da Igualdade Racial pelo relator, senador Tourinho Dantas(PFL-BA), que agiu em consonância com a Seppir – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e parlamentares negros do Partido dos Trabalhadores.

Convém lembrar que o mesmo governo que se recusa a admitir a criação do Fundo de Promoção da Igualdade Racial inventou uma loteria para que os clubes de futebol pudessem saldar seus débitos com a Receita Federal e o INSS (de quebra, ainda destinou três por cento da arrecadação da loteria para as Santas Casas de Misericórdia). Uma bancada negra articulada

teria emendado o projeto, destinando 5% da loteria dos clubes para a criação do Fundo de Promoção da Igualdade Racial. Teria ao menos tentado isso.

O Legislativo, como se sabe, tem pouca autonomia diante do Executivo e se a liderança do Governo não inclui um determinado projeto entre as prioridades de barganha e comércio, as lideranças de bancada não se mobilizam. O poder de pressão do Movimento Negro é quase nulo no Congresso. Bancada rala e ineficiente, mobilização precária. Basta um editorial de “O Globo” e outro da “Folha de S. Paulo”, como tem ocorrido com frequência, para os poucos aliados “tremem na base”. Normalmente, aceitam o argumento dos conservadores de que a matéria é controversa, divide muito as opiniões e que deve esperar um momento mais favorável. E quando o presidente da Mesa manifesta-se contrariamente à proposição, como foi o caso de Aldo Rebelo, aí o projeto não tem mesmo chances de entrar na pauta. Com Arlindo Chinaglia será diferente?

O Movimento Negro não consegue ainda eleger representantes confiáveis em número expressivo, não tem lobby organizado em Brasília, não exerce pressão na base dos parlamentares nos estados e os partidos não se sensibilizam para acolher e institucionalizar suas demandas. A pressão por cotas levou dezenas de instituições a adotar diferentes modalidades de ação afirmativa no acesso ao ensino superior. Mas o Parlamento continua sem apreciar o projeto que institui cotas para negros nas instituições federais. É antes um obstáculo e há evidente desvio do papel de representação institucional que os partidos se atribuem.

O Movimento Negro deveria lutar também para conquistar o equivalente ao Fundo Partidário, que financia com recursos da União a atividade partidária, com escandalosa distorção do que determina a legislação e contando com a omissão do TCU. Recursos que permitissem o acesso aos meios de comunicação, para influenciar a opinião, e pudessem assegurar a pressão sobre as instituições. Os privilégios partidários a esse respeito são intoleráveis.

Cada parlamentar tem direito a seis milhões de reais de emendas individuais ao Orçamento da União. Se multiplicarmos o número de parlamentares negros por esse valor, o resultado será superior à soma do orçamento da Seppir e da Fundação Palmares. É só um pequeno exemplo do efeito que uma ação realmente articulada poderia provocar no Parlamento e fora dele, impulsionando projetos estratégicos das organizações negras. Mas essa é uma questão política relacionada tanto à convicção íntima, à consciência negra de fato, como ao nosso fracasso em reverter os efeitos da opressão racial e do racismo.

ESTÁVAMOS TODOS OBRIGADOS A IR À PIEDADE, EM RESPEITO A NOSSOS MORTOS DE ONTEM E DE HOJE

12/02/2007

Para ser eleito, um candidato negro deve sinalizar em algum nível sua independência da população negra. A frase de uma pesquisadora de Princeton, que li no “Washington Post” e cito de memória, é uma referência às possibilidades de vitória que teria Barak Obama em sua disputa pela indicação do Partido Democrata, para a eleição de 2008 que escolherá o próximo presidente dos Estados Unidos. Mas serve como parâmetro, em sociedades racistas que temem acima de tudo a organização política dos negros, para que se avaliem as chances reais de qualquer um que pretenda disputar algum cargo relevante, digo exclusivo para brancos.

Recordo-me da fala de um dirigente bancário de Florianópolis, em um seminário em Belo Horizonte, no início dos anos noventa, que em sua palestra afirmou com veemência que, antes de ser negro, ele era sindicalista. Esta é uma sinalização muito concreta, reveladora, como o tempo demonstrou, do alcance de suas pretensões no meio sindical e partidário. Seguindo esta linha torta, você pode dizer que é muitas coisas, antes de ser negro: brasileiro, socialista, deputado, secretário, militante do partido tal ou qual, artista, advogado, assessor, gestor público, como está na moda se dizer.

Vale perguntar também, como no documentário sobre Ruanda, quantos atos genocidas precisam acontecer para configurar e caracterizar um quadro de genocídio? Pode-se refazer a pergunta assim: quantos brancos precisam se manifestar sobre o genocídio do negro, para que se acredite que ele, de fato, acontece no Brasil ?

Horrenda, ameaçadora, repugnante é a omissão, que se manifesta em diferentes níveis da vida pública, diante do extermínio da juventude negra no Brasil. Na tarde da última sexta-feira (09/02), na Praça da Piedade, em Salvador, em frente ao prédio da Secretaria de Segurança, trinta e poucos ativistas, liderados por Hamilton Borges, expressaram seu repúdio à violência policial, escancaradamente aniquiladora, discriminatória e racista, e a uma política de segurança que, entra governo e sai governo, não se altera no que diz respeito à abordagem e tratamento dos cidadãos negros.

Algumas entidades estavam correndo atrás do dinheiro público para o carnaval. Outras corriam para antecipar o carnaval nas reuniões festivas do PT. Outros são gestores públicos, graves, prudentes e reservados. O fato é que colocamos as mãos para trás, ou na cintura, ou

olhamos para o mar, como na foto em que o soldado pisoteia a cabeça de um jovem negro suspeito de furto.

A ausência de importantes lideranças e entidades no ato da última sexta-feira pode condenar ao isolamento aqueles que buscam responder à altura as agressões radicalizadas da opressão racial.

Não podemos esquecer que havia muita gente na Praça da Piedade em 8 de novembro de 1799, para assistir ao enforcamento e o esquartejamento de Manuel Faustino dos Santos, Lucas Dantas de Amorim Torres, João de Deus do Nascimento e Luís Gonzaga das Virgens. E que eles não eram os únicos revoltosos, mas foram os únicos enforcados e esquartejados pela justiça de Sua Majestade.

QUE DIA?

21/03/2007

A sessão solene em comemoração ao 21 de Março, realizada na manhã da segunda-feira 19, no plenário da Câmara dos Deputados, merece uma reflexão, ainda que dolorosa. Excetuando-se o Pastor Manoel Ferreira (PTB/RJ), Raul Jungmann (PPS-PE), Flávio Bezerra (PMDB-CE), também bispo evangélico, Jackson Barreto(PTB-SE) , e um aparte de Mauro Benevides (PMDB-CE), os demais oradores (seis) eram do Partido dos Trabalhadores, e José Guimarães (PT-CE) era o único petista que não estava vinculado ao Núcleo de Parlamentares Negros do PT (Nupan), mas definiu-se como negro por “opção política”.

Ociosos dizer que todos os petistas fizeram elogios ao presidente Lula, à Seppir, e à ministra Matilde Ribeiro (presente à sessão). Alguns não petistas, mas do bloco do governo, também. A referência mais contundente ao Estatuto do Negro ficou a cargo de Jackson Barreto, calejado por quatro legislaturas: “A discriminação racial envergonha-nos a todos, mas a paralisia, a omissão, a morosidade, a indiferença no trato com as políticas públicas e com as medidas capazes de combater esta chaga social envergonham-nos igualmente”.

O deputado Carlos Santana, que presidirá agora o esforço, que entra na segunda ou terceira legislatura, para se construir uma Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial, foi o parlamentar encarregado de transmitir a mensagem da Presidência da Câmara, que lá não estava. O texto que expressava o pensamento do presidente Arlindo Chinaglia sintomaticamente não fez nenhuma referência ao Estatuto do Negro. É preciso reconhecer que

em seu próprio pronunciamento, feito da tribuna, o Dep. Carlos Santana cobrou a votação do Estatuto, aliás foi relativamente o mais enfático nesse tópico entre os petistas.

O deputado Vicentinho (PT-SP), que havia encaminhado a solicitação da sessão solene, chegou atrasado por causa do descalabro dos aeroportos e, talvez, por isso mesmo, ao fechar a sessão, fez uma referência algo imprecisa às prioridades da solenidade que não pôde acompanhar : “Esta solenidade deu ênfase, também, à aprovação do Estatuto pela Igualdade Racial, projeto que temos perseguido com tanta justeza e dignidade, que veio à votação em plenário e foi retirado em seguida. Mas um dia voltará e, definitivamente, o teremos aprovado.”

Não há perseguição, portanto não há rigor nem dignidade. O deputado Barreto, de Sergipe, é quem ficou mais próximo da verdade quando referiu-se à omissão e à indiferença. A sessão a que o Dep. Vicentinho se refere, ocorreu em março de 2003. E não houve outra porque a Casa Civil, João Paulo Cunha e Aldo Rebelo não quiseram. E Chinaglia, a julgar pelo pronunciamento que deixou para ser lido, também não quer. O dia a que se refere o deputado Vicentinho, talvez seja o dia de São Nunca. Vai ser preciso muita mobilização para alterar esse quadro desanimador.

SER INTELECTUAL

09/04/2007

“O aspecto mais complicado de ser um intelectual é representar o que se professa por meio do trabalho e de intervenções, sem se enrijecer numa instituição ou tornar-se uma espécie de autômato agindo a mando de um sistema ou método”. - Edward W. Said

Ferreira Gullar tem procurado marcar uma assídua, e equivocada, presença no debate sobre combate ao racismo e superação das desigualdades raciais. Não que o debate lhe agrade, seu constrangimento é evidente, mas são ordens do gerente, fazer o quê? Maranhense abranquecido a golpes de foice e martelo desde a juventude, ele cumpre a pauta com disciplina.

O título de seu artigo ontem na ”Folha de S. Paulo” (Ilustrada, 8 de abril de 2007, p. E10) era “Ser negro”, que ele define como alguém que leva uma vida difícil hoje em razão do passado escravista, sem que suas dificuldades possam ser associadas no presente à existência de uma questão racial, pelas seguintes razões: (1) a ciência já provou que raça não existe; (2) os brasileiros, em sua maioria mestiços, rejeitam a discriminação; (3) os brancos de hoje “repugnam” nosso passado escravista.

Avançado em anos, Gullar confessou ontem na “Folha” ter, finalmente, percebido os estigmas que, associados à pele negra, buscam inferiorizar os afro-brasileiros. Mas, como ficou dito acima, esses “restos de preconceitos” estão longe de configurar uma questão racial. Trata-se de uma questão de sobrevivência “cultural” que afeta a vida daqueles que tiveram uma “história iníqua”. A isto se resumiria o “ser negro”, na estreita visão de Gullar.

Por que é tão difícil para intelectuais, como Ferreira Gullar, se relacionar com situações concretas de discriminação e opressão racial? Que convicção inabalável impede que eles possam ao menos se aproximar da realidade nada edificante criada pelo racismo?

Gullar prefere recorrer, como tantos outros, a surradas representações aparentemente alicerçadas no senso de justiça, na unidade e na harmonia, no avanço da ciência. Conseguem assim afirmar um impressionante e escandaloso conformismo, deixando intocados os privilégios da cidadania branca.

Ferreira Gullar em nenhum momento utiliza a palavra racismo e, coerentemente, cita a Lei Afonso Arinos, que também fugiu da palavra, cuja interdição é, como se sabe, algo sagrado no campo conservador.

A lei sancionada por Getúlio Vargas, em 3 de julho de 1951, tratava do preconceito de cor, que definia como uma contravenção penal (Art. 1º). É letra morta desde a criminalização do racismo em 1988. O autor da iniciativa legislativa, Afonso Arinos, filho, ocupou a tribuna da Câmara dos Deputados, no dia 5 de julho de 1951, para uma explicação pessoal: “Sr. Presidente, eu não fiz mais, não fizemos mais, nós outros, senão seguir uma linha em que o Brasil é realmente um exemplo para o mundo, a linha da democracia racial” (ver Afonso Arinos no Congresso: cem discursos parlamentares. Brasília: Senado federal, Gabinete da Presidência, 1999, p. 159.).

O “consenso” anti-racista a que se referiu Gullar em seu artigo, aquele que rejeita e pune as manifestações de “preconceito racial”, é o mesmo presente no pronunciamento de Afonso Arinos, feito em meados do século passado, que se considera um mero instrumento da “consciência coletiva” e da “consciência nacional”. Uma construção ideológica de muito vigor com que a inteligência brasileira ilude os incautos

A pauta da “Folha de S. Paulo” e outros jornalões, a que os intelectuais brasileiros, com raríssimas exceções, vêm seguindo com fidelidade canina, é dizer aos negros, que não sabem o que fazem, o que eles são na verdade e qual o modo apropriado de se comportarem diante das vicissitudes históricas, com o fim determinado de deixar as coisas como estão.

Muitas entidades negras parecem perplexas, com razão, diante do complexo cenário que ajudaram a construir. Esforçaram-se durante décadas para tocar um conjunto de demandas que, embora sigam guardando sua especificidade, revelam agora em sua inteireza uma visão mais ampla de seus desdobramentos e implicações estruturais. A institucionalização, longe de reduzir seu impacto, vem ampliando vínculos e possibilidades.

Nosso papel, obviamente, na construção desse cenário, não é nem nunca foi passivo ou secundário. O que não significa que possamos exercer nossa autonomia de movimento social mais antigo do país sem constrangimentos ou coações, com origem em todos os setores, à direita e à esquerda do espectro ideológico, que ainda almejam, muito além da discordância e da oposição, nosso controle e subalternização, quando não o apagamento definitivo.

Quando estávamos distantes das instituições, nossas reivindicações podiam mais facilmente ser amesquinhas e pulverizadas. Pequenos grupos postos à margem da agenda político-institucional. É verdade que em termos práticos, materiais e políticos fomos muito pouco além dos primeiros passos. Mas, sem dúvida, abrimos um leque amplo de possibilidades e expectativas de mudança institucional.

Tudo que podíamos resolver em nossos encontros, no passado recente, com a formação de grupos de discussão em uma plenária, para apresentação de relatório setorial após um breve tempo de discussão, precisa hoje de muito mais tempo e especialização, por suas numerosas relações, num terreno que, por ser novo para nós, apresenta-se cheio de embaraços e dificuldades. Considerem-se ainda as espessas barreiras erguidas pelo racismo no cerne mesmo das instituições.

Assim nos faltam pernas para acompanhar nossas próprias demandas ao ministério público, na área do emprego e da implementação da 10.639/2003, pressionar o Congresso Nacional para a aprovação de projetos fundamentais, monitorar e fiscalizar a implementação de políticas já aprovadas, como saúde e acesso dos quilombolas à terra, influenciar a opinião no debate sobre políticas afirmativas, numa luta bastante desigual com a grande mídia, reagir à violência racial e deter o extermínio de nossa juventude, buscar influenciar o novo plano plurianual, que anuncia retrocesso no que diz respeito à superação das desigualdades raciais, e

ainda participar da Cúpula das Américas e da Cúpula da África e da Diáspora, a reforma da previdência, a reforma política, etc., etc.

Nossas entidades e organizações são débeis, estamos visivelmente perdendo terreno e com sério risco de morrer na praia das expectativas frustradas e das decepções. Precisamos renovar e ampliar nossas fontes de financiamento e alcançar por meios políticos a sustentabilidade de nossas iniciativas, a capacitação e o aperfeiçoamento de nossos militantes. A hora é agora.

O BRASIL, ENFIM, DE PONTA-CABEÇA: OS NEGROS SÃO INTOLERANTES E RACISTAS.

23/05/2007

Ferrolho, retranca, você sabe. A maioria dos jogadores na defesa, botinudos vorazes. À seleção anticotas e antitudo que beneficia negros, que joga na negação demente e na defesa insana e domina a mídia brasileira, vem juntar-se agora o perna-de-pau Bortoloti.

O brutamontes está entrando no segundo tempo, doido para fazer o nome. Sua entrada no gramado é precedida não de foguetes, mas da imagem de uma fogueira de livros, de 10 de maio de 1933, em Berlim, no 45º aniversário da abolição da escravatura no Brasil. O ato execrável foi praticado pelos seguidores de Hitler e ilustra o texto do caneludo Bortoloti na revista “Veja” (edição 2009, ano 40, nº 20, 23.05.2007. p.67), porque ele o considera análogo ao que a falange nazifascista identificada na reportagem como “movimento negro” ameaça praticar contra o livro de Yvonne Maggie e sua banda de companheiros mágicos.

Parodiando o grande poeta mineiro, eu diria que o medo, com sua física e metafísica, tanto produz: livros, artigos na Veja, calúnias no Jornal Nacional, editoriais da Folha, do Estadão, etc.

A professora Ivonne Maggie está “com um medo que havia muito não sentia” e, vindo em seu socorro, Bortoloti acusa o “movimento negro” de buscar intimidar a livre expressão do pensamento anticotas e anti-Estatuto do Negro. Bortoloti finge que vai na bola mas seu alvo é mesmo a canela da rapaziada.

Os leitores de “Veja” são conduzidos, pelas analogias estapafúrdias de Bortoloti, a perceberem a gravidade da situação e a intensidade das manifestações de intolerância com origem no “movimento negro”, que fica muito mal na fita: destemperado e intolerante, ameaça,

prega a violência física e pretende tumultuar o lançamento do livro “Divisões Perigosas”.

Bortoloti não é bombeiro, seu papel é incendiar a defesa.

O principal efeito dessa caracterização amplamente deformada do “movimento negro” é ajudar a difundir a obra de Maggie e sua trupe. Bortoloti faz, com a imagem da queima de livros, uma propaganda eficiente. Se cada leitor de “Veja” estender a mão para retirar o “Divisões Perigosas” da fogueira erguida pela falange negra, o livro, convenhamos, vai vender um bocado.

Não menos importante é o modo enviesado de reafirmar a inferioridade dos negros. No plano mais conceitual, os negros equivocam-se ao atribuir à raça um papel decisivo na determinação das desigualdades. No plano mais do ativismo político, os boquirrotos da internet são acusados de ressuscitarem práticas nazifascistas (sempre afinadas com o ideário da intolerância racial e do racismo, o que ajuda a convencer o leitor desprevenido).

Mas ainda acho que o filé-mignon é o medo da Yvonne. Ao expressar este medo tão intenso, Maggie talvez indique desta forma uma direção para se chegar onde se dispensam pressupostos e considerações mais racionais, dispensando até mesmo as analogias extravagantes. Diante do medo de Maggie, o lero-lero de Bortoloti é quase inútil. O medo de Maggie, por si só, mobiliza os leitores de “Veja”.

O discurso de Bortoloti, no fundo, informa menos que o enorme e imenso medo de Yvonne Maggie. Porque o medo da professora da UFRJ é uma reação muito palpável e concreta a essa mudança profunda que apenas teve início no quadro geral onde se reproduzem as desigualdades raciais e os privilégios. O medo de Maggie comunica amplamente, promove imediato engajamento, reduz a cinzas as imagens do atentado nazista, um pouco forçadas demais.

Em 29 de junho do ano passado, os leitores do *Ìrohìn* se recordam, a professora carioca fez uma visita a Brasília, semeando o pânico entre os espantalhos espertos do Congresso. Foi eficiente, deu o pretexto que os espantalhos precisavam para interromper a tramitação de projetos importantes. Ela transmite e dramatiza a incerteza, o medo exacerbado, a ameaça de perda do “paraíso” racial. Encostada a sua mesa de trabalho, tendo ao fundo estantes repletas de livros (que contrastam na “Veja” com os livros queimados pelos nazistas na ilustração acima), Yvonne espera o pior.

O mafioso irlandês Frank Costello, representado pelo ator Jack Nicholson, na cena de abertura de “Os Infiltrados” (*Departed*), premiado filme de Martin Scorsese, diz o seguinte: “Se

há algo que tenho contra os negros (assim na legenda, mas a palavra que ele pronuncia com desprezo é *niggers*) é isto: ninguém lhe dá vantagens, é preciso tomar.

Não custa lembrar que o sentido do verbo ‘tomar’ aí é ‘apropriar-se’ e parece que, deixando o lugar nenhum da utopia, sua materialidade e sua intensa disposição para romper limites parecem avizinhar-se de nosso horizonte político, do aqui e agora. Em outro sentido, o de receber (maus tratos físicos ou morais) ser vítima de (pancada, surra), como está no Houaiss, o verbo tomar é o pão nosso de cada dia há séculos no Brasil.

Maggie está assustada com a primeira acepção do verbo tomar. Vamos tomar.

AS COMADRES ESTÃO ASSANHADÍSSIMAS

04/06/2007

“Muito breve e agitada é a vida daqueles que esquecem o passado, negligenciam o presente e temem o futuro.” Sêneca, em *Sobre a brevidade da vida*.

Da leitura atenta de jornais e revistas deve-se concluir que os negros estão perigosamente empenhados na racialização da sociedade brasileira. Destituídos do emprego e da visão genômica, só conseguem ver, por exemplo, apenas brancos trabalhando nas empresas de comunicação e passam equivocadamente a pleitear “cotas raciais”, quando as ditas empresas já possuem toda a variação genômica de que necessitam (ver Capítulo IX do malfadado Estatuto do Negro).

Na semana passada (29.05.07), o Sr. Nelson de Sá, responsável pela coluna ‘Toda Mídia’ da “Folha de S. Paulo” chamou o jornal de Ali Kamel de “Jornal ‘não somos racistas’ Nacional”. Não se enganem, é briga de comadres, porque o epíteto qualifica na verdade toda a mídia brasileira, inclusive a “Folha de S. Paulo”.

Todos acusam os negros de encobrirem seus verdadeiros objetivos por trás de reivindicações descabidas de políticas públicas para a superação das desigualdades raciais. Como raça não existe e todos compartilham a mesma estrutura genética (afinal, o que tinha para ser distribuído a História o fez de modo especial neste paraíso), o que a fantástica reivindicação dos negros produzirá mesmo são desastres do tipo Auschwitz, isso pegando leve, é claro.

A “Veja” também citou Gobineau, inspirada talvez no perfil genético de artistas e atletas negros de sucesso. Convém não esquecer que, para Gobineau, uma gota de sangue teutônico faria qualquer ser inferior tocar violão e ganhar uma que outra medalha.

Segundo ainda a mesma “Veja” (edição 2011, ano 40, nº 22, p.86) até as primeiras décadas do século XX prevalecia o pensamento racista no Brasil. Se o marco inicial foi o século XVI, gostaria muito de saber o que ocorria no Brasil quando prevalecia o pensamento racista. Se os racistas negros projetam o Holocausto com apenas dois projetos de lei, quais seriam os parâmetros de nossas tragédias passadas? Outra coisa: o que foi mesmo que interrompeu o predomínio do pensamento racista no Brasil? A resposta de “Veja” é iluminadora: o façanhudo Gilberto Freyre. O paladino convenceu as elites brancas a abandonarem suas práticas nefandas contra os negros e dedicarem-se com afincos a estimular “os fatores decisivos nos processos civilizatórios”. Depois de trilhar quatro séculos na cacunda dos negros, os brancos finalmente desprovidos de racismo apearam e foram obrar o processo civilizatório.

A partir dessa façanha freyreana, adentramos o paraíso, de onde os negros querem agora nos arrastar para o forno crematório hitlerista. Vê se pode, comadre?

VISUALIZANDO O ESTRAGO, POR UMA FRESTA NA ‘VEJA’

11/06/2007

Foi forte a pressão no mês de maio, as empresas de comunicação abriram fogo cerrado contra as políticas de superação das desigualdades raciais. Ainda no último sábado havia editorial no “Estado de S. Paulo”, restos fumegantes da grande fogueira acesa no mês de maio em louvor da princesa Isabel, fagulhas repisando a mesma ladainha em favor da ‘meritocracia’ e contrária a políticas que só ‘disseminam’ racismo.

Como avaliar a real dimensão desse estrago? O governo, hesitante, recolheu-se ainda mais. Mesmo aquelas instâncias de governo voltadas especialmente para o tema parecem perplexas diante dos impasses e resistências e da forte campanha dos meios de comunicação.

Julgo apropriado recordamos um fragmento de pronunciamento de Nelson Mandela, em 16 de dezembro de 1997, após três anos no governo da África do Sul, durante a 50ª Conferência do Congresso Nacional Sul-Africano, na apresentação do que chamou de “relatório político”.

Mandela disse o seguinte:

“Talvez uma das lições mais dramáticas e importantes que aprendemos nos últimos três anos é a de que todos os elementos de nossa sociedade refletem e se caracterizam por 300 anos de dominação colonial e pelo apartheid.

Nosso movimento, a liderança que está reunida aqui, em cujas mãos está o futuro de nosso país ainda por muitos anos, tem de entender esse fato de maneira profunda e abrangente, que o país que herdamos é essencialmente estruturado de forma a nos negar a possibilidade de atingir a meta de uma nova sociedade centrada no povo.” (Ver Mandela, Nelson. *Vencer é possível*. Rio de Janeiro: Revan, 1998, p. 134.)

O entendimento ‘profundo e abrangente’ dessa dimensão que é também estrutural à sociedade brasileira está muito longe, portanto, do equívoco de quem imagina poder tocar alguma política em favor da população negra limitando-se a desbaratar recursos em shows e eventos estéreis. A resistência dos meios de comunicação é apenas uma das expressões possíveis do “essencialmente estruturado” a que se referiu Mandela.

Que estrago uma campanha massiva antinegro, como essa que foi desencadeada em maio, provoca em nosso próprio meio, historicamente já tão intimidado e oprimido? Alguma coisa sempre fica, nós sabemos. Ainda que não se deva descartar que se fortaleça, entre os mais ativos, com a diminuição da margem de diálogo e o encolhimento do governo, o desencantamento que abre caminho à forte tentação de ações radicais, de confronto direto.

Li ontem à noite com atenção a seção de cartas da revista “Veja”, que divulgou onze correspondências de leitores acerca do tema “raça não existe”, objeto de matéria de capa na edição da semana passada.

No conjunto São Paulo se destaca com quatro cartas, mas todas as regiões se fazem representar na seleção editada pela revista. Numa primeira leitura salta à vista que todas acolhem acriticamente e passivamente a linha argumentativa da reportagem a que se referem: raça não existe, cota é racismo e segregação racial, o Estatuto do Negro segue modelo americano e/ou nazista, somos uma ‘deliciosa salada racial’, políticas ditas “sociais” resolvem nossas desigualdades e a culpa é do governo do PT.

Depoimentos de negros sendo utilizados para legitimar o ataque às ações afirmativas são recorrentes e fazem parte, digamos, do ‘modelo’ de refutação adotado pelas empresas de comunicação. Nem sempre, porém, pode-se tirar plena vantagem do expediente e o resultado pode até mesmo contrariar as expectativas. Vejamos duas cartas do lote divulgado pela ‘Veja’ ontem, nas quais os missivistas se definem ‘negro’ e ‘afro-descendente’ (edição 2012, ano 40, nº 13 páginas 30 e 31).

Em uma das cartas, o leitor Luiz Otávio Montenegro Jorge, de São João de Pirabas, no Pará, se autoproclama afro-descendente, mas não fala de si, de sua experiência pessoal, o negro é o outro. Refere-se ao passado da escravidão, mas para negar que dela possa decorrer como consequência políticas que diferenciem brancos de negros. Luiz Otávio distingue preconceitos: oficializado e não- oficializado. O ‘oficializado’ é manifestação de grande gravidade e resultaria do estabelecimento de políticas públicas em benefício dos negros, na verdade confunde-se com as cotas. O não-oficializado está implícito e se manifesta num grau aceitável ou preferível.

O texto de Luiz Otávio, em suma, limita-se a reproduzir a argumentação da reportagem de ‘Veja’, onde se afirma que distinguir é discriminar, derivando a concepção esdrúxula de que se pratica racismo quando se implementam políticas públicas em benefício dos negros. Luiz é a única versão possível de afro-descendente que agrada aos brancos.

O outro leitor, Leandro Pereira Mota, de Taubaté, São Paulo, se define como negro e surpreende. Leia a íntegra do fragmento divulgado:

“Como negro, nunca me senti inferiorizado pela cor da minha pele, e não é com cotas que se igualam as coisas. E as pessoas pobres de pele branca, como fazem para entrar numa faculdade? Eu já tive de ouvir que não possuía padrão europeu numa entrevista de emprego, e com certeza não é o governo dizendo que eu sou negro que fará o racismo acabar no Brasil. Chega de demagogia.”

O racismo aqui não é uma decorrência das cotas. O racismo está associado ao modo como pessoas de um grupo veem pessoas de outro grupo, gerando como consequência a recusa ao emprego. Leandro é negro e fala de si, de sua experiência pessoal. Leandro acusa o governo de fazer demagogia com as cotas, porque elas não são capazes de acabar com o racismo e não porque o racismo não exista no Brasil. Leandro diz que estimular a identidade racial sem encaminhar ações efetivas que permitam ‘igualar as coisas’ é demagogia.

Se pessoas brancas pobres entram na faculdade, como é que se igualam as coisas? Leandro não se sente portador de atributo que devesse inferiorizá-lo. As cotas não parecem em sua visão o meio adequado para superar a hierarquização motivada por distintas aparências (superior/inferior). E além da escola? Leandro foi preterido no acesso a uma vaga no mercado de trabalho porque não tinha uma aparência europeia. ‘Ter de ouvir’ é igual a ‘foi obrigado a engolir’, teve de submeter-se, sujeitar-se a uma norma racista da empresa em que buscava emprego. O que decidia o acesso ao emprego era a aparência (a cor, a raça que não existe).

A Constituição diz outra coisa e, em um país que a mídia diz abominar o racismo, fico especulando quais as razões que levaram Leandro, um sujeito que não se sente inferiorizado

pela cor da pele, a não procurar a delegacia mais próxima e prestar queixa como vítima de racismo. Leandro refere-se a uma sociedade que o obriga a ser 'segundo', a ser preterido por um 'primeiro' de aparência europeia.

A argumentação das empresas de comunicação e formadores de opinião recorre sempre a uma projeção que diz que o estímulo à identidade racial vai tornar as coisas muito piores. Como Leandro sabe o que é racismo na prática, penso que ele refuta aquilo que possa vir a piorar o que já vai muito ruim. Ele quer igualar as coisas, não piorá-las. Acho que temos aqui uma pista de como a forte campanha da mídia bate em nosso povo. Um recuo, uma tragédia.

TV PÚBLICA: FALTA NO DEBATE UMA CRÍTICA RADICAL AO RACISMO

02/07/2007

No debate sobre TV pública, o ministro da Comunicação Social, Sr. Franklin Martins, na avaliação que faz da TV comercial, tem se manifestado escandalizado com o fato de que nenhuma emissora brasileira mantém “um jornalista correspondente num país africano”. É chocante, ele tem dito, considerando-se o percentual da população afro-descendente no país. E complementa dizendo que as emissoras têm os olhos voltados exclusivamente para o ‘circuito Elisabeth Harden’ (O Estado de S. Paulo, edição de 28 de junho de 2007, Cad. 2, p. D7).

Diante disso, a repórter Leila Reis, obviamente, perguntou: “O senhor acha que nossa cabeça é de colonizado demais?” E Martins respondeu: ‘Eu prefiro supor que falta criatividade, capacidade de arriscar. Como a TV comercial só olha para o custo e retorno comercial, está condenada a uma visão imediatista. A TV pública, ao contrário, tem de ir além do imediato, construir audiência com o tempo, com qualificação. Claro que olharemos para o custo, mas valorizaremos o retorno cultural, político’.

Mais adiante, Franklin Martins, afirmando a independência da TV pública, disse que, para isso, ela não poderá estar na mão de quem controla a ‘torneirinha dos recursos’, nem ‘depende da boa vontade do governo de plantão’, e que essa era a vontade do presidente Lula, a construção de uma ‘rede independente’.

Martins é a favor do patrocínio na TV pública e exemplifica também com a África, dizendo que ‘o patrocínio de um programa sobre África pode ser oferecido a uma companhia brasileira que faz investimentos lá, como a Petrobrás, a Odebrecht’.

Afora isso, há alusões ao fato de que somos uma nação ‘plural’ e que se investirá ‘na diversidade da cultura brasileira que não está na TV comercial’.

Eu creio que nada disso autoriza uma expectativa racional, e favorável, no sentido de que teremos uma TV pública, independente de governos e do poder econômico, capaz de veicular os conteúdos subversivos ligados à identidade afro-brasileira.

Franklin Martins tem a seu favor, a meu ver, o fato de ter escrito um livro sobre jornalismo político para ‘jovens repórteres e estudantes de comunicação’ e incluído um estudo de caso sobre José do Patrocínio, que ele considera “um dos maiores jornalistas que este país conheceu”, demonstrando a grande capacidade de análise política de Patrocínio na conjuntura que antecede a abolição da escravidão. (Ver *Jornalismo político*. São Paulo: Contexto, 2005.)

Porque a questão principal está na pergunta levantada pela repórter do Estadão, e tangenciada por Martins, que envolve algo implicado nas estruturas mais amplas de dominação, de educação e formação.

Para se ter uma ideia, o já citado estudo de caso do livro de Martins é exemplo único e solitário na bibliografia das faculdades, que pensam comunicação como se nada de importante tivesse acontecido na área envolvendo atores não-brancos. Ignoram a imprensa negra, ignoram Manoel Querino, etc.

Deus nos livre e guarde de um programa sobre a África patrocinado por Odebrecht e congêneres. Conhecemos alguns livros e iniciativas culturais patrocinados por essas empresas, distribuídos como brindes a privilegiados. Vai ficar tudo com a cara da agência África, de Nizan Guanaes, que tem uma recepcionista negra e muita miçanga nos adereços.

Veicular e não veicular, posto assim tudo parece muito simples, Sr. Martins. Não considerar a África e os afro-descendentes relevantes não é uma questão de ‘criatividade’, trata-se de uma resistência ancorada no racismo, em hábitos mentais e psicológicos cultivados nas melhores escolas do país, na dominação política e econômica, na desumanização do africano e de seus descendentes.

Aliás, a mídia brasileira costuma ser muito criativa ao perpetrar essas perversões. O que orienta a programação da TV comercial se abriga no centro mais profundo da cultura brasileira: a rejeição a tudo relacionado ao negro. A TV pública, se quer de fato romper com essa tradição, tem que se dispor a fazer uma radical crítica dos postulados racistas e de sua força desumanizadora que corroem nossa formação e nossas possibilidades de construção de uma sociedade efetivamente democrática e pluralista..

A CATADORA DE MIOLOS – O QUE ELA NOS DIZ?

23/08/2007

A imagem de Débora, curvada, catando pedaços de miolos de seu irmão, um ‘neguinho abusado’ segundo o policial que esmigalhou sua cabeça com um tiro de fuzil, será capaz de atravessar as barreiras erguidas para proteger a sensibilidade de autoridades de governo, lideranças empresariais e da sociedade civil quanto aos custos humanos do racismo e da discriminação racial entre nós?

Os valores desumanizadores que estimulam as agressões e crimes racistas, como sabemos, estão longe de confinar-se aos quartéis e às delegacias e circulam na família, nos meios de comunicação, na escola, na política, etc.

Os dados estatísticos – sobre como essas crianças são rejeitadas e assassinadas, velhos de mais de três décadas, são ignorados por quase todos e ninguém nunca é cobrado a assumir uma parcela mínima de responsabilidade no extermínio da juventude negra.

Essa catadora de restos humanos é avalizadora de que democracia? Esse sentimento de respeito e dignidade e corajosa responsabilidade pelos seus entes queridos – essa esperança sobre-humana é real?

Nossa esperança de futuro parece repousar na fé inabalável da catadora de miolos - fragmentos de nossas possibilidades abortadas, nosso processo mutilado de crescimento e desenvolvimento.

Débora apura sua tarefa porque, ao contrário das autoridades, está envolvida com o mundo das responsabilidades, da ética e da decência. Quem matou seu irmão? Quem matou meu irmão? Quem matou e mata nosso irmão, afinal? A catadora de miolos nos transmite assim, com sua determinação, uma visão engajada de futuro. Os negros mortos têm mãe e irmãos que se curvam para recolher seus restos dispersos, mas se erguem para perseguir obstinadamente os responsáveis pelos crimes covardes. Reaja à violência racial, é o que nos diz Débora.

04/09/2007

Joaquim Barbosa saltou para as capas da revista e foi entrevistado por todos os principais jornais no final de semana, como previra a troca de e-mails de seus colegas do STF. E como tinha pressentido Pedro Simon, durante a sessão da Comissão de Constituição e Justiça do Senado que aprovou a indicação de Joaquim Barbosa para exercer o cargo de ministro do STF.

“Tenho um pressentimento...”, dizia Pedro Simon, no dia 25 de maio de 2003, mas na verdade tinha dois. Um, de que “V. S^a vai marcar época no Supremo, não tenho dúvida nesse sentido. Com seu estilo, com sua maneira de ser, com a profundidade de seu pensamento, com a sua maneira de abordar as matérias, V. S^a vai marcar época no Supremo Tribunal Federal”.

O outro pressentimento tinha a ver com a dimensão racial. Simon considerava a indicação de Joaquim Barbosa “o ato mais importante do Governo Lula, até agora. E, querendo ou não, esse será um ato que vai marcar o Governo Lula para todo sempre, porque no futuro vamos dizer: ‘Te lembrás daquela manhã, quando um tal de Lula manda um homem de cor que apareceu e foi indicado, e foi o primeiro, e agora está cheio, de tudo que é lado?’ Esse é o momento que estamos vivendo.”

Simon comungava essa segunda antevisão de futuro com o relator da Mensagem presidencial, o senador César Borges, que, ao abrir a sessão com a leitura de seu relatório, disse esperar “que essa indicação que fez o Governo da República, tão carregada de simbolismo, seja um sintoma de que alcançamos o ponto de inflexão na nossa história rumo à igualdade de direitos e de oportunidades”.

“Estrépito midiático” foi a expressão usada por Joaquim Barbosa na sabatina do Senado para referir-se à reação da mídia ao fato de ele ser negro. E fez, como Simon e César Borges, uma projeção otimista de nosso futuro, ao mencionar as “barreiras invisíveis”, os obstáculos à mobilidade dos negros, que ele via, nos próximos anos, caírem “automaticamente” e “naturalmente”, enfatizando que “Daqui a pouco, ninguém mais prestará atenção quando se promover a nomeação de um negro para uma posição importante”. (As citações foram extraídas de “Sabatina do Dr. Joaquim Benedito Barbosa Gomes”, Brasília, Senado Federal, 73p. OS nº06541/2003.)

Olhando para trás, podemos afirmar que as esperanças de 2003 numa configuração de “um ponto de inflexão”, a partir de ações deliberadas de governo, frustraram-se. Barreiras raciais,

construídas pelo racismo e pela hierarquização do humano, e que estruturam desigualdades profundas, também não caem “naturalmente” nem “automaticamente”.

Numa sociedade em que funcionários pagos pelo Estado explodem com seus fuzis a cabeça de engraxates negros de 13 anos, estamos lidando, evidentemente (não há nada invisível aí), com um nível de racialização que não se resolverá com a indicação, de caju em caju, de uma pessoa negra para um posto de destaque e importância.

Carolina Brígido, Fernanda Godoy, Francisco Leali e Sérgio Fadul, do jornal “O Globo”, entrevistaram o ministro Joaquim Barbosa para a edição de domingo (2 de setembro de 2007, p.8). Vejamos o trecho a seguir:

- Como vê seu papel como o único ministro negro no STF? Considera que tem uma responsabilidade maior por isso?

BARBOSA: Não. Ao acordar, não olho a cor da minha pele.

- Mas as pessoas olham?

BARBOSA: No início, olhavam muito. Como disse quando fui nomeado: o Brasil terá que se acostumar com a minha cara. E já se acostumou.

Das barreiras invisíveis, passamos para a cor invisível. O ministro quando acorda não olha a cor de sua pele e as outras pessoas já se acostumaram com ela, ou seja, também não reparam mais nela. O ministro não repara, as outras pessoas também não, a cor sumiu aos olhos de todos. Lá em cima, eu não me vejo mais negro quando acordo e sonho que os outros sonham comigo. Acordo? Sonho? O estrépito midiático atual parece propiciar e estimular alucinações visuais.

A REALIDADE É BEM OUTRA

16/09/2007

O Jornal Nacional, na sexta-feira (14.09.), fez um breve comentário, usando as expressões “pequena mudança” e “ligeiro aumento”, para referir-se ao crescimento do número de pessoas que se declararam “pretas” na última PNAD do IBGE.

A “Folha de S. Paulo” (edição de 15 de setembro) fez chamada de primeira página e mostrou os números do crescimento, 1,34 milhão de pessoas, de 2005 para 2006, um aumento percentual de 6,3% para 6,9%. As expressões utilizadas na reportagem da Folha são “sair do armário” e “ganhar mais visibilidade”. Mais pessoas estariam assumindo a própria cor (uma

migração de pardos para pretos), em razão das ações afirmativas e/ou das ações dos movimentos negros.

Recuando um pouquinho no tempo, no acervo da própria “Folha de S. Paulo”, encontramos uma reportagem de Sabrina Petry (“Cresce o número dos que se definem negros”), publicada na edição de 8 de junho de 2000, p. C9, que abordava resultados de estudo do IBGE para a década de 90. Segundo Nilza de Oliveira Martins Pereira, da coordenação da pesquisa, tinha crescido o número de jovens na faixa de 15 a 24 que se autodeclaravam negros e a razão disso era o trabalho de conscientização atribuído aos movimentos negros.

De acordo com Nilza Pereira, “em 1980 os brancos eram 54,7% da população nessa faixa etária e os negros, 44,8%, enquanto em 1991, os negros passam a 50,5% e os brancos a 49,2%”.

Eu comentava na ocasião: “A população negra já é maior do que a branca, mesmo levando-se em conta o homicídio, a principal *causa mortis* da juventude negra nas grandes cidades, e o acentuado declínio da fecundidade de mulheres negras nos anos 80, resultado da onda desenfreada de esterilizações. Não podemos desprezar esse fato: o crescimento da consciência negra entre os jovens se dá em um momento de extrema opressão e violência. (Ver “O desafio de controlar a própria explosão”. Em: *Entre Áfricas e Brasil*/Selma Pantoja (org.) et alii –Brasília: Paralelo 15-São Paulo, Marco Zero, 2001)

Notícia velha, como se pode ver. O avanço da consciência negra é profundo, contínuo, duradouro, irreversível, mesmo diante de um quadro profundamente adverso, e está subestimado na pesquisa do IBGE. A separação atual entre “ações afirmativas” e “ações dos movimentos negros” é de pouca valia também, na busca das “causas”. Todas as tímidas medidas de reconhecimento de uma “população negra”, na área de políticas públicas entre nós, devem ser creditadas aos movimentos negros.

As pesquisas de público do Bando de Teatro Olodum revelam o crescimento de um público negro, ao longo dos dezessete anos de existência do grupo, tá ligado? Há trinta anos não existiam quilombos nem sequer no passado que se vislumbrava na historiografia oficial, tá ligado? No início dos anos 80, o IBGE ainda engavetava pesquisa de mercado de trabalho que acentuava o papel da variável cor/raça, tá ligado? E a onomástica? Caiodês, Luanas, – minhas filhas Inaê e Tana recebem a visita da amiga Aquataluxe, tá ligado?

Os dados do IBGE são apenas ponta de iceberg, mas já não podem sugerir como antes a ilusão de domínio e controle. Foi estancado o processo de embranquecimento (de arianização, como se dizia até os anos 30 do século passado). Invertemos o sentido ideológico da miscigenação, a sociedade brasileira não mais “puxa pra branco”, como se dizia na minha terra.

O ilusionismo é a arte de criar ilusão por meio de artifícios e truques. Os ilusionistas vão continuar fazendo seu trabalho e nós, o nosso.

DE CANALHAS E CANALHICES

28/09/2007

Arlindo Chinaglia, presidente da Câmara, está merecendo uma repreensão enérgica dos brasileiros pela forma irresponsável como vem tratando uma matéria pronta para debate e votação na mesa da Câmara, desde dezembro de 2002. Mas Chinaglia é pau mandado.

O projeto de Estatuto do Negro (temos que chamá-lo assim porque a Casa Civil da Presidência da República, em 2004, elaborou uma versão que mutilava a proposta original, incluindo outros segmentos étnicos e retirando a previsão de recursos orçamentários. O ofício que encaminhava a contraproposta para parlamentares negros do PT tinha a assinatura de José Dirceu.) foi desde aquela data remota ignorado solenemente também por João Paulo Cunha e Aldo Rebelo, antecessores de Chinaglia.

O governo federal preferiu socorrer diretores de clubes com débito com a Receita Federal, o Fundo de Garantia e o INSS, criando a Timemania, uma loteria que poderia até ter destinado parte de sua arrecadação para sustentar políticas públicas de superação das desigualdades raciais. Se houvesse a mais vaga intenção de agir nesse sentido, é claro.

Vejam a serenidade (em contraste com o destempero de ontem) com que Chinaglia, na foto que ilustra esta opinião, faz propaganda do livro anti-Estatuto e tire suas conclusões sobre as reais motivações da descompostura com que os ativistas do Movimento Negro foram recebidos pelo presidente da Câmara.

Olhando para a câmara da Rede Globo, Chinaglia reiterou seu juramento de fé e fidelidade aos princípios ideológicos que orientam a construção tanto do Jornal Nacional quanto dos textos do livro que ele cuidadosamente exhibe para a mesma emissora de TV. Chinaglia corteja a mídia e as estruturas de opressão racial.

Os parlamentares negros da base do governo sabem mais do que afetam neste momento de “indignação”. Sabem que o seu governo não quer a aprovação nem do Estatuto nem do projeto de cotas na universidade e fazem marola com o ativismo negro. A palavra de ordem no Planalto é: cotas sociais, e olhe lá. Se puderem evitar isso também, tanto melhor. Prouni e Bolsa Família, nem um passo adiante.

ENQUANTO NA BOCA FLORESCE A PALAVRA QUE SERÁ, FIQUE DE OLHO NO IBGE

01/10/2007

Alexandre Rodrigues e Felipe Werneck, ao informarem em matéria do Estadão que o sistema de classificação de cor do IBGE está sendo revisado pelo órgão, já adiantaram uma conexão relevante, a saber, que “A decisão foi anunciada no momento em que a proporção de autodeclarados pretos e pardos (49,5%) da população encostou na de autodeclarados brancos (49,7%), segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2006”.

Os técnicos do IBGE, conforme ainda a reportagem de “O Estado de S. Paulo” (29.09.2007, p. A35), vão verificar em 2008 “se as atuais cinco categorias (branca, preta, parda, amarela e indígena) estão adequadas à realidade do País”.

A notícia é preocupante por várias razões, uma delas já adiantada no *lead* de Rodrigues e Werneck. O “momento” é de expansão da consciência negra, quando na boca daquele(a) que se declara ao recenseador floresce a palavra que será, lembrando aqui um poema de Mário de Andrade.

Em minha opinião acerta quem enxerga nas anunciadas mudanças de critério marcas da pressão anticotas, cujos representantes não têm o menor pudor em declarar que “O Brasil não tem cor. Tem todo um mosaico de combinações possíveis”. (A frase é de Carlos Lessa.)

Essas combinações se dão sempre em prejuízo da identidade negra – no momento em que se amplia a noção de afro-pertencimento e cresce o engajamento numa prática política que já não aceita a mutilação da dimensão racial. É preciso acentuar ainda que a identidade branca foi sempre resguardada nessas “combinações”. Ela é a identidade que se confunde com a do poder político, econômico e ideológico. A valorização da mestiçagem e suas “combinações” é, afinal, uma das expressões do arraigado sentimento antinegro das elites.

Uma outra razão de preocupação diz respeito ao histórico nada tranquilizador do IBGE, quando o assunto é a cor da população. A PNAD mesmo, só para ficarmos em um exemplo, já ignorou a cor dos entrevistados. A introdução do quesito cor se deu a partir de 1988, sob forte pressão. Quem poderia falar de racismo se a cor/raça não estava presente nas pesquisas amostrais? E a construção de indicadores, para a elaboração de políticas públicas, tomaria como referência qual base de dados?

O outro lado disso tudo nós poderíamos chamar de Síndrome do Chinaglia, que se manifesta nos dias que se seguem à divulgação de indicadores sociais e econômicos com a variável cor/raça. A síntese divulgada na semana passada pelo IBGE dos dados colhidos na última PNAD reiterou a informação, por exemplo, acerca da remuneração inferior de “pretos” e “pardos” em relação a “brancos” com a mesma educação.

O estado mórbido que alcança formadores de opinião, partidos políticos e chefes de governos em todos os níveis pode ser resumido na frase: **Quem se importa mesmo com isso?** Isso, o racismo, não existe e essas associações da PNAD entre cor e remuneração não passam de fantasias estatísticas, sem nenhuma relação com práticas sociais concretas, opressivas e desumanizadoras. Precisamos rever esses critérios aí, eles dizem.

Há os que fingem admitir alguma realidade nos dados da pesquisa que, é bom que se diga, apenas vislumbra as desigualdades e a subordinação racial, mas também são dominados pela inércia e dedicam-se à contemplação perversa. Na verdade, deixam-se conduzir pela ilusão de que o racismo, deixado em paz, se desmancha no ar. Essa inércia é, no fundo, resistência à mudança e traduz mesmo a confiança que depositam na reprodução infinita do modelo de opressão racial vigente entre nós e que os beneficia de vários modos.

No entanto, as pesquisas (uma conquista política) vêm revelando desde a passagem dos anos oitenta para os noventa que “na minha boca floresce/a palavra que será”.

HISTÓRIA E CONFRONTOS DE PODER

25/10/2007

Segundo Edward Said, desde Nietzsche não sabe quem não quer que um dos fundamentos essenciais do poder reside no direito de dizer o que é história, no direito de decidir quais acumulações da memória são mais legítimas que outras.

Pois bem, já está decidido que o ano de 2008 será oficialmente (com Petrobrás, MinC, Roberto Marinho, etc.) o ano do Bicentenário de D. João VI.

Quem viveu 1988 na ativa sabe o que a tentativa de se criar, como sugere Said, narrativas alternativas à história oficial pode desencadear entre nós. No Rio de Janeiro, no dia 11 de maio de 1988, o Comando Militar do Leste botou a tropa na rua para impedir nossa releitura da história. A afirmação de Zumbi diante da estátua de Caxias foi vista como “deturpações com

propósitos impatrióticos de criar antagonismos e até ódios entre irmãos de qualquer raça e cor...”.

O silêncio sobre os 120 anos da Lei Áurea está, em parte, relacionado ao fato de que sua glorificação já não pode influir como antes no comportamento dos negros, induzindo-os a crer na boa disposição dos brancos para implementar o que entendem por uma “democracia racial” - seja qual for o significado dessa expressão.

É uma data relativamente esvaziada no confronto com a militância negra mais consequente, em que pesem os esforços do Movimento Negro Socialista e sua banda de companheiros mágicos. A princesa é, como se sabe, um ícone de colossais dimensões doutrinárias na cartilha que Magnoli fez para os líderes negros socialistas pararem de gaguejar diante de autoridades em Brasília.

Por outro lado, no ativismo negro igualmente socializante que viceja na base do governo e adjacências o que se quer, a todo custo, é construir um “projeto político” nos limites definidos pelos partidos que, é bom que se diga, nunca possuíram nem mesmo um esboço que se aproximasse disso. Sabe-se que os comitês centrais e as executivas idem não veem com preocupação essa arrojada tentativa de suas bases negras. Há quem considere essa indulgência dos superiores um inequívoco sinal de que é isso mesmo que tem que ser feito.

Penso, com minhas limitações, que o fim da tolerância dos superiores está talvez delimitado pelo calendário eleitoral, as eleições municipais. No próximo ano acaba o recreio e as exigências de construção do socialismo saberão impor suas tarefas inadiáveis.

Vamos de D. João VI, ao cinema e às exposições, aos filmes, livros e séries de TV. A Lei 10.639, uma tentativa afinal de confrontar um dos fundamentos do poder e propor narrativas alternativas à história oficial, parece que vai morrer de indigência.

HOJE, NO PLENÁRIO DA CÂMARA

26/11/2007

O plenário da Câmara debateu hoje até as 14 horas o projeto de Estatuto do Negro. Como era esperado, não havia mais que oito deputados presentes, todos da Frente Parlamentar pela Igualdade Racial. A exceção foi o Dep. Arlindo Chinaglia, que presidiu os trabalhos. Os oradores eram, de um lado, ativistas e intelectuais do Movimento Negro reunidos sob critério que me pareceu bastante elástico e, de outro, a turma de Ivonne Maggie.

Maggie e sua banda de companheiros mágicos, socialistas destemidos, levaram um banho. Teria sido pior se alguns oradores pró-Estatuto não se dedicassem mais à propaganda de suas organizações do que ao tema presumidamente em discussão. A transmissão da TV Câmara ao vivo sempre estimula desvios narcisistas

Hélio Silva, Medeiros, Edna Roland, Paulo do Orunmilá e mais alguns seguraram o rojão. Maggie e sua trupe apenas reiteraram atabalhoadamente a ideia de que a aprovação do Estatuto “vai nos levar a muito sofrimento porque propõe a desigualdade entre os brasileiros”. Você entendeu exatamente o que a eminente professora da UFRJ quis transmitir: a raça nos divide, todo o resto estimula o conagraçamento entre os brasileiros. Deixemos, pois, a raça de lado e sigamos felizes.

Os jornais televisivos noturnos terão um grande trabalho de edição, com depoimentos colhidos do lado de fora do plenário, para reverter a goleada que a turma anticotas e anti-Estatuto levou hoje na Câmara.

Mas não é isso o que mais preocupa agora. Notamos a ausência do líder do Governo na Câmara, naquela hora e naquele lugar a figura mais legítima para expressar o interesse do Governo na tramitação da matéria. O presidente Lula, tão enfático na defesa do Estatuto nas comemorações do Vinte, irá com certeza adverti-lo sobre a importância da matéria.

Outra preocupação é o encaminhamento anunciado no final pelo Dep. Arlindo Chinaglia. Ele pretende montar uma Comissão Especial, ainda esta semana segundo informou, para apreciar o projeto de Estatuto que veio do Senado. Em 2002, outra Comissão Especial aprovou, por unanimidade, um substitutivo ao projeto inicial do então Dep. Paulo Paim.

O substitutivo foi encaminhado à mesa da Câmara, para debate e votação, em dezembro de 2002. Em março de 2003, após um ligeiro debate no plenário, a proposta foi retirada para exame pela liderança do Governo.

Chinaglia alegou hoje que a criação da Comissão Especial se justifica porque é um meio regimental de agilizar a tramitação do projeto, cujo teor envolveria a apreciação de muitas comissões. De todo modo, fica a impressão de que estamos andando em círculos. E, pior, deixando algo importante para trás. A julgar pela experiência de 2002, Comissão Especial agiliza, mas não garante nada.

A singela autorização ao Executivo para que preveja recursos orçamentários visando a implementação das políticas que constam do Estatuto (é assim que está no projeto do Senado) transferiu a discussão do financiamento para quando se for discutir, num futuro improvável, a proposta de emenda à Constituição com esse teor.

Com a vantagem da aprovação em uma das casas, o projeto que veio do Senado aparentemente zera o jogo na Câmara e voltamos à criação de mais uma Comissão Especial. Pelo menos hoje houve silêncio sobre a proposta da Câmara. Coloquei a questão para o Dep. Chinaglia, no final dos trabalhos. Ele ficou de se informar melhor com a Secretaria Geral da Mesa acerca do destino da proposta da Câmara. Se possível, ele disse, se fará uma apensação. A mim me parece um sério prejuízo montar uma Comissão Especial dando-se por resolvida a questão do Fundo. Ou adiando-se a discussão para o momento de apreciação da proposta de emenda à Constituição. Por isso, a proposta da Câmara tinha que permanecer no debate.

“MESMICE ESQUERDOFRÊNICA”

30/12/2007

“o sonho vem do futuro
e voa para o passado
donde volta como névoa
donde volta reforçado”

Agostinho da Silva

(**Uns poemas de Agostinho** [Col. Obras de Agostinho da Silva. 3ª ed. Ulmeiro, 2005, p.27.]

Neste final de ano, gostaria de receber de presente o livro novo de Antonio Risério – “A Utopia Brasileira e os Movimentos Negros”. Não podendo ainda comentar o livro, limito-me a algumas observações sobre a entrevista de seu autor a Flávio Moura, divulgada no caderno “Mais” da “Folha de S. Paulo”, edição de 16 de dezembro, p. 4/5.

Em síntese, os brasileiros são mestiços, genética e culturalmente. Mestiçagem aqui não é sinônimo de harmonia, nem mecanismo de redução de distâncias sociais. Não exclui, portanto, o conflito e a discriminação. E, sendo assim, a miscigenação é também destacável de qualquer fantasia de ‘democracia racial’.

As desigualdades sociorraciais, que convivem com a miscigenação singular e efetivo diálogo inter-racial, devem ser combatidas pelo ‘crescimento econômico, investimentos em educação, equalização de oportunidades, aumento da oferta de empregos’. Uma ênfase especial deve ser dada à abolição dos privilégios de herança, que contribui para perpetuar desigualdades.

Risério opõe ainda ao que chama de ‘racialismo de resultados’ (cotas, etc.), a proposta que entende ser mais radical e profunda de converter o mito (democracia racial) em história – de instaurar, em suma, uma verdadeira democracia racial.

Flávio Moura leu o livro *por supuesto* e afirma na abertura da entrevista que Risério ‘dedica boa parte do livro ao exame do racismo nos EUA (...) e reconhece a existência de racismo no Brasil’. Mas o foco do livro, ainda segundo Flávio Moura, são as tentativas de ‘importar categorias ou políticas raciais estranhas ao contexto brasileiro’. Risério é duro com aqueles que, numa espécie de tributo pago pela vassalagem aos EUA, desprezam nossas especificidades históricas e dedicam-se a transplantar o dualismo norte- americano (branco/preto). Ele admite, porém, que existe “uma coincidência entre fenótipo e lugar econômico, tanto no Brasil quanto nos EUA”.

Estou de fato ansioso para ler o livro. Reconheço aqui e ali na entrevista algumas ideias que Risério defendia assim-assim em 1981 (*Carnaval Ijexá*, Edit. Corrupio), muito antes do debate sobre cotas e ações afirmativas, mas já num contexto de muita denúncia por parte dos movimentos negros. O título do livro e a proposta a que atribui profundidade e radicalidade parecem brotar desse trecho do *Carnaval Ijexá*: “De fato, enquanto não passarmos do mito da ‘democracia racial’ para a realidade da *democracia racial*, isto é, enquanto não realizarmos o mito ou a utopia central do sonho brasileiro, será difícil, impossível mesmo, discordar de Abdias Nascimento, quando este, do prisma radical da militância negra, vê, no mito da ‘democracia racial’, a metáfora perfeita do racismo à brasileira.” (p.72)

O problema com esse sonho que “vem do futuro” é o aviltamento/apagamento do sujeito que sonhou e sonha esse troço há muito tempo no passado. Não existe utopia sem os movimentos negros. A Casa Grande nunca sonhou a igualdade, tenha dó. Em plena escravidão os brancos defendiam que o Brasil era um paraíso racial. Sempre foi sonho de preto a democracia racial. É a carne mais barata do mercado que sempre se dispôs a ‘encarnar’ de fato o mito. Aliás, muitos pedaços dessa carne que buscava materializar o mito foram espalhados na cidade da Bahia em 1798 (pedaços de João de Deus, Manoel Faustino, Lucas Dantas, Luiz Gonzaga, enforcados e esquartejados).

Segundo Emília Viotti da Costa, que cita os “Autos da Bahia”, Manoel Faustino, com dezessete anos, disse a seus algozes que a revolta tinha como objetivo “reduzir o continente do Brasil a um governo de igualdade entrando nele brancos, pardos e pretos, sem distinção de cores, somente de capacidade para mandar e governar” (*Da Monarquia à República*–

momentos decisivos. 4ª ed., Brasiliense, 1987, p.32). O sonho de uma democracia racial, portanto, não tem origem oligárquica e senhorial

“Mesmice esquerdofrênica” é uma expressão deliciosa de Antônio Risério de 1981, referindo-se aos críticos que na ocasião argumentavam contra a juventude do black-rio, acusando-a de alienada e subserviente, por importar realidades e comportamentos da juventude negra dos EUA. A expressão hoje me parece bem apropriada à fala de Risério na “Folha”. Na entrevista, ele assume a mesmice que nos acompanha desde o século dezenove, quando se dizia que nos EUA foi preciso uma guerra para acabar a escravidão porque lá havia ódio e aqui

“reinava a mais plena harmonia racial” (Ver por exemplo **Onda Negra Medo Branco**, de Célia Maria Marinho de Azevedo, 2ª ed. Annablume, 2004, p. 65).

Quem aguenta tanta singularidade, tamanha “especificidade histórica”? Entre os intelectuais brasileiros, está se tornando um hábito jogar a responsabilidade do “racialismo” sobre as costas dos movimentos negros, enquanto se presumem tributários de uma tradição inventada que sonhou e sonha a “democracia racial”. A esse valor supremo se oporiam os movimentos negros, capachos dos norte-americanos. Por isso saio da entrevista com a impressão de embromação e logro. “Vós sois o Cristo!”, bradava o padre Antônio Vieira aos escravos nos engenhos do Recôncavo no século XVII. Hoje, a intelectualidade brasileira imagina controlar a ação política dos movimentos negros bradando “Vós sois racistas!”. Assim controlados, quietos, aguardaremos a realização da utopia forjada na Casa Grande, que está mais para “juízo final” do que para a encarnação seja lá do que for na história. É sintomática a reprodução da entrevista no site da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Mas vou ler o livro do Risério e seguramente comentá-lo aqui mesmo.

DE NOVO, OS CARTÕES. A SEPPIR ESTÁ DEVENDO UMA EXPLICAÇÃO MAIS CONVINCENTE

14/01/2008

“O Estado de S. Paulo” retomou ontem o tema dos gastos com os chamados cartões corporativos, onde se destaca Matilde Ribeiro, Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. A denúncia já havia sido feita pelo “Jornal do Brasil”, em julho do ano passado.

De R\$171,5 mil gastos em 2007, a ministra Matilde Ribeiro, segundo a reportagem do Estadão, gastou 121,9 mil com aluguel de carros, “sempre pagos à mesma empresa de locação de veículos”. A empresa é a Localiza, segundo a reportagem do JB de julho/2007.

Contrastando as explicações da assessoria da Seppir com as de outros ministérios na mesma reportagem, fica-se com a impressão de fragilidade e de suspeita, já que nem ao menos há concorrência pública para a escolha da locadora ou transportadora. Aguarda-se uma resposta que precisa convencer e afastar qualquer dúvida. Se as autoridades estaduais podem ceder carro e ajudante de ordens para o secretário da Pesca, porque não fazem o mesmo com a Seppir? Se o ministério dos Esportes faz concorrência pública, porque a Seppir não faz o mesmo?

Outra coisa: se a justificativa das viagens é a rediscussão de políticas de promoção da igualdade racial com os novos governos estaduais, aí eu acho que seria fácil liberar a agenda, a ata das reuniões e, principalmente, apontar os resultados da re-discussão (as políticas adotadas ou por adotar, um programa, que sei eu). Sem resultados políticos palpáveis tudo vira um passeio de carro pelo Brasil afora. As videoconferências sairiam muito mais em conta, se se trata só de discussão ou de re-discussão.

UM ENORME SILÊNCIO E O CARNAVAL DE NOSSA DESESPERANÇA

27/01/2008

“Não fosse uma dor humana
sob um nevoeiro tão denso.”

(Cruz e Sousa)

No Rio de Janeiro, o prefeito César Maia, implacável, organiza a participação popular e patrocina aquele que ficará provavelmente na memória como o carnaval dos Braganças. Conta para isso com o firme apoio de carnavalescos e diretores de escolas de samba na recriação fantasiosa de velhas representações benignas do poder de senhores de escravos.

“Falar bem de dom João garante R\$ 6 milhões” é o título de reportagem de Luiz Ernesto Magalhães em “O Globo” (edição de 13.01.2008, p. 23). Só no Grupo Especial serão duas escolas. No total, incluindo as divisões de acesso, treze escolas vão destacar a importância histórica, econômica e cultural do período e a figura do príncipe regente.

Mas nada de crítica ou deboche, a Prefeitura pagou a viagem de carnavalescos a Portugal, “para fazerem pesquisas históricas”. E fez ainda várias reuniões para ajeitar os

enredos conforme as necessidades e os interesses das classes dirigentes. Milton Cunha, um carnavalesco, disse: “Tudo bem, o importante é que o enredo dá dinheiro”.

Natal, o Natal da Portela, já se foi há muito. Na entrevista que deu ao “Pasquim”, em 1972, ele contou como matou um homem branco racista que o ‘desfeiteava’ com frequência:

“Um dia ele disse que vomitava na minha cara. Aí taquei fogo nele”.

Natal, como eu disse, já morreu. Agora, quem quiser vomitar pode fazê-lo à vontade. César Maia vomita os Braganças em cima da gente e não teme nada nem ninguém. Carnavalescos e diretores de escolas - o poder já corrompeu e domesticou essa gente toda, ou quase toda. Do mesmo modo como fez com o Movimento Negro, que recebe das mãos do poder seu enredo já pronto e acabado. Salvo, é claro, algumas ilhotas ainda não castradas por uma conciliação humilhante.

Quer no plano municipal, quer no plano federal, a mesma impotência silencia diante dos desmandos mais absurdos. Exceto o silêncio e a cabeça baixa, tudo o mais é visto como desprezível. Experiências seculares de resistência e sobrevivência dignas dos afro-brasileiros parecem agora esvaziadas de qualquer conteúdo. Internalizamos a dominação em um nível tão profundo que só nos resta contribuir com silêncio e omissão. Esse é o verdadeiro enredo do carnaval de nossa desesperança.

UNO COSECHA LO QUE SEMBRA

31/01/2008

A julgar pelo noticiário, estimulado pela própria Secretaria de Comunicação do governo, Matilde Ribeiro foi descartada pelo Planalto. É sintomática a informação veiculada por Vera Rosa e Tânia Monteiro, no Estadão, de que o presidente Lula estaria ‘particularmente aborrecido porque lutou muito pela criação da Secretaria da Igualdade Racial, uma antiga reivindicação do movimento negro, e foi criticado pela decisão de se criar mais uma pasta. Para o presidente, a atitude de Matilde dá agora argumentos aos seus adversários, para quem a secretaria não tem função”.

Que os atos de Matilde Ribeiro serão utilizados por aqueles que pressionaram e pressionam pela extinção da Seppir ninguém duvida. O problema é saber até onde vai a compreensão do Palácio do Planalto de todo o processo que tem agora esse desfecho constrangedor.

Em fevereiro de 2007, para citar um exemplo impossível de ser ignorado no governo, o Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada afirmava que a ‘baixa execução’ do programa Brasil Quilombola se devia ‘não apenas ao contingenciamento dos recursos destinados à Seppir, mas, principalmente, à fragilidade da Secretaria em promover a coordenação e o fomento/indução de políticas direcionadas à promoção da igualdade racial junto a outros ministérios’ (Políticas Sociais – acompanhamento e análise, nº 14, fev. 2007, pp. 212-213).

O Ipea também disse que o contingenciamento era indicativo da prioridade do tema no governo federal. Entenda-se, de que o tema não era prioritário para o governo. O presidente Lula, por suas palavras ao Estadão, bancou a Secretaria. Mas e depois? A “fragilidade” a que se refere a avaliação do Ipea era pública e notória. As instâncias superiores não podem agora eximir-se de responsabilidades, tanto nos limites e constrangimentos orçamentários, quanto na permissividade que fechava os olhos à má gestão. (1) A secretaria era importante, por isso foi criada. (2) A secretaria não tem importância, por isso dane-se a secretária. Ficamos com qual das duas alternativas?

A mesma ambiguidade existiu no setor de Movimento Negro (predominantemente partidário/sindical) responsável em última instância pelo atual malogro institucional. Em que momento, ao longo dos últimos cinco anos, esse setor considerou seriamente a importância de seus desmandos e omissões para a continuidade da Secretaria? Existem causas internas, para além da resistência histórica e estrutural do racismo, na base do desgoverno e ineficiência da Seppir. Ninguém poderá agora fugir de responder por suas próprias ações.

Outra coisa, o conjunto da obra sugere recuo e desmanche: política de saúde, decreto dos quilombolas, estatuto, lei 10.639, nada se mexe e há casos de graves retrocessos. A paralisia da Seppir e a desmoralização pública de sua titular parecem coroar uma avalanche conservadora, que se potencializa com nossos erros e indecisões. A hora é de assumir responsabilidades, dentro e fora do governo.

NENHUMA ESPERANÇA

21/06/2008

Costuma-se incluir, no histórico do surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU), em 18 de junho de 1978, a reação à discriminação praticada pelo Clube Tietê, em São Paulo, contra quatro atletas negros, como um dos fatos que impulsionaram a mobilização

decisiva de um conjunto de entidades e pessoas que desaguarda na criação da organização política. Menos de um mês depois, em 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal, um ato público anunciava que a luta contra o racismo alcançava um patamar superior: “Um novo dia começa a surgir para o negro! Estamos saindo das salas de reuniões, das salas de conferências e estamos indo para as ruas”.

Trinta anos se passaram e as atitudes de aversão ao negro se extremaram na sociedade brasileira. Mas não se tem notícia de iniciativas do Movimento Negro que, mesmo remotamente, possa se aproximar da indignação e do protesto consequente das escadarias do Teatro Municipal em 1978, em São Paulo. A violência e o crime contra os negros convivem com o discurso hipócrita da “inclusão nunca vista”, que embala os sonhos daqueles que renunciaram a combater o racismo. Os corpos de Marcos Paulo Campos (17 anos), Wellington Gonzaga Ferreira (19 anos), David Wilson da Silva (24 anos), jovens negros do Morro da Providência que militares do Exército entregaram para o sacrifício inominável, tinham marcas de tortura (porretes de madeira e barras de ferro), rostos e/ou cabeças destroçadas por 46 tiros, além das ‘marcas deixadas pelo triturador de lixo do caminhão’ (FSP, 19.06.08, p.C1). O nosso Clube Tietê é o lixão de Gramacho, mas quem se importa?

Há alguns anos, constatam-se as evidências de um profundo retrocesso histórico. Não apenas se retornou às salas de reuniões, a renúncia é de natureza mais profunda. Estamos renunciando a nossos direitos políticos, à condição de sujeitos em um conflito que, sem tergiversações, visa aniquilar a população negra.

Nos jornais, os editoriais interrogam-se sobre o conceito e a missão das Forças Armadas. Fala-se em ‘aventura militar’, ‘pântano’ e ‘contaminação da tropa’. Aqui e ali reponta uma crítica ao presidente da República pela aliança com Marcelo Crivella, beneficiário eleitoral de projeto dito habitacional em execução no morro da Providência. O tema em debate é mesmo “a atuação do Exército em áreas urbanas”, se e quando. David, Wellinton e Marcos, são chamados de “três rapazes”, ou “três jovens”. A cor não é citada porque se entende (entendimento unânime, exceto em algumas cartas de leitores) que esta não é uma variável relevante, nem na vida nem na morte. Está completamente fora de cogitação qualquer alusão a racismo e ódio racial. Por isso mesmo, o ministro Edson Santos ainda não apareceu. Sente-se contemplado na fala de Vannuchi. Sente-se contemplado na fala do ministro da Defesa. Sente-se contemplado na fala de Amorim. É um contemplativo, esse ministro que nos arrumaram para descuidar-se das coisas de preto. Mais um submisso, mais um concessivo.

É exatamente porque ninguém põe em dúvida a alardeada falta de pertinência da dimensão racial que podemos antever novos crimes, e não só no Rio de Janeiro. Políticos, jornalistas, intelectuais, professores, militares unem-se para ‘sustentar uma conclusão preestabelecida’: não há crimes contra negros. E, por extensão, não há Movimento Negro, não há ministro negro.

David, Wellington, Marcos, pessoas, seres humanos barbaramente assassinados, não estão no centro do debate. Despelados e desumanizados, suas famílias agora terão que se proteger das ameaças e intimidações. Em tempos de retrocesso político para o Movimento Negro, estamos privados de qualquer esperança.

ESTADO DE DIREITO E RACISMO

29/06/2008

“Entre racismo e democracia toda e qualquer conciliação é impossível”. Esta é uma afirmação de Norberto Bobbio em “Do fascismo à democracia”, Elsevier/Campus, 2007, p. 55.

O racismo proclama a eterna superioridade de uma raça e a inferioridade também eterna de todas as outras, o que seria incompatível com “o espírito universalista da democracia”.

Trago aqui esta reflexão a propósito de artigo de Tarso Genro, publicado hoje na “Folha de S. Paulo”, uma receita para a “afirmação do Estado democrático e social de Direito, com a recuperação plena do controle territorial da cidade do Rio” (Milícias e Estado de Direito, FSP, 29.06.08, p.3). O ministro da Justiça afirma que ‘um novo contrato social nesses territórios só será possível se o Estado, em todas as suas esferas, tiver a competência de retomar a confiança da população em relação a sua capacidade de garantir direitos fundamentais. A começar pelo direito de viver num ambiente livre da violência’.

O limite dessa concepção de democracia é evidente, à luz da afirmação de Bobbio sobre a conciliação impossível. Ignora a dimensão racial predominante nos ‘territórios’, ignora o histórico de subordinação de seus habitantes, aos quais sempre se negou aptidões e potenciais e possibilidades de desenvolvimento humano; ignora, numa palavra, o racismo.

O sacrifício de David, Wellington e Marcos poderia ter produzido algum impacto nas ideias e nas concepções tradicionais de nossas autoridades de governo, rompendo com restrições e condicionamentos que os impedem de dimensionar as origens mais profundas da

crise do ‘Estado democrático de Direito’. Mas eles não podem, ao que parece, renunciar a pensar dentro dos moldes definidos por uma presunção de superioridade já naturalizada.

A questão não se limita à “competência” na formulação e implementação de políticas sociais e políticas de segurança. Há uma concepção do humano entre nós inerentemente violenta e perversa, que abre caminho para o ambiente definido pelo ministro como ‘fascismo societal’.

Estamos tratando de uma visão de mundo que integra os partidos, as milícias e os agentes do Estado, os intelectuais e os empresários, cuja origem histórica está relacionada ao pensamento antidemocrático, na sua recusa obstinada em admitir a humanidade plena de mais da metade da população brasileira. É essa negação última que garante o ordenamento de nossa vida social de modo tão injusto e desigual, Sr. ministro. Sem combatê-la, por todos os meios, não há saída para a ‘crise profunda’ do Estado de Direito.

A SEGUNDA TAMBÉM NÃO VALEU

03/08/2008

Rubem Ricupero disse que a Revolta da Chibata, comandada por João Cândido, foi a invasão do país real perturbando a república dos cafeicultores (“Rio Branco – o Brasil no mundo”, Rio de Janeiro, Contraponto/Petrobrás, 2000, p.67).

João Cândido e seus companheiros seguem perturbando e devemos esperar não sei quanto tempo por uma terceira anistia, a segunda também não valeu. O veto presidencial deixou de fora reparações e promoções, restando apenas um artigo que diz restaurar “o que lhes foi assegurado pelo Decreto nº 2.280, de 25 de novembro de 1910”.

O Decreto de 1910, como se sabe, não assegurou nada, então fica tudo na mesma. Mas esse faz de conta não é ‘irrelevante’, nem ‘irrisório’, como afirmou a “O Estado de S. Paulo” (edição de 25.07.08, p. A-12) o ex-ministro da Marinha, almirante Mário Flores. O veto presidencial diz muito sobre a dominação de um grupo social, que não se sente capaz de produzir e construir por sua própria energia nenhuma prática política.

Quando os negros construírem uma força política emancipatória (sim, isso mesmo, sujeitos coletivos livres de qualquer tutela), João Cândido e seus companheiros deixarão o limbo em que aguardam justiça e reconhecimento pleno.

24/08/2008

O Relatório da Comissão formada por três parlamentares da Câmara dos Deputados não teve dificuldades para admitir em suas conclusões que houve “claríssima destinação ilegítima de recursos orçamentários com fins eleitorais” para a realização do projeto ‘Cimento Social’, no Morro da Providência, Rio de Janeiro.

E mais: os soldados do Exército desempenhavam funções estranhas a sua natureza constitucional. Exerciam funções de polícia (e que polícia!): “Revistas sem motivo, invasão de domicílios, assédio a moradores, toque de recolher, atividades de intimidação...”.

O Relatório pede ainda o fim das emendas de bancada, que aponta como o principal instrumento dos interesses econômicos de particulares e de propaganda eleitoral, e cobra da União o adiantamento da indenização às famílias de Wellington Gonzaga da Costa Ferreira, David Wilson da Silva e Marcos Paulo Rodrigues de Campos.

Segundo ainda o Relatório (assinado pelo Dep. Antônio Carlos Biscaia e datado de 13/08/2008), “o Tenente Vinícius e seus companheiros encararam os três moradores do Morro como o inimigo em uma guerra. E nesse pensar decretaram, na prática, a pena de morte no Brasil...”

Os fatos aconteceram há pouco mais de dois meses e deles não restam vestígios no noticiário. O relatório, creio, deve permanecer também ignorado. Tenho a impressão de que perderemos mais uma oportunidade de tentar entender a violência extrema e a negação da humanidade daquelas ‘coisas’ atiradas em um aterro sanitário.

Para elucidar restrições e condicionamentos, aversões e ódios profundos nós precisaríamos ter a coragem de construir novos parâmetros de apreensão das contradições da realidade brasileira, que ao menos levasse em conta a existência do racismo.

Há um inimigo, há uma guerra injusta e desigual, é fato, mas ela não decorre exclusivamente do desvio de função das Forças Armadas. Negar, como faz o Relatório, que os mortos tinham “cor” não nos permite aproveitar o que os assassinatos do Morro da Providência podem revelar da tragédia de nossas relações raciais.

Outra coisa: o tenente Vinícius Ghideti de Moraes Andrade não decretou nada. A pena de morte acompanha, desde tempos imemoriais, o cotidiano da população negra no Brasil.

O Relatório denuncia o uso de recursos da União para beneficiar a campanha do senador Marcelo Crivella, aponta e critica a omissão e a conivência das ‘autoridades constituídas’ e,

finalmente, contesta o Comando Militar do Leste, mas fraqueja e silencia diante da cor das vítimas. Fecha os olhos diante da chave que nos abriria a possibilidade de uma compreensão mais ampla das razões pelas quais certas pessoas são tratadas como “o inimigo em situação de guerra” – e não somente pelo Exército.

EU DIGO QUEM SOU E COMO AS COISAS DEVEM SER

18/09/2008

Paulo Prado escreveu, em 1927, “que o negro desaparece aos poucos, dissolvendo-se até a falsa aparência de ariano puro” (*Retrato do Brasil*, 8ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 192).

A PNAD 2007 divulgada hoje pelo IBGE informa que o crescimento 0,5 ponto percentual entre os declarados pretos foi acompanhado pela queda da população branca. Mais da metade da população brasileira se distribui entre pretos e pardos. Isso equivale a dizer que a arianização, ou dissolução do negro, prevista por Prado e muitos outros está longe de acontecer.

Pode-se comprovar também que a autodeclaração não é uma decisão para ser enfrentada por um sujeito solitário, de si para si mesmo. Passo a passo o ativismo negro foi construindo uma virada no modo de representação, promovendo reajustamentos simbólicos radicais, revolvendo feridas e dores e construindo solidariedades subterrâneas.

Florestan Fernandes, num improviso magistral da tribuna da Câmara dos Deputados, em 22 de novembro de 1994, disse que “Os negros não podem esperar de uma sociedade como a nossa que ela se abra para seus problemas fundamentais.” A virada na representação, no modo de se ver a si e aos demais, parece intimamente vinculada à noção da iniciativa política.

Ver-se a si mesmo como negro significa, de algum modo, abrir caminho para o exercício da vontade política. Se, como disse Florestan, os problemas fundamentais do negro somente se resolverão a partir de sua própria iniciativa, a PNAD 2007 pode estar indiciando o fortalecimento daquele sujeito que, livre das amarras de uma representação de si distorcida e desumanizadora, diz que é chegado o momento de exercer mais amplamente o seu poder.

18/09/2008

“Passamos por este mundo apenas uma vez. Poucas tragédias podem ser maiores que a atrofia da vida; poucas injustiças podem ser mais profundas do que ser privado da oportunidade de competir, ou mesmo de ter esperança, por causa da imposição de um limite externo, mas que se tenta passar por interno”.

O fragmento acima, de Stephen Jay Gould, é parte de uma reflexão sobre os limites impostos a seres humanos pelo determinismo biológico e as teorias racistas (*A Falsa Medida do Homem*, Martins Fontes, 1991). É dessa perspectiva, a da caça, que saudamos aqui o Dia

Internacional da Democracia, comemorado pela primeira vez na segunda-feira 15 de setembro de 2008.

A data lamentavelmente teve pouca repercussão entre nós. O Brasil, em 2000, em Genebra, num evento sobre Direitos Humanos na ONU, apresentou uma moção declarando a incompatibilidade entre democracia e racismo. Ou seja, ninguém deveria ser privado da oportunidade de competir, em razão da cor da pele. Eu escrevi então num artigo (“O desafio de controlar a própria explosão”, in: “Entre Áfricas e Brasis”, 2001) que a declaração brasileira não passava de “uma mesura diplomática, uma afetação hipócrita, que a leve inclinação do busto tinha o mérito de deixar o rabo a descoberto.”

Salvemos, no entanto, nossa democracia: um general-de-exército, incomodado com o rumo dos interrogatórios dos militares envolvidos com a chacina do Morro da Providência, pediu o afastamento do juiz federal responsável pela condução do processo (FSP, 06.09.08, p.C9). Pediu e levou. Salve, general, salve.

Salvemos também nossos zeladores da Segurança Interna, servidores da Abin, pelas horas que consomem acompanhando nossas marchas, reuniões, telefonemas, jornais (FSP, 06.09.08, p. A9). Salve, zelador, salve.

Por falar em zelador, lembrei-me de uma cena de “Estorvo”, de Chico Buarque (Companhia das Letras, 1991). O pai do personagem que narra o romance (p. 92), incomodado com o rádio do porteiro do edifício que, no momento da cena, ouvia o horóscopo, “mandou o porteiro desligar aquela porcaria. E disse que nunca se viu empregado ligar para astrologia, ainda por cima crioulo, que nem signo tem. O porteiro achou aquilo a coisa mais engraçada.

Vendeu o rádio e passou meses rindo muito e repetindo ‘crioulo não tem signo, crioulo não tem signo’.”

Alguns intelectuais têm afirmado que sofrer é uma coisa, entender é outra. Começaram com uma historinha de ‘branco mais preto do Brasil’ e terminaram com um ‘chega pra lá, meu preto básico’. Da varanda da casa grande, falando às vezes um iorubá de raiz, eles acrescentam não sem algum carinho: ‘você não entende mesmo nada disso, meu pretinho’.

A submissão do negro, cujo destino é decidido por ordens emanadas de seres superiores, fixados em constelações dispostas nos andares acima da portaria, produz nessa gente um gozo todo especial.

Não, não há nada de perverso nisso. É a democracia, meu velho, ao menos a que nos coube vivenciar. Ou melhor, ponha perversão nisso. O general e o pai, mandões e preconceituosos, eles controlam o processo democrático. O juiz obedece, o porteiro obedece. O porteiro é negro, logo obedece por limitações intrínsecas, segundo diversas autoridades; quanto ao juiz, não se sabe. Mas deve ser porque ele tem juízo, não é mesmo?

UMA DROGA TUDO

22/10/2008

Em julho de 1988, após os protestos de maio contra as celebrações oficiais do Centenário da Abolição, protestos esses que denunciavam o racismo e as desigualdades raciais, três cientistas políticos da Universidade de Brasília estiveram na Escola Nacional de Informações, para falar sobre métodos de previsão e análise de risco político.

Segundo reportagem de Dora Tavares (Jornal do Brasil, edição de 22.07.88, p.3), Alexandre Barros, David Fleisher e Paulo Kramer eram convidados do SNI – Serviço Nacional de Informações. Alexandre Barros, em sua palestra, previa que, nos anos 90, os conflitos raciais tendiam a se acirrar no Brasil, repetindo-se entre nós o que houve nos Estados Unidos no final da década de 50.

As previsões de acirramento de conflitos eram então do agrado do Comando Militar do Leste, envolvido diretamente na repressão à marcha do Movimento Negro realizada no Rio de Janeiro, em 11 de maio do mesmo ano. As previsões, por assim dizer, justificavam a intervenção que o Exército fizera no passado recentíssimo, pouco mais de dois meses. Coisas da ciência política.

As previsões, no que diz respeito ao futuro, infelizmente goraram. Hoje nos dedicamos principalmente à contemplação desinteressada de gráficos e tabelas. Contemplação que nos

esforçamos por vincular à ciência. São essas as novas fortalezas onde se resguarda nossa impotência.

No aspecto político mais imediato, refiro-me à luta política, ao ato concreto, os negros constroem nos partidos uma causa sem substância. Ao menos para eles, que vivem a paixão dos outros, carregam votos para a eleição dos outros. Resta o consolo de serem seduzidos por dirigentes partidários, que lhes asseguram que o segurança de hoje, canino, avião, é o assessor ou consultor de amanhã. A vitória é certa.

Nossa submissão é de tal ordem nessa esfera que inviabiliza qualquer tentativa de se negociar seja lá o que for. Aceita-se o controle, a persistência do domínio. O mais leve sinal de resistência política é sufocado no nascedouro, abafado pelo sujeito mesmo que ousou balbuciar a palavra maldita.

Cidades de grande população negra estão envolvidas na disputa de segundo turno das eleições municipais. E daí? O que isso significa, além de relações imaginárias de pequenos grupos com o que supõem serem as condições de vida e existência de milhões de pessoas? Acrescente-se que esses agrupamentos não conseguem também avançar internamente no diálogo com os chefões partidários, que mal e mal os toleram. Não há candidatos, não há programas, talvez aqui e ali uma alusão vaga, algum tipo de celebração eleitoreira, nada significativo.

Somos, na política e fora dela, uns pobres coitados. O Dr. Joaquim Barbosa, no STF, parece curado do daltonismo dos primeiros dias de posse e apresenta-se agora como negro insubmisso. Bom, muito bom. Seu voto histórico, previsto ainda para este semestre, talvez nos redima do malogro eleitoral. Talvez.

AINDA NÃO

16/11/2008

Que feriado foi ontem, dia 15 de novembro? Como entender o esvaziamento ideológico dessa data? Em nossa experiência cotidiana da desigualdade não cabe a fantasia de papel republicana. Novembro parece dominado. A fonte dessa resistência e conquista foi e é, sem dúvida, Zumbi dos Palmares. Sigo cantarolando os versos da canção de Jorge Ben:

“Zumbi é senhor das guerras

É senhor das demandas

Quando Zumbi chega
É Zumbi é quem manda”

Fomos capazes de opor o Vinte ao Treze e ao Quinze, jogando para ganhar numa disputa pelo passado, abrindo caminho por entre visões desumanizadoras que bloqueavam nossa iniciativa política.

A ‘história oficial’ nos obrigava a um confronto com nossa incapacidade de agir. E, pior ainda, uma incapacidade que tinha origem em nossa própria natureza inferior. Desse modo, ainda que o passado fosse apresentado como uma experiência de desigualdade (impossível apagar isso), o fato de que tudo tivesse origem em nossa própria inferioridade intrínseca acabava por justificar a dominação e a opressão ‘civilizadoras’.

A principal vitória da ‘história oficial’ sempre foi, portanto, sua capacidade de disseminar medo e desconfiança entre nós. Medo de agir em nosso próprio benefício, de fazer política. E a desconfiança que torna impossível o reconhecimento mútuo, a ação conjunta.

A vitória do Vinte é, em sua essência, a reconquista da iniciativa política. Sim, somos capazes de agir. Zumbi está conosco, ele também empenhado na luta. A afirmação da vontade em estreita ligação com a experiência de luta que remonta aos tempos coloniais. Grandiosa ousadia!

O Quinze virou pó, um feriado esvaziado de conteúdo e referências, mas, não se iludam, a tensão permanece viva na institucionalização redutora do Vinte a que assistimos. A prefeitura, a secretaria, a fundação, os governos, em suma, ao promoverem eventos de celebração da ‘consciência negra’ não necessariamente estão assumindo uma pauta de reivindicações vinculada aos interesses efetivos da população negra.

Ao contrário, o apoio institucional tem servido de controle da pressão proveniente de demandas urgentes e concretas. E, além disso, transformadoras do poder, como ele é exercido entre nós. Novembro parece dominado, mas não está. Parece negro, mas não é. Estamos ainda excluídos da esfera pública.

QUE É VENTO, E QUE PASSA...”

19/11/2008

Sob o ponto de vista político, arriscaria dizer que a grande movimentação em torno do Vinte de Novembro apenas acentuou a distância e os limites institucionais diante das exigências de cidadania do segmento negro da população.

Há um esgotamento definitivo dos apelos e questionamentos de ordem moral, do tipo: “Quando esta sociedade irá se convencer do mal que ela própria praticou e dos estigmas que criou por não reconhecer a dívida desse passado de mais de 400 anos?” A pergunta é de Emanuel Araújo, na edição de novembro de “Le Monde Diplomatique Brasil” (p. 21), e a resposta é: **nunca**. Nessa dimensão moral e emotiva a batalha política está, para sempre, perdida.

No fundo, são apelos conservadores, de quem teme as consequências de uma ação política mais independente. Os constrangimentos que devemos criar são de outra natureza. Nossa experiência de luta contemporânea, que se manifesta numa enfiada infinita de eventos ditos ‘culturais’, parece toda ela centralizada em torno de princípios clientelistas. E a clientela negra, desde tempos imemoriais, é atendida mesmo com migalhas orçamentárias.

Quem poderá determinar com exatidão, por exemplo, o significado da expressão ‘consciência negra’ na boca do governador do Rio de Janeiro?

Imagino não ser uma interpretação segura cogitar que ele esteja se referindo a seu interesse, e de seu governo, em fortalecer as condições que possam, mesmo remotamente, propiciar uma participação mais autônoma da população negra organizada. Ao contrário, ele parece expressar uma abstração dissociada de qualquer demanda política concreta, de quaisquer interesses coletivos imediatos.

A programação oficial lhe deve transmitir o delírio, como na canção tropicalista, de que organiza o movimento, orienta o carnaval e inaugura o monumento. A agenda do Vinte não encerra assim nenhuma ameaça, embora as autoridades sejam obrigadas a tolerar, durante uma tarde inteira, alguns urubus passeando entre girassóis. Há providências e iniciativas destinadas a conter os (im)prováveis excessos? Sim.

Os eventos do Vinte de Novembro, regulamentados em grande parte por diferentes níveis de governo, anunciam, portanto, a impossibilidade de qualquer avanço político no sentido da superação das desigualdades raciais. Encarnam, de certo modo, uma rendição.

QUEM SE IMPORTA MESMO COM O QUE PENSA A FOLHA?

24/11/2008

A empresa “Folha de S. Paulo” defende a “adoção de políticas universais em prol de uma verdadeira igualdade de oportunidades”. Posiciona-se francamente contra “políticas de cotas” e “ações afirmativas”. Afasta terminantemente o que considera “afirmações artificiais de ‘negritude’ e divisões identitárias radicais numa sociedade que cada vez mais se vê como mestiça”.

Essa tomada de posição franca não é nova, mas cresce de importância quando expressa em editorial de uma edição que contém resultado de ‘pesquisa’ feita pelo Instituto Datafolha sobre preconceito racial (editorial FSP, edição de 23.11.08, p. 2).

De saída, impressiona como uma afirmação ‘artificial’ de negritude pode provocar divisões identitárias ‘radicais’. Eu pensava que ‘artificial’, que se opõe a ‘natural’, qualificando afirmação (de negritude), fosse indicação pela “Folha” da simulação com que os movimentos negros buscam esconder a real natureza (mestiça) da população brasileira.

Mas se provoca, ou pode vir a provocar, divisões radicais, talvez valesse a pena a “Folha” rever o artificialismo com que julga essa afirmação identitária de negritude.

Talvez, em lugar de disfarçar a natureza verdadeira de nossa composição etnicorracial, seja uma expressão de sua composição real e histórica, contraditória e conflituosa. Em vez de ser mera fachada ideológica, manipulada por grupelhos desprezíveis, talvez seja um conceito suscetível de ir muito além das aparências e penetrar na realidade político-institucional, econômica, etc., desse país injusto.

Coerente com esse desprezo pela ‘negritude’, o Caderno especial da “Folha” sobre racismo mutila a ação organizada da militância e suprime a Marcha Zumbi dos Palmares de 1995. Na cronologia exibida na p. 10 do referido Caderno, destaca-se o discurso de posse de FHC, um relatório do governo FHC, e a instalação do GTI pelo governo em 1996. Para completar, dois antropólogos (somos ainda o objeto predileto da antropologia) tecem ligeiras considerações sobre ‘o movimento negro brasileiro’, alguns clichês com grandes possibilidades de ampliar a ignorância dos leitores sobre o tema.

Artificializada a negritude e desprovido de fala o ativismo negro, devemos entender o sumiço da Marcha de 1995 como uma intervenção editorial de caráter político, coerente com

os princípios adotados pela empresa “Folha”, com o objetivo de negar instituições e sujeitos que poderiam pôr em xeque a validade de afirmações, cronologias e processos explicativos.

São aquelas bem denominadas “omissões convenientes”, que favorecem as ideias defendidas pela empresa. Há, sem dúvida, deliberada omissão dos esforços realizados pelos negros para a superação das desigualdades raciais. Diante disso, a questão que se impõe é: que autoridade tem mesmo a “Folha de S. Paulo” para fazer pesquisa sobre o tema?

Os editoriais da Folha e suas reportagens têm revelado um desprezo pelo negro e suas instituições que é difícil imaginar que as posições defendidas pela empresa não influenciem questionários, procedimentos, amostras, resultados. Francamente, eu estou me lixando para o que pensa o Datafolha sobre racismo.

BOMBAS

06/01/2009

A identidade negra traz a discórdia e faz explodir a unidade dos brasileiros como uma “bomba social”. Antes de Lula, éramos todos brasileiros. Agora, somos negros e brancos.

Esses argumentos ideológicos são reiterados por Demétrio Magnoli na revista “Veja” desta semana (edição 2094, ano 42, nº 1, 7 de janeiro de 2009, p. 22).

Sem preocupar-se em exibir evidências, Magnoli, que vive a magia dos meios de comunicação, acusa Lula de conduzir “um programa de racialização”. Frio e calculista, segundo Magnoli, o presidente visaria à manutenção de uma “ampla coalizão com as ONGs racialistas, financiadas pela Fundação Ford”.

O texto de Demétrio Magnoli também não diz quais os resultados perseguidos por Lula ao pretender manter a ampla coalizão, fruto de cálculo e frieza maquiavélica. Razões de Estado à parte, o fato é que se trata de um petardo de efeito retardado, que ameaça a segurança de “filhos e netos da atual geração” (de brancos?).

Não sei se Magnoli participou do I Congresso do Partido dos Trabalhadores, no início dos anos 90. Mas suponho que tenha lido uma das teses defendidas por Florestan Fernandes (*PT: Os Dilemas da Organização*. Cortez, 1991, p. 79). Florestan chama a atenção do PT para o “arsenal nuclear” que representa a raça como categoria social, o qual não estava sendo considerado pelo partido. Na visão de Florestan, a categoria raça faria parte do “Brasil real e suas exigências históricas irreprimíveis”.

São ‘bombas’ muito diversas, como se pode avaliar. A de Magnoli resulta de uma manobra para manutenção do poder, com o sacrifício da unidade da nação e do futuro das novas gerações. A bomba de Magnoli é efeito da utilização do Movimento Negro com fins instrumentais. Raça é uma manipulação para que se conserve o poder do Estado, sem que se leve em conta suas possíveis consequências desastrosas. O príncipe incompetente.

Em Florestan, trata-se de criticar o partido que não percebe o “significado revolucionário explícito e larval da raça, como categoria social”. Florestan quer que o partido deixe de ser reformista e assuma o potencial explosivo e transformador da ordem embutido na categoria raça. Magnoli quer conservar, Florestan anseia por mudanças.

Nem o partido nem Lula ousaram nunca se aproximar dessa batata quente que Florestan depositou na mesa do I Congresso do PT. Poucos anos depois, retirando-se da cena partidária, Florestan diria: “Prefiro participar da fraternidade dos companheiros negros e combater por uma democracia plena, na qual a liberdade com a igualdade seja válida como objetivo universal”. (*Consciência Negra e Transformação da Realidade*. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. Brasília, 1994, p.16 .)

Apoiando-se no princípio da salvação da pátria, Magnoli repete as preocupações, sem tirar nem pôr, da Doutrina da Segurança Nacional dos militares ditatoriais, de cujo índice constava a proibição de qualquer alusão à temática racial, vista como manipulada pelo comunismo internacional com o objetivo de solapar a unidade da nação.

Os negros ou são manipulados pelo imperialismo (a Fundação Ford), ou pelo comunismo internacional, ou pelo petismo. É uma marca acentuada de nossa desigualdade essa incapacidade de andarmos por nossas próprias pernas, ou de enxergarmos por nossos próprios olhos. Ou ainda, o impossível, de pensarmos por nossas próprias cabeças.

Para figuras como Demétrio Magnoli, não se deve perder um minuto falando de negros, já que eles aceitam livremente a sujeição. Trata-se apenas de zelar para que se evitem as manipulações, digamos, das camadas inferiores. Pelo bem da nação/pátria e das gerações futuras.

Em sua página na revista “Carta Capital” desta semana, Delfim Netto listou muitas razões pelas quais os brasileiros não devem temer a crise econômica, fazendo referência ao campo das relações étnico-raciais:

“Os preconceitos de toda natureza estão diminuindo (a despeito de insistirmos em reforçá-los com o regime de cotas). Não temos conflitos étnicos insuperáveis (a não ser os que tentam criar, artificialmente, as ONGs financiadas pelo próprio governo).” (Carta Capital, ano XV, nº 529, 21.01.2009,p.31.)

A negação e/ou atenuação de desigualdades e conflitos, do “preconceito” (a palavra racismo, como se sabe, é interdita nesse tipo de discurso) e a inculpação das entidades do Movimento Negro (com apoio do governo) constituem um padrão de argumentação com ampla circulação nos meios de comunicação.

A propósito da inculpação, coisa muito velha entre nós, lembro aqui um depoimento de José Correia Leite, em 1968, referindo-se ao passado dos anos trinta e quarenta: “E havia o perigo da palavra ‘racismo’ também. O negro não podia abrir a boca que era denunciado como racista” (ver Cadernos Brasileiros, ano X, nº 3, maio/junho de 1968, p.21).

Dez anos depois, em 1978, respondendo a uma pergunta sobre se “a agressividade do movimento negro não poderia levar a um novo tipo de racismo”, Fernando Henrique Cardoso responderia que “Pode, mas não necessariamente. É um risco que devemos correr. (...) O que não se pode é algemar duplamente as minorias, primeiro com a opressão que sofrem e, segundo, condenando seu esforço para libertar-se, sob o pretexto de que fere uma igualdade abstrata que, para as minorias, nunca funcionou na prática.” (*Democracia para mudar*/Fernando Henrique Cardoso em 30 horas de entrevistas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p.32.)

No texto de Delfim na “Carta Capital”, o fragmento transcrito acima é seguido de uma alusão ao fato de o país já ter resolvido “problemas de fronteira (com nossos dez vizinhos)”. Ou seja, não temos inimigo externo, e o Movimento Negro é o “inimigo interno”, aquele cujos falsos argumentos visam a destruir nossa grande unidade. Isto nos soa familiar, claro, pois se trata do eixo principal da Doutrina da Segurança Interna, de especial apreço dos militares aos quais Delfim Netto serviu com zelo incomum após o golpe de Estado de 1964.

Maria Helena Moreira Alves, que estudou o período, disse que “A ameaça à segurança nacional era assim definida como uma ameaça antes a *fronteiras ideológicas* do que a *fronteiras territoriais*.” (*Estado e Oposição no Brasil*. 3ª ed., Petrópolis, Vozes, 1986.p. 108.) Nos dias de hoje, a luta é contra um racismo artificialmente criado, que se constitui na base de toda a ideologia, na visão de Delfim, que a ameaça a segurança nacional.

Curioso nesse padrão de argumentação é a participação do governo, financiando organizações com objetivos particularmente antinacionais. Magnoli, Kamel e muitos outros, sem uma especificação mais detalhada, fazem o mesmo tipo de acusação. Seria mais pertinente dizer que o governo controla um conjunto de entidades, ou melhor, que impede a ação de um conjunto de entidades. Os programas de governo não se desenvolvem e fora do Executivo, no Congresso e no STF, reina a mesma pasmaceira. A participação do governo nos poucos avanços realizados pela sociedade na luta contra o racismo é grandemente exagerada e frequentemente distorcida.

Delfim pode dormir tranquilo, porque o “interesse nacional” está preservado. Teremos mais uma conferência este ano. Não se poderia imaginar simulacro de participação política mais eficiente. Em função mesmo da renúncia, das motivações subalternas. Pode esquecer.

PARE DE EXISTIR

04/02/2009

Enquanto esperava o Elevador Lacerda, num dia quente de Salvador, em 1960, o escritor italiano Alberto Moravia reproduzia mentalmente a lição que aprendera com seus anfitriões, ilustres brasileiros: “... o problema racial no Brasil, ao contrário dos EUA, tem uma solução, mesmo que seja em longo prazo. Graças aos casamentos mistos, o Brasil espera que, devido à preponderância da população branca e à maior mortalidade dos negros, e por conta das misturas, a população de cor pare de existir, em outras palavras torne-se branca”.

Parece reprodução de texto de Paulo Prado, em “Retrato do Brasil”, concluído no final de 1927. É condição prévia a qualquer argumentação sobre o tema, desde tempos imemoriais, reafirmar a comparação com os Estados Unidos, o negro como um problema em si mesmo, seu desaparecimento. Os indicadores de mortalidade se justificam pela pobreza que, por sua vez, encontra explicação na escravidão.

Disseram também ao italiano que na Cidade Baixa, mais pobre, moravam os negros; e na Cidade Alta, próspera, moravam os brancos. Ele acreditou e, enquanto aguardava a chegada do elevador que o conduziria à parte alta, já não via negros a sua volta, só mulatos, tipos em transição, incompletos, tristes, resignados. O que lhe ocorreu de imediato foi que a espera do elevador simbolizava o momento que antecedia a elevação de status racial, o embranquecimento. Aqueles tipos incompletos “esperam tornarem-se brancos”.

No horizonte cultural e político, expresso sem disfarces para o visitante, o desaparecimento do negro. Os que sobrevivessem à penúria de suas condições materiais seriam diluídos na mistura. O negro deixaria de existir e os problemas desapareceriam. Penso que deveríamos buscar uma correspondência entre essas ideias e planos de governo. “A população de cor pare de existir” erigindo-se em modelo para os modos de governar a Cidade Alta e a Cidade Baixa. Como o modelo envolveu e formatou o conjunto das instituições, as estruturas de saber e poder.

Ao fazê-lo, devemos aprofundar nossos conhecimentos sobre políticas públicas, uma expressão quase vazia de conteúdo nos intervalos entre duas campanhas eleitorais. Os negros continuam sobrevivendo em condições precárias e não se deve dar como perdida a convicção na solução final do problema racial, a opção firme, cheia de crença no extermínio, que foi exposta a Moravia em 1960. Não acredite que essa gente impregnada de ideias racistas e acostumada a seus privilégios tenha realmente desaparecido.

Vejo um bom exemplo citado na coluna de Míriam Leitão (Bolsas & Famílias, O Globo, 31.01.2009), referindo-se a declarações do ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger:

“Foi criticado pelo ministro Mangabeira Unger [o Bolsa Família], com argumentos espantosos, preconceituosos e elitistas. Falando dias atrás ao repórter Bernardo Mello Franco, deste jornal, ele revelou que pensa que os pobres preferem ser pobres, teriam a cultura do “pobrismo” e que o programa deveria se concentrar nos “batalhadores”, aqueles que estão às portas da classe média: “O ponto nevrálgico é escolher corretamente o alvo. Muitas vezes tenta-se abordar o núcleo duro da pobreza com programas capacitadores, e aí não funciona. Populações mais miseráveis são cercadas por um conjunto de inibições, até de ordem cultural, que dificulta o êxito desses programas”, disse o ministro, que depois tentou dizer que foi mal interpretado.

Na visão do nosso ministro do sei-lá-o-quê, como o define Elio Gaspari, o governo deveria direcionar os recursos do Bolsa Família aos quase-classe média, os ‘pobres viáveis’. Faltou completar o raciocínio e dizer o que deve ser feito com os pobres e miseráveis brasileiros.”

A “Folha de S. Paulo”, que reproduziu os trechos das crônicas da visita de Alberto Moravia ao Brasil não julgou pertinente fazer comentários críticos (Caderno Mais, 25.01.09), reservando o material mais explicitamente racial para a Folha online (www.folha.com.br/090215). Os grandes jornais, com regularidade impressionante, divulgam

em seus suplementos ditos culturais relatos de viagem de europeus ao Brasil. Entende-se como classudo isso, um toque da mais alta distinção.

Voltando a Moravia: “Dissemos que a solução é fazer com que se tornem brancos. Mas é uma solução de verdade?” O escritor italiano parece não confiar cegamente no entusiasmo de seus hospedeiros. Mas não se preocupem, são variações de um espírito algo inquieto, mas cheio de compreensão e tolerância com os valores de sua patota. O ponto de partida da análise, que aproxima a todos, é a inviabilidade do negro. Há considerações sobre o efeito da escravidão no psiquismo negro (mais um problema do negro), e bobajadas e erros graves sobre a Igreja Católica, mas a preocupação central é como livrar o negro “de si mesmo”.

Em 1960, 72 anos após a abolição da escravidão, numa cidade de ostensiva maioria negra, o que vislumbramos através da escrita de Moravia é que os ilustres brasileiros que o recepcionavam não estavam interessados em disfarçar ou enfeitar seu ódio nem seus instintos desumanizadores em relação ao negro. Na fila do Elevador Lacerda, divagando sobre a elevação das raças inferiores, o “aspecto branco” que necessariamente deveriam assumir os sobreviventes, o escritor italiano estava afinadíssimo com as tradições sólidas da melhor intelectualidade brasileira. “E assim na cruz contínua de nossa vida, desde a época colonial, o negro desaparece aos poucos, dissolvendo-se até a falsa aparência do ariano puro”. (Retrato do Brasil, p. 192. 8ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.)

Dedico esta Opinião a Gilberto Gil, o velho palhaço e mais novo cidadão ítalo-brasileiro (revista Veja, edição 2098, ano 42, nº 5, 4 de fevereiro de 2009, p. 86.). Aquele abraço.

AS PROJEÇÕES DE DEMÉTRIO

05/02/2009

Demétrio Magnoli (“Coisa de preto”, O Globo, edição de 05. 02.09) perdeu qualquer objetividade com relação ao debate sobre cotas. No intuito de tentar persuadir os leitores dos inúmeros jornais que se abrem a seu esforço de criar uma espécie de ilusão argumentativa, ele mergulhou no engano total, na fantasia e na deslavada mentira.

O intelectual que patrocinou o “Movimento negro socialista” e o “Movimento de mestiços e mulatos da Amazônia”, com existência restrita a eventos no Congresso Nacional, em manifestos anticotas e no noticiário televisivo, nega agora a existência do Movimento

Negro. No interesse de sua argumentação ele se dispõe a refutar as evidências do real e não tem como impedir que suas motivações ideológicas fiquem escancaradas.

Não se tratam mais de divergências, desejáveis e aceitáveis em qualquer debate, trata-se de negar simplesmente a existência e a legitimidade histórica de centenas de organizações espalhadas em todo o país, substituindo-as pela imitação fraudulenta, pela vassalagem dos militões. Deslocamento e contrafação reveladores das relações políticas que Demétrio Magnoli deseja estabelecer com os negros.

Afinal, os textos que Magnoli faz circular na grande imprensa respondem pelos interesses de quais forças? Ele sugere que defende a Nação e o princípio da Igualdade, a Pátria e a Constituição. Na defesa de elevados valores, princípios, unidades, ele se recusa a examinar as diferentes experiências em curso para a ampliação do acesso à universidade, o que contribuiria para elevar o debate.

Ele prefere se refugiar na doutrina. Reles, mas doutrina. Seu artigo faz alusão a “diferentes pesquisas”, sem se dar ao trabalho de citar nenhuma. Do mesmo modo, as ideias dos adversários são criadas por ele: a citação de Kabengele diz uma coisa, mas Magnoli lhe atribui, grosseiramente, os significados que convém a sua doutrina.

Que pesquisa histórica confirmaria a “aversão benevolente”, ou a ausência de preconceito racial? Magnoli não se preocupa com pesquisas, nem históricas, nem de opinião, sua argumentação é sempre fraudulenta. Seu raciocínio precisa de alguns pontos de referência para atingir o objetivo de destacar o senador Demóstenes Torres (DEM-GO), liderança na oposição ao projeto de cotas que está no Senado.

A celebração da Unidade da Nação em Magnoli está apoiada em motivações que pretendem perpetuar a subordinação dos negros. A negação da importância da raça ‘na pura tradição senhorial brasileira’ não nos permite apreender de outra maneira essa espécie de lastro que ele invoca para projetar o ‘racialismo’, e o racismo, sobre os negros e sobre sua pauta de reivindicações.

QUEM PRECISA DE SÃO SARNEY?

20/03/2009

O artigo do senador José Sarney publicado hoje na Folha de S. Paulo (p.2) não deveria merecer nenhum comentário de nossa parte. Alguém que escreve que criou a Fundação

Palmares para “levar a raça negra a sair da miséria” deve julgar que seus leitores carecem de inteligência e discernimento.

Vai ainda mais longe na distorção dos fatos, abusando da credulidade dos leitores, ao se atribuir pioneirismos e inserindo-se numa tradição na qual inclui as figuras idealizadas de José Bonifácio, Joaquim Nabuco, Afonso Arinos. Faria bem ao senador ler um projeto de lei de 1983 (nº 1.332), de Abdias do Nascimento, que dispõe sobre ação compensatória e estabelece alguns percentuais de participação negra.

Mas Sarney não quer saber das ações de lideranças negras, uma vez que se presume paladino da Abolição que não se completou, uma das imagens mais gastas pelo uso indevido na oratória de ocasião dos espertalhões da política brasileira. Vira e mexe tem algum senador mal intencionado pregando uma Segunda Abolição, cruz-credo.

Os indicadores sociais e econômicos da população negra do Maranhão deveriam pôr limites a esse discurso ilusório, mas Sarney também não quer saber de negros do Maranhão, preferindo a expressão “a questão da raça negra”. Ao não considerar as desigualdades raciais no estado que dominou por décadas, Sarney dá provas de seu empenho em “despolitizar a temática racial”, como apela em seu artigo?

Sim, porque na opinião de Sarney é possível tratar o tema com uma visão humanista, que se compadece com os mais pobres entre os pobres. Aqui se faz apelo diretamente a uma “consciência nacional”, a qual generosa e altruisticamente quer debater a ascensão da raça negra. Mantendo-se, é claro, o “clima de convivência que sempre vivemos”. Nada de “desvios”, nem “confronto político”, nem “conflito de raça”. Não se deveria permitir que se desvirtuasse uma “causa tão nobre”, argumenta Sarney.

Penso que a hipocrisia tem um ranço que deixa as palavras assim bem pegajosas. Vejo ainda grande dose de corrupção e perversão moral no sujeito que se esforça para transformar a opressão racial e o racismo em harmonia, ausência de conflitos, nobreza e generosidade das elites. As imagens apontam para o velho paraíso racial.

O artigo termina com uma anedota de papagaio, envolvendo Nabuco e um de seus amigos ingleses. “Que não se deixe a chaleira ferver contra os negros”, conclui Sarney. A agitação proveniente da “politização” do “problema das cotas” pode não ter um bom resultado para os negros, é isso? A chaleira está fervendo e Sarney, tomando o lugar do papagaio de Nabuco, alerta para as consequências da radicalização do processo, temeroso pelo que possa vir a acontecer com os negros?

A escolha de Nabuco é infeliz. Célia Maria Marinho de Azevedo (“Quem precisa de São Nabuco?” Estudos Afro-Asiáticos, Ano 23, nº 1, 2001, PP.85-97) criticou já “a tentativa acadêmica de transformar o abolicionista Nabuco em uma espécie de santo protetor dos escravos”. E muito menos precisamos de São Sarney, protetor de negros pobres em busca de ascensão e que parece nos sugerir baixar a bola e deixar as coisas entregues ao altruísmo e generosidade das elites.

Mas o apelo de Sarney já encontrou ouvidos em correntes partidárias do Movimento Negro. Cópia do artigo circulava hoje na internet, com a seguinte recomendação de Edson França da Unegro: “Só venceremos nossa luta de superação do racismo e suas amarras se tivermos capacidade de estabelecer alianças, mesmo que sejam pontuais e milimetricamente focadas. Vejam essa importante opinião”.

Sarney conta com o adesismo negro, que lê apressadamente e mal. Ou melhor, lê o que lhe interessa ler do poder.

VERGA, NÃO VERGA

24/04/2009

Ou o uso da força (capangas), ou a fraude (confundir deliberadamente falta com licença médica). São estes recursos tradicionais do poder utilizados pelo presidente do STF, segundo intervenção do ministro Joaquim Barbosa, no bate-boca desta semana no plenário do Supremo.

Sem esquecer a utilização da mídia, de que o presidente do STF estaria também abusando. A oposição das locuções na rua/na mídia, levantada também pelo ministro Barbosa, sugere, entre outras coisas, que os meios de comunicação estão longe de expressar a opinião pública.

Não pode mais ser ocultado também, após essa rica sessão do STF, que o momento crítico vivido pelo ministro Joaquim Barbosa se manifesta sob a forma de intensas dores na coluna. Agora estamos falando, portanto, de ideias, de oposição a práticas consagradas no judiciário, e, ao mesmo tempo, estamos falando de pele, carne e osso, de intensa luta corporal. Verga. Não vergo. Verga, sim. Não vergo, não. O ministro Barbosa não se verga, mas está quase entrevado. A dor intensa no corpo retesado, mal disfarçada na expressão indignada do ministro, parecia tirar qualquer sentido figurado à oposição verga/não verga.

O ministro Barbosa, aliás, já havia afirmado, em entrevista à Folha de S. Paulo meses atrás, que se enganavam no STF os que o supunham mais um “negro submisso”. Agora na discussão áspera com o ministro Gilmar Mendes, declarou que não era um de seus “capangas”, o que vem a dar no mesmo. Os cabras e capangas sempre foram pinçados, preferencialmente, na grande massa de não-brancos.

É chover no molhado dizer que a persistência de representações ideológicas que reafirmam a inferioridade do negro está também na base das tensões desencadeadas a partir da simples presença de Joaquim Barbosa no plenário do STF (“Crioulo já entra aqui?”).

As significações envolvidas nessa polarização Joaquim Barbosa versus os signatários da nota de solidariedade transcendem em muito o plenário do STF. E, portanto, nenhuma nota vai poder reverter o desmascaro do ministro Gilmar Mendes (e com a presença da mídia, que ele preza tanto). A emergência do conflito neste lugar, com estes atores, é reveladora do que se vai deflagrando mais amplamente, por influência de mudanças no comportamento individual e coletivo.

A frase de Gilmar Mendes sobre Joaquim Barbosa “não ter moral para...” deve ecoar no plenário quando o ministro negro fizer a leitura de seu parecer que envolve a constitucionalidade das ações afirmativas. Uma sessão imperdível.

DISSIMULAÇÃO E HIPOCRISIA

25/04/2009

“Aqueles que, em pleno século 21, insistem em ressuscitar o conceito de raça e em criar legislações baseadas na premissa de que eles merecem tratamento diferenciado pelo Estado devem ser contidos em suas ações e pretensões, sob pena de incitarem, em algum momento do futuro, processos odiosos que não podem ser aceitos pela humanidade.”

O parágrafo transcrito acima foi escrito por José Serra (PSDB), governador de São Paulo, e faz parte de artigo publicado ontem no jornal “Folha de S. Paulo” (“Nenhum genocídio deve ser esquecido”, 24.03.2009, p.A3).

Depois de evocar o extermínio dos armênios promovido pelos turcos, em 1915, José Serra, preocupado e atento às possibilidades de ocorrência de novas práticas genocidas, alerta no final de seu artigo os leitores da Folha para o perigo que representa no Brasil a “incitação de

processos odiosos” realizada por “Aqueles” que defendem o projeto de cotas em tramitação no Senado Federal.

Não me pergunte onde a imaginação do governador de São Paulo foi achar conexão entre o massacre dos armênios e a reivindicação dos negros por políticas públicas. Semelhante disparate já tinha ocorrido a Maggie e seus companheiros mágicos do Rio de Janeiro. Mas essa turma do Rio sempre buscou correlacionar movimento negro e nazismo, tendo como pano de fundo o genocídio judaico.

A questão é saber se colocadas as coisas nesses termos teremos em algum momento a oportunidade de debater. Ou essas correlações e correspondências contrárias à razão e ao bom senso não passam de dissimulação hipócrita da norma há muito estabelecida de que a questão racial brasileira não pode ser posta em discussão? O fato é que não existem limites para a imaginação e a hipocrisia, quando o assunto é população negra e responsabilidade coletiva – dos governos e da sociedade.

Reivindicações e demandas voltadas para a superação das desigualdades raciais parecem provocar entre nós um processo muito louco de manipulação intelectual, cujas dimensões irracionais são amplificadas a um ponto máximo, que impede qualquer aferição minimamente razoável.

A acusação de incitação ao ódio é uma das fórmulas repetidas com despudor pelo governador de São Paulo, sugerindo visão do futuro, preocupação com a “humanidade”, mas grudando o olho do leitor no passado, no genocídio dos armênios, que lhe deve servir de parâmetro para julgar a ação política atual dos negros brasileiros.

É pura má-fé, portanto, utilizar o argumento de que os negros ressuscitam o conceito de raça, quando pressionam por políticas que levem à superação do abismo que os separa dos não-negros.

É preciso advertir também a esse tipo de político que os negros não vivem de horizontes humanitários. Aliás, os negros sabem muito bem como os impulsos “humanitários” acionados pelo Estado para conter suas ações e pretensões desencadeiam práticas genocidas, que permanecem impunes entre nós – e não serão consideradas jamais pelo estreito horizonte intelectual e humanitário do governador de São Paulo. Nenhum genocídio deve ser esquecido, exceto o dos negros.

Na última sexta-feira (29.05.2009), a coluna “Panorama Político”, do jornal “O Globo”, comentou brevemente uma “curiosidade” da pesquisa sobre reforma política realizada por Diap/Inesc.

“Dos 150 parlamentares ouvidos, 16,7 defendem uma cota para representantes dos povos indígenas; 12% apoiam políticas afirmativas para garantir mais negros no Congresso” (p. 2).

Na noite da quinta-feira anterior, em intervalo do “Jornal Nacional”, da Rede Globo de Televisão, foi ao ar mais um programa do Partido dos Trabalhadores. Eram claros todos os personagens que tinham expressão partidária, institucional ou sindical. Eram escuros os representantes do povo agradecido e o apresentador do programa.

No “governo de todos”, a parte que representa o todo é clara. Os escuros, emocionados e dramáticos, agradecem as benfeitorias. O programa do partido mais “popular e democrático” tem a força da evidência que nenhuma manipulação verbal pode ocultar. Os negros não são visíveis nas propagandas partidárias, nem o são também no Congresso Nacional.

“Triste é não ser branco”, anotou em seu diário Lima Barreto, em 24 de janeiro de 1908, após ser barrado em uma visita a navios americanos ancorados no porto do Rio de Janeiro (*Diário Íntimo*. São Paulo: Brasiliense, 1956, p.130). Os políticos negros do PT devem ter anotado algo semelhante em seus diários, após a exibição do programa de TV.

Relacionado por Ilmar Franco de “O Globo” entre as “curiosidades da pesquisa”, o tema transcende em muito essa avaliação frívola. Em 10 de janeiro de 1905, Lima Barreto (nascido a 13 de maio de 1881) anotava em seu diário, sobre o engavetamento da nomeação de um professor negro para o Colégio Militar:

“É singular que, fazendo eles a República, ela não a fosse de tal forma liberal, que pudesse dar um lugar de professor a um negro. É singular essa República” (Diário, p. 82).

O programa do PT e a pesquisa Diap/Inesc demonstram como igualdade e liberdade são ainda abstrações na política brasileira. Se o TSE incluísse o dado cor/raça nos formulários dos candidatos poderíamos dimensionar mais amplamente a participação política de negros e índios, inclusive avaliando o fosso que separa candidatos de eleitos.

É singular essa República que continua, mais de um século depois dos registros de Lima Barreto, excluindo negros e índios. É singular também o jornalismo que se recusa a explorar as

possibilidades que uma pesquisa pode oferecer de aumentar nosso conhecimento da realidade social e política do país.

CONTORCIONISMOS E TURBULÊNCIAS

29/06/2009

“O ministro da Seppir, Edson Santos, considera que o diálogo com os movimentos sociais reunidos na conferência deve continuar, mas acredita que a plenária deu uma sinalização positiva em relação à aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.”

O fragmento acima é parte de texto divulgado pela Agência Brasil (e encontrado no Terra Brasil desde 07h38 de hoje) e distorce o sentido de manifestações inequívocas da plenária da 2ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, realizada no último final de semana.

A “sinalização” da plenária, cuja expressão a Mesa presidida pelo ministro Edson Santos fez tudo para silenciar, foi no sentido de impedir a aprovação do substitutivo acordado pela Casa Civil, Seppir, deputados negros, Conen e Unegro. O ministro deveria utilizar o poder do cargo para disseminar boas práticas. Seu depoimento à Agência Brasil, porém, distorce a deliberação majoritária da plenária.

O ministro se faz de bobo e será bobo de verdade se não tiver percebido que algumas vozes da base do governo sentiram-se obrigadas a mudar de opinião e aderir matreiramente ao coro indignado de amplos setores de Movimento Negro, os quais exigem uma revisão radical do substitutivo do Estatuto em tramitação na Câmara.

Ao menos na plenária, é importante frisar, algumas manifestações dissonantes de membros da base do governo construíam um jogo de aparências que pretendia dissimular a participação e a responsabilidade no encaminhamento do substitutivo antinegro. Mas só o fato de terem precisado recorrer ao expediente cínico deveria alertar o ministro para a pouca legitimidade da posição que ele equivocadamente vem defendendo.

Havia, contudo, outros sinais mais concretos na Conapir de ruptura na cadeia que liga organizações da base do governo. Ausências significativas na plenária e murmúrios colhidos por ampla variedade de fontes nos corredores. Altos funcionários da Seppir foram vistos murmurando contra a presença do ministro na presidência da Mesa, estritamente

governamental. Não é difícil supor que o ambiente conflagrado levante ainda outras dificuldades para que se possa redesenhar concepções e estratégias.

Mas o fato é que nada indica melhoria na capacidade administrativa e nas relações políticas da Seppir. Mesmo as dissensões manifestadas são de pouca monta. A possibilidade de realizar seja lá o que for, no último ano de governo, dependeria de um esforço acentuado para o diálogo e da revisão de práticas que permitissem uma ampla negociação com os setores mais críticos do Movimento Negro. Críticos, propositivos e produtivos, diga-se de passagem. A condução da Conferência e as declarações contorcionistas posteriores do ministro revelam que a Seppir vai continuar priorizando os comparsas que se reúnem em torno de interesses comuns não muito claros na base do governo.

Há, é claro, aquele burburinho de fim de feira, onde frequentemente os preços são reajustados. Mas não se sabe se para o bem da coisa pública. Parece que não.

ALUCINAÇÕES ANTROPOLÓGICAS E RITUAIS DA MÍDIA

20/07/2009

Segundo Yvonne Maggie, existe racismo no Brasil – mas não somos uma sociedade racista. “Há uma espécie de alucinação coletiva”, conforme ensina a professora da UFRJ, que leva a confundir desigualdade entre ricos e pobres com desigualdades raciais.

Como uma alucinação puxa outra, ainda segundo Maggie, as pessoas interessadas em destruir a paz e a ordem, a serviço de países imperialistas, acabam defendendo a criação de leis raciais para combater a desigualdade.

Felizmente, no país que bebe cerveja junto, que joga futebol junto e casa entre si, conforme as palavras da ilustre antropóloga, há um Congresso que tem “mais juízo” e “as leis raciais não vingarão” (*ver entrevista de Maggie em O Globo, edição de 31 de maio de 2009, p.10*).

O leitor tem o direito de pensar que está diante de uma nova versão de “O Alienista”, conto de Machado de Assis. Talvez. O que não sabemos é se Maggie irá seguir os passos do ilustre sábio de Itaguaí e recolher-se definitivamente à Casa Verde, para entregar-se “ao estudo e à cura de si mesma”.

Enquanto aguardamos o desfecho das peripécias da ilustre professora que, como Dr. Simão Bacamarte, “tem os olhos acesos da convicção científica”, vale a pena assistir ao que os

editores consideram “uma pérola em homenagem a Michael Jackson”. Dita “homenagem” feita pelo programa “Vídeo Show”, da Rede Globo, no dia seguinte à morte do artista, recuperava cena veiculada no antigo TV Pirata.

Parece tratar-se de inequívoca demonstração das relações cordiais vigentes entre os brasileiros, segundo a doutrina Maggie. Um homem negro, Edmilson dos Santos (Guilherme Karan pintado de preto, tipo “Nega maluca”), apresentado como sociólogo e guardador de carros (contraste entre formação e ocupação real permite várias leituras, inclusive a da existência de barreiras de cor) é abordado em um supermercado por propagandista (Diego Vilela) de sabão em pó. O nome do sabão é Omolu.

Há um sabão em pó “Omo”, que lava mais branco, e há esta paródia com o nome do Orixá, que realiza os desejos de embranquecimento de guardadores de carros formados em sociologia (“fez milagre em Edmilson dos Santos”) e ridiculariza a ancestralidade afro-brasileira. Um mês após a “experiência”, Edmilson transformou sua aparência, sugerindo ser agora Michael Jackson. Está feliz, “branquinho, branquinho”, e dança imitando gestos de Jackson, com música ao fundo.

No final da exibição da sequência do TV Pirata, os apresentadores do Vídeo Show riem divertidos. “Vale a pena rir de novo” é o nome do quadro que no dia 26 de junho fez esta “homenagem” a Michael Jackson.

Na construção do esquete, valores religiosos de herança africana socorrem um homem negro em dificuldades com sua própria cor, presume-se. A superação de suas limitações, digamos assim. Ao final, ficou branquinho e feliz, usando “o sabão em pó das estrelas”. Não é mesmo divertido isso? A herança cultural e religiosa africana acionada para servir ao embranquecimento e à felicidade de Edmilson e de todos? Divirtam-se. Creio mesmo que essa sincera e cordial “homenagem” seja de grande utilidade para que possamos avançar no conhecimento e domínio das alucinações coletivas e do conteúdo mágico dos rituais midiáticos, ontem e sempre.

ESPERANÇA VÃ E MEDO, OUTRO MEDO

25/08/2009

Para a compreensão do jornalismo que se faz hoje no Brasil, a campanha dos principais veículos contra qualquer política que beneficie a população negra é a pedra de toque definitiva.

Uma disposição visceralmente antinegro, impiedosa, direciona sem distinção reportagens e editoriais.

A reportagem de Chico Otávio de “O Globo”, publicada na edição de ontem (27.05.2009, p.9), tem ao lado uma opinião editorial (cujo título é “Esperança”) e seria quase impossível duvidar de alguém que levantasse a questão de uma mesma autoria para os dois textos.

“O Globo” atua com o ímpeto do combatente que vê em cada oportunidade de disputa “um decisivo divisor de águas”. A expressão é do texto “Esperança” sobre a liminar do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro suspendendo as cotas nas universidades estaduais, mas a empresa de comunicação tem jogado pesado, com práticas muito pouco profissionais, como se viu no assédio a deputados federais no episódio recente do Estatuto.

O ministro Edson Santos, sem coragem de citar nomes, referiu-se em Salvador, na abertura da II Conferência Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a certo diretor de jornalismo de um grande veículo, que pessoalmente teria feito ligações telefônicas para pressionar e constranger parlamentares. Todo mundo entendeu que ele se referia à Rede Globo de Televisão e a Ali Kamel.

Mas não nos devemos deixar seduzir pelas aparências. O episódio do Estatuto da Igualdade Racial e a indignação do ministro ocultam outros constrangimentos. O Estatuto foi rechaçado por amplo espectro político. Sob o pretexto de que não se pode aprovar o “ideal”, as forças do governo, negras e não-negras, justas e onipotentes como sempre, já haviam feito previamente seu trabalho de mutilação.

A esperança maior de Folha, Estadão, Globo, etc., expressão significativa do temor das elites, é excluir definitivamente a possibilidade de manifestação da identidade negra no campo da política. Defendem princípios discriminatórios diante do avanço demográfico e político da população negra. Defendem princípios diante de fatos que não se subordinam também à lógica governamental.

O que aflora sem controle no meio negro é a tomada de consciência do poder político. Por trás da disputa por cotas, o que existe não é o temor de que se inocule “o perigoso, errado e reacionário conceito de raças”, como reafirmou ontem “O Globo”. Na realidade, o que se teme é que esses pequenos avanços possam abrir caminho e ajudem a consolidar rupturas mais amplas com a ordem de privilégios que permanece inalterada há mais de quinhentos anos.

O repórter Bernardo Mello Franco, de “O Globo”, escreveu que a “Câmara dos Deputados aprovou ontem uma versão esvaziada do Estatuto da Igualdade Racial”. Na mesma reportagem, o ministro Edson Santos afirmou que “o grande avanço é que ele não vai gerar conflito”. (O Globo, p. 11.)

O Dep. Luiz Alberto (PT-BA) por sua vez afirmou, em pronunciamento da tribuna da Câmara, que o texto aprovado era “o possível”. E acrescentou: “Em caráter conclusivo, a matéria vai ao Senado Federal, onde também há um acordo para imediatamente se constituir uma Comissão Especial para aprovar o Estatuto, a fim de que o Presidente Lula, ainda este ano, possa sancioná-lo e dar ao Brasil uma oportunidade de se criar uma verdadeira democracia.”

Segundo ainda a reportagem de Bernardo Franco, “o DEM elogiou as mudanças”. Quem conduziu as negociações pelos Democratas foi o deputado OnyxLorenzoni (DEM-RS) e já se pode bem avaliar a profundidade (e a realidade) da “verdadeira democracia” para a qual se abrem agora todas as oportunidades.

JohannaNublat, repórter da “Folha de S. Paulo”, escreveu que a oposição, comandada por Lorenzoni, afirmou “ter tirado todos os pontos com os quais não concordava”. (FSP, p. C9.) Ao “Correio Braziliense”, o deputado fez declarações mais incisivas: “Tiramos qualquer tentativa de racialização do projeto”. (CB, p. 11.)

Nublat, aliás, é autora da pérola mais preciosa escrita sobre a versão do Estatuto aprovada ontem na Câmara dos Deputados: “Há também pontos mais práticos, como a possibilidade de o governo criar incentivos fiscais para empresas com mais de 20 empregados e pelo menos 20% de negros.”

Quando o ponto mais prático é uma possibilidade, o leitor pode bem dimensionar o que representa a proposta aprovada para a superação das desigualdades raciais. Nem falo de racismo, porque a Comissão Especial, a rigor, nunca tratou do tema. Mas é fato que, sem falar de racismo, não alcançamos as motivações fundamentais.

Há algumas semanas, a mídia divulgou a discriminação sofrida por Januário Alves de Santana, agredido por seguranças do supermercado Carrefour numa cidade da Grande São Paulo. Todos conhecem a história do homem negro, técnico em eletrônica, que foi acusado de tentar roubar seu próprio veículo, um EcoSport. Acusado e violentamente espancado nas dependências do Carrefour.

Segundo ainda o noticiário, Januário viveu tantos constrangimentos após a compra do veículo, que decidiu se livrar dele. Creio que deveríamos fazer uma reflexão sobre como essas imposições violentas de limites têm afetado a população negra. Inclusive entidades e parlamentares.

Por causa de seus traços fisionômicos, seu fenótipo, e de um conjunto de injunções decorrentes da hierarquização do humano vigente entre nós, Januário vê-se obrigado a rever seu projeto, reduzindo suas dimensões, buscando adequar-se aos limites impostos pelo racismo.

Um modelo mais modesto de veículo talvez lhe permitisse acomodar-se aos limites rígidos preestabelecidos, seguramente é o que pensa Januário.

Segundo os seguros do Carrefour citados na revista Carta Capital, tudo, toda a informação estava na cara de Januário. Sua cara não nega, teriam dito os seguros. E mais: “Você deve ter pelo menos três passagens pela polícia”. Sendo assim, não admiraria que Januário, renunciando a seu projeto legítimo de possuir um EcoSport, fosse preso ou assassinado conduzindo uma bicicleta. (Carta Capital, nº 560, 25/08/09 p.16.)

O fato é que os negros vivem em um mundo em que se sabe de antemão muita coisa sobre eles. Impressiona a quantidade de informação que o olhar racista pode colher em um rosto negro. Os negros são no Brasil a evidência pública de um conjunto de delitos.

Apoiado por muitos outros autores, Umberto Eco afirma que é o outro, é o seu olhar, que nos define e nos forma. E não se trata aqui, diz ele, de nenhuma propensão sentimental, mas de uma condição fundadora (ver *Cinco escritos morais*. Editora Record, 1997, p. 95.)

Já sabemos como somos vistos e, a partir desse olhar, como devemos nos definir e conformar nossos projetos. Seria melhor dizer como devemos amesquinhar e reduzir nossos projetos. Sonhos não realizados, esperanças frustradas reafirmando e reforçando a ideologia que previamente nos classificou a todos.

Os parlamentares negros que ontem cantaram e ergueram os punhos fechados e se abraçaram ao DEM, o ministro Edson Santos, a Seppir, a Conen, a Unegro, todos comemoravam no fundo a redução e o amesquinamento do projeto de Estatuto. Conformaram-se ao “possível”. Confiam que na redução ainda se podem projetar ganhos eleitorais. Vão colher, seguramente, o que plantaram.

06/10/2009

É de se supor que a esta altura o recurso apresentado pelo deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), forçando a apreciação do Estatuto pelo plenário da Câmara esteja completamente esvaziado. Não que isso fosse alterar nada, mas serviria para aprofundar o buraco em que se meteu a chamada “bancada negra” e isso não seria nada desprezível. Chega de empulhação.

Um “movimento”, segundo O Globo (edição de 3 de outubro de 2009, p. 14), que une opositores e defensores das cotas, esteve encarregado de convencer parlamentares que assinaram o requerimento a desistirem da ideia de levar o projeto a plenário.

Isabel Braga, a jornalista que assina a reportagem de O Globo, refere-se assim ao Estatuto: “um acordo acabou desidratando o texto e retirando propostas polêmicas, como a cota para negros nas universidades e a delimitação das terras dos quilombolas”.

O leitor atento percebe de imediato o silêncio da repórter sobre cotas nos meios de comunicação, capítulo do Estatuto a que os padrões de Isabel resistiram com todo seu poder, comandando a pressão nos bastidores.

O relator do Estatuto, deputado Antônio Roberto (PV-MG), era, desde sempre, missa encomendada pela Abert – Associação Brasileira de Rádio e Televisão. Segundo o ilustre deputado mineiro, homem de poucas e brevíssimas palavras, “a criação de reserva de emprego para negros na TV e na publicidade é inviável” (O Globo, 21 de maio de 2009). Ele quis dizer que a TV Globo não autorizava, e, se ela não autorizava, o capítulo que tratava dos meios de comunicação era inexecutável.

Mas voltemos ao texto da reportagem de Isabel Braga. Ela escreveu, marota, que o acordo desidratou o texto e a seguir abre-se um intertítulo: “Santana nega que o Estatuto esteja esvaziado”. Ou seja, o deputado Carlos Santana (PT-RJ), contrariando afirmação de repórter de O Globo, nega o esvaziamento do Estatuto.

O leitor atento entendeu que Santana está fazendo papel de bobo. A repórter finge avaliar perdas e quem a contradiz é o presidente da Comissão, avalizador do acordo, um deputado negro. Livra eu, painho.

O líder do PSDB, deputado José Aníbal, participa também dos esforços do “movimento” para sustar o requerimento de seu colega de bancada. A razão alegada pelo líder do PSDB é a de que “foi feito um amplo acordo em torno do projeto”. Existe o projeto e o “em torno do projeto”, ou eu entendi mal?

E prossegue o grande líder: “Há uma convergência geral sobre o texto atual: retirou tudo de cotas. (...) O texto está bem razoável, satisfatório.”

Satisfatório quer dizer que corresponde não ao desejo ou esperança ou necessidades da população negra, mas ao que lhe deve bastar, ser suficiente para os seus limites de cidadania. Todos se empenham agora para que o Estatuto seja sancionado no Dia 20 de Novembro, Dia Nacional da Consciência Negra. A turma alegre da Seppir gostaria que o ato solene se desse na Bahia. Luíza Bairos, que eu saiba, não é nenhuma princesa Isabel.

SOMENTE A VERDADE

09/11/2009

Está sempre na moda a produção daquelas representações deformadas e ilusionistas, cujo princípio fundamental é voltar as costas para a realidade. De um lado, William Bonner repete incansavelmente, ao longo de cerca de 250 páginas de seu livro, que “o objetivo do Jornal Nacional é mostrar aquilo que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo naquele dia, com isenção, pluralidade, clareza e correção” (*Jornal Nacional – modo de fazer*. Editora Globo, 2009).

De outro, o ministro da Seppir e negros do PT e do PC do B repetem em circuito nacional que o Estatuto da Igualdade Racial é a mais importante ferramenta para os negros alcançarem a igualdade real de oportunidades (ver, por exemplo, “Nabuco errou”, artigo publicado por Edson Santos em O Globo, 17.10.2009, p. 7).

A impostura na política, a negação e deformação sistemática da realidade, ganha enfim a contribuição de afro-brasileiros, ansiosos por alcançarem talvez as exigências de ‘relevância histórica’ que lhes permita a consideração benevolente do noticiário do Jornal Nacional.

Segundo Bonner, a relevância histórica do fato assegura lugar no noticiário do JN. Tendo ao fundo uma perspectiva histórica que valorize a figura de Joaquim Nabuco, a coisa fica redonda.

O acordo que permitiu a aprovação do projeto esvaziado de Estatuto, com exclusivos fins político-eleitorais, tem duas dimensões, no artigo do ministro: (1) foi costurado entre todos os partidos; (2) foi firmado entre o governo, os partidos e a sociedade civil.

E a prova estaria circulando em cartazes confeccionados pela Seppir, nos quais lideranças negras, decididas a vestir a sunga vermelha do senador Suplicy, manifestam seu apoio ao projeto que “vai destruir a obra da escravidão”. De Suplicy se disse que o episódio

desmerecia a imagem dele e a da instituição. Das lideranças negras se poderá, com razão, dizer o mesmo.

Quem assistia ao “Jornal Nacional” na noite do dia 31 de março de 1970, provavelmente viu e ouviu o general Médici (que falou nesse dia em cadeia nacional): “Este governo não fará o jogo de ninguém, mas apenas o próprio jogo. O jogo da verdade. O jogo limpo e claro da Revolução. O jogo do desenvolvimento nacional, o jogo da justiça social, jogo através do qual se fortalecerá na confiança e no apoio de toda a nação”.

O jogo agora é para engrupir negros – todos os partidos, o governo, a sociedade civil empunhando a ferramenta que vai destruir a obra da escravidão. Chega a comover o esforço dessa idealização para promover uma ampla comunidade, sem conflitos, sem que nenhum segmento usufrua dos privilégios racistas, comprometidos todos a não alcançar, está claro, nenhuma objetividade, nenhuma ação concreta.

A acentuada inadequação entre a propaganda e os fatos deve, no curto prazo, desmascarar os artifícios da retórica triunfante. Manipulações dessa grandeza, como se sabe, costumam ter prazo de validade muito exíguo.

Engrupir negros em praça pública, como se pretende fazer em Salvador no dia 20 de novembro, sugerindo uma encenação redentora, e supondo que falar de iniciativas abstratas para esconder o fato de que as iniciativas concretas foram suprimidas do Estatuto é um ato sem consequências – pode acabar mal.

É grave equívoco da classe política brasileira imaginar que, sempre que o assunto envolver negros, não haverá elementos suficientes para permitir a distinção entre verdade e mentira. Nos dias que se seguirem à aprovação do Estatuto sobrarão evidências da enorme distância que separa a retórica do ministro da Seppir e aliados da dura realidade vivida pela população negra. A celebração estéril prevista para Salvador tem mais afinidades com o 15 de novembro do que com o 20 de novembro.

O escritor Lima Barreto costumava dizer que a República não foi boa para os negros. Pense, reflita sobre esse aparente paradoxo para que você possa bem dimensionar o abismo de frustrações que se seguiu à Abolição e à proclamação da República. O governo federal, às vésperas da eleição de 2010, parece querer conspirar contra sua própria credibilidade. Estranho jogo esse.

Quem pode passar o Vinte de Novembro em Barra do Piraí, Rio de Janeiro, deve fazê-lo. O Parador Maritacas (Spa Resort) convida para ouvir chorinho e deleitar-se com um cardápio especial para a data. A decoração é temática, o que talvez sugira elementos característicos e alusivos à saga dos palmarinos.

Na verdade, não posso assegurar nada sobre a decoração temática. Creio mesmo que os elementos do cenário, se quiserem formar um todo coerente com o momento que vivemos, devem abandonar qualquer pretensão de resgate histórico.

Na visão de D. João V, para ficarmos com um exemplo documentado do final da primeira metade do século XVIII, os negros que fugiam da escravidão praticavam insulto contra El-Rei. Como se atrevem, pensava o rei de Portugal, a não aceitar a escravidão? Tantos séculos depois a visão do poder parece inalterada.

Sendo assim, deixo à imaginação daqueles que pretendem conhecer o Parador Maritacas a escolha dos elementos temáticos que permitam inferir os comportamentos predominantes na atual conjuntura, cujas regras de vassalagem determinam estratégias de alta complexidade.

Vejamos o caso do Rio de Janeiro, onde, conforme discursos proferidos na abertura da Semana da Consciência Negra, o prefeito e o governador são aliados da causa negra. Segundo informa a Agência Brasil (16.11.09 às 21h33), Benedita da Silva, que representava o governador Sérgio Cabral na solenidade realizada no Palácio da Cidade, garantiu (verbo cujo significado, como todos sabem, é “*responsabilizar-se por*”,) que “o estado do Rio de Janeiro implementa uma política de igualdade racial com cidadania, em parceria com a prefeitura e o governo federal”.

Benedita da Silva não estava sozinha no papel de garantidora de uma política invisível mesmo aos olhos mais crédulos. Havia outros nomes conhecidos, citados na matéria. O coletivo sugere a produção de uma nova versão cinematográfica do “Ensaio sobre a Cegueira”, desta vez visando exclusivamente os afro-brasileiros. O ator Danny Glover, que estava presente ao ato no Palácio da Cidade, assegura a continuidade entre as duas versões.

Disse acima que regras de vassalagem regem estratégias complexas de sobrevivência de negros nas franjas das instituições públicas. Eles exercem papéis de relevo duvidoso, que são variações de um tema comum nos labirintos do poder: O Garantidor, O Abonador. A não

materialização das políticas não é um princípio de relevância no mundo das crianças em que vivem os negros. Brincam de política pública, fazem sorrir e divertem os adultos.

E O ACORDO?

24/11/2009

Consideremos, de início, o fiasco da Seppir e aliados, que alardearam durante algumas semanas a força de um amplo acordo político-partidário capaz de produzir a aprovação do projeto de Estatuto da Igualdade Racial, ainda que essencialmente mutilado e desfigurado, a tempo de obter a sanção presidencial em praça pública no Dia Nacional da Consciência Negra.

Nas últimas horas que antecederam o 20 de Novembro, quando o senador Demóstenes Torres já manifestara sua oposição ao projeto nos bastidores da Comissão de Constituição e Justiça, insinuou-se a possibilidade de o presidente da República transformar a data em feriado nacional, o que, afinal, também não ocorreu. Tudo não passou de uma marola plantada nas colunas de grandes jornais. Ainda pelo lado do governo, as rugas com o senador Paulo Paim em torno do fator previdenciário acumulavam fatores de perturbação da tramitação do Estatuto.

Não se pode assim negar a redução da dimensão pública do evento em Salvador, restrito à certificação, segundo disse o presidente Lula, de trinta comunidades quilombolas. Mas em um setor onde o governo poderia mostrar alguma eficiência, o Ministério Público Federal abriu inquérito denunciando justamente o atraso nos processos de regularização fundiária.

Segundo reportagem de O Estado de S. Paulo (edição de 21/11/09, p. A9), o Ministério Público afirma que a União expediu apenas 105 títulos de propriedades de terras para quilombolas em 21 anos de Constituição. Para os procuradores, conforme a mesma reportagem de Ricardo Brandt, “o quadro geral relativo às políticas públicas voltadas ao atendimento da população quilombola, em especial da sua garantia do direito à terra, é alarmante, e denota grave e sistemática violação a direitos fundamentais”.

Desse modo fica difícil sustentar a “prioridade” da “questão quilombola” para o governo federal. De qualquer forma, a decisão do governo parecia esvaziada na fala do próprio presidente da República, quando disse que “no ano que vem teremos muito mais legalizações de quilombolas”.

Curiosamente, Lula não citou em seu pronunciamento nenhum funcionário negro do governo, nem estadual, nem federal. Fez referência a Dilma Rousseff, a Jaques Wagner, ao líder palestino Mahmoud Abbas e especialmente a Nelson Mandela.

Ao referir-se à luta do povo negro sul-africano para chegar à presidência da República, Lula disse que no Brasil estamos caminhando para isso. Falta muito, disse Lula, mas numa democracia deve prevalecer o direito das maiorias. O presidente referiu-se também ao abismo existente entre a dureza da lei (aludia à ficção constitucional de que o racismo constitui crime inafiançável) e a disseminação de práticas racistas, dando ênfase a exemplos do mercado de trabalho.

Não se combate o racismo apenas com legislação ou se lamentando, é necessário brigar e enfrentar o preconceito – ensina o presidente, tomando como exemplo sua própria luta vitoriosa contra o preconceito de classe e regional. “Eu venci o preconceito e me tornei presidente da República.” Que tal? Para o ano vai ser melhor, Lula prometeu: feriado, estatuto e mais quilombolas com a propriedade de suas terras.

As certezas quanto à aprovação do estatuto foram transferidas agora para o mês de dezembro, embora a ideia de que a oposição só não queria que o presidente Lula “faturasse” o Dia da Consciência Negra não convença ninguém. A Comissão de Constituição e Justiça, comandada pelo senador Demóstenes Torres, já marcou debate com os mesmos atores globais conhecidos por suas posições contrárias às ações afirmativas. Depois de tirar as cotas na Câmara, tudo leva a crer que a oposição vai bloquear a tramitação do projeto no Senado.

As declarações de funcionários negros e aliados de que houve um amplo acordo podem estar sendo desmentidas pelos fatos. Essas especulações se reforçaram com o fiasco do Dia Nacional da Consciência Negra e a reação do senador Demóstenes. Em termos políticos, vai ser muito difícil para a Seppir e seus aliados demonstrarem que as decisões sobre o destino do Estatuto estão ao seu alcance. Parece que passa bem longe deles. Acho que por isso o presidente não tornou explícita a identificação dos nomes negros que, afinal, são autoridades da República.

A PIMENTA DO FREI DAVID VAI ARDER NO SEU

01/12/2009

Excetuando Romeu Tuma, que substituíra Demóstenes Torres na presidência da mesa, não havia um único senador no plenário da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, hoje

pela manhã, durante a audiência pública sobre o projeto que cria o Estatuto da Igualdade Racial. Os senadores, ao que parece, renunciaram à mínima condição de uma ação legislativa decente – comparecer para debater matéria em tramitação. Saí por volta de meio-dia, não creio que o quadro tenha mudado.

Demétrio Magnoli e Ivonne Maggie também não puderam comparecer e a liderança do grupo contrário a qualquer política pública em benefício da população negra foi ocupada temerosamente por Roberta Kaufmann, acolitada carinhosamente pela infalível dupla de serviçais: José Carlos Miranda e José Militão. Digo temerosamente porque, como ela estava sentada bem à minha frente, pude ouvi-la dizer ao professor Paulo Kramer: - Você vai falar também? Diante da negativa do ilustre cientista político, ela arrematou: - Ah, então estamos perdidos...

Parece claro que o encaminhamento de audiência pública visa retardar o andamento de um projeto sobre o qual, presumidamente, havia sido construído um amplo acordo político-partidário na Câmara dos Deputados. Em face dos resultados, o dito acordo foi evidentemente um esculacho. Quem achou que arriando as calças na Câmara ajudava a acalmar a ira dos brancos, deve preparar-se para acolher estocadas ainda mais profundas no Senado. Vai doer.

Mas não se pode dizer propriamente que houve um debate na CCJ. O juiz federal William Douglas refutou cabalmente a frágil argumentação da procuradora Roberta Kaufmann, que preferiu não ouvi-lo e refugiou-se no corredor da Ala Alexandre Costa, em frente às câmaras de televisão. Deve ser a atração no Jornal Nacional de hoje.

Frei David defendeu o quanto pior, melhor. Sua tese abstrusa é a seguinte: “Se o Senado aprovar um bom Estatuto, o povo negro vai continuar apático; a aprovação de um péssimo Estatuto vai fazer o povo negro ficar irado e revoltado. O Estatuto deve ser como pimenta, para fazer o movimento negro agir mais e mais”. O potencial do Estatuto para a mudança, insistia o franciscano, está relacionado a sua incompletude. Um depoimento que deve enriquecer os anais do Senado sobre a pusilanimidade na política.

O ministro Edson Santos, convencido de que fez um acordo com todas as forças políticas, entende que a CCJ estava apenas cumprindo um dever regimental. O evento contribui para esclarecer os senadores sobre a matéria, etc. O senador Tuma respondeu que o caminho da aprovação é de absoluta tranquilidade, “está tudo redondinho”.

O fato é que aqueles que se manifestam a favor declaram que o Estatuto é suficiente como ponto de partida. Na verdade, é uma forma de enquadrar o projeto, que deveria conter a formulação de políticas de Estado para o combate ao racismo e às desigualdades raciais, dentro

de limites definidos pela conveniência eleitoral e outras menos confessáveis. Os instrumentos de que dispomos para deter esses cambalacheiros são precários, é verdade, mas devemos utilizá-los com todo o vigor.

HUMILHAÇÃO

15/12/2009

Na quarta-feira passada (09.12.09), o senador Paulo Paim (PT-RS) ocupou a tribuna do Senado para pedir urgência na aprovação do projeto de Estatuto da Igualdade Racial. Paim referiu-se a um “grande acordo entre os partidos”, que teria sido celebrado na Câmara para garantir a aprovação de uma versão do Estatuto. O senador afirmou também que considerava um “retrocesso” o resultado do amplo acordo partidário. E acrescentou:

“Mas parece que não há entendimento agora nem para votar o texto proveniente da Câmara”, lamentava o senador, protestando que as emendas apresentadas ao projeto no Senado provocavam “um retrocesso ainda maior no Estatuto”.

O senador concluía seu pronunciamento afirmando não ser aceitável essa situação e apelando por um novo acordo. Caso não fosse possível um acordo, o senador insistia para que a Mesa colocasse o projeto em votação no Plenário.

Hoje, segundo informa Cláudio Bernardo da Agência Senado, o senador Paim “condenou” as alterações feitas na Câmara – o senador está condenando, é preciso enfatizar isso, o substitutivo que resultou do famoso acordo feito entre os partidos políticos, o governo e a base negra do governo (Conen, negros do PT, Unegro, etc.).

“- Se o Estatuto for aprovado como está, será uma humilhação”, declarou Paim em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado.

O reconhecimento público, feito por um membro ilustre da bancada negra no Congresso, de que o alardeado acordo celebrado na Câmara foi humilhante – do tipo trama de novelinha em que você fica de joelhos e leva na cara – é sem dúvida um ato de grande coragem política. O que o inspira parece ser a constatação de que o acordo esvaziou o estatuto, mas não pôs limites à escalada conservadora e racista.

Na quarta-feira passada, Paim ainda clamava no Plenário por um novo acordo que, pelo visto, não virá. Melhor mesmo que não venha, a julgar pelos resultados do que essa turma considera acordo político. Na verdade levaram um esculacho. A questão agora é saber se os

que criaram o monstro conseguirão devorá-lo. Aqueles que, até a declaração de Paim hoje pela manhã, consideravam a versão humilhante do Estatuto um “primeiro passo” precisarão rever a trajetória de subalternização em que se enfronharam. O acordo virou pó, e agora?

PARA SEMPRE?

11/01/2010

A revista “Veja” comemora esta semana, com muitas páginas numa seção denominada “História”, o centenário de Joaquim Nabuco, texto de Vilma Gryzinski (edição nº 2147, 13 de janeiro de 2010). A reportagem despudoradamente insiste no mito Nabuco, a quem chama de herói nacional da mais justa de todas as causas.

Nabuco brilhou principalmente nos teatros, onde se teria travado o principal combate da campanha abolicionista, segundo a reportagem de “Veja”. Uma campanha teatral, acompanhada de suspiros femininos, lençinhos pintados e pétalas de rosa. A mais justa causa e a mais elegante de todas as campanhas.

A base que sustenta a estátua de Nabuco, segundo Gryzinski, é o “imperativo moral”, um mandato da consciência a que não se pode renunciar, principalmente por sua origem remota na pureza e inocência da infância de filho de escravocrata que se compadeceu com o sofrimento do escravo supliciado e suplicante. Cena clássica de novela de época.

As conhecidas contradições de Nabuco, que deixavam aflorar os interesses de classe e o racismo, são tratadas com desprezo ou omitidas pela reportagem. Tudo não passaria, na visão simplista e deslumbrada de Gryzinski, daquelas manifestações que costumam revelar “a complexidade e os questionamentos que se esperam dos intelectuais superiores”.

A abolição da escravatura foi assim a obra de um intelecto superior: Joaquim Nabuco. Superior e belo. “Branco alvíssimo”, preocupado com a aparência e a moda, etc. Do estrume da escravidão, nasceu a bela flor abolicionista. De nosso pior, emergiu “o melhor que o Brasil conseguiu oferecer”.

Como os negros são, na reportagem de “Veja”, meras ilustrações fotográficas, imagens de corpos dominados apreendidas por fotógrafos brancos, depreende-se que a abolição que se fez em combates travados nos teatros e parlamentos, controlada pelos senhores de escravos e seus representantes, foi o resgate do melhor da classe senhorial, que encarnava consequentemente o melhor do país, sua essência perene.

Para Gryzinski, portanto, o negro é uma fotografia na parede e em seu texto de glorificação de Nabuco não existe nenhuma alusão a outros abolicionistas. André Rebouças, por exemplo.

Conforme ensaio recente de Maria Alice Rezende de Carvalho (“André Rebouças e a questão da liberdade”, que faz parte do livro *Um Enigma Chamado Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 48-59), Rebouças, que publicou suas ideias em livro sobre a democratização da propriedade da terra, no mesmo ano (1883) em que Nabuco divulgava seu “O Abolicionismo”, se incluiria entre os perdedores na disputa de projetos de Brasil na transição da Monarquia à República.

No projeto defendido por André Rebouças, “a liberdade que emergiria do processo de abolição da escravidão somente seria efetiva se referida a um fundamento material – propriedade da terra – e a uma dimensão coletiva...”. Para a autora, “Rebouças se distanciava dos pressupostos liberais, o que o tornava um estrangeiro em relação ao debate político do período final do Império”.

Enquanto se comemora Nabuco, se apaga intencionalmente a memória da participação negra (protagonismos e sacrifícios no campo e nas cidades, ideias e projetos políticos para um Brasil democrático). O título da reportagem de “Veja” é “Herói nacional para sempre”, no qual obviamente se encontra manifestação de desejo das elites, que a revista representa, de perpetuar a dominação e sua perspectiva da história. “Veja” configura o passado de olho na eternidade.

Precisamos de um movimento negro capaz de discutir projeto político e alternativa de poder, resgatando a experiência histórica que permanece soterrada. André Rebouças é, sem dúvida, uma das fontes desse diálogo histórico que precisamos retomar em profundidade.

O VAZIO, DE NOVO

21/01/2010

Em novembro último, a Seppir tinha anunciado a aprovação do Estatuto “possível”, com base num amplo acordo político no Congresso Nacional. Não havia acordo e o presidente da República acabou improvisando um discurso a céu aberto em Salvador, que pode ser assim resumido: “vamos fazer política?” Ontem se tratava do anúncio solene do Plano Nacional de Proteção à Liberdade Religiosa, em Brasília. O anúncio foi suspenso, segundo o Estadão, “na

última hora”, por ordens da Casa Civil, a que está subordinada a Seppir. Ponha bastante subordinação nisso, sal a gosto.

A impressão que fica, nos dois episódios lamentáveis, é a de uma Secretaria que age desconectada tanto das áreas de decisão governamental, quanto da realidade das forças políticas no Congresso. Segundo a repórter Vera Rosa (o Estado de S. Paulo, edição de 21/01/2010, p. A4), “Santos não escondeu a decepção com a ordem para suspender o anúncio do plano”.

A frase não sugere que o ministro Edson Santos esteve participando de uma reunião com a ministra-chefe da Casa Civil. Ao contrário, parece reforçar a convicção generalizada de que Santos circula muito longe das áreas de decisão do poder.

A iniciativa do núcleo de decisão do governo e a resposta do ministro (‘decepção’) fixaram os limites não de uma divergência, é preciso frisar, mas de uma frustração de expectativa. ”Espero que possamos lançá-lo o mais rapidamente possível”, teria dito o ministro na reportagem do Estadão.

Se, para justificar o adiamento do Plano, o governo alega querer evitar problemas, em ano eleitoral, com evangélicos e católicos, a fala da MakotaValdina Pinto de Oliveira sugere que seria bom o governo incluir também as comunidades de terreiro em suas preocupações eleitorais:

“Está na hora de irmos para o campo político e de educar os nossos para saber quem vamos eleger”.

Em meio ao desastre, ficou brilhando essa consciência, expressa pela Makota, de que os negros precisam participar de todas as formas da vida política e encarar o presente com firmeza.

Ao final de oito anos de governo, a Seppir não consegue ainda divulgar um Plano – um conjunto de ações, ao menos se supõe, a serem adotadas sabe-se lá quando. Santos não escondeu sua decepção. Pois é. Lamentamos mas não vemos como ele possa desenvolver uma reação eficaz. Quero dizer que a coisa foi feita para não funcionar mesmo.

AINDA NOS ARREDORES

02/02/2010

Os temas superação das desigualdades raciais e eliminação do racismo terão alguma importância na campanha eleitoral de 2010? Há capacidade de pressão política no Movimento

Negro para estabelecer um contexto em que os candidatos fossem avaliados por sua adesão ou não a esses temas?

No ano passado, quando do desligamento da senadora Marina Silva do Partido dos Trabalhadores, algumas vozes que insuflavam sua candidatura à presidência da República sugeriram que ela poderia vir a captar um possível efeito Obama entre nós.

É certo que ninguém fez na ocasião referência ao fato de que uma temática marginal teria visibilidade excepcional caso a candidata assumisse politicamente uma identidade negra e se dispusesse a discutir, com propriedade e legitimidade, o papel estrutural do racismo e a exclusão da população negra.

Nada disso. Tratava-se apenas de definir o perfil da “irmã de Obama” e colher votos concretos em domínios simbólicos. A cor poderia fazer a diferença – desde que dissociada dos constrangimentos que a temática das desigualdades raciais e a eliminação do racismo provocam entre nós.

Por que a exclusão dos negros não afeta a legitimidade dos governos que se sucedem desde o início da República? Quem pensa nisso? Quem precisa mesmo da legitimidade de seres considerados inferiores, de uma subumanidade?

Vinícius Queiroz Galvão, repórter do jornal Folha de S. Paulo questionava dias atrás a legitimidade de um representante branco do Haiti, país de maioria negra. Nossa República nunca teve sua legitimidade questionada pelo fato de ignorar solenemente a maioria da população. Ao contrário, essa parcela majoritária é que tem sua existência negada e vilipendiada: não há negros, não há racismo.

A movimentação de ativistas negros nos arredores dos partidos só confirma o quanto estamos fora do espaço público. Enquanto isso não ocorrer - a ocupação do espaço público de forma coletiva, organizada e não-subalterna, a superação das desigualdades raciais e o combate ao racismo não serão elementos de destaque de nenhuma estratégia política.

DUAS HISTÓRIAS, FAÇA SUA ESCOLHA

19/03/2010

No caderno dedicado a sua reforma gráfica, no último domingo (14 de março de 2010), o jornal “O Estado de S. Paulo” destinou uma página aos seus 135 anos de “história e credibilidade”. Fomos assim informados de que a primeira edição do jornal, que se chamava

então “A Província de São Paulo”, foi lançada em 4 de janeiro de 1875 e “foi impressa à luz de velas de sebo, numa máquina comprada de segunda mão movida pelos músculos de seis negros libertos”.

Essa meia dúzia de negros anônimos teve oportunidade de utilizar bastante seus músculos para imprimir as ideias de “um grupo de republicanos”, uma vez que, segundo informa a reportagem do Estadão, “foi necessária quase uma noite de trabalho”.

Posso ainda ver, como numa pintura, o grupo de “idealistas” fumando, saboreando o bom café paulista, conversando sobre suas convicções republicanas, de que conhecemos bem o calibre, enquanto aguardam ansiosamente o resultado da agitação daqueles seis torços negros talvez despidos à luz das velas de sebo.

A julgar pelas fotos divulgadas, no mesmo caderno, dos atuais colunistas e articulistas e de técnicos envolvidos nos bastidores com a reforma do jornal e do site, ninguém precisa mais, passados 135 anos, de velas de sebo e trabalhadores negros para botar notícia na rua. Não duvido de que até mesmo no manejo das impressoras se reproduza a quase exclusividade branca que vemos nas imagens do caderno especial de domingo último. Tudo agora muda profundamente nas mídias do Estadão, segundo anunciam, exceto a cor dos profissionais que lá trabalham.

Em 1876, em Recife, um grupo de libertos e livres trabalhou duro, com os músculos e com a inteligência, para botar na rua o jornal “O Homem”. Trabalhavam em benefício de ideias que nunca seriam assimiladas pelos republicanos paulistas ou de qualquer outro estado brasileiro. Amparavam-se numa brecha da Constituição de 1824, que afirmava que todo cidadão podia ser admitido nos cargos públicos “sem outra diferença que não a de seus talentos e virtudes”. O título da publicação era uma radical afirmação da humanidade e dos direitos humanos dos “homens de cor”. Ver Leonardo Dantas da Silva, *A Imprensa e a Abolição (fac-símiles de jornais e revistas abolicionistas editados em Pernambuco)*. Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1988.

Demitidos de seus cargos, os ‘homens de cor’ reagem, denunciam a violação da Constituição e apelam para a única alternativa que vislumbram possível: “À vista de tanto atrevimento, à vista de um desafio tão provocador, o que cumpre aos homens de cor fazer? É evidente que a não quererem ser afinal reduzidos à mísera sorte dos hilotas da antiga Grécia, ou dos párias da Índia que não gozam de nenhuma consideração social; a não quererem legar a seus filhos tão mísera condição, importa que quanto antes se associem e reúnam, pois que da união resulta a força, para o fim de vingar seus direitos de homens e de cidadãos...”

É esta uma pequena mostra do que perdem as faculdades de Comunicação que, regra geral, continuam ignorando as contribuições da imprensa negra. Sabemos bem a quais interesses servem essas lacunas curriculares. O que se transmite (e o que se apaga ou distorce) nas faculdades é suporte para as práticas discriminatórias nas empresas jornalísticas. Entre a primeira edição da “Província” e a primeira edição de “O Homem”, o intervalo é de cerca de um ano (13 de janeiro de 1876). De um lado, a metonímia redutora (“músculos”) com que se pretende amesquinhar a participação negra na história da imprensa. Trabalhadores braçais utilizados na divulgação de ideais supostamente universais. De outro, seres humanos lutando para que fossem respeitados seus direitos. O que fazer? Eles responderam, e sua resposta permanece válida também para os dias de hoje: se organizar e lutar, por nosso presente e nosso futuro.

A COR SUMIU DO NOTICIÁRIO

13/05/2010

Como se trata de raridade, registramos que na segunda-feira (10.05.2010) editorial da “Folha de S. Paulo” fez alusão a diferenças raciais. O assunto tratado no editorial era recente descoberta de pesquisadores alemães, que afirmaram poder concluir, com base em evidências genéticas, que, entre 80 e 50 mil anos atrás, o Homo Sapiens, nossa espécie, teria cruzado com o Homem de Neandertal.

O editorial conclui afirmando que nós, humanos, somos na verdade formados por centenas ou milhares de outros cruzamentos com diferentes tipos ancestrais e que as diferenças raciais seriam apenas marcas de superfície. Sob a aparência de distintos traços fenotípicos, afirma a Folha, somos todos humanos.

Os termos ‘aparência’ e ‘superfície’, em oposição a uma essência profunda definidora da espécie, são, obviamente, termos de menor valor nessa hierarquização, com a qual o editorial da Folha chama nossa atenção para a irrelevância das distinções raciais.

Essas distinções consideradas “irrelevantes” e “superficiais” vêm sendo sistematicamente omitidas pelo noticiário da grande mídia, com raríssimas exceções. O editorialista da Folha talvez tenha considerado o cruzamento com neandertais, extintos há mais de 25 mil anos, uma temática esvaziada de tensões e conflitos, ao menos daqueles que envolvem a luta política pela manutenção de privilégios que caracterizam a realidade brasileira.

Influenciada por essas posições, a reportagem “PMs são presos acusados de matar mais um motoboy” (mesma edição da Folha, p. C1) silencia sobre a cor de Alexandre Santos, executado por quatro policiais militares na frente de sua própria casa e na presença de familiares.

Na presença dos corpos negros sacrificados em todo o país, como sustentar uma argumentação que considera a cor da pele uma distinção irrelevante? Como apagar o fato de que “marcas de superfície” decidem o destino das pessoas?

No dia 24 de maio de 2009, Maxwill de Souza dos Santos, jovem negro de 21 anos, foi assassinado por policiais militares em Brás do Pina, Rio de Janeiro. A reportagem de Rubem Berta e Taís Mendes (O Globo, 26.05.2009, p. 13) não fazia alusão à cor de Maxwill. O fotógrafo Ricardo Leoni, porém, registrou imagem da mãe da vítima, com foto do filho numa mão e cápsulas de balas na outra.

Cristiano de Souza, negro, 17 anos, interno do Educandário Santo Expedito, em Bangu, Rio de Janeiro, foi torturado e assassinado, com a participação de diretores da instituição, em 10 de novembro de 2008. A reportagem de Marcos Nunes (O Globo, 31 de março de 2010, p. 21) nada nos diz sobre a cor de Cristiano, mas o fotógrafo Fabiano Rocha, registrou foto da mãe da vítima tendo nas mãos a imagem do filho.

Não sabemos até quando os fotógrafos dos grandes jornais continuarão nos informando sobre irrelevantes marcas de superfície. Há, evidentemente, uma censura que alcançou as palavras, mas ainda não cerceou de todo as imagens.

No raciocínio da Folha, o humano é uma essência, de aparência descartável. O problema é que o racismo considera relevante, na definição do que seja humano, exatamente os elementos da aparência. E foi com base nessas distinções de aparência que nos organizamos como Estado e como sociedade de privilégios desumanos. Silenciar sobre a aparência das vítimas é contribuir para negar o papel decisivo da cor nesses crimes de ódio que se multiplicam em todo o país.

O censo de 2010 inclui a questão sobre cor/raça no questionário universal. A Folha considera essa pergunta irrelevante. A Folha é uma das grandes empresas de comunicação do país. Abra o olho.

Para os institutos que pesquisam a opinião de eleitores, as variáveis a serem consideradas numa pesquisa para presidente da República são escolaridade, renda, município, região, sexo e idade. Como se justifica a ausência da variável cor/raça?

A cor não interfere, a cor não tem importância – como se concluiu afinal que a cor do eleitor nada significa? Lembrei-me de uma dedicatória de Cora Coralina em um livro de poemas que adquiri em sua casa, em Goiás Velho, em 1980. Entrei quase ao mesmo tempo em que chegava com estardalhaço um grupo de turistas, mais interessados em fotos do que em poemas, e mantive-me afastado o suficiente para deixar claro que nada tinha a ver com o grupo. Saí apressado e somente na rua li a dedicatória de Cora Coralina: “Para o amigo, que muito falou no seu silêncio”.

A ausência da cor nas pesquisas parece desses silêncios carregados de significação. Devemos nos deter com mais atenção sobre o processo pelo qual a cor acaba por desaparecer das pesquisas, que desse modo enfatizam, digamos, a irrelevância sociológica das distinções raciais.

Pode-se especular, por exemplo, que entre as variáveis que distinguem os brasileiros há uma capaz de fazer um tipo de oposição indesejável. Profundamente indesejável. Aquela capaz de “introduzir divisões perigosas”.

“Introduzir” implica considerar e admitir uma realidade antecedente em que a distinção não existe ou não é significativa. Perguntar sobre a cor é fazer entrar o indesejável. Parece que nenhum outro traço (renda, sexo, idade, escolaridade, região) é suscetível de opor, separar, como a indesejável das pesquisas.

Já citei alhures uma fala de Rubem Ricupero, em um seminário realizado na Câmara dos Deputados, em 1986, sobre relações Brasil-África. A questão racial, ele dizia, é um tema complexo e nos divide como nenhum outro, mas temos que enfrentá-lo.

As pesquisas eleitorais não querem enfrentar, portanto, um tema que nos divide como nenhum outro. Vejam bem que é muito diferente ‘não enfrentar o que nos divide’ de ‘introduzir o que nos divide’. Assim me parece legítimo indagar que dimensão da realidade nacional se pretende ocultar quando as enquetes silenciam sobre distinção historicamente significativa - tão significativa ao ponto de nos dividir como nenhuma outra.

No início dos anos 80, o IBGE ainda vacilava quanto ao tema. Havia pressões externas e internas. Lúcia Oliveira, Rosa Porcaro e Tereza Costa, por exemplo, pesquisadoras do órgão, enfrentaram obstáculos para divulgar pesquisa em que demonstravam a importância da raça como princípio classificatório na sociedade brasileira.

Abdias do Nascimento, em 1983, ainda teve que inserir no PL 1.332, o primeiro sobre ações compensatórias em benefício da população negra, artigo que obrigava o IBGE “a incluir, em todas as pesquisas, estatísticas e censos demográficos, o quesito cor/raça ou etnia”. Isso era no tempo de Abdias, cujo mandato não serve de referência para a turma do sorriso negro e do abraço negro no DEM.

Datafolha, Ibope, etc. deveriam prestar atenção no que dizia Theodor W. Adorno, em palestra de 1968: “É possível que, em certas circunstâncias, ocupar-se exatamente com fenômenos supostamente secundários e opacos pode conduzir a conhecimentos sociais extraordinariamente relevantes” (*Introdução à sociologia*. São Paulo: Unesp, 2008, p. 74).

ESTÁ TUDO SOB CONTROLE?

01/10/2010

Ainda restam algumas questões a serem compreendidas no acordo que uniu governo e oposição em torno da mutilação do Estatuto da Igualdade Racial. Uma inusitada referência em “O Globo” (edição de 24 de setembro de 2009, p. 2), registrando a presença de deputado negro em ato contra a intolerância religiosa na Esplanada chamou-me a atenção:

“O ato teve a participação de deputados, entre eles o presidente da comissão especial que aprovou o Estatuto da Igualdade Racial na Câmara, Carlos Santana (PT-RJ).”

Um afago cordial, talvez ilustrativo das ligações invisíveis tecidas entre governo e oposição nos subterrâneos da comissão especial. Ânimos apaziguados (nenhum conflito, disse o ministro da Seppir), sobrevivem no entanto algumas objeções de princípio, essencialmente ideológicas, e só por isso “O Globo” mantém a matilha solta na página de opinião, acuando, latindo e ganhando fama e dinheiro.

No rastro de ressentimentos e desencantos, já se podem ouvir, reforçadas, as vozes de jovens lideranças negras elogiando publicamente a “política de segurança” desenvolvida pelo crime organizado. Sim, isso mesmo que você ouviu. Se não acontecer nada pela via

institucional, quem poderá se eximir de responsabilidades em um contexto de violência extrema contra a população negra?

Os interesses a que servem os veículos da grande mídia, porém, estão convencidos de que o Movimento Negro jamais será capaz de representar uma efetiva ameaça. Talvez isto seja hoje verdadeiro exclusivamente para aquela parcela mais visível e maleável do movimento.

Até mesmo porque o escandaloso fracasso do Estatuto contribui, de fato, para reduzir as opções de luta. Abordagens mais de confronto poderão arrastar outros atores – assim entendendo a observação do rapper paulista, que aludiu em sua fala na Câmara Municipal às ações “pacificadoras” em bairros periféricos de São Paulo.

Estou ainda ruminando também alguns discursos de mulheres negras da periferia de Salvador, no último mês de agosto, na praça em frente à Secretaria de Segurança Pública, no ato público de abertura do I Encontro Popular pela Vida e por Outro Modelo de Segurança Pública. “Vamos pra cima deles, somos maioria, essa cidade é nossa e temos o direito de criar nossos filhos.”

Trata-se de filhos reais, mortos reais. Um sentimento forte de pertencimento etnicorracial e a consciência aguda do terror e da crueldade racistas. Na Praça da Piedade, não havia espaço para postulações acadêmicas sobre o conceito de raça. Ali o verbo era carne. Botas arrombam portas, corpos jovens arrancados da cama, cadáveres no sofá, no mato, na vala.

É possível dizer que a derrota na Câmara abala um tipo de convicção, mas libera outras – aquelas indispensáveis e necessárias à ação? Angela Davis estava presente ao ato da Praça da Piedade e, eletrizada pelos discursos, subiu ao palanque. Segundo ela, o que ocorria ali iluminava a luta em todo o mundo. Se as coisas são assim, nem tudo está sob controle.

A POLÍTICA DO POSSÍVEL FOI PRO BREJO

10/08/2010

Os resultados pífios, algumas vezes mesmo desmoralizadores, mostraram em 2009 os limites da política do possível conduzida pela representação negra no Congresso e no Executivo de diferentes níveis de governo.

É sintomático, aliás, que não haja um relatório, um depoimento, uma avaliação que nos permita dimensionar quais os obstáculos encontrados por um punhado de gestores negros no exercício de funções de Estado.

Deixamos escapar, com os quase oito anos de governo Lula, algo real e possível? Este é o sentimento que predomina. Ou, como querem alguns, nada era mesmo real ou possível? A propósito, quais as atribuições e responsabilidades nesse processo de entidades negras e de agrupamentos partidários da base do governo?

Que interlocuções políticas não puderam ser estabelecidas no primeiro ou no segundo escalão? Predominou a inércia? A inserção negra, ainda que periférica, enfrentou alguma barreira institucional? Quais são os atores relevantes – quem impediu o quê? O silêncio implica a inexistência de problemas institucionais?

Por falar em silêncio, o que houve na Câmara dos Deputados? Sejam os francos, qual foi o papel da base do governo na construção do desastre do Estatuto da Igualdade Racial, cuja aprovação demandava amplo apoio? Quem definiu a curvatura, a renúncia diante das forças conservadoras? Quem avaliou positivamente o impacto daquela peça de sujeição no processo eleitoral?

Os países, inclusive o Brasil, que se recusaram a assinar o frágil acordo de Copenhague expuseram suas razões à mídia internacional, não é verdade? Então, é ou não é um caso grave de patologia política se assinar um acordo francamente desfavorável e depois sair por aí cantando vitória?

O que falta? A meu ver teremos ainda que aguardar (e muito) o desenvolvimento de formas de ação coletiva que permitam ir além dos pedidos de passagens, de apoio para a confecção de cartazes, etc., e façam valer a radicalidade da pressão política. Essas formas de ação política não deverão ser centralizadas por nenhum partido. E não o serão.

P.S. Assisti há pouco ao programa eleitoral do PSOL na tevê. Quero registrar que não há nenhum partido, conservador ou progressista, que abra mão hoje de um(a) apresentador(a) negro(a). É, ao que parece, uma daquelas normas não escritas de atualização do marketing político. De todo modo, uma alegoria de grande força expressiva. Simboliza a pouca efetividade de nossos direitos políticos. Parece dentro, mas está fora.

NEGRO, NÃO

09/12/2010

A funcionária Rosana Bullara afirmou à “Folha de S. Paulo” (edição de 3/12/2010) que “foi discriminação”, porque o estudante de filosofia Samuel de Souza era “pobre e negro”.

Samuel desmaiou subitamente após descer do ônibus e morreu na Praça do Relógio, na Cidade Universitária (USP). O corpo de Samuel ficou “por quase seis horas” estirado no chão. Existe

um hospital no campus da USP, localizado a menos de três quilômetros do local onde estava o corpo.

No Rio, os porcos comeram partes do corpo apodrecido de Davi Basílio Alves, jovem de 17 anos assassinado pela polícia na Vila Cruzeiro. Segundo reportagem da Folha, Davi era “soldado do tráfico” e seu corpo ficou abandonado “numa rua de terra da Vila Cruzeiro” de quinta (25/11) até sábado (FSP, 5/12/2010).

Além dos corpos negros atirados em vielas e entulhos e na Cidade Universitária de grande prestígio, há os que desaparecem, recolhidos pela polícia, que não tem como provar o envolvimento dessas pessoas assassinadas com o tráfico, e as enterra como indigentes, com a cumplicidade dos IML's.

Entre as normas que definem o que é, ou o que deve ser aceito entre nós, há uma que implica a rejeição perpétua à cor negra da pele. A repulsa ao negro é uma dimensão social e psicológica que constitui a própria nacionalidade. José Bonifácio de Andrada e Silva referiu-se a ela na proposta que encaminhou à Assembleia Constituinte, em 1823: “mas o negro conserva indelevelmente um sinal de separação e de desprezo”. Bonifácio afirma ainda que entre nós “uma das causas, que concorre a perpetuar e piorar a escravidão dos negros é a cor...”. (*Projetos para o Brasil*, Companhia das Letras/Publifolha, 2000, p. 44.)

Uma coisa era o escravo, outra coisa a cor do escravo. Sinal indelével é isso mesmo, que não se dissipa, indestrutível. A televisão, a cultura, os partidos, as vanguardas e as retaguardas, o mundo que nos é familiar se encarrega de disseminar a repulsa e a rejeição e a favorecer e estimular a ação criminosa de assassinos, fardados ou não. Criou-se um consenso de larga memória, cruel e sanguinário: negro, não.

À guisa de conclusão

Em Brasília, na Praça dos Três Poderes, no dia 13 de abril de 2011, Paulo Sérgio Ferreira, um homem negro, subiu no mastro de cerca de 100 metros de altura e tentou botar fogo na grande bandeira brasileira que fica ali hasteada. Quem ainda se lembra disso?

Ele estava evidentemente tentando chamar a atenção de todos para algo relevante. Afinal, se você precisa subir, sem nenhuma proteção, numa torre de mais de cem metros para fazer-se ouvir, é de se presumir que o que você tem a dizer tem muita importância e você não está conseguindo a atenção devida da audiência.

Paulo Sérgio Ferreira, instado a descer da torre pela polícia, que lhe deu voz de prisão, pôs-se a falar aos repórteres e fez alusão a um tema que geralmente costuma causar constrangimentos em muitos setores da vida brasileira.

Paulo referiu-se, segundo alguns veículos de comunicação, ao processo de “esmagamento de negros no Brasil”. Em alguns casos, porém, o trabalho de edição suprimiu essa justificativa política do ato praticado ou, pelo menos em um caso, antepôs o adjetivo *suposto* à palavra “esmagamento”.¹⁷²

Assim resulta, portanto, que a fala de Paulo sobre os negros não tem base na realidade, é uma suposição sem comprovação. O esmagamento dos negros seria fictício, falso, se incluirmos outras opções de sentido que nos dá também o dicionário.

Paulo Ferreira, um homem que vive na rua, arriscou-se sem proteção nas alturas do panteão nacional e, ao descer, disse, tanto aos repórteres quanto ao delegado no interrogatório policial, “que gostaria de chamar a atenção para a situação dos negros neste país”.

Não precisamos ser especialistas em grafologia para verificarmos que, mesmo submetido a grande estresse, sua assinatura, ao final do interrogatório, é firme e equilibrada. Não obstante isso, a tendência deformadora se impôs e acabou fazendo predominar no noticiário as alegações de desequilíbrio e insanidade.

Paulo, ele mesmo, é obviamente uma grande evidência da opressão que denuncia. Morador de rua, suas declarações apontam inequivocamente para o fato de que, entre nós, cor da pele tem relação íntima com condições materiais de vida.

¹⁷² “Homem que ateou fogo em bandeira desce do mastro e será indiciado”. Folha de S. Paulo 13/04/2011, 14h30. Reportagem de Breno Costa e Márcio Falcão. www.folha.uol.com.br/.../902124

O que afinal esse homem nos tentou comunicar de forma tão desesperada e que motivou reações de abafamento ou desvirtuamento? Não é razoável supor que a opressão racial esteja na base do desequilíbrio aparente do homem que pôs sua vida em risco para nos dizer algo, que nos recusamos sistematicamente a ouvir?

Ele não é louco pelo que nos diz, como alguns veículos quiseram fazer crer, ao transformar a realidade dos negros numa suposição, num delírio, fazendo pouco caso da objetividade jornalística.

A altura da torre, o fogo na bandeira, o modo desesperado que Paulo encontrou para dizer o que nos disse é perfeitamente compatível, a meu ver, com a realidade insana que elimina jovens de 15 a 24 anos num ritmo alucinante há muitas décadas e com o inacreditável, absurdo e desumano silêncio das principais forças políticas do país diante do número de homicídios que ameaça o futuro da população negra no país¹⁷³.

Tenho dúvidas de que alguma vez alcançaremos, por sua imensa grandeza, a real dimensão das perdas humanas provocadas pelas execuções sumárias no Brasil, sob o pretexto de que suas vítimas resistiram à autoridade policial ou se envolveram com o narcotráfico.

A Justiça de São Paulo, em caráter liminar, decidiu, no dia seguinte à denúncia de Paulo Ferreira, que não se pode recusar ao morador de rua o direito de abrir uma conta-poupança nas instituições bancárias. O que o morador de rua parece não poder ter é opinião, ainda mais quando sua fala penetra na zona quase proibida da opressão racial.

Ao pretender, neste trabalho, dar meu testemunho de ativista negro, pensei muitas vezes no imenso silêncio que recobre, em nossa história, pessoas, experiências, e o modo como transmitimos essas experiências, assim como na simplificação e transformação dessas mesmas experiências em alguma coisa completamente diferente.

¹⁷³ Quem fala de “esmagamento de negros no Brasil” fala daquela mesma realidade denunciada por Abdias do Nascimento em *O genocídio do negro brasileiro*, livro cuja versão em português foi publicada pela editora Paz e Terra, em 1978, com prefácio de Florestan Fernandes. A partir dos anos 80, diferentemente do uso mais amplo que lhe dá Abdias, o termo se refere quase que exclusivamente à eliminação física, em especial de jovens. Como ficou dito acima, em 1987, no jornal *Raça & Classe* n.º 2, edição voltada quase exclusivamente para o tema da violência contra o negro, nosso editorial foi intitulado “Furor genocida”, diante do noticiário de violência avassaladora em todo o país contra os negros. Tanto no *Ìrohìn online* quanto no impresso o tema da violência contra jovens negros tinha presença obrigatória na pauta. Em setembro de 2012, o jornal “O Globo”, após a chacina de seis jovens em Mesquita, na Baixada Fluminense, admitiu, em editorial cujo título era “Está em curso um quase genocídio contra jovens”, que “A ideia de o Brasil ser um país de população de baixa idade está sendo mudada pela própria dinâmica demográfica e também pela força das armas”. E completou: “Nessas três décadas o número de assassinato de jovens de até 19 anos cresceu 346,4%, mais que quadruplicou, portanto” (*O Globo, edição de 13.9.2012, p. 18.*). O jornal omite, como de costume, a cor dos jovens assassinados. E levou três décadas para admitir a dimensão genocida. Na verdade, com o uso do advérbio (*quase*) o editorial sinaliza que está realizando, a contragosto, um movimento de aproximação.

As pessoas pareciam se divertir com Paulo Ferreira e com o que consideraram sua loucura. No Movimento Negro aquela loucura atribuída a Paulo é nossa velha conhecida. Sabemos, todo o tempo, que precisamos desenvolver a confiança em nossa própria percepção do real e perdermos o medo de ser ridicularizados.

Ao refletir sobre a atividade a que me dediquei com intensidade ao longo dos anos, cuja essência ou conteúdo teve (e tem) sua existência negada na realidade, sinto muitas vezes que o que parece estranho aos olhos de muita gente é essa dedicação, um tipo de obstinação, militante, que se concentrou na tarefa de fazer frente exatamente a essa negação.

O ativismo me levou muitas vezes para encontros de formação e oficinas, rodas de conversa, e pude constatar que um número significativo de pessoas nunca teve oportunidade de dialogar abertamente sobre o modo como o racismo afetou e afeta suas vidas. Sem compreender a natureza desse silêncio, não se entende o gesto de Paulo Ferreira, arriscando-se para nos dizer aquilo sobre que insistimos em calar, ignorar ou negar¹⁷⁴.

Depois que tal limite é transposto, muitas pessoas arriscam-se a narrar experiências cotidianas de discriminação racial; os relatos se sucedem, embora outras prefiram chorar ou permanecer em silêncio emocionado. Essa foi uma tarefa fundamental do ativismo dos últimos trinta anos: fazer a roda e provocar a fala.

Como foi que chegamos a esse ponto? Como podemos calar sobre algo tão decisivo em nossas vidas? Do que temos medo? De que as coisas possam piorar ainda mais? O que ou quem nos ameaça? A oficina se faz no esforço, coletivo, de responder perguntas assim.

Mas o fato de ter me envolvido com outros ativistas de minha geração, homens e mulheres, na construção de momentos de uma expressão extremamente dolorida, não tornou mais fácil para mim a tarefa de dizer algo de minha militância e não impediu que me interrogasse seguidamente sobre a validade desse testemunho.

¹⁷⁴ No final dos anos 90, o Geledés – Instituto da Mulher Negra (SP) fez uma parceria com a Fundação BankBoston para desenvolver um pioneiro programa de ação afirmativa em educação, o Geração XXI, que beneficiaria 21 jovens negros, estudantes de escola pública, no desenvolvimento de seus estudos de graduação. Fui convidado para proferir palestras e desenvolver oficinas, inclusive com familiares dos jovens. Na noite em que me reuni com os pais, perguntei-lhes, como sempre faço, se já tinham, em algum momento de suas vidas, sentido, assim como estavam, para conversar sobre racismo e discriminação racial. Não, responderam-me, ninguém tinha conversado antes sobre o assunto.

O desprezo pelas experiências, individuais e coletivas, dos negros no Brasil é parte de um conjunto de práticas violentas de negação e seu efeito prático é extraordinariamente eficiente, não podemos subestimar isso.

Finalmente, quero dizer que nas opiniões e editoriais que fiz para o *Ìrohìn* valorizei sempre o debate com os principais veículos de comunicação do país, responsáveis, na linha de frente, por dar combate às iniciativas do Movimento Negro no espaço público. Penso ter exercido com rigor a tarefa que me impus. Analisei, critiquei, reagi mesmo à sufocação da crítica dentro do próprio Movimento Negro.

Na prática concreta de uma experiência de comunicação bem-sucedida como o *Ìrohìn*, pude testemunhar o silêncio que cerca nossas iniciativas. A razão primeira desse testemunho é impedir que o silêncio pudesse prevalecer.

Hannah Arendt (2007, p. 288), quando indaga sobre que dano o poder político pode infligir á verdade, ajuda-nos a compreender a importância do testemunho. A verdadeira textura, Arendt afirma, do domínio político é constituída por fatos e eventos que resultam da ação conjunta de homens e mulheres e é uma textura muito frágil diante do assédio do poder. E acrescenta: “Esses fatos, uma vez perdidos, nenhum esforço racional os trará jamais de volta”.

Registros fotográficos

Figura 2 - Porto Alegre, Praça da Alfândega, 1977.

Figura 3 - Capa da primeira publicação, folheto de tipografia com 10 poemas (Salvador, janeiro de 1977).

Figuras 4 e 5 - Panfletos de atividades do Qorpo Insano no Clube de Cultura (Porto Alegre, 1977).

Figura 5

Figura 6 - Lançamento de antologia do Qorpo Insano na Feira do Livro (Porto Alegre, outubro de 1977).

Figura 7 - A Comissão do Negro ocupava de fato a sede do PT. O poeta Gilson César (sentado no chão à direita), hoje Babilak Bah, recitou poemas seus no segundo aniversário da comissão (agosto de 1986).

Figura 8 - Ato público em frente à embaixada da África do Sul (1985). Décio Freitas ao microfone, Abdias do Nascimento, Ivair dos Santos, Hélio Santos, Lourdes Teodoro e Edson Cardoso à frente, organizando a inscrição de oradores.

Figura 9 - Ativistas da Comissão do Negro do PT. À mesa, da esq. para dir.: Didi, Célio, Hércules, Cecília, Juarez, Regina, Edson e Carlão, em 1986.

Figura 10 - Candidatos do PT-DF à constituinte com Lula, em 1986. À esquerda de Lula, Chico Vigilante, Orlando Cariello e Edson Cardoso.

Figura 11 - Documentos básicos do MNU, reformulados após intensos debates, em 1992.

Figura 12 - Panfleto eleitoral, campanha da Constituinte (1986).

Figura 13 - Casado com Regina, professor do Marista, pai de duas filhas (1991).

Figura 14 - Florestan Fernandes no Plenário da Câmara.

Figura 15 - Última separata de Florestan na Câmara.

Figura 16 - Livro impresso e distribuído por meio de ampla ação solidária (1992).

Figura 17 - Documento da Marcha de 1995, entregue a FHC.

Figura 18 e 19 - Capas do Irohìn informativo, nos anos 90, e, a partir de 2004, no formato tablóide – sempre com opinião

Figura 19

Referências

- ALBERTI, Verena e PEREIRA, Amilcar Araújo (Orgs.). *Histórias do Movimento Negro no Brasil* –Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Brasil”. Folha de S. Paulo, edição de 31 de dezembro de 2000.
- _____. “O pecado original da sociedade e da ordem jurídica brasileira”. Novos Estudos CEBRAP, nº 87, julho de 2010.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. Passeios na ilha. In: *Poesia e Prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1983.
- ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- _____. *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo; Companhia das Letras, 2004.
- _____. *Entre o passado e o futuro*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BARBUJANI, Guido. *A invenção das raças*. São Paulo: Contexto, 2007.
- BAJTÍN, Mijail. *Estética de la creación verbal*. 2ª ed., 2ª reimpr. Buenos Aires: SigloVeintiuno Editores, 2013.
- BACHELARD, Gaston. *A epistemologia*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BARBUJANI, Guido. *A invenção das raças*. São Paulo: Contexto, 2007.
- BIKO, Steve. *Escrevo o que eu quero*. São Paulo: Ática, 1990.
- BOBBIO, Norberto. *Do Fascismo à Democracia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- _____. *Nem com Marx, nem contra Marx*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- BUARQUE, Chico. *Leite derramado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. Vol. 10. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CANDIDO, ANTONIO. *Literatura e Sociedade—estudos de teoria e história literária*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.
- CADERNOS BRASILEIROS. *80 anos de abolição*. Rio de Janeiro, Editora Cadernos Brasileiros S. A., 1968. Ano X, Nº 47, maio/junho.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Democracia para mudar*. Fernando Henrique Cardoso em 30 horas de entrevistas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 (Coleção Documentos da democracia brasileira; v.4).
- CARDOSO, Edson Lopes. *Bruxas, espíritos e outros bichos*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1992.
- _____. “O desafio de controlar a própria explosão”. Em: Pantoja, Selma (Org.). *EntreÁfricas e Brasis*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2001.
- _____. *Ubá*. Brasília: Ed. do Autor, 1999.
- COMISSÃO DO NEGRO DO PT-DF. Documento elaborado para o I Encontro Nacional “O PT e a Questão Racial”. Brasília, março de 1987. Cópia datilografada.
- DOCUMENTO. *Por uma política nacional de combate ao racismo e à desigualdade racial:Marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e a vida* –Brasília: Cultura Gráfica Editora,1996.
- DUBOIS, Jean et al. (Org.) *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 2001.

FERNANDES, Florestan. *O PT em movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez : Autores Associados, 1991 (Coleção Polêmicas do nosso tempo; v. 43.).

_____. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989 (Coleção Polêmicas do nosso tempo; v. 33).

_____. *Consciência negra e transformação da realidade*. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1994, p.15. [Série Separata de Discursos, Pareceres e Projetos, nº59/94.]

_____. *O processo constituinte*. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1988, p. 120. [Série Separatas de Discursos, Pareceres e Projetos, 26.]

FISCHMANN, Roseli. “Memória coletiva e insurgência contra o olvido: em favor da convivência na escola”. Ensaio – avaliação de políticas públicas na Educação. Rio de Janeiro, v.21, n. 81, p.801-820, out./dez. 2013.

FRY, Peter, MAGGIE, Yvonne et. al. (Org.) *Divisões Perigosas-políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GONZALEZ, Lelia e HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. (Coleção 2 Pontos, v. 3.)

GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos—o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

HALL, Stuart. *Da Diáspora—identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: Unesco, 2003

IANNI, Octávio. “Sociologia crítica”. Em: D’INCAO, Maria Ângela (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987.

KHEL, Maria Rita. “Os crimes do Estado se repetem como farsa”. Folha de S. Paulo, edição de 24/03/2013.

KÖSSLING, Karin Sant’Anna. *As lutas antirracistas de afrodescendentes sob vigilância do DEOPS/SP*. Departamento de História/USP, 2007. Dissertação de mestrado.

LAMOUNIER, Bolivar. “Raça e classe na política brasileira”. *Cadernos Brasileiros*, ano X, nº 47, mai./jun., 1968.

LEITÃO, Miriam. *Convém sonhar*. Organizado por Débora Thomé. Rio de Janeiro: Record, 2010.

LOBATO, Monteiro. *Caçadas de Pedrinho*. 2ª Ed. São Paulo: Globo, 2008.

MNU – Movimento Negro Unificado. *Documentos Básicos: programa de ação e estatuto*. Salvador, 1992.

NASCIMENTO, Abdias do. *Combate ao racismo - discursos e projetos*. Brasília: Câmara dos Deputados/ Centro de Documentação e Informação, 1983.

_____. *O genocídio do negro brasileiro - processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Paz e terra, 1978.

_____. *Sitiado em Lagos: autodefesa de um negro acossado pelo racismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Do convés ao porto: a experiência dos marinheiros e a revolta de 1910*. Tese de doutorado/Unicamp. Campinas, julho de 2002.

- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Caminhos da identidade–ensaaios sobre etnicidade multiculturalismo*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15. 2006.
- PEDREIRA, Fernando e outros. *América, mito e violência*. Rio de Janeiro: Edições Correio da Manhã/Gráfica Editora, 1968.
- PIERRON, Jean-Phillipe. *Transmissão–uma filosofia do testemunho*. São Paulo, Edições Loyola, 2010.
- POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso–ensaaios sobre discurso e sujeito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- QORPO INSANO. Uma antologia provisória. Porto Alegre: Editora Emma, 1977.
- RAMOS, Guerreiro. “ A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade”. Em: Heidemann, Francisco G. e Salm, José Francisco (Org.). *Políticas públicas desenvolvimento – bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: Editora UnB, 2010.
- REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. *Humanismo e crítica democrática*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SILVA, Leonardo Dantas. *A imprensa e a abolição*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1988.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz e GARCIA, Lúcia (Org.). *Registros escravos: repertório das fontes oitocentistas pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2006.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. *Pátria amada esquartejada*. Simões, Júlio Assis e Maciel, Laura Antunes (Coord.). São Paulo: DPH, 1992.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *História, memória e literatura*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.
- SODRÉ, Muniz. *Reinventando a educação–diversidade, descolonização e redes*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- _____. *Claros e escuros – identidade, povo e mídia no Brasil*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- TEIXEIRA, João Gabriel Lima. *A construção da cidadania*. Brasília: Editora da UnB, 1986.
- TRIVELLATO, José et al. *Ciências, natureza e cotidiano*. 7ª série, 8º ano. São Paulo: FTD, 2006.
- TURRA, Cleusa e VENTURI, Gustavo. *Racismo cordial–a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: FSP/Datafolha: Ática, 1995.
- WIEVIORKA, Michel. *O racismo, uma introdução*. São Paulo: Perspectiva, 2007.